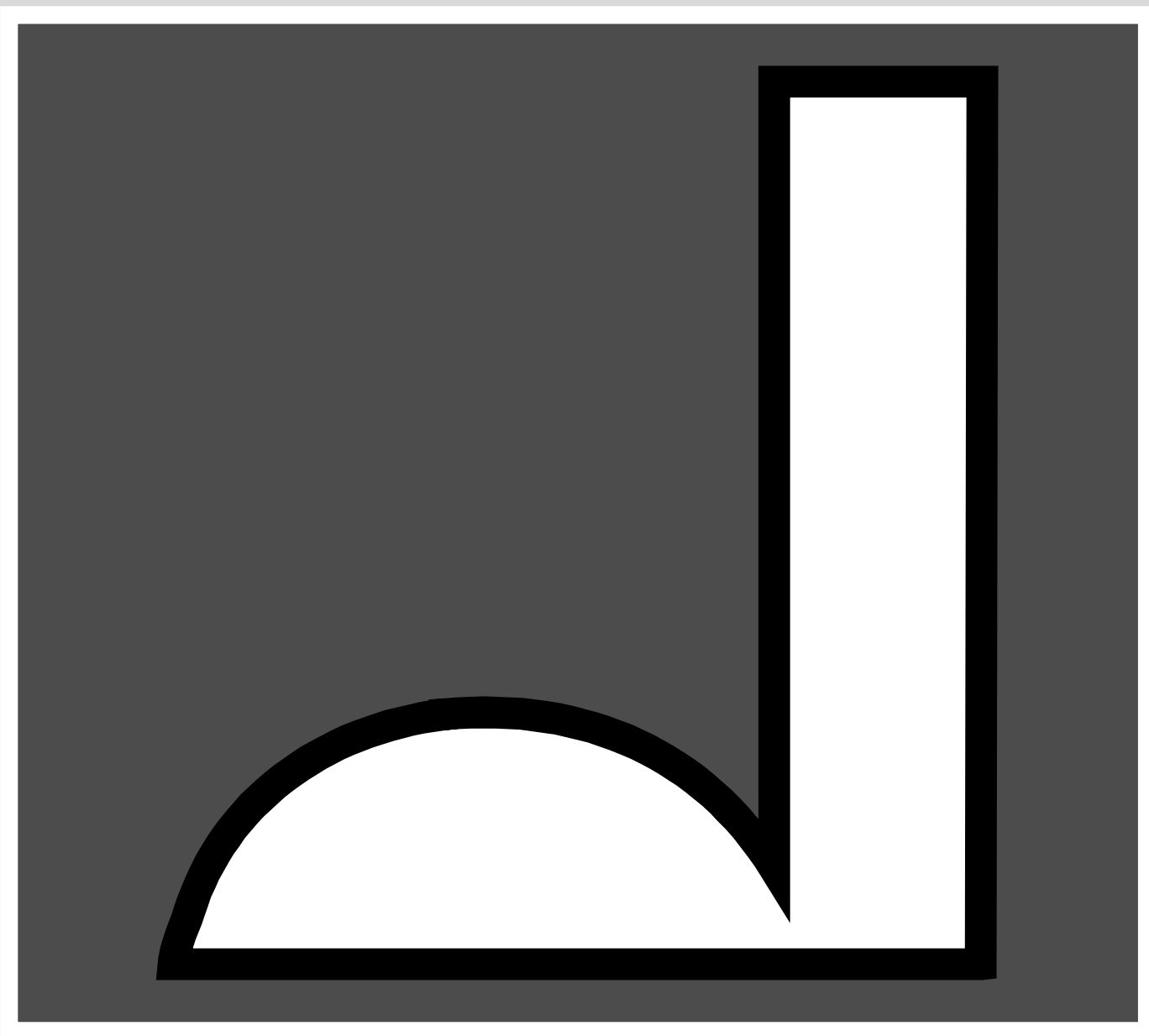




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 11 – QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente <i>José Sarney – PMDB – AP</i> 1º Vice-Presidente <i>Paulo Paim – PT – RS</i> 2º Vice-Presidente <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> 1º Secretário <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> 2º Secretário <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i></p>	<p>3º Secretário <i>Heráclito Fortes – PFL – PI</i> 4º Secretário <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</i> <i>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</i> <i>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</i> <i>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</i></p>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR		PROCURADORIA PARLAMENTAR
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24 (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p>Líder <i>Tião Viana</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Roberto Saturnino</i> <i>Ana Júlia Carepa</i> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Vago</i></p> <p>LÍDER DO GOVERNO <i>Aloizio Mercadante</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 20</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL - 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i></p> <p>Vice-Líderes</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB - 12</p> <p>Líder <i>Arthur Virgílio</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> <i>Lúcia Vânia</i> <i>Leonel Pavan</i></p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 4</p> <p>Líder <i>Jefferson Péres</i></p> <p>Vice-Líder <i>Álvaro Dias (1)</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS - 3</p> <p>Líder <i>Mozarildo Cavalcanti</i></p> <p>Vice-Líder <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>

(1) licenciado

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>José Farias Maranhão</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Márcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 19. 02. 2003

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 6ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 314, de 2002-CN (nº 1.136/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 427.623.568,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 315, de 2002-CN (nº 1.137/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 24.568.341,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais), em favor da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 316, de 2002-CN (nº 1.138/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 20.634.588,00 (vinte milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 317, de 2002-CN (nº 1.139/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 15.610.000,00 (quinze milhões, seiscentos e dez mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 318, de 2002-CN (nº 1.140/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 658.077,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 319, de 2002-CN (nº 1.141/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 320, de 2002-CN (nº 1.142/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 1.269.806.866,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02184

Nº 321, de 2002-CN (nº 1.143/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 14.560.000,00

(quatorze milhões, quinhentos e sessenta mil reais), em favor da Justiça do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Defesa, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02185

Nº 322, de 2002-CN (nº 1.144/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 18 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 61.662.387,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. ... 02185

Nº 336, de 2002-CN (nº 1.173/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 19 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em favor do Ministério da Justiça, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 337, de 2002-CN (nº 1.192/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 20 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 121.125.285,00 (cento e vinte um milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 338, de 2002-CN (nº 1.202/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 43.015.500,00 (quarenta e três milhões, quinze mil, quinhentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02185

Nº 339, de 2002-CN (nº 1.203/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 02185

Nº 340, de 2002-CN (nº 1.204/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 22.253.766,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 341, de 2002-CN (nº 1.205/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 872.097.914,00 (oitocentos e setenta e dois milhões, noventa e sete mil, novecentos e quatorze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 342, de 2002-CN (nº 1.233/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.203.681.717,00 (dois bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 343, de 2002-CN (nº 1.234/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.658.122,00 (dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e dois reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 348, de 2002-CN (nº 1.233/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.203.681.717,00 (dois bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e dezessete reais), para reforço

de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02185

Nº 10, de 2003-CN (nº 2/2003, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 31 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.624.917,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais), em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02186

Nº 55, de 2003 (nº 52/2003, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor *João Antônio Fleury Teixeira* para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02186

Nº 56, de 2003 (nº 53/2003, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Augusto de Oliveira Candiota* para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02187

Nº 57, de 2003 (nº 54/2002, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Paulo Sérgio Cavalheiro* para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02190

1.2.2 – Pareceres

Nº 70, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2003 (nº 1.241/2003, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003. **(Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003)** 02191

Nº 71, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 53, de 2003 (nº 49/2003, na origem), do Senhor Presidente da República, que nas operações de crédito autorizados pela Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, solicita seja incluída o item “despesas gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o *Export Development of Canadá – EDC* e retificada a definição de “amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco *BNP PARIBÁS S/A* e o *Bank Leumi LE-Israel B.M.* **(Projeto de Resolução nº 1, de 2003)** 02196

1.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao inciso VIII do Artigo 22 da Lei nº

8.245, de 18 de outubro de 1991. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02198

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dá nova redação ao Artigo 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02198

1.2.4 – Ofícios

Nº 84/2003, de 24 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação do Senador João Capiberibe como Vice-Líder do Governo. À publicação. 02199

Nº 45/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação dos Senadores Magno Malta, Fernando Bezerra e Geraldo Mesquita Júnior como Vice-Líderes. À publicação. 02199

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR *DUCIMAR COSTA* – Posicionamento favorável ao debate e aprovação da reforma política. Defesa dos interesses do Estado do Pará junto ao Governo Federal para garantia de desenvolvimento econômico. 02200

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Preocupação com os atos realizados pelos narcotraficantes no Estado do Rio de Janeiro de afronta ao poder público e sugestão de debate sobre a legalização do consumo de droga como medida de combate ao narcotráfico. 02203

SENADOR *SÉRGIO CABRAL*, como Líder – Solidarizando-se ao pronunciamento do Senador Jefferson Peres sobre sugestões para combate ao narcotráfico. 02204

1.2.6 – Prestação do compromisso regimental e posse da Sra. Iris de Araújo Rezende Machado (*Suplente convocada da representação do Estado de Goiás*). 02206

1.2.7 – Comunicação

Da Senadora Iris de Araújo, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação. 02207

1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADORA *IRIS DE ARAÚJO* – Pronunciamento de posse no Senado Federal, ressaltando a necessidade de apoio às reformas estruturais propostas pelo governo Lula. 02207

1.2.9 – Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Manoel Elias de Santana (*Suplente convocada da representação do Estado de Sergipe*). 02211

1.2.10 – Comunicação

Do Senador Renildo Santana, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação..... 02212

1.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Solicitação à Comissão Interministerial destinada a examinar a situação dos Organismos Geneticamente Modificados, os transgênicos, de audiência à Embrapa para conhecimento dos estudos realizados pela empresa. 02212

SENADORA IDELI SALVATTI – Reiteração da importância da instalação de uma CPI destinada a averiguar as denúncias de remessas ilegais de dólares para o exterior. 02213

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Defesa do Senador Jorge Bornhausen no envolvimento nas remessas de divisas para o exterior..... 02214

SENADOR JONAS PINHEIRO – Apoio à aprovação de projeto de lei que regula a renegociação das dívidas dos produtores rurais junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com alterações..... 02214

SENADOR PAULO PAIM – Protesto pela utilização em escolas do Distrito Federal do livro “Banzo, Tronco e Senzala”, pela discriminação racial aos negros. 02216

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Assinatura ao manifesto do Senador Capiberibe pela defesa da paz. Críticas às declarações do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, de beneficiamento temporário para o comércio exterior do Brasil na confirmação da guerra entre os Estados Unidos da América e o Iraque e às afirmações do Ministro Chefe da Casa Civil de recebimento, do governo anterior, de uma tarifa alta para os serviços públicos..... 02217

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 43, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando Voto de Solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 02219

Nº 44, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02219

1.2.13 – Ofício

Nº 29/2003, de 21 do corrente, da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de indicação do Deputado Sérgio Miranda para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional. À publicação. 02220

1.2.14 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02220

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera os arts. 6º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer procedimentos nos casos de interceptação telefônica. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02221

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que altera a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa..... 02223

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera e acrescenta parágrafos no art. 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa. 02224

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que altera o art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, acrescentando-lhe causa de aumento da pena na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. 02227

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, proibindo o transporte de matérias radioativas em aeronaves que transportam passageiros. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços

de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.....	02229	poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão da matéria.....	02241
Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....	02230	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 1, de 2003, resultante de parecer lido anteriormente.....	02242
Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.254, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.....	02231	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000 (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	02242
Projeto de Resolução nº 2, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e Diretoria.....	02237	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2001 (nº 1.670/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. que Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	02242
Projeto de Resolução nº 3, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal. À Comissão de Assuntos Econômicos.....	02237	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002 (nº 465/99, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	02242
Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá, que susta o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, da Presidência da República. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....	02239	Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2002 (nº 2.158/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.....	02242
1.2.15 – Ofício			
Nº 35/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação dos Senadores Leomar Quintanilha, Paulo Octávio, Demóstenes Torres, Efraim Moraes e Rodolpho Tourinho para exercerem as funções de Vice-Líderes daquele partido. À publicação.....	02241	Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2000, de autoria do Senador Geraldo Melo, que disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados.....	02242
1.2.16 – Leitura de requerimentos			
Nº 45, de 2003, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.....	02241		
Nº 46, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona. À Mesa para decisão.....	02241		
1.2.17 – Comunicações da Presidência			
Inclusão na Ordem do Dia de amanhã, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003, resultante de parecer lido anteriormente, quando		Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e	

Cidadania. À Câmara dos Deputados (*Os Projetos de Lei do Senado nº 539, de 1999 e 101, de 2000, que tramitavam em conjunto com a matéria e prejudicados, vão ao Arquivo*)..... 02242

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2001, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a proibição do ato de fumar ao dirigir, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados. 02242

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados. 02242

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Melo, que dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos. À Câmara dos Deputados. 02242

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil, aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados..... 02242

Recebimento do Recurso nº 1, de 2003, interposto em tempo oportuno, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”. 02242

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001..... 02242

Recebimento dos Recursos nºs 2 e 3, de 2003, interpostos no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que altera os arts. 18 e 26

da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura. 02244

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002..... 02244

1.2.18 – Ofício

Nº 146/2003, de 25 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02244

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências. **Apreciação adiada para amanhã**, tendo usado da palavra os Srs. Romero Jucá, Renan Calheiros, José Agripino, Tião Viana e Aloizio Mercadante. 02244

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. **Apreciação sobrestada**. 02247

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Maringá (PR). **Apreciação sobrestada**. 02247

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás. **Apreciação sobrestada**..... 02247

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá (GO). **Apreciação sobrestada**..... 02248

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Difícil herança financeira legada pelo ex-Governador do Estado do Espírito Santo, Sr. José Ignácio Ferreira, ao atual Governo do Sr. Paulo Hartung. Cumprimentos aos atores públicos da força-tarefa que estão no combate ao crime organizado no Estado do Espírito Santo. Problemática do tráfico de drogas no País. 02248

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Solicitação à Mesa para que agilize a tramitação de requerimento de informação enviado ao Secretário do Tesouro Nacional e à direção do Banco do Brasil, relativamente a contrato de empréstimo firmado com o Governo do Mato Grosso do Sul. 02252

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Relato das propostas discutidas entre o Presidente da República e os Governadores de Estado, em reunião realizada no último final de semana. 02252

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Defesa de uma nova abordagem nas campanhas de esclarecimento realizadas pelos órgãos de segurança e saúde, enfocando o jovem como seu principal alvo. Importância do trabalho realizado pela Secretaria Nacional Anti-Drogas e das ações empreendidas pela Secretaria da Juventude do Tocantins em favor dos jovens do Estado. 02257

SENADOR VALDIR RAUPP – Cumprimentos ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, pela indicação do Embaixador José Maurício Bustani para a pasta da embaixada brasileira em Londres. 02259

1.3.2 – Ofício

Nº 31/2003, de 25 do corrente, do Senador Jorge Bornhausen, solicitando o encaminhamento à Corregedoria do Senado Federal de documentos a respeito de matéria veiculada pela

revista **Época**, em junho de 2002, com o objetivo de esclarecer denúncias constantes de pronunciamento da Senadora Ideli Salvati. À publicação.... 02260

1.3.3 – Comunicações da Presidência

Desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1997, que tramitava em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 117 e 132, de 2000. As matérias retornam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 02269

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 02269

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS**

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 91, de 2002. 02271

Nº 1, apresentada à Medida Provisória nº 94, de 2002. 02273

Nºs 1 a 19, apresentadas à Medida Provisória nº 101, de 2002. 02275

Nºs 1 a 69, apresentadas à Medida Provisória nº 103, de 2003. 02306

Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 104, de 2003. 02385

Nºs 1 a 5, apresentadas à Medida Provisória nº 105, de 2003. 02389

Nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 106, de 2003. 02395

Nºs 1 a 81, apresentadas à Medida Provisória nº 107, de 2003. 02398

3 – GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ata de Sessão Plenária e Ata da Comissão Deliberativa, ambas realizadas em 2 de fevereiro de 2003. 02515

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 6ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de fevereiro de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 314, de 2002-CN (nº 1.136/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$ 427.623.568,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 315, de 2002-CN (nº 1.137/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor global de R\$ 24.568.341,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais), em favor da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 316, de 2002-CN (nº 1.138/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 16 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministé-

rio da Educação, crédito suplementar no valor de R\$ 20.634.588,00 (vinte milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 317, de 2002-CN (nº 1.139/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R\$ 15.610.000,00 (quinze milhões, seiscentos e dez mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 318, de 2002-CN (nº 1.140/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 658.077,00 (seiscentos e cinquenta e oito mil, setenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 319, de 2002-CN (nº 1.141/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 320, de 2002-CN (nº 1.142/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 1.269.806.866,00 (um bilhão, duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas na

Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 321, de 2002-CN (nº 1.143/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 17 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 14.560.000,00 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta mil reais), em favor da Justiça do Trabalho, da Presidência da República, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Defesa, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 322, de 2002-CN (nº 1.144/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 18 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R\$ 61.662.387,00 (sessenta e um milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, trezentos e oitenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 336, de 2002-CN (nº 1.173/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 19 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), em favor do Ministério da Justiça, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 337, de 2002-CN (nº 1.192/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 20 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 121.125.285,00 (cento e vinte um milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 338, de 2002-CN (nº 1.202/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 43.015.500,00 (quarenta e três milhões, quinze mil, quinhentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 339, de 2002-CN (nº 1.203/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da

União crédito suplementar no valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), em favor de Encargos Financeiros da União, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 340, de 2002-CN (nº 1.204/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor global de R\$ 22.253.766,00 (vinte e dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais), em favor da Justiça Federal e do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 341, de 2002-CN (nº 1.205/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 24 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 872.097.914,00 (oitocentos e setenta e dois milhões, noventa e sete mil, novecentos e quatorze reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 342, de 2002-CN (nº 1.233/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.203.681.717,00 (dois bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 343, de 2002-CN (nº 1.234/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor global de R\$ 19.658.122,00 (dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, cento e vinte e dois reais), para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 348, de 2002-CN (nº 1.233/2002, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 27 de dezembro de 2002, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$

2.203.681.717,00 (dois bilhões, duzentos e três milhões, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e dezessete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nº 10, de 2003-CN (nº 2/2003, na origem), que encaminha cópia do Decreto de 31 de dezembro de 2002, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, crédito suplementar no valor de R\$ 12.624.917,00 (doze milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e dezessete reais), em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, para reforço de dotações consignadas na Lei Orçamentária vigente. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

AS MENSAGENS Nºs 314 A 322, 336 A E 348, DE 2002-CN E Nº 10, DE 2003-CN, SÃO À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

MENSAGEM Nº 55, DE 2003
(Nº 52/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra d, da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor João Antônio Fleury Teixeira para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 21 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

Nome:	JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA
Nacionalidade:	Brasileira
Data de Nascimento:	13.06.52
Estado Civil:	casado
Filiação:	Afonso França Teixeira Arlette Fleury França Teixeira
CPF:	158.470.046-72
RG:	M8074300 – SSP/MG

Funcionário de carreira do Banco Central do Brasil desde 1977, graduado em Administração de Empresas e Pós-graduado em Análise de Sistemas da Informação, Organização Sistemas e Métodos e Formação Gerencial em Nível Estratégico – FGV/EBAP.

No Banco Central do Brasil exerceu as seguintes funções gerenciais:

- Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Organização (cargo atual)**
- Consultor da Diretoria de Administração (06/1999 a 04/2002)**
- Delegado Regional do Banco Central em Minas Gerais (12/1977 a 06/1999)**
- Delegado Adjunto do Banco Central em Minas Gerais (09/1996 a 12/1977)**
- Chefe da Divisão de Câmbio e Capitais Estrangeiros em Minas Gerais (05/1987 a 09/1996)**
- Gerente da Área de Tecnologia da Informação em Minas Gerais (04/1984 a 05/1987)**
- Assistente e Coordenador Interino no Departamento de Administração Financeira em Brasília (08/1978 a 12/1982).**

Brasília/2003


João Antônio Fleury Teixeira

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

MENSAGEM Nº 56, DE 2003

(Nº 53/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra d, da Constituição Fede-

ral, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Augusto de Oliveira Candiota para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 21 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.****CURRICULUM VITAE**

Nome: Luiz Augusto de Oliveira Candiota
Data de Nascimento: 29.5.1966
RG: 35.913.624-2 - SSP/SP
CPF: 840.274.527-04
Estado Civil: Casado
Filiação: Luiz Roberto Salgado Candiota
Maria Beatriz de Oliveira Candiota
Nacionalidade: Brasileira
Endereço: Rua Gregório Paes de Almeida, 974
Alto de Pinheiros - São Paulo - SP
Brasil - 05450-001
Telefone: (011) 3021-2588
Endereço eletrônico: candiota@grupolacan.com.br

Formação Acadêmica:

2001 -Harvard Business School – Boston, USA
FMP - Financial Management Program

Junho 1990 - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
Bacharel em Economia

Línguas:
Inglês e Francês fluentes.
Bons conhecimentos em Espanhol

Experiência Profissional:**Dezembro 2000 - Grupo Lacan – Sócio Majoritário**

O grupo tem suas atividades voltadas à prestação de serviços financeiros e informação setorial. Atua nos mercados de *brokerage* junto a Bolsa de Mercadorias e Futuros-BM&F, consultoria e qualificação da indústria de fundos de investimentos e informação e análise setorial.

Jul. 1999 - Dez. 2000 - Diretor Financeiro – Banco Fibra S.A. e Grupo Vicunha

Reportando-se diretamente às famílias acionistas Steinbruch e Rabinovich. Responsabilidade de supervisão direta de mais de 60 pessoas, reuniões estratégicas mensais com o Conselho de Administração do Grupo Têxtil, Banco Fibra e Conglomerado Vicunha.

Participou ativamente em todo plano de reestruturação do Grupo, incluindo o acordo de descruzamento acionário entre as Companhias Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional, juntamente com o BNDES, assim como o desinvestimento da área de telefonia através da venda de participação da Maxitel.

Membro do Conselho Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional

Responsável por aprovar e definir a estratégia financeira da Companhia juntamente com outros acionistas majoritários, como Bradespar, Companhia Vale do Rio Doce e Previ.

Diretor Executivo do Banco Fibra

Responsável por gerenciar as áreas de Tesouraria e Mercado de Capitais , incluindo mercados primários e secundários de renda fixa, cambio, ações e derivativos.

Out. 1993 - Junho de 1999 - Diretor Executivo - Citibank N.A., Brasil

Reportando-se ao Vice Presidente Executivo. Responsável pelo gerenciamento da área Financeira/ Tesouraria (Open-Market, Cambio, Derivativos, Dívida Soberana e Bolsa)com um orçamento anual de mais de USD 100 milhões. Responsabilidades que também incluem a área de vendas de cambio, gerenciamento do *exposure* de capital do balanço banco e supervisão direta de 22 pessoas (incluindo 2 traders em Nova York). Membro do ALCO (Assets and Liabilities Committee).

Jan. 1992 - Oct. 1993 - Gerente de Corporate Finance - UNIBANCO S.A., Brasil

Reportando-se ao Diretor de Corporate Finance. Responsável pela estruturação e distribuição de Títulos dentro do “ *Euro Market* ”, incluindo a primeira emissão do setor privado no valor de USD 100 milhões . Responsabilidade por “ *joint sales marketing* ” com a equipe de vendas de mercado de capitais do Morgan Stanley.

Jun 1990 - Jan. 1992 - Trader Senior - Mantrust SRL (Manufactures HanoverTrust Co.)

Trader de derivativos em moeda estrangeira, reportando-se ao Tesoureiro. Juntou-se ao banco como trader de ativos, reportando-se ao Diretor Financeiro e à mesa de operações de Nova York. Coordenou operações de arbitragem juntamente com outras divisões internacionais.

Oct. 1987 - Jan. 1990 - Trainee - Banco Multiplic (associado ao Lloyds Bank)

Atuou como trainee dentro de um programa extensivo de tesouraria.

Outros Cursos:

Team Challenge Program – New York, USA – Programa de 3 meses limitado a 14 participantes de todo o grupo Citigroup no mundo em associação com a Columbia University of New York. Foco na implementação e definição de estratégia de vendas para o Citigroup, com suas conclusões apresentadas pessoalmente ao Chairman, CEO e Vice-Presidentes da corporação.

Senior Risk Management – Vevey, Suíça

Global Expatriate Program – Miami-USA, Jakarta-Indonesias e Singapura

Financial Engineering – Harvard Business School e Allen and Associates Co.

Current Risk Issues – Fort Lauderdale, USA

Managing People – Campos de Jordão, Brasil

Options Seminar – Citibank, Brasil

Principals of Capital Markets and Exposure Management – Buenos Aires, Argentina

Outras Informações:

Presidente do Comitê de Mercados da ABBI (Associação Brasileira de Bancos Internacionais) - 1998/1999

Membro do Comitê de Política Monetária da ANDIMA

Representante da Comissão de Câmbio da FEBRABAN

Palestrante – Latin Conferences – Risk Magazine, Miami, EUA

1997 – “Brazil’s Political and Economic Environment”

1996 – “Exploiting the opportunities and overcoming the barriers in investing and trading in the Brazilian Real”

Co-Fundador do Instituto Reciclar

Desde 1995, o instituto promove e incentiva o desenvolvimento educacional e de integração ao mercado de trabalho de adolescentes entre 14 e 18 anos que vivem numa região menos favorecida, a favela do Jaguaré, na cidade de São Paulo.

Hobbies:

Leitura, Tênis e Squash

São Paulo/2003



Luiz Augusto de Oliveira Candiota

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

MENSAGEM Nº 57, DE 2003

(Nº 54/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
Nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado
com o art. 52, inciso III, letra d, da Constituição Fede-

ral, submeto à consideração de Vossas Excelências o
nome do Senhor Paulo Sérgio Cavalheiro para exer-
cer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Brasília, 21 de fevereiro de 2003. – **Luiz Inácio
Lula da Silva.**

CURRICULUM VITAE

Nome: Paulo Sérgio Cavalheiro
Nacionalidade brasileira
Data de Nascimento: 20.05.1950
Estado Civil: casado
Filiação: Roberto D Cavalheiro
Paulina Cavalheiro
CPF: 489.170.528-00
RG: 5253147 - SSP/SP

Formação Acadêmica: Ciências Contábeis - PUC - São Paulo - Conclusão em 1974
Especialização em Auditoria - FIPECAFI/ USP em 1979

Atividade Profissional anterior ao Bacen: Banco do Estado de São Paulo S/ A -
BANESPA - de 1970 a 1976

Carreira no Banco Central do Brasil: ingresso em 11/1976, como Auditor, ocupando, a partir de então as funções de Coordenador de Fiscalização, Supervisor de Fiscalização, Chefe de Divisão de Fiscalização, Chefe Adjunto do Departamento de Fiscalização, Chefe Interino do Departamento de Fiscalização e Chefe do Departamento de Supervisão Direta (posição atual).

Missões Especiais: Atuação nas liquidações extrajudiciais do COMIND, de 11/85 a 08/87, na área internacional, incluindo levantamento sobre as agências no exterior, e do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, de 09/90 a 10/92

Cursos e Seminários: participação em diversos, no País e no exterior, com destaque aos mais recentes promovidos pelo FMI, em Washington e pela Banca d'Italia, em Roma, ambos sobre supervisão bancária, e pelo BIS, em Basel, relacionado com risco de crédito, risco de mercado e risco operacional, tendo atuado como palestrante nos dois últimos. Participou, ainda, de curso no Toronto Centre, em Toronto, no Canadá, denominado "*The Leadership Process*", evento este voltado para o desenvolvimento de habilidades gerenciais para executivos de supervisão bancária.

São Paulo/2003.

Paulo Sérgio Cavalheiro

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

PARECERES

PARECER Nº 70, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 1, de 2003 (nº 1.241/03, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 1, de 2003 (nº 1.241/03, na origem), o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

Acompanham a mensagem os seguintes documentos:

a) Aviso nº 900/MF, de 30 de dezembro de 2002, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda;

b) o documento Programação Monetária – para o primeiro trimestre de 2003, do Banco Central do Brasil;

c) o Aviso nº 1.584-SAP/C. Civil, de 30 de dezembro de 2002, que encaminha a mensagem à Primeira Secretaria do Senado Federal;

d) declaração de recebimento da mensagem pela Presidência do Senado Federal em 18 de fevereiro de 2003.

A Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003 e para o ano de 2003 trata dos seguintes assuntos:

A. A economia no quarto trimestre de 2002, onde são descritas as taxas de variação trimestral do PIB; estatísticas sobre a produção industrial; o faturamento real do comércio varejista na Região Metropolitana de São Paulo; a evolução das taxas de inflação e de desemprego aberto; o resultado primário e dívida líquida do setor público, bem como as necessidades de financiamento do setor público e os resultados das transações comerciais e financeiras com o exterior.

B. Política monetária no terceiro trimestre de 2002, que retrata a evolução prevista e a realizada no período para os principais agregados monetários, quais sejam, os meios de pagamento M1 e M4 e a base monetária restrita e ampliada. Destaca-se, aqui, que os agregados monetários restritos ultrapassaram os limites superiores estabelecidos pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2002, cujo realinhamento dos limites de emissão foi autorizado

pelo Conselho Monetário Nacional, conforme preconiza o § 2º do art. 4º da Lei nº 9.069, de 1995.

C. Política monetária no bimestre outubro-novembro de 2002, demonstrando os resultados previstos pela programação monetária para o quarto trimestre de 2002 e o ocorrido no bimestre outubro-novembro do ano passado, registrando-se que todos os agregados estiveram dentro dos limites de variação percentual em doze meses.

D. Perspectivas para 2003. As autoridades monetárias consideraram um cenário favorável à continuidade da expansão econômica para os próximos meses, tendo em conta vários elementos, dentre os quais a “recuperação das expectativas dos consumidores e empresários” que teriam postergado suas decisões de consumo e investimento, respectivamente.

Esperam que o volume de recursos externos colocados à disposição aos países emergentes seja gradualmente recomposto, em vista da possibilidade de recuperação e consolidação da economia norte-americana e da normalização no movimento de capitais internacionais. Acreditam, também, que os países com políticas monetárias e fiscais sadias serão privilegiados nessa recomposição de capitais.

Contribui para as perspectivas favoráveis, o ajuste da conta de transações correntes do balanço de pagamentos, que declinou de 4,61%, em 2001, para 1,89%, em 2002. Espera-se que essa tendência continue em 2003, com saldos comerciais positivos e reduções nos tradicionais déficits da conta de serviços.

Os resultados menos favoráveis da demanda por investimentos repercutiram na queda da participação da formação bruta de capital fixo no PIB, mantendo a tendência declinante desde o segundo trimestre de 2001, “quando atingira 20,2%, ante 18,5% estimados para o final do terceiro trimestre de 2002”.

A evolução favorável dos indicadores demonstra, todavia, a insuficiência do crescimento para absorção da mão-de-obra, provocando elevação da taxa de desemprego em 2002, em relação a 2001. Consideram nas perspectivas, que o crescimento do nível de atividade e a recuperação da confiança dos consumidores deverão motivar aumentos futuros de preços, em setores não impactados diretamente pelo choque de oferta causados pela desvalorização cambial, desde abril de 2002, e entressafra agrícola, nos últimos dois meses de 2002. Mas, as autoridades julgam que as taxas de inflação devem arrefecer-se gradualmente, tanto pela superação dos efeitos da entressafra, como pelas melhores perspectivas com relação à evolução do câmbio.

Por fim, ressaltam ainda a importância da continuidade do processo de consolidação fiscal empreendido nos últimos anos. Nesse cenário, os resultados fiscais superavitários apresentados em todos os níve-

is de governo, contribuem para que a dinâmica da dívida líquida do setor público se mantenha em trajetória sustentável e, embora registrando oscilações decorrentes de pressões advindas do mercado de câmbio. A continuidade desse esforço fiscal, aliada à percepção positiva quanto ao compromisso com a manutenção da estabilidade, contribuirão para a melhoria na percepção do risco-país e para a consolidação de uma trajetória declinada da dívida nos próximos meses. (grifo nosso).

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o primeiro trimestre e para o ano de 2003, programadas em consistência com o atual regime de política monetária. Esse regime é baseado em

metas para a inflação, no comportamento esperado para a renda nacional, as taxas de juros, as operações de crédito e demais indicadores pertinentes. Com base em modelos econométricos e considerando-se “o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic, os prováveis impactos das operações de crédito e componentes de tendência e de sazonalidade características daqueles agregados”, estimou-se a variação dos meios de pagamento, em 12 meses, em 34,3% para março e em 20% para dezembro de 2003.

Os Quadros 3 e 4 da Programação Monetária são abaixo transcritos e descritos, em vista de sua relevância para o exame da matéria.

Quadro 3. Programação monetária ¹

Discriminação	Primeiro Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ²	R\$ Bilhões	Variação % em 12 meses ²
M1 ³	83,9-113,5	34,3	110,3-149,2	20,0

Base restrita ³	56,4-76,3	34,3	72,5-98,0	15,6
Base ampliada ⁴	697,3-943,4	23,1	779,4-1054,4	16,6
M4 ⁴	719,5-973,5	11,1	812,9-1099,8	17,2

FONTE: Banco Central do Brasil

⁽¹⁾ Refere-se ao último mês do período.

⁽²⁾ ⁽²⁾ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

⁽³⁾ ⁽³⁾ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

⁽⁴⁾ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários ^{1/}

Discriminação	2002		2003 ²			
	Outubro-Novembro		Primeiro Trimestre		Ano ^{2/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ Bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses
M1 ⁴	91,3	33,2	98,7	34,3	129,7	20,0
Base restrita ⁴	61,3	34,6	66,3	34,3	85,2	15,6
Base Ampliada ⁵	775,7	20,6	820,3	23,1	916,9	16,6
M4 ⁵	797,5	5,2	846,5	11,1	956,3	17,2

FONTE: Banco Central do Brasil

⁽¹⁾ Refere-se ao último mês do período.

⁽²⁾ Projeção.

⁽³⁾ Ponto médio das previsões.

⁽⁴⁾ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

⁽⁵⁾ Saldos em fins de período.

A evolução esperada para os principais agregados monetários demonstra taxas de variação de 34,3% para os meios de pagamento (MI), ao longo do primeiro trimestre, em base anual, e de 20,0% até o fim do ano; a mesma expansão trimestral está prevista para a base monetária restrita, atingindo 15,6% no final de 2003. Para a base ampliada prevê-se uma expansão de 23,1% no trimestre, anualizado, e de 16,6% até o encerramento do ano. Os meios de pagamento ampliados (M4) poderão atingir o crescimento de 11,1% no trimestre e 17,2% até dezembro do corrente ano.

As projeções demonstram que, em um cenário favorável à redução das atuais taxas de inflação (IGP-DI de 2,17% em janeiro e de 28,92%, em 12 meses), a política monetária poderá ser implementada de modo a expandir a liquidez real da economia e reduzir os juros. Vale lembrar que vivemos um regime de metas de inflação com taxas flutuantes de câmbio. Nesses casos, o instrumento de controle da política monetária é a taxa de juros e não, necessariamente, o controle do estoque de moeda.

II – Análise

A Programação Monetária para os trimestres de cada ano é elaborada pelo Banco Central, examinada e aprovada pelo Conselho Monetário Nacional para posterior encaminhamento a esta Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com as determinações legais já referidas.

A Programação Monetária sob exame foi elaborada em consonância com o disposto na Lei nº 9.069, de 1995, e devidamente aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, em sessão de 19 de dezembro de 2002. Assim, vale lembrar que o documento fora elaborado pela equipe econômica do governo anterior e que, por outro lado, já encontra-se no final do seu segundo mês de execução. A defasagem entre o encaminhamento da mensagem e a análise da programação para o primeiro trimestre de cada ano ocorre, normalmente, em função do período de recesso do Congresso Nacional, em janeiro.

Não houve alterações metodológicas na elaboração da programação. Com efeito, as metas indi-

cadas da evolução dos principais agregados monetários são programadas em consistência com o atual regime de política monetária, baseado em metas para a inflação. Mediante modelos econométricos as autoridades monetárias projetam estimativas da demanda por papel moeda e por depósitos à vista, considerando-se, além das metas de inflação, das expectativas de comportamento da demanda agregada e do crescimento do Produto Interno Bruto, da trajetória da taxa básica de juros (Selic) e dos cenários domésticos e internacionais compatíveis com as metas para a inflação, os prováveis impactos das operações de crédito e os componentes de tendência e sazonalidades característicos desses agregados.

Embora conste da programação alguns indicadores da macroeconomia do País e das perspectivas para 2003 que a fundamentam, não há no documento informações sobre a trajetória esperada da taxa básica de juros – de resto, instrumento de controle da política monetária sob um regime de metas de inflação. Não há informações sobre a distribuição do crédito, nem sobre o emprego de medidas urgentes e necessárias para eliminar abusos nos **spreads** (diferença entre os custos de captação e de aplicação no mercado). De igual modo, não consta do documento manifestações ou compromissos expressos das autoridades monetárias quanto ao papel da política monetária a ser implementada no respectivo trimestre, exceto que a continuidade do esforço fiscal, “aliada à percepção positiva quanto ao compromisso com a manutenção da estabilidade, contribuirão para a melhoria na percepção do risco-país e para a consolidação de uma trajetória declinante da dívida nos próximos meses”, conforme fls. 13 do processado.

Todavia, a programação permite às autoridades monetárias uma expansão dos meios de pagamentos (MI) da ordem de 34,3% no trimestre, em base anual. Isto permite-nos inferir que, mesmo com uma taxa de inflação de 2,17% em janeiro e de 28,92% em 12 meses, medida pelo IGP-DI, haverá possibilidades de uma política monetária expansionista, desde que a inflação demonstre sinais de recuo na recente trajetória ascendente. Como se sabe, desde finais de 2002, a inflação mudou de patamar em decorrência do choque de oferta causado

pela desvalorização cambial, pelos aumentos do preço do petróleo no mercado internacional em face da iminente guerra Estados Unidos-Iraque e pelos efeitos da entressafra agrícola. Nesse sentido, o Copom vem elevando sistematicamente a taxa básica de juros: de 18% em meados de setembro de 2002 para 25%, em dezembro passado. Em fins de janeiro, a taxa Selic é elevada em meio ponto percentual e, em 19 de fevereiro de 2003, novamente para 26,5% ao ano. Desta feita, o aumento veio acompanhado de aperto monetário discricionário, ou seja, por meio da elevação dos depósitos compulsórios de 45 para 68%.

Há uma clara contradição entre as presentes causas da inflação _ choque de oferta identificado inclusive pelas próprias autoridades monetárias, que sem dúvida persiste _ e a utilização da taxa básica de juros como instrumento de controle. Como se sabe, a elevação dos juros afeta negativamente o consumo e os investimentos, propagando-se uma contração generalizada da demanda agregada e um aumento do já inusitado nível de desemprego na sociedade brasileira. Juros altos são, portanto, incompatíveis com o crescimento do Produto Interno Bruto. Esta política dificulta, naturalmente, o atendimento dos compromissos assumidos pelo novo governo com a geração de milhões de empregos e a almejada retomada do desenvolvimento econômico. Como bem frisara o Ministro-Chefe da Casa Civil, em 20 de fevereiro de 2003, no dia seguinte ao anúncio da elevação dos juros e aperto monetário pelo Copom, a política monetária é executada pelo Banco Central, mas é parte integrante da política econômica do governo. O tratamento monetário dado a inflação ascendente, mormente quando o seu núcleo é tipicamente inflação de custo, é um dilema que deverá ser equacionado por toda a sociedade brasileira, incluindo-se, evidentemente, os responsáveis pela política monetária.

De qualquer forma, com base nas estimativas projetadas para a expansão dos principais agregados monetários no primeiro trimestre de 2003, seria possível facilitar a liquidez real da economia, mediante a expansão da oferta monetária e do crédito, assim como a redução dos juros básicos. Todavia, em prevalecendo o regime de metas de inflação e o

rigor operacional dos guardiões da moeda nacional, isso somente será possível, no curto prazo, se houver sinais objetivos de que os fatores causadores da inflação estejam se dissipando, a exemplo da estabilidade dos preços internacionais do petróleo e da extinção do cenário mundial turbulento motivado pela iminência de uma guerra, literalmente no front externo. No plano da macroeconomia real doméstica, resta dar seguimento ao ajuste fiscal e estrutural do setor público para manutenção dos superávits fiscais e continuar promovendo as exportações com substituição de importações, de modo a manter saldos comerciais positivos e a prosseguir na melhora dos saldos em transações correntes. Esse movimento no lado real da economia ensejará, por um lado, a menores pressões do setor público pela poupança e, por outro, menor demanda por capitais externos para financiar os déficits em transações correntes. Desse modo, as condições reais da economia poderão determinar a evolução das condições monetárias, em especial a trajetória descendente dos juros nominais e reais.

III – Voto

Não obstante as ressalvas construtivas aqui expostas à programação e à política em curso, concluímos o nosso Parecer pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2003

Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2003, nos termos da Mensagem Presidencial nº 1, de 2003.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

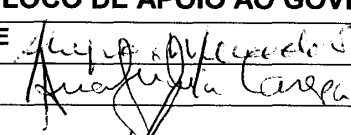
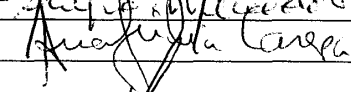
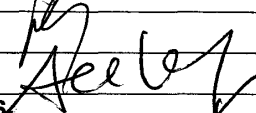
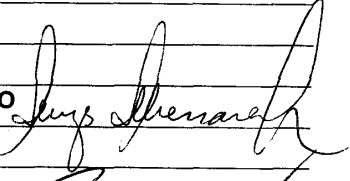
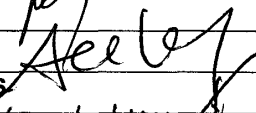
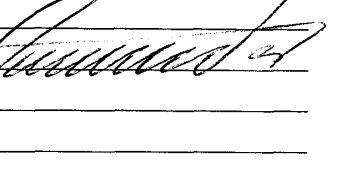
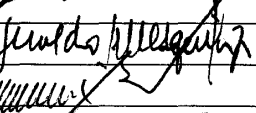
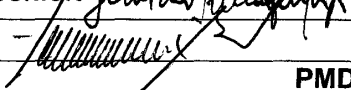
Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**MENSAGEM Nº 1, DE 2003**

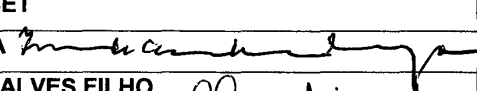
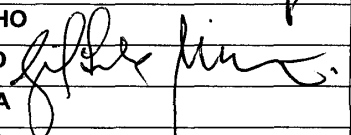

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/2/2003, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : RAMEZ TEBET

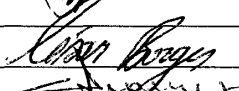
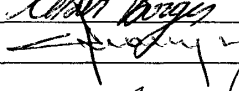


RELATOR : **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,PTB E PL)**

ALOIZIO MERCADANTE 	1-IDELI SALVATTI
ANA JÚLIA CAREPA 	2-FLÁVIO ARNS
EDUARDO SUPPLY 	3-SERYS SLHESSENKO 
DELCIDIO AMARAL	4-DUCIOMAR COSTA
ROBERTO SATURNINO	5-MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6-AELTON FREITAS 
GERALDO MESQUITA JÚNIOR 	
FERNANDO BEZERRA 	

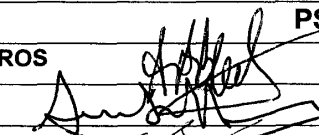
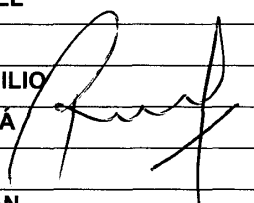
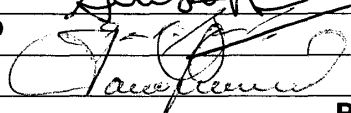
PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA 	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO 	3-VALMIR AMARAL
GILBERTO MESTRINHO	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP 	7-MAGUITO VILELA

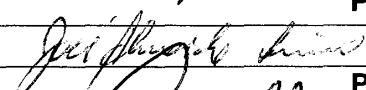
PFL

CÉSAR BORGES 	1-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
EFRAIM MORAES 	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-JOÃO RIBEIRO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO 	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO 	6-MARCO MACIEL

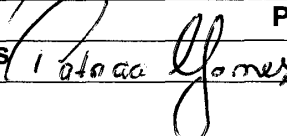
PSDB

ANTERO PAES DE BARROS 	1-ARTHUR VIRGILIO 
SÉRGIO GUERRA	2-ROMERO JUCA
EDUARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI 	4-LEONEL PAVAN

PDT

ALMEIDA LIMA 	1-OSMAR DIAS
--	--------------

PPS

PATRÍCIA SABOYA GOMES 	1-JOÃO BATISTA MOTTA
---	----------------------

Atualizada em: 24/02/03

PARECER Nº 71, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 53, de 2003 (Mensagem nº 49, de 14-2-2003, na origem), do Senhor Presidente da República, que, nas operações de crédito autorizadas pela Resolução nº 66, de 2002, do Senado Federal, solicita seja incluído o item “despesas gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canadá – EDC, e retificada a definição de “amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B. M.

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou a esta Casa a Mensagem nº 53, de 2003 (Mensagem nº 49, de 14-2-2003, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita seja incluída o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canadá – EDC, e retificada a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M., nas operações de crédito autorizadas pela Resolução nº 66, de 2002.

É o relatório.

II – Análise

A Resolução nº 66, de 2002, autorizou a União a realizar quatro operações de crédito externo, cujos recursos se destinam à aquisição de equipamentos destinados ao Projeto AL-X, no âmbito do Programa de Fortalecimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Ocorre que a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer STN/COREF/GERFI nº 531, de 8-11-2002, que instruiu o processo de autorização, omitiu das condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canadá – EDC, o item “Despesas Gerais”, que estão limitadas a até 0,1% do valor do contrato.

Em relação ao empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M, a própria Secretaria do Tesouro Nacional solicitou retificação do Parecer STN/COREF/GERFI nº 536, de 11-11-2002, também parte integrante da instrução processual, para alterar a definição de “Amortização” como sendo “o montante de cada desembolso dividido em número de parcelas semestrais iguais ao

número de períodos de juros que existem no período, começando na data do desembolso e terminando na data final de repagamento (102 meses após a data de efetividade do acordo)”.

III – Voto

Tendo em vista a necessidade de retificar as condições financeiras das duas operações de crédito em tela, conforme autorizadas pela Resolução nº 66, de 2002, manifesto-me pela aprovação da Mensagem nº 53, de 2003, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2003

Altera a Resolução nº 66, de 2002, para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canadá – EDC, e retificar a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi LE-Israel B.M.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 66, de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

Art.4º

IX – despesas gerais: limitadas a até 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato. (NR)

Art. 2º O inciso IV do art. 7º da Resolução nº 66, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

IV – amortização: o montante de cada desembolso dividido em número de parcelas semestrais iguais ao número de períodos de juros que existem no período, começando na data do desembolso e terminando na data final de repagamento (102 meses após a data de efetividade do acordo). (NR)

Art. 3º A contratação das operações de crédito externo a que se refere a Resolução nº 66, de 2002, deverão efetivar-se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias contados da data publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, **Romero Jucá**, Relator.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 53, DE 2003

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/2/2003, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : RAMEZ TEBET

RELATOR :

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE	1-DELI SALVATTI
ANA JÚLIA CAREPA	2-FLÁVIO ARNS
EDUARDO SUPPLY	3-SERYS SLHESSAENKO
DELCIDIO AMARAL	4-DUCIOMAR COSTA
ROBERTO SATURNINO	5-MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-AELTON FREITAS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
FERNANDO BEZERRA	

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
GILBERTO MESTRINHO	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA

PFL

CÉSAR BORGES	1-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
EFRAIM MORAES	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-JOÃO RIBEIRO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ROMERO JUCA
EDUARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN

PDT

ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
--------------	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES	1-JOÃO BATISTA MOTTA
-----------------------	----------------------

Atualizada em: 24/02/03

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28 DE 2003

Dá nova redação ao inciso VIII do artigo 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Inciso VIII do Artigo 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

VIII - pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O inciso de que trata o presente projeto é objeto de muitas discussões judiciais, no que se refere a quem compete o pagamento do IPTU, por exemplo. A redação vigente da Lei nº 8.245/91, em seu art. 22, inciso VIII, diz que é “de obrigação do locador o pagamento de impostos e taxas, e o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, salvo disposição expressa em contrário no contrato”, ou seja, se for acordado entre as partes que o pagamento do referido imposto cabe ao locatário, o locador fica desobrigado do pagamento do imposto sobre propriedade imobiliária.

O Código Tributário Nacional, em seu art. 32, define como fato gerador do IPTU a “posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física”. De fato, a propriedade distingue-se da posse, quer quanto à forma de aquisição, quer quanto aos efeitos, muito embora tenham alguns pontos em comum (arts. 524 e 585 do CC). Contudo, muitos autores não consideram inconstitucional a parte final do art. 32 do CTN que inclui posse na definição de fato gerador. Cumpre, todavia, observar que a posse abrangida pelo fato gerador é aquela de conteúdo econômico, o que exclui, por

exemplo, o locatário. Portanto, “possuidor a qualquer título” refere-se àquele que exerce alguns dos poderes inerentes ao domínio ou à propriedade.

Dessa forma, este projeto visa corrigir uma falha da Lei nº 8.245/91, segundo a qual compete ao proprietário do imóvel o pagamento de impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza que incidam e venham incidir sobre o imóvel.

E por todas essas razões que pretendemos seja o presente projeto aprovado, dada a elevada importância de se amenizar os males causados às famílias que, sem terem condições de adquirir um imóvel, precisam destinar grande parte de sua renda, com pagamentos de aluguéis. Por isso temos a certeza de contar com o apoio dos ilustres pares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Dos deveres do locador e do locatário

Art. 22. O locador é obrigado a:

VIII - pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, salvo disposição expressa em contrário no contrato;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, DE 2003

Dá nova redação ao artigo 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 37 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes modalidades de garantia:

I – caução;

II – seguro de fiança locatícia.

Parágrafo único. É vedada, sob pena de nulidade, mais de uma das modalidades de garantia num mesmo contrato de locação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ninguém desconhece as sérias dificuldades que o pretendente à locação de um imóvel residencial encontra quando lhe é exigido um fiador proprietário. E quando o encontra, este, ao resolver assumir o ônus, o faz com receio e constrangimento. Daí a supressão da figura do fiador nas locações residenciais, mas permanecendo, como garantia, a caução ou o seguro-fiança, já previstos na legislação.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro 2003. – **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 37. No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário as seguintes modalidades de garantia:

I – caução;

II – fiança;

III – seguro de fiança locatícia.

Parágrafo único. É vedada, sob pena de nulidade, mais de uma das modalidades de garantia num mesmo contrato de locação.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os projetos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

Of. 84/2003-GLGOV

Brasília, 24 de fevereiro de 2003

Exmo. Sr.

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, indico o Senador João Capiberibe como vice-líder do Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo.

Ofício nº 45/03 – GLDPT

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do § 4º do art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Ofício nº 10/2003, indico como Vice-Líderes do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Magno Malta, Fernando Bezerra e Geraldo Mesquita Júnior.

Atenciosamente, Senador **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os ofícios lidos vão à publicação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, pela ordem.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição em segundo lugar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável, nos termos do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança, porém seria bom que doravante a Mesa observasse o Plenário, porque fui o segundo a levantar o microfone. Mas não vou brigar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a está inscrito, em primeiro lugar, como Líder, Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de expressar a imensa honra de fazer parte da mais elevada Câmara Legislativa do País como representante do Estado do Pará. Embora não seja novo no Parlamento, pois durante quatorze anos exerci cargos legislativos no meu Estado, devo confessar-lhes que este momento, em particular, está a exigir-me uma carga superlativa de auto-superação.

Em razão disso, rogo a indulgência de V. Ex^{as} para a emoção que me assalta neste momento. Emoção de um homem comum, egresso do interior do Pará – e cuja história de vida resume a de milhões de brasileiros -, que, por contingências sociais, foi obrigado a migrar de sua terra natal para tentar a sorte na cidade grande.

Não obstante o intenso processo de descaracterização cultural que as grandes metrópoles exercem sobre o comportamento e os valores do homem do campo, afianço-lhes que resisti a tais influências. Não perdi a essência de homem do interior, pois ainda me

deslumbro com o inusitado e me emociono ante os grandes desafios da vida.

Estou deveras emocionado, Sr^{as} e Srs. Senadores, ante o desafio de ajudar o Brasil a sedimentar sua trilha para o desenvolvimento, e o fato de ser representante do Pará nesta Casa só aumenta o meu orgulho e põe em relevo a minha responsabilidade.

O Pará vem passando por um acelerado processo de reestruturação, que, além de imprimir um novo perfil econômico e social ao Estado, vem claramente soerguendo a auto-estima de sua população.

Infelizmente, é necessário que se diga, o Pará sempre foi posto à margem das grandes decisões nacionais, consequência de nefastas políticas que, ao longo dos anos, vem aumentando o fosso das desigualdades regionais no Brasil.

Uma de minhas mais urgentes missões nesta Casa é justamente jogar luzes sobre esse problema e trabalhar diuturnamente para combater as causas dessa desigualdade, a fim de que os Estados do Norte sejam efetivamente inseridos na Federação brasileira. Tenho plena e total consciência de que as causas dos desequilíbrios federativos têm raízes históricas e econômicas complexas e profundas.

Não pretendo, com arroubos de nativismo, enfrentar o problema, mas o Estado do Pará e a Região Norte não aceitarão – e isso é ponto pacífico – que sejamos vistos como o grande almoxarifado natural do Brasil e do mundo.

Estou Senador porque o povo entendeu e confiou na minha mensagem. O Pará é grande, como grande é o seu destino. Por isso trabalharei, até o último dia do meu mandato, na hercúlea missão de diminuir a níveis aceitáveis as profundas desigualdades regionais que dividem o País em dois blocos distintos: de um lado, posiciona-se um Brasil rico, culto e poderoso, que dita as regras do destino nacional e que está inserido no mundo; de outro lado, existe um Brasil que chafurda na pobreza, na ignorância e no atraso, que assiste impassível e impotente à degradação das suas riquezas e que, culturalmente, tem sido obrigado a receber apenas as sobras do Brasil rico.

Estou Senador para ajudar a romper definitivamente as barreiras que impedem que o Pará tenha níveis de crescimento compatíveis com o do resto do País. Ou o Brasil permite que o Pará integre incondicionalmente a Federação, participando de maneira efetiva de suas grandes decisões, dando ensejo a que sua população desfrute substantivamente dos efeitos do desenvolvimento, ou a minha missão no Senado

terá sido inútil. Portanto, não pretendo recuar um milímetro sequer na defesa dos interesses do Pará.

É necessário que lembremos que somos atores de uma nova era na História do Brasil. A solidez das nossas instituições, o estágio de amadurecimento democrático que atualmente vivemos, bem como o crescente comprometimento político do Estado com questões de relevância social, inauguram uma nova e promissora etapa na vida do País.

O Brasil finalmente se deu conta que é impossível avançar sem a promoção de reformas estruturais profundas. O papel do Senado nesse processo é fundamental, não somente na formulação dessas mudanças, mas, principalmente, no delineamento do processo, impedindo que propostas surgidas sob o signo da imoderação e do descompromisso com o futuro do País possam prosperar. Precisamos, contrariamente, imprimir celeridade àquelas que, na condição de fundamentais ao País, tenham suas gestações obstruídas por interesses condenáveis, menores, que insistem de forma leviana e egoísta em desviar o Brasil da trilha da contemporaneidade.

Advogo ardentemente a tese de que o Brasil deve começar promovendo uma honesta, transparente e abrangente reforma política, se quiser efetivamente mudar e caminhar com segurança para a modernidade. Os alicerces de sustentação de nossas instituições políticas possuem a consistência de um castelo de fumaça. Nada, absolutamente nada, é capaz de vingar no Brasil enquanto insistirmos em realizar reformas num terreno inóspito à coerência, ao sentimento de bem geral e à fidelidade. Enquanto não tivermos coragem de enfrentar com maturidade e responsabilidade a reforma política, todo e qualquer esforço para mudar o Brasil vai esbarrar em dificuldades ditadas por interesses corporativos destituídos de qualquer compromisso com os anseios da maioria do povo brasileiro, e ao ego de demiurgos partidários que tangem o destino do povo brasileiro pela trilha sombria e tortuosa de suas conveniências.

Ou realizamos com denodo a reforma política de que o Brasil precisa, permitindo que os Partidos sejam dotados de vértebras e de identidade definida, ou tudo o mais que fizermos a título de mudança parecerá um grotesco espetáculo de mistificação para o povo.

Quero também, nesta oportunidade, manifestar a minha posição em relação ao projeto social recentemente lançado pelo Governo Federal. Não obstante as ácidas críticas lançadas por especialistas contra o Programa Fome Zero, dentre elas a que considera o Programa um retrocesso inaceitável, pois concentra

esforços no combate à fome na simples distribuição de alimentos e não em programas de promoção social que ajudam as pessoas a erradicar a pobreza. Admito que, mesmo diante de distorções que eventualmente surgirão com a efetiva implantação do Programa, reconheço a intenção do Governo. Quem conhece a miséria fora dos círculos acadêmicos e das abstrações teóricas, sabe que quem tem fome quer comida.

Quem come tem mais saúde e, evidentemente, mais disposição para estudar, trabalhar e, pasmem, mais vitalidade para questionar sua condição.

Dar comida a quem tem fome é um passo; é apenas um importante e decisivo passo. E o Governo não poderia ficar ausente, esperando uma solução mais aceitável para o problema. A fome não é uma equação social em que o resultado para ser eficaz depende de estabelecimentos de condições e do tempero de medidas adicionais. Quem tem fome quer comer, e logo.

Mesmo diante de tanta perplexidade e preocupação, é mister que reconheçamos que antes de ensinarmos a pescar é necessário que ofereçamos o peixe.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Concedo o aparte ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PFL – TO) – Nobre Senador Duciomar Costa, fala-vos o seu vizinho do querido Tocantins, Estado que, com muito orgulho, juntamente com o que V. Exª, integra a Região Norte deste País. Saiba, nobre Senador, que entendo ser a região centro-norte um novo Brasil que está sendo descoberto. Mas, ouço com muita atenção as considerações positivas que V. Exª traz a esta Casa, o seu empenho e o seu propósito em defender com inteireza não só os interesses da valorosa gente do Pará, mas, também, os do Brasil. Quero, ao lhe dar as boas vindas, dizer a V. Exª que comungo nessa luta pela implementação de ações de interesses regionais e nacionais. O meu Estado e o de V. Exª têm interesses comuns, como, por exemplo, a navegação do rio Tocantins, com a construção das eclusas de Tucuruí e do Lageado; a implementação, com urgência, da Ferrovia Norte-Sul, que não é uma aspiração meramente regional, mas uma necessidade nacional de mudar a matriz de transporte deste País gigante, com extensa área territorial, e que privilegiou, ao longo de sua História, a modal rodoviária – sabidamente a mais cara

do mundo e que impõe aos nossos Estados e às nossas atividades produtivas um custo mais elevado, causando prejuízo a nossa população; além da recuperação da rodovia Belém-Brasília, principal eixo de ligação entre os Estados do Pará e o do Tocantins às demais regiões deste País. Vejo com muita alegria o entusiasmo e a disposição de V. Ex^a, ao somar-se àqueles que integram a Região Norte com o intuito de novamente defender os fundos constitucionais e o restabelecimento da Sudam – seja com qualquer outro nome – para que a Região não sofra os prejuízos que já vem sofrendo com o trancamento da aplicação dos recursos dos fundos constitucionais. Portanto, é com muita alegria – repito – que vejo o entusiasmo de V. Ex^a, oportunidade em que quero me somar ao trabalho de V. Ex^a, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da nossa Região e o do nosso querido País.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador, e o insiro ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assim como muitos de S. Ex^{as} que compõem esta Casa, eu também vim do interior do País, no Estado do Pará. Saí de minha cidade ainda muito jovem, com pouco mais dez anos de idade. Fui para a capital para tentar a vida. Filho de nordestino, na capital, fui cobrador de ônibus, jornalista, mas consegui chegar à faculdade e me formar em bacharel de Direito. Ingressei na vida pública como vereador da minha capital, Belém. Tive dois mandatos como vereador – além de ter a felicidade de ser contemporâneo do nosso Colega, Senador Luiz Otávio –, e depois mais dois como Deputado Estadual.

Conheço o meu Estado, a dificuldade do meu povo, da minha gente. E assim como milhões de brasileiros que hoje estão esperançosos com o novo Governo, e como muitos dos senhores, também venho a esta Casa cheio de esperança – esperança de levar ao meu povo, ao meu Estado, o Pará, políticas sérias e decentes, que realmente permitam que o povo paraense e o povo da região Norte tenham oportunidade de se desenvolver e de crescer.

Até hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, as políticas adotadas para o Estado do Pará e a região Norte têm massacrado aquele povo. São políticas que não permitem que a população daquela região tenha a mesma condição de prosperar e de crescer que o resto da população do País. E essa é a nossa missão nesta Casa. Vim para esta Casa e peço o apoio das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para que aqui possamos honrar o voto que recebemos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora mesmo estamos passando, no Estado do Pará, por uma situação de muita dificuldade, justamente em função de políticas adotadas que massacram aquele povo, em função da lei que desonera os produtos de extração mineral.

Na última sexta-feira, falei desta tribuna sobre a Vale do Rio Doce, que, mais uma vez, despreza, desconsidera, ignora a situação econômica e social do Estado do Pará ao anunciar o projeto de implantação de seu pólo siderúrgico no Maranhão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou deveras preocupado com essa situação. Aqui, outros oradores já se manifestaram sobre o assunto, como o Senador Luiz Otávio. Quero deixar registrada, nos Anais desta Casa, a minha preocupação com a população do Estado do Pará.

A sociedade civil organizada daquele Estado começa uma reação a essa política que consideramos perversa para com o povo do Pará.

Sr. Presidente, agora mesmo os sindicatos, as associações estão se organizando para uma reação.

O jornal **O Liberal**, veículo de maior circulação no Estado, estampa a seguinte manchete: “Protesto no sul do Pará contra Vale prevê ocupação de ferrovia”. Movimento popular para defender o interesse do Estado já tem nome: “O Pará é que vale”. Cerca de quinhentas pessoas, representantes de mais de cem entidades, reúnem-se em Marabá e decidem radicalizar. É a alternativa mais eficaz para impedir que a Vale implante o pólo siderúrgico no Maranhão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso Estado é marcado pela violência, como V. Ex^{as} devem saber, em função de uma série de fatores que levam a sua população a tomar posições como essa. Espero que a Companhia Vale do Rio Doce se sensibilize diante de fatos dessa natureza; que se sente e converse, a fim de encontrar uma política mais justa para aquele Estado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} têm acompanhado a situação de privilégio que vive, hoje, a Companhia Vale do Rio Doce no Pará. Como disse, na última sexta-feira, quando assomei a esta tribuna, a Vale do Rio Doce tem incentivos fiscais que nenhuma outra empresa neste País tem. No entanto, ela não se preocupa com as questões sociais do nosso Estado. Como disse anteriormente, ela retira os nossos minérios e deixa ao povo do Pará só a fumaça e o apito do trem.

Estou aqui para fazer este registro por estar deveras preocupado com o que pode acontecer, com a

reação da população de tentar defender o patrimônio daquele Estado e os interesses do Pará.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Duciomar Costa, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Concedo o aparte ao Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (PMDB – PA) – Senador Duciomar, quero deixar registrado o meu apoio e o meu respeito à posição de V. Ex^a sobre a Companhia Vale do Rio Doce, que, por várias décadas, trabalha praticamente com todos os nossos produtos, todos os nossos minérios. Todo o potencial mineral do Estado do Pará está, realmente, nas mãos da Companhia Vale do Rio Doce. E, brevemente, a Vale terá 80% de seus negócios no Estado do Pará. Trata-se de uma empresa transoceânica, com uma capacidade de investimento muito grande, mas cujo resultado social deixa a desejar, principalmente neste momento. O Governador Simão Jatene, ontem, em audiência com o Ministro José Dirceu e o Ministro da Justiça discutiu não apenas essa questão, mas, principalmente, a situação dos garimpeiros de Serra Pelada, que estão ali acampados há cerca de um ano, mais de dez mil garimpeiros, em consequência de problemas em Serra Pelada, hoje de propriedade também da Companhia Vale do Rio Doce. São problemas muito sérios, que afetam a economia do País, por se tratar de empresa que representa mais de US\$2 bilhões anuais na balança comercial. Sem dúvida, é uma empresa muito importante, economicamente, para o Brasil e para o Estado do Pará. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a, nesta tarde, é coroado de êxito. Conte com o apoio também da minha bancada, do meu Partido, nessa grande luta.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Agradeço o aparte do Senador Luiz Otávio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, a, do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra em nome da Liderança do PDT para colocar, numa síntese, a posição do nosso Partido diante do que aconteceu ontem e do que está acontecendo há muito tempo no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, não vou usar adjetivos. É inútil adjetivar o que ocorreu ontem, no Rio de Janeiro, e

que se vem repetindo: a sede da Prefeitura já foi alvo de tiros; o Palácio do Governo, o Palácio Guanabara, também; ruas do Rio de Janeiro já ficaram com suas casas comerciais fechadas por ordem do narcotráfico. E, ontem, guerrilha urbana, terrorismo, granadas, na Avenida Vieira Souto.

Todo adjetivo é inútil. Veremos, daqui a pouco, na próxima semana, discursos, enxurradas de retórica neste Senado, e de artigos em jornais, que, logo depois, caem no esquecimento. Temo muito que esteja acontecendo com a sociedade brasileira aquilo que Hannah Arendt chamou de “a banalização do mal”.

Estamos perdendo a capacidade de nos indignar com o intolerável, Sr. Presidente. Imagino como estaria, hoje, o Congresso americano, se estivesse a 5ª Avenida com suas lojas fechadas, se bombas tivessem sido lançadas, se houvesse tiros nas ruas, se vários ônibus tivessem sido alvos de coquetéis molotov, se a Cidade de Nova Iorque estivesse paralisada. Como estaria a sociedade americana, hoje? No Brasil, não. É a banalização do mal. No Estado do Rio de Janeiro, o poder estatal está sendo anulado pelo poder paralelo do narcotráfico.

Dá-se prioridade à fome no Brasil, o que é muito justo, mas o que existe, no País, é desnutrição, fome endêmica. A rigor, ninguém morre de inanição, mas milhares de pessoas morrem diariamente – as que são pobres; não as da classe rica e muito poucas da classe média. Sofrem os que vivem em São Paulo no seu patrimônio, mas a perda de vida é dos pobres, dos negros. Esses que se levantam, com justa indignação, contra a discriminação racial e social, contra a desigualdade, não se levantam, indignados, contra a morte de milhares de pobres, principalmente, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde morre mais gente do que morreu na Guerra da Bósnia. O Brasil só perde para a Colômbia – são dados da Organização Mundial de Saúde –, que é campeã, por motivos óbvios, pois está há trinta anos em guerra civil. E aqui não há um plano nacional de segurança. Ninguém se importa com isso. Pode-se até fingir que se dá importância a essa questão, mas isso não é prioridade nacional. O narcotráfico é um câncer.

Senador Romeu Tuma, há uma banda podre nas Polícias a serviço do narcotráfico. O sistema penitenciário está totalmente apodrecido por força da corrupção e da intimidação. Vejam V. Ex^{as} a reportagem de domingo: milhares de armas e munições estão sendo vendidas por soldados e oficiais das nossas Forças Armadas, contaminadas pelo narcotráfico. O Poder Judiciário está infiltrado.

Sr. Presidente, já que medidas emergenciais não são tomadas, começo a me perguntar se já não é tempo – tenho coragem de dizer isso, desafiando até mesmo a opinião pública – de se discutir a legalização das drogas. O narcotráfico é um câncer que não se pode erradicar. Enquanto houver consumidores de drogas – e sempre haverá –, existirão produtores, fornecedores e narcotráfico.

A diferença entre Brasil e Estados Unidos é apenas uma. Lá, o narcotráfico é também inerradicável. Não há cortina eletrônica ao longo do Rio Grande, na fronteira com o México, nem guarda costeira, DEA ou FBI que impeçam que os Estados Unidos apresentem os mais altos índices de consumo de droga do mundo. Bilhões de dólares não conseguem vencer o narcotráfico, porque, enquanto houver consumidores de droga, haverá fornecedores.

Pergunto se já não é tempo de se discutir, em encontros multidisciplinares, com coragem, a legalização das drogas. Não estou pregando que se legalizem as drogas antes de uma amplíssima discussão com a sociedade, mas estou dizendo o óbvio: com a legalização, está morto o narcotráfico. Ou não, Senador Ney Suassuna?

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – É possível.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Com a extinção da clandestinidade, está morto o narcotráfico. Quem defende isso não está a favor do narcotráfico, mas defendendo a morte dele. É uma questão de analisar a relação custo/benefício. O custo da legalização das drogas será, talvez, o aumento do seu consumo, mas o benefício é a extinção do narcotráfico. Vamos comparar custo/benefício, porque é preciso encarar o narcotráfico com toda a sua seqüela de corrupção e intimidação. Há dias, um ex-diretor da penitenciária de Manaus me dizia que não adianta pagar R\$10 mil a um guarda penitenciário, que pode ser incorruptível, mas que não resistirá à seguinte ameaça: “Se você não deixar que eu introduza, na penitenciária, um telefone celular, matarei sua mulher e filhos”.

A esse ponto chegamos, Sr. Presidente. O que está acontecendo no Rio de Janeiro e em São Paulo me parece um símile perfeito dos Estados Unidos dos anos 20: proibição de bebidas; disseminação de destilarias clandestinas em todo o território americano, inclusive no interior; proliferação das gangues, das quais Al Capone era figura emblemática; e o Estado paralelo em Chicago e em outras grandes cidades americanas. Isso só desapareceu com o fim da Lei Seca.

Sr. Presidente, vou sugerir ao Presidente Sarney que comande a realização de um grande seminário neste Senado, talvez, em conjunto com a Câmara, para se discutir esse problema gravíssimo. Poderemos também, sem temor, com ousadia, discutir a possível legalização das drogas em âmbito internacional, levando-se isso para o fórum da ONU, porque seria uma temeridade legalizá-las apenas no Brasil. Talvez seja tempo de considerar essa possibilidade em todo o mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB, agradecendo ao Líder Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Sérgio Cabral, por concessão da Liderança do PMDB, concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer as manifestações do Senador Jefferson Péres e a sua preocupação com o Estado do Rio de Janeiro, que viveu a situação dramática de ter vários bairros e ruas sitiados, por conta de ordens dadas pelo narcotráfico.

O Rio de Janeiro, como todas as grandes capitais do Brasil, vive esse drama da violência, que tem no narcotráfico, como bem disse o Senador Jefferson Péres, o principal guarda-chuva, a principal causa. É, sem dúvida, o narcotráfico o grande responsável, hoje, pelos altos índices de violência nos grandes centros urbanos, especificamente no Rio de Janeiro.

A Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro consomem 80% das suas energias e dos seus gastos no combate a esse crime federal, a esse crime que não é estadual. S. Ex^a foi muito feliz na abordagem desse tema, que é nacional e não preocupa apenas a Governadora Rosinha Garotinho e o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. É hora de o Governo Federal começar a se preocupar com essa questão. Não é possível – como tivemos equivocadamente, há um ano, em relação ao bandido Fernandinho Beira-Mar – o deslocamento da responsabilidade para o Estado do Rio de Janeiro. Não há uma política de presídios federais. Não há uma política nacional de combate ao narcotráfico na extensão de que o Brasil necessita.

O Rio de Janeiro, paralelamente a isso, vive uma situação problemática, do ponto de vista das suas finanças. E faço um apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda, às autoridades federais, para que tenham maior sensibilidade com o Estado do Rio de Janeiro neste momento.

O Senador Ney Suassuna, que é o nosso quarto Senador, com todo o respeito ao povo da Paraíba – o Senador Magno Malta se inscreve como o quinto, e o Senador Jefferson Péres, creio que também. Aliás, o Estado do Rio de Janeiro tem esse privilégio de preocupar todo o Brasil, porque, na verdade, é o grande tambor. Li hoje nos jornais: problema em Diadema, morte no ensaio da escola de samba em São Paulo, problema em Belo Horizonte, e o Rio de Janeiro, de maneira mais dramática e enfática, expressa exatamente esse drama da violência urbana, que ocorre em todo o País.

Nesse sentido, creio que o Governo Federal deve olhar esse tema, não do ponto de vista partidário ou do governo de “A”, “B” ou “C”, mas do ponto de vista do Estado, que é a nossa função aqui. Esta Casa representa os Estados, e por isso faço um apelo ao Líder do Governo, aos Srs. Senadores do PT – particularmente ao Senador Saturnino Braga, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro – e ao Senador Marcelo Crivella, que são meus companheiros. Já estamos procurando, juntamente com o Senador Ney Suassuna, um entendimento com o Governo Federal, porque não estamos na contramão da Lei de Responsabilidade Fiscal – não é o que desejamos – nem na contramão da austeridade orçamentária. O que não é possível é que um Estado da dimensão do Rio de Janeiro viva essa situação, com contas bloqueadas e com audiências em que não se resolvem as questões básicas do relacionamento entre as autoridades da Fazenda e o Governo Estadual.

Particularmente, fiz campanha para o Presidente Lula em 1989, no segundo turno, após o meu candidato, Mário Covas, ter sido derrotado no primeiro turno. Em 1994 e 1998, fiz campanha para Fernando Henrique e, em 2002, para José Serra, mas faço um apelo porque o Presidente Lula sempre teve uma grande recepção no Estado do Rio de Janeiro, foi lá sua maior votação no segundo turno. E, neste momento, trata-se de uma questão efetivamente de Estado. É evidente que não estou fazendo uma ilação direta entre o caos de ontem na cidade do Rio de Janeiro e essa relação conturbada entre o Governo Federal e o Governo Estadual, do ponto de vista das finanças, do entendimento de pagamento de dívidas e de propostas que a Governadora está fazendo ao Go-

verno Federal. A minha solicitação e o meu apelo é para uma política de maior boa vontade com o Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista do combate a essa violência, o Senador Jefferson Péres foi muito corajoso, muito verdadeiro – e a S. Ex^a me associe – em relação a uma nova análise da política de drogas, da sua proibição, do que ela gera de violência – S. Ex^a lembrou os anos 20 na América. E ficamos com essa política, a meu ver, hipócrita, comandada pelos Estados Unidos em relação ao combate às drogas, que gera muito mais gasto, muito mais violência do que se enfrentássemos com seriedade a descriminalização do usuário – nesse sentido a Europa já avançou muito. V. Ex^a, Senador Jefferson Peres, tem de mim todo o apoio. Subscrovo esse requerimento de V. Ex^a ao Presidente Sarney, no sentido de o Senado promover um debate sobre essa questão, trazendo especialistas, trazendo as igrejas, enfim, trazendo à discussão o tema das drogas.

Do jeito que está é um modelo falido, um modelo, como disse bem V. Ex^a, que ataca fundamentalmente os pobres, mas também a classe média, porque a violência não faz distinção de raça, de cor, de classe social, e é um tema das grandes cidades.

O que o Rio de Janeiro viveu ontem, na verdade, é um espelho do grave problema das drogas nas grandes cidades do Brasil, do grave problema da violência, que no Rio de Janeiro teve dimensões – usando uma expressão da semana que antecede – carnavalescas, dantescas: 20 ônibus queimados, 13 pessoas feridas, comércio fechado. Como V. Ex^a bem colocou, ruas importantes do Rio de Janeiro tiveram seu comércio fechado. Isso é uma vergonha!

E não é hora de culpar ninguém, como se tentou no passado recente, quando Benedita da Silva era Governadora e eu era Presidente da Assembléia Legislativa. Naquela ocasião, rejeitei qualquer tentativa de ilação entre a gestão de Benedita da Silva e aquela violência, porque isso é não-conjuntural, mas estrutural, hoje, na sociedade brasileira, e não cabe condenar o Governador A, B ou C.

Por isso, Sr. Presidente, creio que o que o Rio de Janeiro viveu ontem é o que, de certa maneira, o Brasil vive diariamente nos seus grandes centros urbanos. O Governo Federal tem que estabelecer uma política de segurança pública. O nosso 1º Secretário, o nobre Senador Romeu Tuma, uma das maiores autoridades do Brasil em segurança pública, poderá, certamente, no plano do Senado Federal, tomar a vanguarda dessa discussão sobre uma política de segurança pública nacional de verdade no combate a essa marginalidade e, ao mesmo tempo – porque acho que

uma coisa corre paralela à outra —, quem sabe, o Governo Federal ou o Congresso Nacional, o Senado, iniciar essa discussão do tema drogas: legalizar ou não, e qual o custo para a sociedade brasileira, para as famílias brasileiras, da sua ilegalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) — Encontra-se nesta Casa a Sr^a Iris de Araújo

Rezende Machado, suplente convocada da Representação do Estado de Goiás, em virtude de licença do titular, Senador Maguito Vilela.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do Diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É a seguinte a documentação encaminhada à Mesa:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
ESTADO DE GOIÁS

DIPLOMA

O Desembargador Jamil Pereira de Macedo, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, tendo em vista o que consta nos artigos 30, VII e 215 da Lei n^o 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), faz saber que o(a) senhor(a) Iris de Araújo Rezende Machado foi eleito(a) para o cargo de 1^a Suplente de Senador da República, pela Coligação Goiás Rumo ao Futuro, com 1.261.950 (um milhão duzentos e sessenta e um mil novecentos e cinquenta) votos, na eleição, realizada a 4 de outubro de 1998, conforme consta da ata geral, em razão do que lhe é conferido o presente diploma, a fim de que possa exercer o seu mandato.

Sr. Nelson Albarraz

Jamil Pereira de Macedo
Des. Jamil Pereira de Macedo

Goiânia, 11 de dezembro de 1998

(Diplomado)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Designo Comissão formada pela Srª Senadora Serys Slhessarenko, pelo Sr. Senador Demóstenes Torres e pelo Senador Ney Suassuna para conduzir S. Exª ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

(A Srª Iris de Araújo Rezende Machado é conduzida ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

Convido a todos, inclusive a assistência, a fiquem de pé para que a Senadora possa prestar o compromisso.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO REZENDE MACHADO (PMDB – GO) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senadora que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Declaro empossada no mandato de Senadora da República a nobre Senhora Iris de Araújo Rezende Machado, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Goiás, em substituição ao Senador, **Maguito Vilela**, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Iris de Araújo**

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Iris de Araújo Rezende Machado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador Alberto Silva e permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

A SRª IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a firme determinação de lutar pelos mais altos interesses do povo de Goiás e do Brasil é o fundamento que me conduz nesta nova e desafiadora

missão de assumir, pelo período de cinco meses, uma honrosa cadeira no Senado da República.

Ocupo, com muita humildade, a vaga que me é cedida pelo ilustre e combativo Senador Maguito Vilela, que deixa momentaneamente suas funções parlamentares no Congresso Nacional numa singular homenagem ao segmento feminino, com quem sempre manteve os mais elevados compromissos.

Espero, sinceramente, corresponder à grandeza desse gesto, dando prosseguimento às iniciativas e proposituras que marcam a atuação de Maguito, homem público reconhecido por sua dignidade, coragem, espírito solidário e irretocável honradez.

Não importa a dimensão do tempo. Quero utilizar cada segundo desta oportunidade para reafirmar práticas, conceitos e princípios que sempre nortearam minha conduta no decorrer de 37 anos de atividade pública em que o amor à pessoa humana sempre esteve no centro das iniciativas e das preocupações.

Não chego, Srªs e Srs. Senadores, ao Senado de mãos abanando. Vem de longe a batalha, ainda nos verdes anos 60, em que assumia, ao lado de meu companheiro Iris Rezende Machado, as tarefas sociais na Prefeitura de Goiânia, onde plantamos as primeiras sementes de proteção à família e aos carentes, com a construção de maternidades e lançamento da campanha do agasalho, que permanece intacta até os dias de hoje.

No Governo de Goiás, em duas oportunidades, mantivemos essa forte determinação em prol dos escolhidos. Fundamos a organização Legionárias do Bem-Estar Social, que literalmente transformou a face oprimida e miserável de nosso povo por meio de intervenções firmes e práticas. Ajudamos, Srªs e Srs. Senadores, a erradicar as favelas de Goiânia, participando ativamente, sob o comando do então Governador Iris Rezende, dos mutirões que em apenas 24 horas levantavam teto para milhares de pessoas. Fomos, sim, ousados no combate à fome, com as pioneiras hortas comunitárias. Com muito orgulho, edificamos tijolo por tijolo a Vila Vida, que passou a abrigar idosos abandonados por suas famílias e se tornou eloquente símbolo em defesa da solidariedade.

Desde o princípio, fizemos da política poderosa arma no combate às injustiças. As ruas, Srªs e Srs. Senadores, eram a nossa trincheira contra a tirania. Lançamos o nosso grito lado a lado com o povo, contribuindo para organizar em Goiânia as primeiras manifestações que desencadearam a derrocada do regime militar. Foi assim na monumental concentração de massas que deflagrou a campanha pelas Diretas Já, onde fui a única mulher, com o maior orgulho, com o maior patriotismo, a discursar num evento de grandeza histórica.

Nesse particular, Sr. Presidente, faço uma referência, deixando de lado o discurso. Encontrei na minha vida pública, nessa caminhada de 37 anos, com muita emoção, companheiros que agora revejo, como o Presidente desta Casa, ausente no momento, muito bem representado pelo Senador Eduardo Siqueira Campos.

Compartilhei com o Senador José Sarney o palanque pelas Diretas Já, no grande movimento que se iniciou na cidade de Goiânia. Compartilhei com o Senador Romeu Tuma grandes feitos e grandes viagens pelo Estado de São Paulo, como a primeira mulher candidata a Vice-Presidente da República, na chapa de Orestes Quércia.

Percorremos, Senador Mão Santa, no seu grandioso Estado, vários caminhos, inclusive de carro, lutando pelos ideais do PMDB, levando a bandeira da redemocratização e da luta pelo voto popular.

Caminhei ao lado deste patrimônio, que é o Senador Alberto Silva. S. Ex^a gentilmente cedeu-me o seu espaço, para que hoje, na tribuna, eu tivesse a oportunidade de oferecer ao meu povo do Estado de Goiás, e que aqui me honra com a sua presença, as minhas palavras de agradecimento, as minhas palavras de fé e de esperança nos destinos dessa Nação.

Fomos, sim, ousados na consolidação do processo democrático, e por esse caminho também trilhamos outros companheiros, como Renan Calheiros, que está ausente no momento; Lázaro Barbosa, aqui presente; e nem precisaria de me referir ao ex-Senador Iris Rezende, que aqui também comparece para minha honra e para a minha nobreza. (Palmas.)

Naquela oportunidade, em 1994, tornei-me a primeira mulher a disputar a Vice-Presidência da República no Brasil. Posteriormente, seria eleita para a primeira suplência do Senado, ao mesmo tempo em que comandava, já por quatro anos, o Diretório Estadual do PMDB goiano.

Dessa forma, Sr. Presidente, trago para esta Casa o legado da frente de lutas nas mais variadas trincheiras em que a coerência, a justeza de propósitos e o amor à Pátria sempre foram os reais motivadores de uma trajetória acalentada pelos mais nobres e caros ideais.

Jamais me preocupei com a via fácil do carreirismo, porque a minha peleja é toda ela feita de abnegação e de atitudes permanentes, visando o amparo ao próximo – sem cobranças e nem contrapartidas.

Se tenho agora a oportunidade de utilizar – e, diga-se de passagem, emocionada – a mais respeitada tribuna do Parlamento brasileiro, com certeza, tudo farei para dignificar a honrosa missão, colocando-me como instrumento do povo goiano e brasileiro para ser uma voz ativa em prol das grandes e inadiáveis transformações esperadas por todos.

Mais do que nunca, reafirmamos os nossos mais sólidos compromissos com o povo de Goiás, que exige atitudes concretas capazes de, pelo menos, minimizar a deterioração da infra-estrutura que afeta o conjunto da sua economia. É preciso, senhores, soluções urgentes e inadiáveis para evitar a destruição da malha viária do Estado, um terrível agravante que encarece os custos dos fretes e impede a eficácia da competitividade dos nossos produtos agrícolas.

É preciso, igualmente, recolocar na ordem do dia a retomada dos imprescindíveis investimentos no setor industrial, tendo em vista o fomento do processo produtivo com profissionalismo e iniciativas criativas, apostando na ousadia e no arrojo de nossos empreendedores.

Sras. e Srs. Senadores, é especialmente doloroso constatar a agressão que vem sendo imposta à infância brasileira, vítima dos novos padrões comportamentais e do perfil cada vez mais egoísta do mercado de trabalho que aniquilam a família, destroem a pureza e quebram aquele vínculo mais permanente de afetividade entre pais e filhos. Nesse cenário, a TV se transforma na inaceitável educadora de gerações inteiras, favorecendo a prática da violência, como ilustram casos recentes que espantaram a Nação. Mais dramáticos ainda são os alarmantes índices de desnutrição infantil que explodem nos bolsões de miséria, conclamando permanentemente os governos a uma posição mais determinada na busca das inadiáveis soluções.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senadora?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Em nome do PMDB, gostaria de, ao saudá-la e dar-lhe nossas boas-vindas, desejar-lhe muito sucesso. Seja bem-vinda.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Com licença, Senadora Iris.

A Mesa esclarece às galerias que o Regimento Interno da Casa não permite manifestações.

O Sr. Demóstenes Torres (PMDB – GO) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Gostaria também de, em nome do PFL, saudar V. Ex^a e dar-lhe as boas-vindas. Faço isso em reconhecimento à sua atuação como agente pública. V. Ex^a foi uma extraordinária Primeira Dama e, assim como o Governador Iris Rezende, realizou um dos trabalhos mais profícuos em nosso Estado. Em nome do PFL, gostaria de saudar V. Ex^a, o ex-Senador Iris Rezende e tam-

bém toda esta grande bancada de deputados estaduais, federais, diversas autoridades e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que a acompanham. V. Exª faz jus à sua merecida fama de mulher trabalhadora, empreendedora, correta, honrada, decente e que defende muito bem o nosso Estado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO – Agradeço, emocionada e honrada, o aparte de V. Exª, Senador Demóstenes Torres.

É essa mesma senha comportamental, difundida a partir do avanço tecnológico, um dos fatores que levam a nova geração a, cada vez mais, abandonar à própria sorte os nossos idosos depois de haverem se dedicado por toda uma vida a trabalhar ininterruptamente para servir ao País e ao seu povo. Não terei, Srªs. e Srs. Senadores, nenhum tipo de temor de aqui pregar o cumprimento de um dever sagrado, insistindo que filhos e netos sejam obrigados a cuidar de seus pais e avós, livrando-os da solidão e do abandono, de tal forma que, um dia, possamos proclamar essa fase da vida como a terceira idade da alegria.

Prosseguiremos a luta que visa à plena cidadania para as mulheres brasileiras, tendo em vista as novas exigências que surgem a partir das recentes conquistas históricas. É preciso estudar e propor alternativas para corrigir distorções, principalmente em face das desigualdades salariais no mercado de trabalho, a partir de uma legislação eficiente que ofereça sanções para a prática do preconceito com fins econômicos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Gostaria de aqui externar uma gratidão. Aprendi que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Minha mãe me ensinou que Deus mora no céu e no coração de homens e mulheres agraçadas. Em 1994, o PMDB do Piauí me convidou a ser candidato a Governador do Estado. Tínhamos três prefeitos contra 145. Na mesma época, era candidato à Presidência da República Orestes Quércia, e a encantadora Senadora enriquecia a sua chapa como Vice-Presidente. Recordo-me que, em 8 de julho de 1994, ao lado do nosso ícone e líder do Piauí, Alberto Silva, na cidade de Floriano, a senhora se fez presente, encantou homens, mulheres e crianças do Piauí. A sua presença, a sua palavra, a sua imagem e a sua fé, sem dúvida nenhuma, foram uma das causas de nossa vitória. Depois, Deus nos permitiu ouvi-la na cidade de Altos, em Campo Maior, a cidade onde o povo do Piauí, em batalha sangrenta, expulsou os portugueses de nossa Pátria. Depois, em minha cidade, Parnaíba – cidade de Alberto Silva, cidade de João Paulo dos Reis Velloso, o maior Ministro do Planejamento nesses 502

anos de Brasil, cidade do maior jurista desta Pátria, Evandro Lins e Silva –, teve lugar o comício que ainda hoje é recordado como o maior comício que houve naquela cidade. O povo do Piauí aplaudiu a Senadora e Orestes Quércia, e foi o único povo capaz, no Brasil, de eleger Rui Barbosa nas eleições que disputou. Então, aqui, o nosso testemunho e a nossa gratidão. Um bem nunca vem só, como disse o Padre Vieira. Depois de eleito, fui a Goiás ver aquele que, sem dúvida, foi o maior governador de Goiás, exemplo para todos nós do Brasil, Srªs e Srs. Senadores. Vi um povo feliz, vi o milagre de um homem fazer, em um dia só, mil casas para os pobres. Eu queria apresentar a gratidão que o exemplo arrasta: graças a essa força e a esse exemplo, consegui construir 40 mil casas populares no Piauí. A Senadora Iris, exemplo de amor ao Brasil, enriquece hoje o Senado.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Sr. Senador. Agradeço sensibilizada as palavras de V. Exª. Realmente, estivemos juntos e tive a oportunidade de merecer, de V. Exª e do povo do Piauí, muita atenção.

Referindo-me ao trabalho da mulher, gostaria de dizer que felizmente, hoje, o Senado já conta com um número maior de Senadoras, todas elas combativas, atuantes, preparadas e empenhadas em lutar por aqueles que representam.

Nós, Senadoras, temos uma responsabilidade maior que a dos Srs. Senadores. Muitas vezes, tornamo-nos focos das atenções porque somos minoria e somos mulheres. Não nos é cobrado apenas a postura, mas também que trabalhemos melhor, que prestemos o melhor serviço. Assim, nós, Senadoras, somos melhores porque somos mulheres e porque temos consciência de que iremos ser cobradas por isso. É necessário, portanto, que ofereçamos às mulheres que vivem neste País afora as condições que muitas vezes alcançamos e não temos condições de dividir. Temos que lutar por uma melhor qualificação profissional para esse grande exército de mulheres que trabalham. Hoje em dia é muito difícil encontrar uma mulher que fique em casa, que não tenha que trabalhar para ajudar a complementar a renda familiar.

E a minha palavra, neste momento, é para as mulheres: aquelas que deixam seus filhos presos em quartos imundos – e não fazem isso porque querem, mas porque precisam – sujeitos a serem queimados quando vão fazer a sua comida, sujeitos a pular a janela, ir para a rua e se transformarem compulsoriamente em pivetes, a grande população que encontramos nos sinaleiros das grandes cidades deste País. Desculpem-me, porque estou fugindo do meu discurso, mas pediria que tivessem um pouco de complacência comigo, porque é a primeira vez que ocupo

uma tribuna como esta e acredito que isso será levado em consideração.

Queremos, ainda, Sr. Presidente, participar ativamente do debate para encontrarmos caminhos para a crise que atinge proporções gigantescas, afetando a estrutura do poder estatal. Como o País pode vir à bancarrota caso não sejam tomadas providências enérgicas no sentido de promover a reforma política, tributária e previdenciária, é o momento de um diálogo franco, aberto e realista, exigindo de cada um dos agentes públicos uma atitude de desprendimento de tal forma a que prevaleçam os interesses nacionais acima das questões de ordem partidária ou oposicionista.

Para tanto, Sr. Presidente, defendo que seja estabelecido um calendário claro e objetivo, em comum acordo com o Executivo, para que possamos debater as reformas de maneira clara e eficiente. Mas é imperioso que o Governo, de sua parte, agilize o projeto piloto, para que possa sofrer os reparos e receber as contribuições do Parlamento, principalmente da sociedade, que tem dívidas.

Temos que coibir a inflação crescente, compor o poder de compra dos salários, gerar empregos, distribuir a renda e engrenar o crescimento econômico. É a partir daí que o quadro social começa verdadeiramente a ser modificado, com reflexos diretos no combate à violência e na consolidação de uma sociedade mais harmônica, mais humana e mais solidária.

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador.

O Sr. Paulo Octavio (PFL – DF) – Em nome da Bancada de Brasília, cidade esta que tomou emprestado um pedaço do território de Goiás para a construção da capital de todos os brasileiros, quero cumprimentá-la pela competência do seu primeiro pronunciamento nesta Casa e dizer que é de mulheres como V. Exª – de fibra, competentes, trabalhadoras e idealistas – que o Brasil precisa. Por isso, será um prazer enorme para nós, Senadores, poder conviver com a sua competência e com a sua inteligência aqui nesta Casa. Parabéns pela profundidade do seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador Paulo Octávio o aparte que honrosamente me oferece.

A Srª Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senadora.

A Srª Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE) – Senadora Iris de Araújo, em nome do meu Partido, o PPS, também gostaria de desejar-lhe boas-vindas. Tenha certeza de que todos nesta Casa estamos mui-

to felizes com a sua presença, o seu brilhantismo, a sua coragem e a sua disposição para defender as pessoas mais humildes do nosso País. Nós, mulheres, como V. Exª disse, temos uma responsabilidade gigantesca ao representarmos nosso povo. Vivendo em um País ainda muito pobre, com muitas desigualdades e diferenças sociais, a nossa luta certamente será redobrada. Teremos que demonstrar com muita firmeza aquilo a que nos propomos fazer. Portanto, em nome do meu Partido, quero novamente desejar-lhe boas-vindas e reafirmar a certeza do seu sucesso. V. Exª irá brilhar aqui, representando o povo do nosso País.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senadora Patrícia Saboya Gomes, pelo aparte.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que o foco das atenções não seja outra vez desviado para os holofotes fáceis do jogo interminável dos dossiês e dos escândalos, que se vão tornando comuns. O momento é da mais suprema responsabilidade para que se execute a tarefa maior de restituir a dignidade a nossa gente. Se todos cederem um pouquinho, com certeza alcançaremos um consenso de dimensões grandiosas, capaz de transformar em festa o pranto dos que sofrem o amargo cotidiano das injustiças.

Srªs e Srs. Senadores, novamente peço à Mesa, como novata, mil desculpas por ter infringido o tempo...

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senadora, V. Exª me permite um rápido aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – O Senador Ney Suassuna já falou, mas não seria uma redundância. Queria dizer, em nome dos nossos companheiros, que esta Casa recebe V. Exª de braços abertos. Sabemos da sua luta e, principalmente, o quanto ela se ampliará a partir de hoje, quando V. Exª toma posse neste Senado Federal, representando o seu querido Estado de Goiás. Sentimo-nos muito honrados por tê-la em nossa Bancada, e sabemos o quanto V. Exª contribuirá para o aprofundamento e a qualificação do debate. Seja muito bem-vinda e conte com o nosso total apoio.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, nobre Senador Renan Calheiros.

Para terminar o meu discurso, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer uma conclamação. Anteontem, em Goiânia, saí, por acaso, ao terraço do meu apartamento e vi, em um apartamento do prédio ao lado, uma coisa que me emocionou muito. Lá no alto, solitariamente, belamente, tremulava a bandeira do Brasil. Eu me perguntei: "Não é Copa do Mundo. O que está acontecendo?" Não é usual que o nosso

povo hasteie a bandeira brasileira. Mas ela estava lá. E naquele momento de emoção, Sr^{as} e Srs. Senadores, senti que a nossa responsabilidade, neste instante, é de apoiar realmente aquele que conseguiu restituir a auto-estima do povo brasileiro. Para tanto, conclamo a todos os Senadores e Senadoras, Deputados Estaduais, Federais, Vereadores, a apoiarem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, depois de muitos anos, conseguiu restituir a auto-estima ao povo brasileiro. Vamos nos juntar num grande mutirão de trabalho para que, dentro de pouco tempo, não só o prédio vizinho ao meu, mas todas as casas deste País, desde a mais humilde até a mais rica, tenham na porta, com o maior orgulho, a bandeira do Brasil.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Manoel Elias de Santana, suplente convocado da representação do Estado de Sergipe, em virtude do afastamento da titular, a Senadora Maria do Carmo Alves, para exercer o cargo de Secretária de Estado de Combate à Pobreza, Assistência Social e do Trabalho.

S. Ex^a encaminhou à Mesa a segunda via do diploma, que será publicada na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É a seguinte a documentação encaminhada à Mesa:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

DIPLOMA

A Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação dos resultados das eleições de 4 de outubro de 1998, expede a 2^a via do diploma de 1^o Suplente de Senador a

MANOEL ELIAS DE SANTANA

Eleito pela coligação A resposta do povo (PTB/PTN/PFL/PAN/PRP/PTdoB) juntamente com a candidata eleita a Senadora, Maria do Carmo do Nascimento Alves que obteve 325.703 votos preferenciais, do total de 631.949 votos válidos, conforme Ata Geral das Eleições.

Aracaju, 20 de fevereiro de 2003


Desembargadora Clara Leite de Rezende

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Romeu Tuma, Almeida Lima e Patrícia Gomes para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

A Mesa convida a todos, inclusive as galerias e a assistência, para ficarem de pé para que seja prestado o compromisso solene.

(O Sr. Manoel Elias de Santana é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. MANOEL ELIAS DE SANTANA (PFL – SE) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Manoel Elias de Santana, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do, Sergipe, em substituição a Senadora **Maria do Carmo N. Alves**, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PFL.

Nome Parlamentar: **Renildo Santana**

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Manoel Elias de Santana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas comunicar formalmente à Presidência da Casa que já é a décima vez que peço que consertem o painel de votação, pois não consigo registrar minha presença por vias normais. Todos os dias, tenho de pere-

grinar de assento em assento para votar. É uma coisa tão simples! Não entendo porque o problema não foi reparado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nobre Senador e Líder Tião Viana, a Mesa registra a reclamação de V. Ex^a. As providências cabíveis serão adotadas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Prorrogo a Hora do Expediente por 15 minutos, para que sejam ouvidos os Senadores Leomar Quintanilha, por 10 minutos, a Senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jonas Pinheiro e Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus cumprimentos ao nobre Presidente Eduardo Siqueira Campos, que reduz nosso tempo à metade. Serei breve, Sr. Presidente.

Quero apenas registrar, nesta tarde, que o combate à fome neste País tem sido alvo de ações das diversas instituições públicas e privadas há muito tempo. Hoje, o novo Governo Federal tem como uma das suas prioridades o combate à fome. No meu entendimento, isso tem tudo a ver com a produção de alimentos.

Um noticioso brasileiro dá-nos conta de que houve uma reunião ministerial onde se decidiu constituir uma comissão que investigaria, estudaria, discutiria a questão dos organismos geneticamente modificados, questionando a exclusividade da CTNBio, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, ligada ao Ministério da Ciência e da Tecnologia, de decidir exclusivamente sobre esse assunto.

Ora, Sr. Presidente, esse debate já ocorre em âmbito nacional e no Senado Federal há algum tempo.

Chamo a atenção dessa comissão para importantes pesquisas e estudos realizados pela Embrapa, uma das mais renomadas instituições brasileiras, que conquistou a confiança e o respeito do nosso povo e fez com que o setor primário – notadamente a agricultura e a pecuária – desse saltos de qualidade e apresentasse um nível de produtividade extraordinário. Os técnicos da Embrapa, que têm o mais elevado conceito, vêm buscando desenvolver o setor primário e criar condições para transformar o produtor brasileiro no melhor agricultor do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o agricultor brasileiro é efetivamente o melhor do mundo, uma

vez que tem de superar muitas dificuldades: vender seu produto em real, quando a grande maioria dos insumos são adquiridos em dólar, o que dificulta o equilíbrio entre receitas e despesas; enfrentar o custo Brasil, principalmente no interior, que exige um redobrado esforço para diminuir o custo da produção, já que os insumos, na sua maioria produzidos fora do Brasil ou nas regiões mais ricas do País, são transportados para outras regiões pela modal rodoviária, a mais cara do mundo, elevando o custo de produção. Tudo isso dificulta a obtenção de resultado positivo para o produtor brasileiro, que trabalha com competência e produtividade, enfrentando a concorrência predatória da agricultura de outros países também altamente “tecnificada”, mas, sobretudo, altamente subsidiada, pondo em risco ainda mais a atividade agropastoril no Brasil.

Sr. Presidente, existem mais de quarenta milhões de hectares mundo afora onde são produzidos organismos geneticamente modificados. No Brasil, já consumimos produtos transgênicos. E, apesar da proibição da produção desses produtos no Brasil, inúmeros produtores do Rio Grande do Sul decidiram usar a soja transgênica, que reduz sobremodo o custo, para colocarem seu produto no mercado.

É importante que essa questão seja foco das mais acendradas discussões neste que é o mais importante foro, e ao qual compete tomar a decisão final sobre o uso ou não do produto geneticamente modificado.

Reitero a importância de darmos aos cientistas brasileiros da Embrapa a atenção que merecem, eles que são altamente qualificados e que colocaram à disposição do Governo brasileiro e do produtor brasileiro variedades de soja que, segundo o seu conceito e a informação que detêm, nenhum risco impõem à saúde do povo brasileiro e ao meio ambiente.

Portanto, entendo ser muito importante que essa Comissão interministerial que acaba de ser constituída para examinar e discutir o futuro do produto transgênico no Brasil leve em consideração os apelos do mercado, a demanda nacional pelo produto, o combate à fome, a redução do custo de produção e, sobretudo, as orientações e os ensinamentos que a extraordinária Embrapa está a nos oferecer.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer nesta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

vatti para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, §2º, do Regimento Interno.

V. Exª dispõe de cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de reiterar algo que já foi debatido na semana passada, neste plenário, pelo Senador Olivir Gabardo, do PSDB, do Paraná: a importância de instalarmos uma CPI para investigar a questão da evasão de divisas, a remessa ilegal de dólares do nosso País. Quero basear-me em algumas notícias que foram veiculadas, nesse final de semana, para reforçar a necessidade e a urgência de coletar todas as assinaturas, não apenas as suficientes, mas também as necessárias para que essa CPI possa iniciar, com toda a força, as investigações que esse assunto merece.

Na revista **IstoÉ** desta semana, uma matéria que tem como título “Alerta Americano” dá conta de que o órgão fiscalizador dos bancos nos Estados Unidos montou o fluxograma que mostrava o esquema de lavagem do dinheiro via Banestado. E a demora do Banco Central em fechar a agência deixou escapar mais de US\$10 bilhões. Portanto, uma providência que não foi tomada a tempo e a contento acabou fazendo com que um volume significativo como esse acabasse sendo remetido, de forma ilegal, para fora do nosso País. Nessa reportagem aparece, mais uma vez, a citação da conta do Sr. Paulo Konder Bornhausen, e a inclusão, nesses documentos, do Senador Jorge Bornhausen.

Quero dizer que uma ampla reportagem na **Folha de S.Paulo**, de duas páginas, diz que o doleiro pode estar ligado à fraude no Paraná. Alberto Yussef teria ajudado a fazer transferência de dinheiro para contas bancárias operadas por fantasmas, envolvendo recursos substanciais da ordem de mais R\$84 milhões. A reportagem menciona ainda que o Sr. Paulo Konder Bornhausen, relacionado em laudo da Polícia Federal, afirmou que usou casa de câmbio para enviar US\$58 mil ao exterior, quando a lei proíbe determinada operação.

Toda semana, estamos sendo subsidiados por novos elementos, dados e informações que atestam a gravidade dessa questão e a necessidade de o Senado da República implementar investigações a respeito.

Já no ano passado, o nome do Senador Jorge Bornhausen foi aventado pela revista **Época**. Na ocasião, o Senador Jorge Bornhausen obteve um docu-

mento do Procurador Geraldo Brindeiro e outro do Banco do Brasil inocentando-o, mas novamente a questão volta a ser citada.

Portanto, em meu entendimento, não há nada melhor do que a instalação dessa CPI, para que possamos ter acesso a todos os dados e informações necessários, até mesmo para que nomes de Senadores não sejam envolvidos e, de forma injusta até, sejam relacionados.

Nesse sentido, para que seja instalada a CPI, já contamos com a participação de praticamente quase todos os Partidos: PSDB, PT, PL, PSB, PTB, PDT, PMDB. Não foi colhida a assinatura de apenas dois Partidos: o PPS – a Senadora Patrícia Gomes está consultando os três Senadores da Bancada – e o PFL. Gostaria de solicitar a assinatura de todos os Partidos, inclusive o PFL e o PPS. E, de forma muito especial, solicito a assinatura do Senador Jorge Bornhausen, que teve seu nome citado nas reportagens, e o faço com o respeito que um Senador da República merece, se realmente nenhuma dúvida pairar sobre as tratativas e as operações bancárias do seu irmão Paulo Konder Bornhausen.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Plenário que estamos muito próximos de conseguir as assinaturas suficientes para abertura da CPI, mas gostaríamos de contar com as assinaturas dos membros de todos os Partidos desta Casa, pois entendemos ser essa CPI da maior importância e relevância, pelo volume dos recursos remetidos de forma ilegal para o exterior, algo superior a R\$30 bilhões. Toda semana aparecem denúncias de acobertamento, de jogo frouxo, de poucas investigações e de falta de celeridade na punição.

No início da sessão, o Senador Jefferson Péres fez um pronunciamento contundente. S. Ex^a falou do domínio do narcotráfico, do crime organizado. E podemos ter a certeza de que o caráter do crime organizado e o domínio que exerce no Brasil hoje são fruto única e exclusivamente da impunidade. Se pudermos punir aqueles que estão envolvidos na lavagem do dinheiro, no narcotráfico, na corrupção e na sonegação, com certeza, esses crimes não terão o vulto que têm hoje em dia no País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos, para comuni-

cação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em menos de cinco minutos farei uma comunicação que reputo importante à Casa, em função do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, que, na melhor das intenções, propõe investigação em torno de assuntos que resguardam a moralidade e a probidade da vida pública dos que fazem a política do Brasil. Entendo que a intenção de S. Ex^a é meritória e merece o apoio desta Casa, mas há um reparo que preciso fazer.

A Senadora Ideli Salvatti, insistentemente, referiu-se ao Senador Jorge Bornhausen, Presidente do meu Partido, o PFL, como envolvido na remessa irregular de dólares. Quero dizer a S. Ex^a que o Senador Eduardo Suplicy, com quem estive pessoalmente tratando desse assunto no ano passado, é testemunha dos documentos que lhe foram entregues pelos bancos referidos, que seriam os agentes das transferências, negando toda e qualquer participação do Senador Jorge Bornhausen em remessa ilegal de dólares para onde quer que seja. A intenção da Senadora é meritória, mas não vamos incluir pessoas que nada tem a ver com esse dolo.

Gostaria de fazer esse registro para salvar a honra de uma das melhores expressões de probidade desta Casa, que é o Senador Jorge Bornhausen.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Jonas Pinheiro, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o processo de renegociação das dívidas rurais remonta a 1995, após a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional que investigou as causas do endividamento do setor rural.

Daquela época até o presente momento houve vários ciclos de negociação, que passaram pela concretização, em 1995, da “securitização” das dívidas rurais com valores inferiores a R\$ 200 mil e, posteriormente, com outras medidas que alteraram e ampliaram as condições de renegociações dessas dívidas.

Sr. Presidente, como sempre estive muito envolvido nessas negociações, como Presidente daquela CPMI e como um dos representantes do Senado Federal, posso dar o meu testemunho sobre a dificuldade e complexidade desse processo e sobre o muito que com ele se avançou em favor dos diversos segmentos de produtores rurais, desde os assentados da reforma agrária, como também os enquadrados na agricultura familiar e os mini e pequenos produtores, inclusive os mutuários dos Fundos Constitucionais de Financiamento e também das cooperativas agropecuárias.

Nesse processo foram renegociadas dívidas rurais cujo montante atinge cerca de R\$32 bilhões, beneficiando mais de um milhão de produtores enquadrados nas diferentes categorias.

No primeiro semestre de 2002, o Congresso Nacional e o Presidente da República sancionaram as Leis nºs 10.437 e 10.464, frutos de um longo período de debates que asseguraram novas bases para a renegociação dessas dívidas rurais em condições mais favoráveis para os devedores. Foi, portanto, o resultado da incansável e competente mobilização de Parlamentares da Câmara e do Senado, de técnicos e de entidade que representa os diversos segmentos do setor rural.

Entretanto, no segundo semestre do ano passado, identificaram-se ainda alguns pontos que mereciam ser aperfeiçoados no processo de renegociação de dívidas rurais, para dar mais consistência e evitar que, por meio de mais alguns ajustes, se comprometesse o processo e impedisse que alguns pequenos segmentos de produtores fossem mais beneficiados.

Nessa última fase do processo de negociação com o Governo Federal, sob a coordenação do então Ministro Pedro Parente, pude dela participar, mesmo em pleno processo eleitoral, juntamente com vários Senadores e Deputados, dentre os quais os Senadores Renan Caldeiros, Teotônio Vilela e Heloísa Helena.

Como resultado dessa última fase de negociações, o Presidente da República editou, em 15 de outubro de 2002, a Medida Provisória nº 77. Essa Medida Provisória estendeu para 31 de março de 2003 a data para que os assentados da reforma agrária, os agricultores familiares financiados pelo Pronaf e os pequenos produtores, com dívidas contratadas de até R\$35 mil, regularizassem os seus débitos com os bancos, e alteraram-se algumas condições para essas renegociações.

Publicada a Medida Provisória, esta recebeu 36 emendas de Parlamentares no Congresso Nacional.

Essas emendas procuravam cobrir as lacunas encontradas e alterar as condições de renegociações das dívidas.

Como a Comissão Mista não apreciou a matéria em tempo hábil, coube, nos termos da Resolução nº 1 do Congresso Nacional, que disciplina a tramitação de medidas provisórias, à Câmara dos Deputados a apreciação primeira da matéria. Na sessão daquela Casa do dia 18 de dezembro, foi então aprovado o Projeto de Lei de Conversão, contemplando o texto original e com o acolhimento de somente uma emenda supressiva. Em seguida, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde está atualmente trancando a pauta de votações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei o processo de votação na Câmara dos Deputados e devo esclarecer que o texto aprovado não era, de maneira alguma, o desejo e a pretensão do Relator naquela Casa, Deputado Ronaldo Caiado. Ele, como Relator, havia acolhido inúmeras emendas, inclusive – as principais – de autoria de Parlamentares do PT, especialmente da Senadora Heloisa Helena – que, diga-se de passagem, sempre acompanhou com interesse e com conhecimento essa matéria –, mas que, fruto de acordo, foram descartadas à época pela impossibilidade de ele, Relator, negociar essas alterações com o Partido dos Trabalhadores.

Assim, o texto original da medida provisória foi aprovado na Câmara dos Deputados – com uma emenda supressiva, repito –, na expectativa de que pudéssemos aprimorá-lo quando da apreciação no Senado Federal.

Agora, o Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 77 encontra-se no Senado Federal. A expectativa é de que possamos fazer aqui os aprimoramentos necessários, até porque não é correto aprovar leis simplesmente para limpar a pauta. É fundamental que elas sejam coerentes, viáveis e atendam aos anseios dos agricultores.

Procedi a uma análise do texto do PLV 33. Identifiquei alguns pontos que necessitam ser discutidos e aprimorados.

O primeiro ponto refere-se ao prazo de 31 de março, que me parece exíguo para a matéria ser aprovada, sancionada, regulamentada, as agências bancárias devidamente instruídas e os mutuários informados.

O segundo ponto reporta-se à necessidade de incluir dispositivo que discipline o processo de individualização das operações coletivas ou grupais do Procerá, bem como que delega competência ao liqui-

dante daquele Fundo para promover ajustes complementares.

São duas emendas, uma do Deputado Adão Pretto e outra da Senadora Heloísa Helena.

Com referência aos financiamentos até R\$ 35 mil, seria importante, além de rever o prazo, que é igualmente exíguo, incluir os financiamentos realizados com recursos do FAT, alterar as condições do prazo de pagamento, igualar as condições de renegociação com os mutuários dos Fundos Constitucionais e do Pronaf. Como consta do texto do PLV, por exemplo, os mutuários do Pronaf contratados com recursos dos Fundos Constitucionais seriam beneficiados e os do Pronaf com recursos do Tesouro Nacional não seriam beneficiados, o que parece injustificável, até porque num mesmo Município podem existir as duas situações.

Outro ponto importante é a inclusão de dispositivo que assegure o chamado “Pesinha”, para viabilizar a regularização de operações de financiamento de cerca de R\$2,8 bilhões. Esse dispositivo já havia sido objeto de negociação por ocasião da edição da Medida Provisória nº 77 e, por premência de tempo para se efetuarem os cálculos dos montantes e dos impactos orçamentários, não foi contemplado à época.

Além desses pontos, existem ajustes que precisam ser feitos no texto do PLV, inclusive o que dispõe sobre a convalidação dos atos praticados com base na MP nº 77, sem a qual todos os procedimentos praticados poderiam se tornar questionáveis ou estar a descoberto legalmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, principalmente aos Líderes dos partidos políticos e também ao Líder do Governo, julguei oportuno prestar essas informações nesta tribuna, porque sei da complexidade da matéria e também do fato de que muitos dos meus pares não tiveram a oportunidade de acompanhar esse processo de renegociação das dívidas rurais como eu, que o acompanho há cerca de dez anos.

Quero esclarecer que, como Relator revisor, designado pelo meu Partido, estou procurando abrir os canais de negociação com o novo Governo, de portas abertas, para estabelecer um entendimento justo, oportuno e conveniente para os produtores rurais e para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim para fazer uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, em primeiro lugar, agradeço ao nobre Senador Valmir Amaral, que cedeu o seu tempo não para que eu fizesse uma comunicação inadiável, mas fizesse, conforme a minha ótica, uma denúncia inadiável.

Sr. Presidente, circula em Brasília, nas escolas, um livro chamado **Banzo, Tronco e Senzala**. Trata-se de um livro preconceituoso, racista e que fere a auto-estima da comunidade negra, no momento em que, eu diria, há uma cruzada nacional, com repercussão em nível internacional, na luta contra o preconceito e contra o racismo; no momento em que se debate o projeto sobre as cotas nas universidades – inclusive, nesse sentido, há um projeto na Câmara dos Deputados pronto para ser votado em plenário, e o Senado já votou e aprovou o projeto do Presidente Sarney, que também garante as cotas.

Recebi, hoje, pela manhã, em meu gabinete, este livro, que trata a comunidade negra como macacos. Essa é a expressão que temos que usar. Neste livro, Sr. Presidente – e as figuras não mentem –, além de os negros serem tratados dessa forma, lemos o seguinte, na primeira chamada da primeira página: “Negros africanos perdiam a condição humana assim que eram aprisionados na África para se tornarem simples mercadoria à disposição dos brancos”.

O pior é a segunda chamada – eis a figura que ilustra as palavras. O que diz a segunda chamada? “Aprisioná-los não era difícil, principalmente depois que os traficantes passaram a contar com o auxílio dos negros traidores, que prendiam elementos da sua própria raça”.

A pergunta que fica é a que fiz ontem aos lanceiros negros: qual é a auto-estima de uma criança negra quando recebe um livro que diz que, se seu povo um dia foi escravo, os culpados foram os negros, e não os europeus da época, mercadores de escravos.

Mediante esse fato da maior gravidade, Sr. Presidente, vou procurar esta semana o Conselho de Educação do Distrito Federal; vou procurar o Conselho de Educação, em nível nacional e, sem sombra de dúvida, se nenhuma medida for tomada, baseado em uma lei de minha autoria, aprovada em 13 de maio de 1997, sancionada pelo Presidente da República, entrarei com uma ação contra a editora e os autores desse famigerado livro.

Sr. Presidente, falamos muito em auto-estima – inclusive a nobre Senadora Iris Araújo, hoje, na tribuna, fez um excelente pronunciamento a esse respeito.

E a auto-estima do povo negro está, mais uma vez, ferida de forma contundente com a edição do livro que ora registro nos Anais da Casa.

Tomarei todas as providências, com certeza absoluta. Falarei também com o Ministro da Educação, no sentido de que esse livro seja retirado de imediato de circulação.

Terei a delicadeza, neste momento, de não citar o nome das autoras, porque não posso conceber que foi apenas por maldade que publicaram este livro, mas por preconceito e puro racismo. Vou, aqui, expor o meu ponto de vista: foi por falta de conhecimento; foi por não saberem o que estavam fazendo. Às vezes, infelizmente, somos obrigados a repetir uma frase já surrada: “De boas intenções o inferno está cheio”.

Vou convocá-las, dialogar com elas. Não mostrarei aqui, em público, nem sequer a foto das duas, que está publicada na parte de trás da capa deste livro. Entendo que é tão grave o que elas fizeram que terão de se retratar publicamente. Darei a elas a oportunidade de fazê-lo.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos, na verdade, um **pout-pouri** de assuntos que, por serem momentosos, merecem ser discutidos com todo o critério, com toda a ponderação e com toda a sobriedade, como se dever agir na vida pública.

Em primeiro lugar, quero dizer que, com muito prazer, acabo de assinar um manifesto, que está sendo articulado pelo nobre Senador Capiberibe, a favor da paz e contra a insanidade de uma guerra que não encontra justificativa legal, não encontra justificativa ética e não encontra nenhuma razão para eclodir, até porque, se ela ocorrer, isso significará o desmantelamento da ordem institucional internacional. Tanto quanto ocorreu, no passado com a Liga das Nações, essa guerra será a desmoralização e o fechamento da Organização das Nações Unidas. Ou seja, ou há legalidade no mundo, ou voltaremos à época mais dura das cavernas, à época mais obscura das lutas políticas não regulamentadas, das lutas militares absolutamente sem limites.

Portanto, neste momento, devo deplorar o fato de que o Governo americano insista em ter uma posi-

ção tão sectária à revelia da opinião pública mundial, que se levanta primeiro fora dos Estados Unidos e, depois, se levantará, com certeza, dentro dos Estados Unidos – já vimos esse filme antes, ao longo da infeliz campanha do Vietnã.

O segundo tema é ainda ligado à guerra. Quero dizer que, não sendo sectário, como não sou, e, ao mesmo tempo, tendo opinião clara sobre os homens públicos mais notórios da vida brasileira, registro a minha esperança em que o Ministro Luiz Fernando Furlan seja um grande Ministro, capaz de continuar a alavancar as exportações brasileiras. O Ministro Luiz Fernando Furlan, por sinal, sempre demonstrou muita proximidade com o programa político do meu partido. Pois o Ministro fez, hoje, uma declaração extremamente infeliz em **O Globo**. Diz a nota: “Furlan diz que uma guerra no Iraque pode beneficiar o comércio no Brasil”.

Essa afirmação é um erro econômico rotundo, porque o Brasil não pode se beneficiar de algo que abalará os alicerces econômicos do mundo inteiro, até porque a essa tensão se seguirá uma outra, a da Coreia, e mais ainda até com a formação de blocos políticos que poderão nascer, envolvendo, por exemplo, França, Alemanha, Rússia e China contra o chamado unilateralismo americano.

O Brasil poderia, quem sabe, ter até oportunidades de curto prazo, mas não teria oportunidades de longo prazo, porque me recuso a imaginar que o desenvolvimento do meu País ou que a solução para os desníveis sociais do Brasil possa ser encontrado na desgraça da guerra que atinja quaisquer povos.

Imagino que o Ministro Luiz Fernando Furlan, com certeza, se explicará melhor e certamente terá a coragem moral de se retratar e dizer que aquele foi um momento infeliz, que não foi hábil, enfim, que não soube achar as palavras certas para se expressar.

O fato é que não é cabível que um Ministro de um Governo democrático diga que vê oportunidades econômicas de aumento de exportações e de bons negócios para o Brasil se dois países entrarem em guerra com o massacre de populações civis como esse que está sendo previsto, se, de fato, o conflito marchar no rumo da escalada.

No terceiro tópico, comento a declaração do Sr. Deputado José Dirceu, hoje Ministro -Chefe da Casa Civil da Presidência da República, feita ao jornal **O Estado de S.Paulo**. O Sr. José Dirceu me pareceu antecipadamente cansado. Conheço S. Ex^a, uma figura serena, adorável de se conviver, mas que me pareceu já bastante exaurido, do ponto de vista emocio-

nal, para quem mal começou o Governo. Eu vivi uma experiência de oito anos. O Ministro José Dirceu, já num tom um tanto mais nervoso do que eu gostaria de ver numa pessoa tão prezada, diz que recebeu uma herança maldita no sistema de tarifas, o que significaria assalto ao bolso do povo. Digo isso porque me preocupo muito com a reputação intelectual do Ministro José Dirceu. Daqui a pouco S. Ex^a verá que não é bem assim. Daqui a pouco verá que, quem sabe, ao invés de reestatizar o setor energético, como pensam alguns, poderá acabar tendo que injetar mais recursos no sistema. Daqui a pouco poderá desdizer, como em tantos discursos, assim como quando pensava que seria bom realizar um plebiscito a fim de decidir se o Brasil deveria ou não pagar a dívida externa – ele era contra pagar a dívida externa – e hoje mudou de posição. Também dizia que o Brasil rastejava diante do FMI, que as reformas eram neoliberais – e aqui eu o aplaudo quando afirma que “sem as reformas teremos dificuldades de reduzir os juros do País e retomar o desenvolvimento.” Essa é a absoluta verdade técnica, é a absoluta verdade política. Temo que daqui a pouco S. Ex^a tenha que se desdizer, no tocante às tarifas.

Mais ainda, insisto que este é o momento em que as pessoas devem dizer o que pensam do governo passado, e diziam, até mesmo quando ele era governo presente. Terei de cumprir, e cumprirei, com meu dever, com todo o respeito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com todo o respeito pela democracia brasileira, pela governabilidade, votando sempre a favor das minhas teses mais antigas. Tenho o dever, aliás, um direito, e vou cumpri-lo, de fazer oposição. E oposição dura. Até para que a democracia se complete, vou dizer que chega um momento em que se deve evitar o expediente de culpar, na hora de assumir responsabilidades, os governos passados por tudo que possa estar acontecendo de difícil ao longo das trajetórias atuais. Eu conheço dois presidentes da República que não culpavam os seus antecessores. Quando eu falo assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece que esses dois presidentes são melhores no caráter do que os demais. Não são. Eram pessoas boas, mas não melhores. Parece até que me refiro a dois ex-presidentes que teriam um caráter mais nobre do que todos os demais presidentes. Um é americano, o outro, brasileiro. Parece até que estou separando os dois, dizendo: esses dois são capazes de assumir suas responsabilidades e não são capazes de ficar o tempo inteiro recorrendo ao expediente de jogar a culpa do que estão vivendo de dificuldades em cima do seu antecessor imediato. Não são melhores do que os ou-

tros. V. Ex^{as} logo entenderão aonde quero chegar. Eu me refiro ao Presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Ele não colocou a culpa no seu antecessor, até porque ele não tinha antecessor; foi o primeiro Presidente da República brasileira. O Presidente George Washington também não colocou a culpa em nenhum antecessor, até porque não tinha nenhum antecessor, por ter sido o primeiro presidente da República norte-americana.

Não é maduro entrarmos por esse caminho. Eu gostaria muito, logo nas primeiras sessões após esse recesso que teremos em virtude dessa festa popular magnífica que é o Carnaval, de trazer para a Casa um discurso sereno, sólido, sóbrio, para discutirmos o processo de formação de preços dessas matérias-primas tão importantes e desses produtos tão relevantes para se tocar o desenvolvimento brasileiro. Algo técnico, em que eu diga: forma-se assim, mais com isso, menos com aquilo, multiplicado por aquilo outro. E alguém vai lá, responde, rebate e mostra, para que cheguemos a um consenso e aqui façamos aquilo que tem sido sempre proposto pelo Líder Aloizio Mercadante e que será uma constante na minha vida perseguir: o debate elevado, alto, respeitoso, mas, sobretudo, registrando hoje dois fatos, Presidente Paulo Paim. O primeiro, a minha advertência ao Ministro José Dirceu, para que ele não se desdiga de novo, pois já se tem desdito tanto. Era a favor de um plebiscito para que não se discutisse a ALCA, e hoje é contra o plebiscito. Agora está dizendo que é um assalto à bolsa popular o sistema de tarifa que ele “herdou.” Temo que daqui a três meses eu possa cobrar desta tribuna que ele repita isso, e ele tenha que se desdizer. Tenho muito zelo pela respeitabilidade intelectual e política de S. Ex^a, portanto, faço essa advertência. Segundo, achei S. Ex^a bastante cansado, bastante fatigado, bastante exaurido, para quem nem começou ainda um governo, que durará, sem dúvida alguma, conforme a democracia brasileira prega e conforme nós todos queremos e exigimos, vai durar quatro anos. E quero José Dirceu firme, lúcido, paciente o tempo inteiro, porque os problemas que ele tem a enfrentar são bem menos fáceis do que fazer aquela oposição gratuita de “ALCA, soy contra! Gobierno, soy contra también! E todas las otras cosas, soy contra también!”. É preciso que agora percebamos o dever de buscarmos os consensos possíveis nas grandes teses nacionais, ao mesmo tempo fazendo aqui as observações sobre equívocos que, diariamente, vão se perpetrando e que podem depois conformar uma imagem pouco responsável de um governo que precisa ser tido por responsável não só por ser res-

ponsável, mas também parecendo responsável, como a mulher de César, para que possa haver confiança interna e externa nos seus atos presentes e nos seus atos futuros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2003

Com fundamento nos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de solidariedade para com a causa da comutação da pena da nigeriana Amina Lawal, condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, à morte por apedrejamento, em virtude de ter dado à luz uma criança fora do casamento.

Justificação

Amina Lawal, de 31 anos, foi condenada, pelo Tribunal Islâmico de Funtua, na Nigéria, a morrer apedrejada por ter tido um filho fora do casamento. O apedrejamento, que não deverá ocorrer antes de janeiro de 2004 – quando termina o período de amamentação da condenada –, é pena contrária aos princípios universais de direitos humanos defendidos pelas nações civilizadas.

Muçulmana e analfabeta, Amina Lawal foi educada para trabalhar nos afazeres domésticos, como a grande maioria de jovens do interior da Nigéria. Quando se casou, tinha apenas 14 anos. Desse primeiro casamento teve dois filhos. Depois de se ter divorciado, Amina manteve relações com um sobrinho de segundo grau do ex-marido. A sharia, lei islâmica, condena à morte as pessoas separadas e divorciadas, que mantenham relações sexuais.

Ao tornar-se conhecido mundialmente, o caso de Amina tem despertado consternação e solidariedade por todo o globo. E pessoas, organizações não-governamentais, e até alguns governos, têm apelado ao governo da Nigéria para intervir na decisão do tribunal muçulmano. De fato, o presidente daquele país pode fazer uso de uma medida de graça e conceder um indulto à moça.

O Governo brasileiro e o Senado desta República não podem ficar indiferentes a uma violação tão cabal de princípios basilares de direitos humanos. Apesar de ocorrer do outro lado do oceano, a pena de apedrejamento vai de encontro aos preceitos defendidos pelo Brasil em suas relações internacionais e horroriza a todos os brasileiros.

Assim, entendo que esta Casa do Legislativo não pode deixar de manifestar-se e apresentar solidariedade à causa de Arnina Lawal, pois semelhante agressão contra a vida de um ser humano é uma afronta a toda a humanidade. Ante o exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para esta proposição.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – Senador **Roberto Saturnino**.

(À Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por intermédio do Ministro do Desenvolvimento Agrário, as seguintes informações:

1) Se a Gleba Nova Suiá – Fazenda Suiá Missu, localizada na região do Alto Araguaia, Estado do Mato Grosso, foi cedida pelo Incra a fazendeiros ou posseiros;

2) Indicar quais os proprietários das terras contíguas à área Suiá Missu.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – Senador **Antero Paes de Barros**.

(À mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício GLC nº 029/03

Brasília, 21 de fevereiro de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico o Senhor Deputado SÉRGIO MIRANDA, PCdoB/MG, para o cargo de Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional.

Na oportunidade manifesto apreço e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente, – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

Acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 42-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o seguinte teor:

“Art. 42-A. O consumidor será comunicado, com antecedência de 10 (dez) dias, da inclusão do seu nome em cadastro, banco de dados, ficha ou registro de inadimplentes, por meio em que possa ser comprovado o seu efetivo recebimento, sob pena de nulidade do registro e pagamento das perdas e danos materiais e morais que tiver sofrido.”

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o seguinte teor:

“Art. 49-A. Os fornecedores de bens que realizam entregas e os prestadores de serviços que realizam a sua atividade em lo-

cal designado pelo consumidor ficam obrigados a fixar no ato da contratação a data e o turno da respectiva entrega do bem, ou realização do serviço, dentre os seguintes:

I – turno da manhã, no período após as 7 h às 12 h;

II – turno da tarde, no período após as 12 h às 18 h.;

III – turno da noite, no período após as 18 h às 22 h.

Parágrafo único. Mediante convenção especial entre as partes, em separado e de forma destacada, é possível a contratação da entrega do bem ou prestação do serviço no período após as 22 h. até as 7 h.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O consumidor vem sendo cada vez mais valorizado desde que entrou em vigor em 1990 o Código do Consumidor, que instituiu uma série de direitos que revolucionaram o sistema legal brasileiro.

O Código do Consumidor deve ser encarado, porém, como uma obra aberta, merecedora de modificações e transformações que atendam às necessidades e aspirações dos consumidores brasileiros. As práticas comerciais mudam com o tempo e somente no dia a dia o legislador pode identificar as lacunas do sistema e preenchê-las.

A lei que ora proponho tem por objetivo solucionar dois problemas práticos que o consumidor enfrenta no seu dia-a-dia.

O primeiro, referente ao verdadeiro vexame que o consumidor passa ao tentar adquirir um bem ou serviço e vem a descobrir, diante do vendedor, que o seu nome está incluído como inadimplente em um dos cadastros de proteção ao crédito. Muitas dessas inclusões ocorrem por erro do credor, ou porque o devedor simplesmente esqueceu de pagar uma conta, ou mesmo por dificuldades financeiras momentâneas. Seja qual for a razão pela qual alguém teve o seu nome incluído como inadimplente em algum serviço de proteção ao crédito, não se pode admitir que essa inclusão se dê sem que o consumidor seja previamente avisado, não só para que tenha a oportunidade de discutir a sua dívida, ou saldá-la, mas para que, mesmo que não a possa pagar, seja poupado do constrangimento de em público ser avisado de que está sem crédito na praça.

Daí por que proponho que o consumidor seja obrigatoriamente avisado com antecedência de 10 (dez) dias da inclusão do seu nome em qualquer cadastro de proteção ao crédito.

O segundo problema prático enfrentado pelo consumidor diz respeito à entrega de bens e prestação de serviços fora do estabelecimento comercial. Os fornecedores de bens e serviços não têm o dever legal de assumir nenhum compromisso com a data e o turno de entrega do bem ou realização do serviço. Por vezes o consumidor fica um dia inteiro esperando a entrega do bem ou do serviço e o fornecedor não aparece, o que constitui um desrespeito ao seu direito. Não basta, porém, obrigar o fornecedor a entregar no dia determinado. É preciso que ele se vincule a um turno de entrega, sob pena de o consumidor perder um dia inteiro esperando a entrega do bem ou do serviço.

Por esses motivos o projeto determina que o fornecedor, no ato da contratação, se obrigue a entregar o bem ou o serviço em um dia e um turno determinado.

Essas as razões pelas quais tenho certeza que o Congresso Nacional irá aprovar o projeto de lei que ora proponho.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Sérgio Cabral, Senador.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31 DE 2003

Altera os arts. 6º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal, para estabelecer procedimentos nos casos de interceptação telefônica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 6º, 8º, 9º e 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que detalhará todas as operações realizadas.

.....(NR)”

“Art. 8º

§ 1º A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório

da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art. 10, § 1º), ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

§ 2º Finda a instrução processual, dar-se-á ciência a todas as pessoas que tiveram a interceptação das comunicações telefônicas autorizada nos termos desta lei, tenham ou não sido indiciadas ou denunciadas.

§ 3º Caso a apensação seja feita na fase judicial, será assinado à defesa o prazo de cinco dias para se manifestar sobre as transcrições produzidas. (NR)”

“Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada, observado o disposto no art. 8º, § 2º, desta lei.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo facultada a presença do acusado ou da parte interessada, bem como de seus representantes legais. (NR)”

Art. 10.....

Pena – reclusão de dois a cinco anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço até metade se o crime é praticado por funcionário público no exercício de suas funções. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Não há como negar que a interceptação de comunicações telefônicas é um instrumento eficientíssimo na apuração das infrações penais, ou até mesmo sob a ótica da prevenção à criminalidade. Por outro lado, trata-se de um procedimento extremo, pois toca diretamente o direito à intimidade e à vida privada, bem como a garantia do sigilo das comunicações telefônicas (art. 5º, X e XII, da Constituição Federal).

Portanto, se é certo que os Delegados de Polícia e o Ministério Público devem ter moderação ao propor esse tipo de medida, ao Juiz cumpre verificar, com a máxima atenção e cuidado, a presença dos re-

quisitos legais autorizadores da interceptação de que trata a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

No Estado Democrático de Direito, não é admissível que as pessoas cujas conversas sejam interceptadas tomem conhecimento de tal fato apenas pela imprensa. Assim, é preciso oxigenar, com um mínimo de transparência, o procedimento descrito na Lei nº 9.296/96, determinando-se que todas as pessoas, finalizada a instrução processual (ou seja, depois que o Juiz estiver com todos os elementos necessários ao julgamento), tomem ciência de que tiveram ligações telefônicas interceptadas. Do contrário, receamos que prevalecerão a obscuridade, a desconfiança e a insegurança nas relações em que a privacidade deve ser integralmente preservada. Assim, a mesma Justiça que autoriza a interceptação telefônica é a que comunica aos interessados ou acusados a realização da diligência, quando concluída a instrução processual.

Finalmente, sugere-se o aumento da pena cominada ao crime de interceptação ilícita de conversas telefônicas, de modo a coibir essa verdadeira chaga da tecnologia, criando-se uma causa de aumento da pena no caso de o crime ser praticado por funcionário público no exercício de suas funções.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – Senador **Ney Suassuna**.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA*

LEI_Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

**Regulamenta o inciso XII, parte final,
do art. 5º da Constituição Federal.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 6º Defendo o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.

§ 1º No caso de a diligência possibilitar a gravação da comunicação interceptada, será determinada a sua transcrição.

§ 2º Cumprida a diligência, a autoridade policial encaminhará o resultado da interceptação ao juiz, acompanhado de auto circunstanciado, que deverá conter o resumo das operações realizadas.

§ 3º Recebidos esses elementos, o juiz determinará a providência do art. 8º, ciente o Ministério Público.

Art. 8º A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

Parágrafo único. A apensação somente poderá ser realizada imediatamente antes do relatório da autoridade, quando se tratar de inquérito policial (Código de Processo Penal, art. 10, § 1º) ou na conclusão do processo ao juiz para o despacho decorrente do disposto nos arts. 407, 502 ou 538 do Código de Processo Penal.

Art. 9º A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

Parágrafo único. O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo facultada presença do acusado ou de seu representante legal.

Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Pena: reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I _ homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II _ ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III _ ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV _ é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V _ é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI _ é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII _ é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII _ ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX _ é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X _ são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI — a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII _ é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII _ é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

.....

(À Comissão de Constituição, justiça e cidadania – decisão terminatura.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2003

Altera a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, para incluir entre os beneficiários da anistia os ex-servidores na situação que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 1º

§ 1º Em caráter excepcional, habilitam-se à anistia a que se refere o **caput** os servidores e empregados que tenham permanecido em atividade além do termo final do prazo ali consignado, para cumprir deveres funcionais relacionados diretamente com a liquidação ou dissolução da entidade a que estavam vinculados.

.....“(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto é inspirado em caso de odiosa injustiça a que vêm sendo submetidos ex-servidores da Interbrás, empresa do Grupo Petrobras extinta pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, no governo Collor de Mello. Entretanto, por questão de isonomia, o projeto pretende alcançar todos os ex-servidores em idêntica situação de injusto tratamento por parte dos poderes públicos.

No ano de 1994, por meio da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foi concedida anistia a todos os servidores e empregados da Administração Direta e Indireta demitidos, exonerados ou dispensados sem justa causa no período de 15-4-190 a 30-9-92.

No caso específico da Interbrás, mais de oitenta por cento dos integrantes do quadro funcional da empresa foram dispensados até 30-9-92 e todos estes foram anistiados e readmitidos pelo Grupo Petrobras. Os restantes permaneceram trabalhando, por força das necessidades e imposição dos liquidantes, com o fito de ultimar a liquidação da empresa, que ocorreu somente em 30 de junho de 1994. Com esse adiamento, foram seriamente prejudicados os que permaneceram em serviço, alguns dos quais, inclusive, viram frustradas eventuais oportunidades no mercado de trabalho.

Infelizmente, como resultado do tratamento excessivamente formalista conferido à questão no âmbito das diversas Comissões de Anistia, nunca foi reconhecido o direito desses ex-servidores à anistia, sob argumento de que tiveram os contratos de trabalhos rescindidos após o encerramento do prazo estipulado na Lei nº 8.878/94, embora preenchessem todos os demais requisitos estabelecidos pela referida lei.

É provável que, caso recorressem ao Judiciário, esses ex-servidores tivessem seu direito reconhecido, dada a patente quebra do princípio da isonomia configurada no descaso com que a Administração Fe-

deral vem tratando do caso, em comparação com outros casos análogos.

Considerando-se, entretanto, que, havendo vontade política, afigura-se possível mudar topicamente a legislação pertinente em prazo certamente mais reduzido do que o necessário para solução da pendência em sede judicial, estamos submetendo a presente proposição à aprovação dos eminentes Pares, como forma de prover novas bases jurídico-normativas para o reposicionamento das Comissões de Anistia, de forma a fazer justiça a esses servidores, que não podem ser punidos por terem se colocado, por dever legal, a serviço da dissolução da entidade pública na qual ganhavam o próprio sustento.

Sala das Sessões, em 25 de fevereiro de 2003 –
Senador **Antero Paes de Barros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.878, DE 11 DE MAIO DE 1994

Dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona.

Art. 1º É conhecida anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União que, no período compreendido entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, tenham sido:

I _ exonerados ou demitidos com violação de dispositivo constitucional ou legal;

II _ despedidos ou dispensados dos seus empregos com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa;

III _ exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizado, ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.

Parágrafo único, O disposto neste artigo aplica-se, exclusivamente, ao servidor titular de cargo de provimento efetivo ou de emprego permanente à época da exoneração, demissão ou dispensa.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2003

**Altera e acrescenta parágrafos no
art. 20 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro
de 1996.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, a seguinte redação:

Art. 2º Os recursos do Fundo serão aplicados na erradicação do analfabetismo, na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização de seu magistério.

§ 1º A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado, dar-se-á entre o governo estadual e os governos municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:

I _ as matrículas do ensino fundamental, em qualquer série ou ciclo, a partir dos seis anos de idade, completados dentro do respectivo ano letivo;

II _ as matrículas do ensino fundamental, nos cursos da modalidade de educação de jovens e adultos, em programas de alfabetização nos municípios cujo índice de analfabetismo for superior à média nacional.

§ 2º A distribuição a que se refere o parágrafo anterior, a partir de 2004, deverá considerar, ainda, a diferenciação de custo por aluno, estabelecida anualmente por Ato do Presidente da República, segundo os níveis de ensino e tipos de atendimento, adotando-se a metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações, de acordo com os seguintes componentes:

I _ primeiros quatro anos do ensino fundamental;

II _ do quinto ao último ano do ensino fundamental;

III _ estabelecimentos ou turmas de educação especial;

IV _ alunos residentes na zona rural;

V _ programas anuais de alfabetização de jovens e adultos;

VI _ programas semestrais de alfabetização de jovens e adultos.

§ 3º

§ 4º § 5º

§ 6º De 2003 a 2005, os municípios cujo índice de analfabetismo apurado em recenseamento oficial tenha sido superior à média nacional poderão apresentar, no Cen-

so Educacional a que se refere o § 4º, lista nominal dos alunos matriculados em programas de alfabetização, de duração anual ou semestral, nos estabelecimentos estaduais e municipais, para serem incluídos na sistemática de distribuição do ano subsequente.

§ 7º A destinação dos recursos do Fundo no Distrito Federal se fará em conta específica do órgão responsável pela educação em seu sistema, obedecendo às fontes indicadas no art. 1º e, no que couber, aos critérios do presente artigo.

§ 8º É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental público. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) é um instrumento político-administrativo que visa ao mesmo tempo financiar com equidade o ensino fundamental, ampliar seu atendimento e valorizar salarialmente seus professores.

Desde 1934 a sociedade brasileira tomou a decisão política de vincular uma percentagem de impostos federais, estaduais e municipais à manutenção e desenvolvimento do ensino. Aquela época, já crescia a demanda por todos os níveis de ensino, mas somente 30% da população brasileira morava em cidades, habitat natural da educação escolar.

Chegamos à última Constituinte, em 1987, com mais de 20% da população analfabeta, 85% da população em idade escolar matriculada no ensino fundamental e 15% no ensino médio _ dados incompatíveis com os da maioria dos países, inclusive os latino-americanos. A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 não somente aumentou os direitos da população à educação escolar como fixou percentuais relevantes dos impostos para a educação _ 18% dos federais, 25% dos estaduais e municipais _ e dispôs, pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que, nos dez primeiros anos, 50% desses recursos fossem empregados na erradicação

do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental.

De 1989 a 1995, houve inegáveis progressos na cobertura da demanda. Todavia, por não ter sido cumprido o dispositivo do ADCT, ocorreram graves deficiências na qualidade da aprendizagem e crescente agravamento das disparidades regionais. Para exemplificar: a despesa por aluno de algumas redes municipais era dez vezes inferior e, em outros casos, dez vezes superior à das respectivas redes estaduais. Isso porque não havia correspondência entre a arrecadação de estados e municípios e seus encargos educacionais. Sem contar que uma boa parte dos recursos vinculados, por falta de acompanhamento e controle social, era desviada para despesas alheias à educação. Não admira que tenhamos avançado pouco na erradicação do analfabetismo.

A Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, dispôs que, durante dez anos, 60% dos 25% dos impostos vinculados de estados e municípios fossem aplicados exclusivamente no ensino fundamental; e, destes, 60% se destinassem à remuneração dos professores em exercício nessa etapa da educação básica. Além disso, criou em cada Estado e no Distrito Federal um Fundo Unificado que reunia uma cesta dos principais impostos e transferências _ FPE, FPM, IPI – Exportação, ICMS e LC 87/96 _ e repartia sua arrecadação entre o governo estadual e os governos na proporção de suas matrículas no ensino fundamental. Assim a municipais partir de 10 de janeiro de 1998, quando entrou em pleno vigor a Lei nº 9.424/1996, a cada aluno matriculado no ensino fundamental correspondia a destinação de um idêntico “recurso mínimo” (porque havia ainda a destinação de 15% dos tributos extra-Fundef), resultante da média estadual do Fundef. Quando essa média não alcançasse um Valor Mínimo definido pelo MEC, a União fazia uma transferência mensal de complementação. Para o ano de 1998 esse Valor Mínimo Anual por Aluno foi fixado em R\$315,00.

Embora o Fundef tenha representado um avanço da cobertura e da equidade no atendimento aos alunos do ensino fundamental – pelo menos dentro de cada Estado – imediatamente foram revelados seus defeitos. Um deles foi o de desmotivar os prefeitos a investir na ampliação das matrículas em creches e pré-escolas, agravando a exclusão na educação infantil. Outro efeito negativo foi o de reforçar a prática de jornadas parciais dos professores como mecanismo de melhoria salarial, na contramão do regime de tempo integral de educadores e educandos, preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Na-

cional. Ademais, do veto presidencial à contagem das matrículas dos alunos da educação presencial de jovens e adultos (EJA) para efeito de distribuição dos recursos do Fundef, resultaram, entre outras, duas consequências danosas: alguns sistemas criaram “turmas de aceleração” no período noturno, condenando os alunos a quatro horas diárias de “suplício-aula”, para justificar sua contagem no ensino fundamental regular no Censo do Fundef e a maioria simplesmente optou por desacelerar a oferta de EJA, inclusive de classes de alfabetização de adultos – que se converteu em obra de caridade, militância ou solidariedade.

O objetivo central deste projeto de lei é reparar essa injustiça sem provocar a inviabilização financeira do Fundef.

Atualmente, os analfabetos absolutos somam aproximadamente 16 milhões de brasileiros. Já os jovens e adultos sem ensino fundamental concluído chegam a 65 milhões. Destes últimos, 10 milhões são alunos do ensino fundamental regular, principalmente da 5ª série em diante, ou da EJA. Portanto, a demanda potencial que foi atingida pelo veto presidencial foi de cerca de 55 milhões. Em 2002, as matrículas do Censo do Fundef atingiram 31.980.507 alunos de escolas municipais e estaduais. É óbvio que um acréscimo de 55 milhões a essa cobertura – contrariando a tendência recente à sua redução – iria sobrecarregar as finanças municipais, estaduais e federais, a ponto de inviabilizar o Fundef. Com efeito, esse Fundo, que, em 2003, consumirá menos de R\$0,5 bilhão da União com sua clientela atual, passaria a exigir cerca de R\$10 bilhões a mais para o atendimento aos novos beneficiários.

De outro lado, é imperativo constitucional, disciplinado inclusive pela LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), que se erradique analfabetismo até 2010. A posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou esse compromisso, que o Ministro Cristovam Buarque, e todos nós, queremos ver saldado em quatro anos. Como financiar a empreitada de incluir, a cada ano, pelo menos 4 milhões de analfabetos na educação básica?

A solução dada por este projeto de lei é simples. Sem desprezar as contribuições voluntárias de empresas, entidades e cidadãos – que sempre serão bem-vindas, tanto em recursos humanos como em financeiros – quer-se garantir um mecanismo gerador de um recurso mínimo por meio da contribuição quase “indolor” dos Estados e Municípios e, quando necessário, da União. Como? Incluindo nas matrículas

do Fundef, não toda ou parte da clientela potencial da EJA, mas somente parcela estratégica dos analfabetos que o Poder Público determinaria ano a ano, por meio de uma “chamada única nominal semestral”. Ou seja, cada Município poderia incluir no Censo Escolar do MEC, anualmente, por meio de uma lista nominal irrepitível, um determinado número de analfabetos, compatível com seu esforço administrativo e pedagógico, de acordo com seu Plano de Educação. As matrículas resultantes desta Chamada Nacional que ocorressem em Municípios cujo índice de analfabetismo é superior à média nacional – que coincidem com os que têm uma reduzida arrecadação própria – seriam incluídas nos cálculos de distribuição do Fundef. As matrículas dos restantes Municípios, com maior alfabetização e escolaridade, não entrariam nos cálculos de distribuição do Fundef, sendo, portanto, financiadas pelos impostos municipais próprios incluídos na subvinculação de 15% destinada pela Emenda Constitucional nº 14 ao ensino fundamental. Todavia, participariam dos programas nacionais de apoio à educação básica, como os de Merenda Escolar, Livro Didático, Informática, Formação de Professores, e outros. Como indicado no texto do projeto de lei, haveria também uma diferenciação de custo por aluno – já vigente no Fundef entre matrículas das primeiras e últimas séries – para o caso de programas semestrais e anuais de alfabetização. Tal medida de flexibilidade se impõe tanto para responder a situações diferenciadas no nível de conhecimento dos alunos, como para contemplar as distintas metodologias e propostas pedagógicas em curso nos sistemas de ensino.

Estimativas preliminares prenunciam que, de um total anual de 4 milhões de alfabetizandos, 2 milhões de matrículas corresponderiam às dos Municípios com maior índice de analfabetismo. Daí resultaria uma complementação federal perfeitamente suportável, uma vez que boa parte das novas matrículas se localiza em Estados com despesa média anual acima do Valor Mínimo do Fundef, que dispensa complementação da União.

Como está modificando e aperfeiçoando a Lei nº 9.424/96, o presente projeto de lei inclui ainda algumas mudanças oportunas, justificadas pela prática do Fundef:

- a) altera-se o texto do § 1º do art. 2º, excluindo-se o Distrito Federal, por este não possuir governo estadual e municipais e acrescenta-se o § 7º para disciplinar o Fundef do Distrito Federal, hoje inoperante;

b) ao invés de se citar no inciso I do § 1º as oito séries do ensino fundamental, incluem-se as séries e ciclos a partir dos seis anos de idade, conforme o art. 87 da LDB e os dispositivos do Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001;

c) altera-se o **caput** do § 2º, trocando a expressão “tipos de estabelecimento” por “tipos de atendimento”, principalmente para se adequar à diversidade das situações da educação especial e da educação das populações do campo.

Finalmente, uma observação sobre o § 6º: indubitavelmente, teria sido mais oportuna a apresentação deste projeto de lei em 2002, para entrar em vigor em 2003, como forma de dar sincronia com os projetos de alfabetização. Por questões operacionais e de técnica legislativa, prevêem-se seus efeitos de 2004 a 2006, ano em que se encerra a vigência do art. 60 do ADCT, de acordo com a EC nº 14/96. Nada obsta, entretanto, que uma negociação com o Executivo Federal possibilite a antecipação da inclusão no Fundef dos alfabetizando dos Municípios onde esta ação se faz mais urgente, para o 2º semestre de 2003.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003, – Senador **Valdir Raupp**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 9.424 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 6º, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 2º Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.

§ 1º A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmen-

te nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:

I – as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental;

II – (Dispositivo Vetado).

§ 2º A distribuição a que se refere o parágrafo anterior, a partir de 1998, deverá considerar, ainda, a diferenciação de custo por aluno, segundo os níveis de ensino e tipos de estabelecimento, adotando-se a metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações, de acordo com os seguintes componentes:

I – 1ª a 4ª séries;

II – 5ª a 8ª séries;

III – estabelecimentos de ensino especial;

IV – escolas rurais.

§ 3º Para efeitos dos cálculos mencionados no § 1º, serão computadas exclusivamente as matrículas do ensino presencial.

§ 4º O Ministério da Educação e do Desporto – MEC, realizará, anualmente, censo educacional, cujos dados serão publicados no **Diário Oficial** da União e constituirão a base para fixar a proporção prevista no § 1º.

§ 5º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, no prazo de trinta dias da publicação referida no parágrafo anterior, apresentar recurso para retificação dos dados publicados.

§ 6º É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem, exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2003

Altera o art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, acrescentando-lhe causa de aumento da pena na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 12
.....

§ 3º A pena privativa de liberdade aplica-se em dobro se os crimes previstos neste artigo ocorrerem no interior, ou em um raio de até 200 (duzentos) metros de estabelecimento de ensino de qualquer nível. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, são os pontos mais visados pelos traficantes de drogas. As crianças indefesas e os jovens ingênuos constituem presas fáceis para os “puxadores” de drogas.

Em algumas escolas do País, as drogas já foram passadas para crianças e jovens pelos mais engenhosos métodos: em balas, gomas de mascar, perfumes, adesivos e cigarros.

Em muitos casos as drogas são oferecidas, de graça, como experiência, até que a vítima fique viciada.

As estatísticas são preocupantes: milhares de crianças e jovens tiveram seu primeiro contato com drogas, como maconha, alucinógenos, cocaína e até heroína, durante o período escolar e, o mais grave, muitos receberam as substâncias dos traficantes dentro das escolas ou nas suas proximidades.

Em vários países, onde o problema existe, foram aprovadas leis que impõem penas severas ao tráfico de drogas nos estabelecimentos de ensino.

Nos Estados Unidos, onde o problema é maior, foi aprovada pelo Congresso a chamada “Drug Free Zone”, ou Área Livre de Drogas, que compreende o recinto e as imediações das escolas de todos os níveis.

O resultado foi um extraordinário sucesso. Em alguns casos os traficantes sumiram da área livre de drogas, em outros, o uso de drogas diminuiu consideravelmente.

Em síntese, a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, deve ser aprimorada mediante o agravamento da resposta penal quando o tráfico ilícito de entorpecentes é praticado no interior ou em um raio de até 200 metros dos estabelecimentos de ensino, de modo a coibir as investidas dos traficantes sobre o público escolar.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Senador **Hélio Costa**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 6.368. DE 21 DE OUTUBRO DE 1976.

Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

Atualizada em 6-11-.2001
MPV 2225-45, de 4-9-01

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 12. Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

Pena – Reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem, indevidamente:

I – importa ou exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda ou oferece, fornece ainda que gratuitamente, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda matéria-prima destinada a preparação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica;

II – semeia, cultiva ou faz a colheita de plantas destinadas à preparação de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

§ 2º Nas mesmas penas incorre, ainda, quem:

I – induz, instiga ou auxilia alguém a usar entorpecente ou substância que determine dependência física ou psíquica;

II – utiliza local de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, para uso indevido ou tráfico ilícito de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.

III – contribui de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso indevido ou o tráfico ilícito de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

.....
(À Comissão de Justiça e Cidadania –
decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2003

Acrescenta dispositivo ao art. 21 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, proibindo o transporte de materiais radioativos em aeronaves que transportam passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 21 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, fica acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir § 1º:

“Art. 21.

.....
§ 2º É proibido o transporte de materiais radioativos, inclusive de embalagens já utilizadas para encerrá-los, em aeronave que efetue transporte público de passageiros, em voo regular ou não-regular. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Há alguns anos, um Boeing 737 da Varig, que partia de Brasília com destino ao Rio de Janeiro, com escala em São Paulo, permaneceu por mais de três horas parado no Aeroporto Internacional de Guarulhos. O evento poderia ter passado despercebido pela imprensa e provocado não mais que do que um sim-

ples aborrecimento para os passageiros, não fosse o motivo do retardo a suspeita de contaminação radioativa, oriunda de uma cápsula de césio 137 que estava sendo transportada no compartimento de carga da aeronave.

Embora técnicos do Instituto de Pesquisa de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo – após demorado exame da cápsula –, garantissem que o césio estava perfeitamente acondicionado, sem riscos para os ocupantes do avião, um clima de medo e indignação instalou-se entre os passageiros, logo tomados pelas lembranças do acidente radioativo de Goiânia.

Felizmente, o episódio não teve consequências funestas. Ficou, entretanto, o sentimento de que não vale a pena arriscar a saúde dos passageiros e a confiabilidade do voo com o transporte de carga tão perigosa como são os materiais radioativos.

Há, evidentemente, normas nacionais e internacionais que regulam a matéria, caso da CNEN 5.01, elaborada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que trata do “transporte de materiais radioativos”, e do Regulamento para Transporte de Produtos Perigosos da International Air Transport Association (IATA). Presumidamente, se fossem tomadas todas as precauções e cautelas indicadas nessas normas, estaria preservada a segurança do transporte.

Na defesa do transporte compartilhado por passageiros e carga radioativa, alega-se que a garantia da segurança no transporte aéreo, quanto ao transporte de material radioativo é fundamental em qualquer aeronave, pois restringi-lo ao transporte de carga não impediria que a ocorrência de vazamento viesse a causar danos irreparáveis às pessoas que manuseiam a carga em terra e à tripulação.

Parece-nos, contudo, que a tripulação e os funcionários de terra podem ser mais bem informados quanto à carga que estão transportando e aos cuidados que cercam o acondicionamento desse tipo de material, afastando, dessa maneira, os riscos de pânico durante o voo, fator de significativa importância para a segurança em viagens aéreas. Além disso, seria limitado o número de pessoas envolvidas em caso de eventual acidente.

Julgamos, a par disso, que a vedação imposta por este projeto não criará nenhum embaraço ao transporte aéreo de materiais radioativos. Há vôos cargueiros para quase todas os aeroportos do País, com frequência que não chega a comprometer eventual necessidade de rapidez de transporte.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Senador **Hélio Costa**.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA**

LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986

**Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Substitui o Código Brasileiro do Ar)**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 21. Salvo com autorização especial de órgão competente, nenhuma aeronave poderá transportar explosivos, munições, arma de fogo, material bélico, equipamento destinado a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou ainda quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou de seus ocupantes.

Parágrafo único. O porte de aparelhos fotográficos, cinematográficos, eletrônicos ou nucleares, a bordo de aeronave, poderá ser impedido quando a segurança da navegação aérea ou o interesse público assim o exigir.

.....
(Às Comissões de Constituição , Justiça e Cidadania e de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2003

Dispõe sobre a compra dos produtos Alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome darão preferência, em suas aquisições de gêneros alimentícios, aos produtos oriundos de unidades produtivas de caráter familiar ou de pequeno porte, localizadas na região onde os alimentos serão distribuídos.

Parágrafo único. Incluem-se no disposto nesta lei, as compras destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Presidente Lula tem afirmado, com grande propriedade, que a principal meta de seu governo consiste no combate à fome. Neste sentido, o Presidente implementou o Programa Nacional de Combate à Fome – Fome Zero, dando ênfase a que, no combate à fome, não basta dar o peixe mas é preciso também ensinar a pescar.

Sabemos também que a atual estrutura agrária brasileira é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da economia nacional, gerando milhões de desempregados que quase sempre migram para as cidades, aumentando ainda mais os problemas urbanos, de moradia, violência, etc.

O desenvolvimento agrário é uma das principais necessidades do Brasil. Quanto a isso, todos estão de acordo, e o Governo Lula pretende intensificar ainda mais as ações de reforma agrária e assentamento rural.

Com esse projeto de lei, pretendemos combinar essas duas grandes metas do Governo Lula, de forma a garantir o sucesso total de suas ações.

O projeto ora apresentado dá preferência aos pequenos produtores rurais, nas compras governamentais de combate à fome, distribuição de alimentos e no programa Merenda Escolar.

Assim, os pequenos produtores rurais poderão efetivamente comercializar os seus produtos. Isso garantirá o sucesso das ações de assentamento rural, que muitas vezes não alcançam o êxito desejado, porque os produtores rurais não possuem condições de enfrentar a concorrência desleal de mercado, e

todo o esforço de reforma agrária acaba sendo inútil e em vão.

Ao oferecer preferência aos pequenos produtores rurais nas compras governamentais de alimentos destinados ao combate à fome, estaremos garantindo aos mesmos que eles podem confiar em seus esforços e em sua capacidade produtiva, pois terá boas condições de escoar a sua produção, com um risco menor na produção, o que acabará funcionando como um sólido instrumento de fixação do homem no campo.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. Senador **Delcídio Amaral**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2003

Altera o Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica alterado Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002 – Lei de diretrizes Orçamentárias para 2003, reduzindo-se o superávit primário do setor público consolidado de 3,75% para 3,0% do PIB.

Parágrafo único. A meta de superávit primário será distribuída em 1,8% do PIB para os orçamentos fiscal e da seguridade social, 0,45% para as empresas estatais federais e 0,75% para os estados e municípios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002) estabelece uma meta de superávit primário de 2,25% do PIB para os orçamentos fiscal e da seguridade social (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) e de 0,55% para o conjunto das empresas estatais federais, meta a ser mantida no triênio 2003-2005.

Projeto de Lei Orçamentária, bem como a Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional, mantiveram a meta de superávit primário da

LDO/2003, correspondentes a R\$31,8 bilhões para o Governo Central e R\$7,8 bilhões para o conjunto das empresas estatais federais. Portanto, o LOA/2003 manteve a política fiscal restritiva implementada a partir de 1999.

Cabe rememorar que a proposta orçamentária para 2003 foi encaminhada ao Congresso Nacional em um contexto de agravamento da situação econômica e da negociação de novo acordo com o FMI. O acordo tornou-se vital para viabilizar a transição para o novo Governo, em um contexto de severa crise de liquidez, sendo firmado nos termos do Memorando de Política Econômica de 4 de setembro de 2002. Para 2003, foi estabelecida a meta de 3,75% do PIB para o setor público consolidado, sendo de 2,80% para o Governo Federal (orçamentos fiscal e da seguridade social e das empresas estatais federais).

No entanto, o cenário econômico melhorou com a eleição do novo Presidente da República. As desconfianças em relação ao novo Governo dissiparam-se com o apoio de amplos setores do empresariado e com as declarações da equipe do novo Governo. Enfatizaram-se a necessidade de responsabilidade fiscal, o respeito aos contratos e a independência da autoridade monetária. Com efeito, o “risco-Brasil” que alcançou 2.151 pontos em 23 de setembro de 2002 hoje está em patamar de 1.300 pontos; a taxa de câmbio que atingiu o recorde de R\$3,96 em 22 de outubro de 2002 baixou para cerca de R\$3,50.

Isso posto, não se justifica um esforço fiscal dessa magnitude, em detrimento dos investimentos e gastos na área social. A meta de superávit primário pode e deve ser reduzida. A presente proposição reduz a meta para 3,0% do PIB para o setor público consolidado, sendo de 2,25% para o Governo Federal (orçamentos fiscal e da seguridade social e das empresas estatais federais) e 0,75% para os estados e municípios. Essa redução significa recursos disponíveis no valor de R\$11,9 bilhões, suficientes para possibilitar um acréscimo significativo nos gastos sociais.

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos Senhores Senadores para esta proposição.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – Senador **Romero Jucá**.

LEI Nº 10.524, DE 25 DE JULHO DE 2002

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2003 e dá outras providências.

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das operações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos o que compõe: Recursos Próprios, Recursos do Tesouro e Recursos de Outras Fontes.

XXIII - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais serão destinados recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital, informando para cada entidade:

a) valores totais transferidos ou a transferir para a entidade nos últimos 3 (três) exercícios;

b) categoria de programação, inclusive subtítulo, detalhado elemento de despesa, que contenha a dotação proposta para o exercício;

c) prévia e específica autorização legal que ampara a transação, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

d) se a transferência não for amparada em lei específica e ser identificada a finalidade e a motivação do ato, bem como a origem para o setor público de tal alocação;

XXIV - relação das dotações, detalhadas por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não incluídas no inciso XXIII, especificando os motivos da não identificação prévia e a necessidade da transferência;

XXV - contratações de pessoal por organismos internacionais, para desenvolver projetos junto ao governo, informando, relativamente a cada órgão, a situação vigente em 31 de julho de 2002:

a) organismo internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, em seu menor nível, nos termos do art. 3º, § 2º, desta Lei, que irá atender às despesas;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R\$ 1.000,00 (mil reais);

e) data de início e fim dos contratos;

f) valor total dos contratos e forma de reajuste; e

g) valor a ser despendido mensalmente no exercício de 2003;

XXVI - a evolução do estoque e da arrecadação da Dívida da União, nos exercícios de 1997 a 2001, e as estimativas para exercícios de 2002 e 2003, segregando-se por item de receita;

XXVII - demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - Idoc, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito das Unidades Orçamentárias 71101 - Encargos Financeiros da União, 74101 - Operações Oficiais de Créditos e 75101 - Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do Siafi;

XXVIII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados ao "Comunidade Solidária";

XXIX - evolução dos resultados primários das empresas estatais federais nos 2 (dois) últimos anos, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2002 e a estimada para 2003, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XXX - estimativas das receitas de concessões e permissões, por serviço outorgado, com os valores total e mensais;

XXXI - do montante da dívida pública federal objeto de financiamento, já incluídas as operações de crédito constantes do plano de lei orçamentária para esta finalidade, nos termos do disposto no art. 29, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XXXII - estimativas das receitas, por natureza e fonte, e das despesas adicionais, em cada subtítulo pertinente, decorrentes de aumento do salário mínimo superior ao constante da proposta orçamentária, entre R\$ 5,00 (cinco reais) e R\$ 25,00 (vinte e cinco reais);

XXXIII - receitas administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, mês a mês, com base na previsão orçamentária;

XXXIV - dotações, discriminadas por programas e ações, destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride - conforme o disposto nas Leis Complementares nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112, de 19 de setembro de 2001 e 113, de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003**

Metas e Projeções Fiscais

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Discriminação	2000		2001		Preços Correntes Reprogramado 2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. Meta Resultado Primário Fixada	30.500,0	2,8	29.365,0	2,5	36.673,0	2,8
II. Resultado Primário Obtido	30.605,0	2,8	29.550,8	2,5	36.673,0	2,8
Fiscal e Seguridade Social	20.431,0	1,9	21.979,8	1,8	29.213,0	2,2
Estatais	10.174,0	0,9	7.571,0	0,6	7.460,0	0,6
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	105,0	0,0	185,8	0,0	-	-
IV. Resultado Nominal Obtido	-25.017,0	-2,3	-25.273,0	-2,1	-	-
V. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	352.967,0	31,0	411.711,9	33,1	-	-

Discriminação	2000		2001		Preços Médios 2002 IGP-DI Reprogramado 2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. Meta Resultado Primário Fixada	36.286,8	2,8	31.653,1	2,5	36.673,0	2,8
II. Resultado Primário Obtido	36.411,7	2,8	31.853,4	2,5	36.673,0	2,8
Fiscal e Seguridade Social	24.307,4	1,9	23.692,4	1,8	29.213,0	2,2
Estatais	12.104,3	0,9	8.160,9	0,6	7.460,0	0,6
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	124,9	0,0	200,3	0,0	-	-
IV. Resultado Nominal Obtido	-29.763,5	-2,3	-27.242,2	-2,1	-	-
IX. DÍVIDA LÍQUIDA GOVERNO CENTRAL	419.935,4	31,0	443.792,1	33,1	-	-

**ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS - 2004**

(Art. 4º, § 2º Inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000).

"I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;"

A meta de resultado primário do Governo Federal para o exercício de 2001 foi fixada em R\$ 29,4 bilhões, sendo R\$ 28,1 bilhões para o orçamento fiscal e da seguridade social e, no mínimo, R\$ 1,2 bilhão para o Programa de Despendimentos Globais das estatais, conforme disposto no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2001, alterada pela Lei nº 10.210, de 23 de março de 2001. O § 1º do artigo 18 da LDO 2001 permitiu a compensação de eventual frustração da meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social por excedente do resultado apurado no âmbito das estatais federais durante o exercício.

O Decreto nº 3.746, de 6 de fevereiro de 2001, que estabeleceu o cronograma de execução mensal dos pagamentos e os limites de movimentação e empenho de dotações orçamentárias, fez valer a possibilidade de alteração da composição do resultado fiscal, estabelecendo em R\$ 23,3 bilhões o superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e em R\$ 6,1 bilhões o resultado positivo das estatais federais. Essa alteração decorreu da melhora na perspectiva de arrecadação pela Petrobrás, em virtude da elevação do preço dos derivados de petróleo no mercado internacional, da evolução da taxa de câmbio e da maior produção nacional de petróleo e gás natural.

Decorrido o primeiro bimestre do exercício, constatada a frustração de receitas relativamente ao previsto na Lei Orçamentária Anual e em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, foi editado o Decreto nº 3.776, de 22 de março de 2001, e procedeu-se à limitação de empenho dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público da União, com vistas ao cumprimento da meta fiscal aprovada na LDO 2001.

Ao longo do exercício de 2001, sucessivas reavaliações de receita, em consonância com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, indicaram que os limites estabelecidos de movimentação, empenho e pagamento estavam em linha com a meta de resultado primário, tornando dispensável contenções adicionais de gasto público.

Ao final do exercício de 2001, o Governo Federal apresentou resultado primário superavitário de R\$ 29,6 bilhões, cerca de 2,5% do PIB, no conceito abaixo da linha, sendo R\$ 22,0 bilhões gerados pelo orçamento fiscal e da seguridade social e R\$ 7,6 bilhões pelas empresas estatais federais. Assim, ficou demonstrado o pleno cumprimento da meta fiscal estabelecida.

Comparando-se o resultado primário apurado pelo conceito acima da linha com a projeção constante do Decreto nº 3.746, de 2001, observa-se uma pequena elevação do déficit no âmbito do Regime Geral de Previdência Social (INSS), explicada pela evolução da arrecadação, que ficou R\$ 0,7 milhões abaixo do previsto. Esse fato está em parte associado ao comportamento da massa salarial no setor formal, cuja expansão ficou aquém do inicialmente projetado. Por sua vez, os efeitos do crescimento menos pronunciado do Produto Interno Bruto - PIB - sobre a arrecadação tributária federal foram em boa parte compensados por maiores ingressos de tributos que são influenciados pela flutuação cambial e pela taxa de juros, em especial o Imposto de Renda Retido na Fonte sobre rendimentos de capital e remessas ao exterior. Outros fatores não plenamente antecipados foram os impactos positivos da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo, sobre a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Os ingressos adicionais em referência foram suficientes para compensar a frustração no recolhimento das demais receitas, como aquelas provenientes de concessão de serviço público de telefonia.

Com relação às despesas, apesar dos gastos com pessoal terem ficado acima do esperado, houve um menor dispêndio com custeio e investimento discricionários, o que possibilitou a manutenção das despesas totais no nível projetado.

A despeito do elevado superávit primário registrado no âmbito do governo central, observou-se uma ampliação da dívida líquida como proporção do PIB, tendo em vista a evolução das despesas com juros nominais (4,0% do PIB), o efeito da depreciação cambial (3,0% do PIB), e demais itens que afetaram diretamente a dívida, como reconhecimento de passivos (1,4% do PIB). A dívida líquida do governo central alcançou o patamar de 33,2% do PIB, o que representou uma expansão, em relação ao exercício de 2000, de 2,2 pontos percentuais do PIB.

O dispêndio com juros nominais ficou acima do previsto, explicado pela evolução da taxa de juros básica e da taxa de câmbio, em resposta ao cumprimento da meta indicativa de resultado nominal fixada na Lei nº 10.210, de 2001 (déficit de R\$ 17,2 bilhões, equivalentes a 1,38% do PIB). O déficit nominal do governo central, apurado pelo Banco Central, foi de R\$ 25,3 bilhões (2,14% do PIB).

O cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na legislação, pelo terceiro ano consecutivo, consolida a reputação de responsabilidade fiscal e comprova o compromisso do Governo com o Programa de Estabilidade Fiscal. A obtenção de superávits primários expressivos mostrou-se fundamental para evitar o descontrole da dívida pública em face de continuados choques externos que, em 2001, foram exacerbados pelos efeitos do ataque de 11 de setembro e das dificuldades enfrentadas pela Argentina. Para que o ajuste fiscal iniciado nos últimos anos seja permanente, faz-se necessária a continuidade dessa política nos próximos exercícios, o

Nº 143, sexta-feira, 26 de julho de 2002

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

13

que permitirá reduzir paulatinamente a razão dívida líquida/PIB, reafirmando a sustentabilidade da política fiscal e a solvência financeira do setor público, requisitos para a manutenção da estabilidade monetária e para o crescimento econômico em bases sustentadas.

ANEXO DE METAS FISCAIS**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003**

(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

"II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional."

As metas de superávit primário estabelecidas para o triênio 2003-2005 norteam-se pela continuidade do processo de consolidação fiscal empreendido pelo governo federal em anos anteriores, visando o fortalecimento da política fiscal nos três níveis de governo, a qual se constitui em elemento fundamental para a consolidação dos objetivos básicos da política econômica, quais sejam, a estabilidade de preços e o crescimento da economia e do nível de emprego.

As metas fiscais para o governo federal a seguir definidas são consistentes com a obtenção da meta de superávit primário definida para o setor público consolidado de 3,75% do PIB em 2003 e, no mínimo, 3,5% nos próximos anos. O superávit primário é o principal instrumento fiscal de controle da razão dívida-Produto Interno Bruto - PIB. O objetivo é alcançar uma redução gradual dessa relação, com vistas a atingir um valor inferior a 50% ao final de 2005, sinalizando o compromisso do governo com a manutenção daquela relação em níveis sustentáveis no longo prazo.

Com essa finalidade, propõe-se alcançar em 2003 um superávit primário do governo federal de R\$ 39,8 bilhões, equivalentes a 2,80% do PIB, considerando-se o valor estimado para o PIB de R\$ 1.422,1 bilhões. Desse total, R\$ 32,0 bilhões (2,25% do PIB) referem-se à meta do governo central, que poderá ser compensada com o resultado das estatais federais.

Para os anos de 2004 e 2005, prevê-se a manutenção do esforço fiscal do governo federal em 2,80% do PIB, cabendo 2,25% ao governo central. As metas para esses exercícios são apenas indicativas e correspondem a superávits de, respectivamente, R\$ 43,0 bilhões e R\$ 46,3 bilhões. É de se notar que os percentuais relativos aos valores estimados para os anos de 2003 e 2004 apresentam um aumento em relação aos previstos no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002. Isso é explicado, em grande medida, pela necessidade de resposta da política fiscal ao crescimento da dívida pública em 2001 em decorrência dos choques a que foi submetida a economia nesse período, e da importância de se estabelecer uma trajetória declinante para a relação dívida/PIB.

As hipóteses usadas nas estimativas da trajetória da dívida e as metas primárias, consistentes com a redução da relação dívida/PIB, refletem a expectativa da consolidação da retomada do crescimento econômico que começou a ser observada no começo de 2002, em um cenário de ausência de choques negativos sobre a economia. Nesse cenário, a economia crescerá a uma taxa real de 4,0% nos anos de 2003 e 2004 e de 4,5% no exercício de 2005. Essas projeções presumem a existência de condições equivalentes àquelas que permitiram, por exemplo, o PIB crescer 4,4% em 2000. Para a projeção da taxa de câmbio, tomou-se por base a taxa média ocorrida nas últimas três semanas do mês de fevereiro do corrente ano e a evolução estimada da paridade entre os preços dos bens exportados e dos importados. Também foi considerada a adição, à dívida bruta do governo central, de passivos reconhecidos pelo governo federal, como do FCVS, e reduções decorrentes de receitas de privatização.

Por fim, em um quadro - em choques adversos e com estabilidade de preços, supõe-se uma tendência de relaxamento da política monetária, sinalizada pelo BACEN a partir de fevereiro de 2002, o que permitirá uma paulatina diminuição da taxa de juros nominal.

VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS PROJETADAS			
	2003	2004	2005
Crescimento real do PIB(%a.a.)	4,00	4,00	4,50
Inflação IGP-DI (% a.a. - 12 meses)	4,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio (R\$/US\$ - dez.)	2,42	2,45	2,48
Taxa de juros nominal (% a.a. - 12 meses)	12,84	11,25	10,21
Esqueletos-Privatização (R\$ bilhão)	9,21	11,45	12,21

A legislação prevê uma redução substancial das receitas primárias a partir de 2003. A principal fonte de diminuição de receitas, dada a legislação corrente e considerando-se os projetos ora no Congresso, dar-se-á com a redução programada das alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Essa alíquota declinará dos atuais 0,38%, equivalentes a uma arrecadação de cerca de R\$ 22 bilhões anuais, para 0,08% em 2004, com redução estimada de R\$ 17,0 bilhões em relação ao exercício anterior, e para zero em 2005.

Outra redução programada de receita refere-se ao término do adicional de 1% sobre a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o que determinará a perda de arrecadação de R\$ 1,1 bilhão a partir de 2003. Nas projeções, o gradual término do fluxo de receitas, decorrente do leilão de concessões de serviço público em anos recentes, também deprimiu a receita prevista para 2003-2005.

Além disso, o cancelamento do adicional de 2,5 pontos percentuais na alíquota máxima do Imposto de Renda Retido na Fonte - Rendimento do Trabalho e do Imposto de Renda Pessoa Física implicará uma perda de receita de R\$ 1,7 bilhão em 2003, R\$ 2,2 bilhões em 2004 e R\$ 2,4 bilhões em 2005.

A redução projetada da receita da CPMF, na ausência de compensação, determinará a diminuição das despesas com ações do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza para o mínimo legal de R\$ 4,0 bilhões, determinado pela Emenda Constitucional 81, de 14 de dezembro de 2000, em comparação com a despesa de R\$ 4,4 bilhões previstas para 2002 e R\$ 4,5 bilhões previstas para 2003.

Por outro lado, as despesas obrigatórias, como de pessoal encargos sociais, continuarão sujeitas a um crescimento natural, e decorre de progressões e reestruturações de carreiras, além de ajustes salariais, conforme previsto no inciso V do art. 37 da Constituição. As despesas com benefícios previdenciários e assistenciais por sua vez, crescerão de acordo com a variação do salário mínimo de demais índices definidos em lei e de acordo com a expansão número de beneficiários. Além disso, o aumento do déficit da Previdência Social, decorrente do aumento do salário mínimo nos últimos anos, deverá continuar a ser custeado por recursos que não contribuição de trabalhadores e empregadores, o que reduz o espaço para outras despesas. Em vista disso, a acomodação de uma eventual diminuição de receitas na magnitude representada pela extinção da CPMF e a redução das alíquotas de outros tributos e contribuições terá que se dar sobre uma base bastante limitada oferecida por despesas discricionárias.

Conclui-se, portanto, que, dado que as despesas obrigatórias representam mais de 90% da despesa total, haverá necessidade de uma recomposição da tributação aos níveis anuais, em particular a partir de 2004. Com relação a 2003, Poder Executivo poderá caminhar ao Congresso Nacional propostas que visem atenuar anular a redução da carga tributária prevista.

Para as empresas estatais federais não financeiras, prevê um resultado fiscal positivo de R\$ 7,8 bilhões em 2003 (0,55% PIB), mantendo-se a contribuição com a redução do PIB para resultado primário do setor público consolidado. No caso das empresas do Grupo Petrobrás, o resultado fiscal refletirá os preços internacionais do petróleo e os preços domésticos ditados pelo livre mercado de importação de petróleo e derivados e, também, o regime de tributação do setor, em vigor desde janeiro de 2002. Por outro lado, o superávit estimado também deverá resultar da manutenção uma disciplina da despesa compatível com os níveis de competitividade e solidez da empresa.

Os resultados fiscais incorporam uma política de investimentos adequada ao Grupo Eletrobrás, o que permitirá a realização dos investimentos em obras de geração e transmissão de energia elétrica planejadas. Observe-se que, no período 1995-2000, foram adicionados 16 mil megawatts à capacidade de geração, atingindo 71,8 mil megawatts de potência elétrica; em 2001, alcançaram-se 74 mil megawatts, contra um consumo de 56 mil megawatts, e, ainda foram incorporados mais de 7,0 mil km em linhas de transmissão. Em conjunto, esses investimentos somaram R\$ 20,8 bilhões, majoritariamente providos pelo setor privado. Merece menção que as projeções para 2002 levam em conta um crescimento de 97% no volume de investimentos, em relação ao exercício anterior.

Em suma, as metas fiscais para o triênio 2003-2005 d continuidade ao Programa de Estabilidade Fiscal, sendo compatíveis com a redução gradual da relação entre a dívida pública líquida e PIB, com vistas a alcançar-se um nível inferior a 50% em 2005, contribuindo para a estabilidade dos preços e o continuado fortalecimento do crescimento do PIB e do emprego.

ANEXO DE METAS FISCAIS**Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações - Exercício 1999**

(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.99		R\$ mil	
FONTE	Valores	Valores	HISTÓRICO
	Ingressados	Utilizados	
FONTE 129	0		Saldo de Exercícios Anteriores
	2.401.702		Sistema Telebrás - Remanejado da Fonte 163
	8.188		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
	933.745		Banda B (Áreas 2,3,4 e 6)
	1.077.559		Outras receitas
	4.421.194		Total ingressos
		3.587.043	Amortização da Dívida Interna
		2.000	Justiça do Trabalho (Lei nº 9.789, de 23.2.99)
		5.234	Ministério dos Transportes (Lei nº 9.789/99)
		44.954	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.789/99)
		638.841	Ministério da Saúde (Lei nº 9.789/99)
		5.948	Minist. Educação (Lei nº 9.789/99) - Cota Liberada pela Fonte 329
		12.246	ANATEL (Lei nº 9.789/99, Lei nº 9.472, de 16.7.97) - Disponibilidade da ANATEL
		4.296.266	Total utilizado
	124.928		Saldo para o Exercício Seguinte

Posição: 31.12.00		R\$ mil	
FONTE	Valores	Valores	HISTÓRICO
	Ingressados	Utilizados	
FONTE 163	94.028		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.665.910		Sistema Telebrás - Leilão/98
	317.658		Sistema Telebrás - Ofertas aos Empregados
	82.930		Gerasul - Ações remanescentes
		1.692.271	ANATEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Lei nº 9.969, de 11.5.00)
		3.073.622	Sistema Telebrás - Leilão/98

1.058	Gerasul - Ofertas aos Empregados
13.511	Participações minoritárias - Decreto 1.068/94
11.966	Banco Meridional alienado em 1997
56.599	Outras receitas
2.149.632	Total ingressos
2.214.477	Amortização da Dívida Interna
2.214.477	Total utilizado
	Saldo para o Exercício Seguinte
	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
	TOTAL DE INGRESSOS
	TOTAL UTILIZADO
	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 1999 e outros exercícios

ANEXO DE METAS FISCAIS
Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações - Exercício 2000
 (Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

Posição: 31.12.00		R\$ mil	
FONTE	Valores	Valores	HISTÓRICO
	Ingressados	Utilizados	
FONTE 129	124.928		Saldo de Exercícios Anteriores
	1.692.271		ANATEL (Lei nº 9.472, de 16.7.97 e Lei nº 9.969, de 11.5.00)
	3.073.622		Sistema Telebrás - Leilão/98



14

ISSN 1676-2339

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 143, sexta-feira, 26 de julho de 2003

9.807	Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
476.154	Outras receitas
5.251.854	Total ingressos
5.137.886	Amortização da Dívida Interna
12.045	Agência Nacional de Petróleo - ANP (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
42.090	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.969, de 11.5.00)
2.218	Outros
5.194.239	Total utilizado
182.543	Saldo para o Exercício Seguinte
FONTE 163 29.183	Saldo de Exercícios Anteriores
2.165.345	Sistema Telebrás - Leilão/98
4.841	Sistema Telebrás - Oferta aos Empregados
5.602.556	Petrobrás - Oferta Pública
293	Gerasul - Oferta aos Empregados
7.020.123	Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa
6.002	Banco Meridional - Leilão/97
426.197	Outras receitas
15.225.357	Total ingressos
14.824.612	Amortização da Dívida Interna
14.824.612	Total utilizado
429.928	Saldo para o Exercício Seguinte
TOTAIS	
154.111	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
20.477.211	TOTAL DE INGRESSOS
20.018.851	TOTAL UTILIZADO
612.471	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

FONTE: SIAFI, STN/COAFI, STN/COFIN, STN/CODIP.

* Desestatizações ocorridas em 2000 e outros exercícios

ANEXO DE METAS FISCAIS

Origem e Aplicação dos Recursos de Desestatizações - Exercício 2001
(Artigo 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

I - MOEDA CORRENTE

Posição: 31.12.01 valores correntes em R\$ mil		Histórico
Fonte	Receitas	
FONTE 129 182.543		Saldo de Exercícios Anteriores
2.954.300		ANATEL (Lei nº 9.472/97)
1.830		Sistema Telebrás
10.681		Amortizações de financiamentos das malhas ferroviárias desestatizadas
7.418		Outros
600.262		Outras receitas
3.574.491		Total de receitas
	3.145.311	Amortização da Dívida Interna
	13.010	Minist. Minas e Energia (Lei nº 9.969, de 11.5.2000)
	7.634	Outros
	3.165.955	Total de despesas
591.079		Saldo para o exercício seguinte
FONTE 163 429.928		Saldo de Exercícios Anteriores
110.028		BANESPA
(130.936)		Acerto da Fonte 363 (saldo de exercícios anteriores) para Fonte 163
112		RFFSA - leilão alienação
1.537.099		Petrobrás*
95		Sistema Telebrás - Leilão/98
1.531		Sistema Telebrás - Oferta aos empregados
130.530		CEAL/BNDESPAR
9		Outras receitas
1.648.468		Total de receitas
	2.078.386	Amortização da Dívida Interna + R\$ 9.545 usado para pagar DPMF pela UG 170600
	10	Outras despesas
	2.078.396	Total de despesas
0		Saldo para o exercício seguinte

Fonte 173	164.372	Banco do Estado de Goiás**
		Amortização de Dívida Interna
TOTAIS	612.471	Saldo de Exercícios Anteriores
	5.387.331	Total de Receitas
	5.408.723	Total de Despesas
	5.388.069	Total utilizado na amortização de DPMF
	591.079	Saldo para o exercício seguinte

Fontes Orçamentárias pelo Critério Caixa: 129 (Recursos de Concessões e Permissões), 163 (Reforma Patrimonial - rivalizações) e 173 (Recursos de operações oficiais de crédito - retorno de operações oficiais de crédito - Estados e Municípios)

II - MOEDAS DE PRIVATIZAÇÃO - R\$ 524.084 mil, sendo:

R\$ 30.663,00	mil -	OUTROS ALIENANTES (Melhoria do Perfil da Dívida)
R\$493.421,23	mil -	Recursos referentes ao ingresso em moeda de privatização na alienação do Banco do Estado de Goiás**.

*O total arrecadado com a oferta pública de ações da Petrobrás em 2001, foi de R\$ 1.974.455,08, e, portanto parte do dinheiro obtido, R\$ 443.516,44 foi contabilizado na fonte 159, por se tratar de amortização de parte do contrato firmado entre a União e o BNDESPAR, com emissão de LFT.

** O Banco do Estado de Goiás foi privatizado por R\$ 657.793, sendo R\$ 164.372 em moeda corrente e R\$ 492.421 em moeda de privatização.

ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

"V - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado"

De acordo com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, é considerada obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a do exercício.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela LRF, e corresponde ao aumento permanente de receita capaz de financiar essas novas despesas. Como aumento permanente de receita entende-se aquele proveniente da elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, conforme estabelecido no § 3º, do art. 17, da LRF. Em relação ao aumento de base de cálculo, considera-se como tal o crescimento real da atividade econômica, uma vez que este se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante tributário a ser arrecadado.

O saldo da margem de expansão é estimado em R\$ 3,8 bilhões para o exercício de 2003, considerado o aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório decorrentes de decisões tomadas na área de pessoal, com impacto a partir de 2002. Tal aumento diz respeito a concurso realinhamentos e reestruturações de carreiras do serviço público. O saldo em referência também inclui efeito residual de 4 meses do reajuste do salário mínimo sobre os benefícios previdenciários. O total dessas despesas adicionais é de R\$ 956,0 milhões.

Para o cálculo da margem de expansão, tomou-se como parâmetro básico a expectativa de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB de 4,0% em 2003 e alterações decorrentes da legislação tributária. A metodologia de estimação buscou isolar o impacto desses dois efeitos sobre a arrecadação das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, líquidas de restituições e de transferências constitucionais, que correspondem àquelas sobre as quais a União possui maior discricionariedade na alocação orçamentária.

Em relação ao impacto da legislação tributária sobre a arrecadação, considerou-se a aprovação e proposta ora no Congresso que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF para até 2004, reduzindo-se a alíquota, de 0,38% para 0,08% neste último exercício. Adicionalmente, levou-se em conta a redução de receita referente ao término do adicional de 1% sobre alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e de 2,5 pontos percentuais sobre a alíquota do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Retido na Fonte - Rendimento do Trabalho, a partir de 2003.

Destaque-se que, adotando-se a hipótese de não substituição das penas de arrecadação e função da redução das alíquotas da CSLL e do Imposto de Renda e do término da CPMF, não houve margem de expansão das despesas de caráter obrigatório para os exercícios de 2004 e 2005. Assim sendo, considerando o cenário fiscal projetado, só será possível a utilização da margem, em 2004 e 2005, se termos do já mencionado art. 17 da LRF, após serem tomadas medidas efetivas para a recomposição das referidas receitas.

Saldo da Margem de Expansão

Discriminação	2003
1. Arrecadação - efeitos quantidade e legislação	5,58
2. Transferências Constitucionais	86
3. Saldo (1-2)	4,71
4. Saldo já utilizado	95
pessoal	80
benefícios previdenciários	15
5. Margem de Expansão (3-4)	3,76

nº 143, sexta-feira, 26 de julho de 2002

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

15



**ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 20002
Demonstrativo de Benefícios Tributários e Beneficiários
(Art. 4º, § 2º, Inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

ESPECIFICAÇÃO	1999	2000	2001	2002 Valor Estimado	R\$ milhões		
					2003		Total dos Beneficiários
					Valor Estimado	Participação %	
					PIB		
Tributários (1)	15.530,1	18.043,2	19.334,1	23.261,6	24.646,2	1,73	73,2
Zona Franca de Manaus e Amazônia	2.718,1	2.262,6	3.294,3	4.103,0	4.394,3	0,31	13,1
Áreas de Livre Comércio	48,1	29,5	25,8	35,1	38,1	0,00	0,1
Intensificação	534,0	1.080,3	0,0	1.450,0	1.515,0	0,11	4,5
Máquinas e Equipamentos	600,5	127,8	140,5	151,7	156,1	0,01	0,5
Componentes de Aeronaves e Embalcagens	46,6	58,3	94,6	114,9	123,7	0,01	0,4
Lojas Francas	117,9	184,3	140,2	164,6	159,4	0,01	0,5
Bagagem	540,8	348,0	494,3	600,6	617,9	0,04	1,8
Mineração	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Objetos de Arte	0,0	0,0	31,8	0,0	0,0	0,00	0,0
Material Promocional	0,2	0,2	0,2	0,5	0,5	0,00	0,0
Isaçu Binacional	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Construção Naval	94,8	103,1	121,7	218,1	0,0	0,00	0,0
Sector Automotivo	1.106,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Regime Geral	883,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Regime Regional	222,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0
Credito Presumido IPI	0,0	180,0	184,7	233,2	257,9	0,02	0,8
Rendimentos Isentos e não tributáveis	4.398,1	6.856,6	6.046,7	6.290,3	5.796,6	0,41	17,2
Deduções do rendimento tributável	3.154,0	3.500,9	4.403,8	5.156,5	4.774,5	0,34	14,2

Deduções do Imposto Devido	0,0	0,0	5,0	6,9	6,9	0,00	0,0
Desenvolvimento Regional	1.285,8	1.283,2	1.377,0	786,9	1.369,4	0,10	4,1
SUDENE	174,1	206,4	292,0	392,1	470,2	0,03	1,4
SUDAM	266,7	281,5	299,6	394,8	479,1	0,03	1,4
FINOR	498,1	468,9	387,1	0,0	202,9	0,03	1,4
FINAM	335,4	315,7	378,3	0,0	208,7	0,01	0,6
FUNRES	11,4	10,7	20,1	0,0	10,2	0,00	0,0
Benefícios ao Trabalhador	172,0	205,7	126,4	135,9	165,0	0,01	0,5
Cultura	48,7	299,8	192,8	290,2	135,7	0,01	0,4
Criança e Adolescente	6,7	12,0	7,9	12,1	11,5	0,00	0,0
Audiovisual	58,2	109,6	77,8	45,0	24,0	0,00	0,1
Micro e Pequenas Empresas	516,7	1.247,0	2.286,3	2.745,0	3.181,4	0,22	9,5
Ciência e Tecnologia	52,7	41,7	51,6	57,6	66,7	0,00	0,2
Doações a institutos de pesquisa	2,0	2,5	1,6	3,3	3,3	0,00	0,0
Doações a entidades e/ou fins lucrativos	22,5	27,8	25,9	37,3	40,0	0,00	0,1
Operações de crédito p/ habitação	0,0	25,0	93,8	104,0	120,0	0,01	0,4
Operações de crédito p/ Fundos constitucionais	0,0	28,0	31,3	36,7	42,0	0,00	0,1
Operações de crédito p/ aquisição de bens e serviços	0,0	14,0	57,8	22,2	24,0	0,00	0,1
Propriedade Territorial Rural	0,0	15,0	18,0	18,0	18,0	0,00	0,1
Empresas Montadoras	0,0	0,0	0,0	355,0	384,7	0,03	1,1
Medicamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	1.157,6	0,08	3,4
Outros	0,0	0,0	1,2	160,9	49,7	0,00	0,1
Previdenciários (2)	6.582,6	7.387,2	7.412,9	8.221,2	9.018,3	0,63	26,8
Segurado Especial	2.540,7	2.851,3	3.198,1	3.546,8	3.890,0	0,27	11,6
Produtor Rural Pessoa Física e Jurídica	608,7	683,0	766,1	849,7	912,1	0,07	2,8
Clubes de Futebol Profissional	48,1	54,0	60,5	67,1	73,4	0,01	0,2
SIMPLES	1.726,4	1.937,4	1.400,0	1.552,7	1.703,2	0,12	5,1
Empregados Domésticos	157,4	176,7	198,2	219,8	241,0	0,02	0,7
Insalubridade	1.501,4	1.684,9	1.790,0	1.985,2	2.177,1	0,15	6,5
Total (3)	22.112,7	25.430,5	26.747,0	31.482,8	33.664,5	2,9	100,0

Fonte: Secretaria da Receita Federal e Ministério da Previdência e Assistência Social

**Anexo à Mensagem da Lei de Diretrizes Orçamentárias
(Art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

"§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subsequente."

OBJETIVOS DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

A política econômica brasileira tem como objetivo promover o crescimento econômico com estabilidade de preços, essencial para atender as necessidades sociais do país. Para satisfazer a esses objetivos é fundamental a coordenação entre as políticas fiscal, monetária, creditícia e cambial e a continuidade das reformas estruturais e institucionais. Também são ingredientes de primeira importância a transparência das informações e a previsibilidade na condução da política econômica, expressas no estabelecimento de metas fiscais e de inflação, bem como a convivência com o regime de câmbio flutuante. Esses fatores, presentes nos últimos anos de forma sistemática, têm contribuído de forma significativa para os resultados já alcançados, a despeito dos choques enfrentados pela economia.

O ano de 2001 iniciou-se com boas perspectivas para a economia brasileira. A superação das dificuldades causadas por choques externos em anos anteriores e pela mudança no regime cambial, combinada com a credibilidade alcançada pelo regime de metas fiscais e de metas para a inflação, havia aumentado a confiança dos agentes econômicos internos e externos. Com a recuperação da atividade iniciada em 2000, as previsões para o comportamento do Produto Interno Bruto - PIB, da inflação, do emprego e do balanço de pagamentos indicavam a consolidação de um círculo virtuoso.

Porém, novos choques reverteram a tendência esperada, colocando novos desafios à gestão da política econômica. Entre os choques, destacaram-se os problemas com a economia argentina, o racionamento de energia elétrica e a expectativa de aprofundamento da recessão americana após o atentado de setembro. O risco de desequilíbrio entre oferta e demanda agregadas, decorrente da crise do setor elétrico, e as pressões sobre a taxa de câmbio, provocadas pela crise argentina e pela deterioração do cenário internacional, exigiram maior firmeza na administração da política monetária para minimizar pressões inflacionárias, sem prejuízo indevido ao crescimento do produto efetivo e do nível de emprego.

O menor impacto do ajuste da taxa de juros básica na atividade econômica só foi possível através da política de câmbio flutuante, combinada com a política fiscal. Desde 1999, foi eliminada a necessidade de se equilibrar o balanço de pagamentos por meio de elevação de taxas de juros, pois a taxa de câmbio passou a cumprir a função de manter o equilíbrio externo. Nesse contexto, a política fiscal tem contribuído de forma expressiva para aliviar as pressões inflacionárias e, por conseguinte, para restabelecer as perspectivas de crescimento econômico com estabilidade de preços.

A política monetária foi conduzida ao longo do ano levando-se em conta o cumprimento da meta de inflação e a natureza dos choques sofridos pelo Brasil. A taxa básica de juros, após atingir o piso de 15,25% ao ano em janeiro, aumentou gradualmente a partir de março até atingir o pico de 19% em julho, mantendo-se nesse patamar até o final do ano.

Em 2001, as adversidades as quais a economia esteve submetida levaram a taxa de inflação a superar a meta central e o limite superior estabelecidos. Os aumentos dos índices de preços ao consumidor decorreram da pressão cambial, do reajuste de preços administrados e da quebra da safra de alguns produtos agrícolas. Entre os preços administrados que sofreram elevação, estão os de combustíveis e os de tarifas de energia elétrica, transporte público, água e esgotos.

No ambiente externo, a recessão econômica nos Estados Unidos, a redução do crescimento na área do euro e a estagnação da economia japonesa prejudicaram o comércio mundial e o fluxo mundial de capitais. A esse cenário, adicionou-se a crescente instabilidade da economia argentina, cujo desfecho foi a mudança do regime cambial.

Com isso, a taxa de câmbio no Brasil sofreu pressões ao longo do ano, principalmente no segundo semestre, passando de R\$ 1,95 para R\$ 2,32, de dezembro de 2000 a dezembro de 2001, após atingir o pico de R\$ 2,84 em outubro.

O comportamento do câmbio contribuiu para que o saldo da balança comercial se recuperasse, ao passar de um déficit de US\$ 0,7 bilhão em 2002, para um superávit de US\$ 2,6 bilhões em 2001. As exportações cresceram aproximadamente 6% e as importações mantiveram-se praticamente estáveis. Esse resultado contribuiu para a redução do déficit em transações correntes em 2001, financiado quase integralmente por investimentos externos diretos, cuja retração foi menor que a esperada, dado o quadro internacional observado. Esses investimentos, juntamente com as demais captações e com os aportes de recursos oriundos da extensão do acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI, permitiram o aumento das reservas internacionais, que atingiram US\$ 35,9 bilhões ao final do ano.

De uma estimativa inicial de expansão real de 4,5% para o PIB, o ano de 2001 encerrou com crescimento de 1,5%, com retração no segundo semestre. A taxa positiva do ano foi sustentada pelo crescimento da agropecuária, que compensou o fraco desempenho da indústria. Destacaram-se as expansões observadas na produção de bens de capitais para os setores elétrico, agrícola, de construção e transporte. No setor agrícola, a safra alcançou o recorde de 99 milhões de toneladas de grãos, crescendo 18% em relação à do ano anterior.

A atividade varejista contraiu-se no ano, resultado da deterioração da confiança do consumidor, de condições de crédito restritivas e da redução dos rendimentos reais dos trabalhadores. Por outro lado, os dados de emprego apresentaram comportamento favorável, com a taxa média de desemprego aberto, calculada pelo IBGE para seis regiões metropolitanas, caindo para 6,2% e situando-se em patamar inferior ao dos últimos quatro anos. Além disso, boas perspectivas de safra devem contribuir para um maior dinamismo da

renda fora das regiões metropolitanas e favorecer a recomposição do salário real pelo menor crescimento dos preços dos alimentos.

A projeção dos preços administrados e monitorados tem elevado a estimativa para o efeito primário do choque desses preços - definido como o valor que excede a meta de inflação, uma vez deduzidos o impacto do repasse cambial e da inércia sobre esses preços - de até 0,5 p.p. para até 0,9 p.p., a maior parte devido ao aumento dos preços da gasolina. Por outro lado, as perspectivas para os preços livres são favoráveis e apontam para uma queda da inflação. A evolução da taxa de câmbio, o término do racionamento de energia elétrica, a expectativa de uma boa safra agrícola, a existência de capacidade ociosa e o esgotamento dos efeitos da inércia inflacionária herdada de 2001 são fatores que contribuem para essa expectativa.

De fato, a evolução recente dos indicadores econômicos indica a recuperação gradual do nível de atividade iniciada ao final de 2001, sem maiores riscos de aceleração da inflação. Simulações elaboradas pelo Banco Central do Brasil indicam que o IPCA deverá ter uma variação por volta de 4,5% em 2002 e abaixo de 3,0% em 2003. Esta estimativa já leva em conta tantos os fatores positivos no setor livre da economia, quanto os reajustes relativamente altos de preços administrados e monitorados, que representam novos choques primários na economia e exercem pressão sobre os preços livres.

O comportamento da inflação a partir do quarto trimestre de 2001, a perspectiva da retomada do crescimento sem pressões sobre preços e o cenário externo mais positivo contribuirão para a redução da taxa de juros básica em 0,50 ponto percentual, desde o início do corrente exercício.

Mantidas as metas fiscais, o arcabouço da política monetária abre espaço para a continuidade da redução das taxas de juros básicas da economia e a expansão do crédito. A política creditícia se beneficia desta trajetória de queda nas taxas de juros básicas, sendo reforçada pelas medidas tomadas visando reduzir o spread bancário em função da melhoria do controle do risco de crédito e outras mudanças estruturais do setor financeiro, que possibilitam aumentar a eficiência e capacidade produtiva do país e o consumo doméstico. A política cambial, da manutenção do regime de câmbio flutuante, continuará em consonância com o regime de metas de inflação, cumprindo os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2001		2000		1999	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio/Capital	55.900	24,7	152.634	53,5	67.918	40,4
Reservas	6.502	2,9	7.082	2,5	5.844	3,5
Resultado Acumulado	164.246	72,5	125.847	44,1	94.258	56,1
TOTAL	226.648	100,0	285.563	100,0	168.021	100,0

FONTE: SIAFI / Secretaria do Tesouro Nacional

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2003
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)**

"§ 3º A Lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem."

O compromisso da atual administração com o equilíbrio das contas públicas renova-se a cada edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A tarefa não se resume a prever gastos e receitas

compatíveis entre si, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária.

Esses riscos podem ser, grosso modo, classificados em duas categorias diferentes: os riscos orçamentários e os riscos de dívida. Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas. Pode-se apontar como exemplo a frustração de parte da arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária.



16

ISSN 1676-2339

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 143, sexta-feira, 26 de julho de 2001

Uma variável econômica cuja alteração pode causar importante risco orçamentário é o crescimento real da economia. Grande parte das receitas tributárias depende do nível da atividade econômica. Os impostos sobre a produção, o faturamento ou a renda são bons exemplos. De modo geral, essas receitas podem individualmente variar mais ou menos proporcionalmente ao nível da atividade econômica, mas seu efeito agregado é estimado como próximo de um crescimento do PIB 0,5 ponto percentual inferior (superior) ao projetado, isto significa uma redução (aumento) da receita primária bruta de aproximadamente 0,5%, ou R\$ 1,6 bilhão, no exercício de 2003.

Outra variável de impacto significativo sobre as receitas é a flutuação cambial. Algumas receitas são diretamente afetadas pelo nível do câmbio, como o Imposto de Importação, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado às importações e o Imposto de Renda incidente sobre remessas ao exterior. O Imposto de Renda sobre aplicações financeiras é, por seu lado, afetado pelo nível e pela volatilidade do câmbio, cujo reflexo sobre a arrecadação varia de acordo com as operações efetuadas pelas empresas. Os três primeiros impostos compõem 8,8% da receita administrativa estimada para 2003. No caso desses impostos, para cada 1% de variação cambial, mantida a base de cálculo em moeda norte-americana, estima-se um incremento de receita de aproximadamente R\$ 200,0 milhões, em um período de 12 meses.

Algumas despesas também variam em função do nível da atividade econômica. As despesas com seguro desemprego, por exemplo, aumentam quando a economia desacelera, enquanto os gastos com pessoal e encargos são basicamente determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais.

Reajustes concedidos ao salário mínimo e à folha com pessoal da União também têm impacto significativo sobre a despesa total. Estima-se que um incremento de R\$ 1,00 no salário mínimo resulte num acréscimo de R\$ 204,0 milhões nos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, em um período de 12 meses, contra um recolhimento adicional de contribuição previdenciária de apenas R\$ 23,0 milhões no mesmo período. Do lado das despesas salariais da União, a sensibilidade a um aumento de 1% da folha com pessoal é de cerca de R\$ 730,0 milhões anuais.

Para compensar essas variações agregadas, em relação às projeções, a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 9º estabeleceu a reavaliação trimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira às metas fixadas na LDO. A reavaliação trimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre, permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

A segunda categoria compreende os chamados **riscos de dívida**, que podem gerar ou não despesa primária. Os riscos de dívida são especialmente relevantes porque afetam a relação entre dívida e PIB, que é considerada o indicador mais importante de solvência do setor público.

A efetiva administração da dívida pública implica a emissão de títulos de características diferenciadas, com prazos e rendimentos por índices de preços e por moeda estrangeira, assim como os de baixa duração, ou seja, cujo risco de taxa de juros é suportado pelo emissor, quer pelo pequeno prazo de maturação, quer por estar sujeito a taxas de juros flutuantes. Um exercício de estimativa dos riscos associados a esses títulos, realizado pelo Banco Central do Brasil, indica que uma depreciação de 1% do Real aumenta em 0,23 ponto percentual a razão entre a dívida e o PIB, enquanto o aumento de 1% ao ano da taxa de juros SELIC pelo período de doze meses aumenta essa mesma razão em 0,24 ponto percentual.

Outra fonte de riscos de dívida são os chamados **passivos contingentes**, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como, embora não exclusivamente, os processos judiciais que envolvem a União.

Esses passivos podem ser agrupados conforme a natureza dos fatores que lhes deram origem. Destacam-se, assim, pelo menos seis classes, com boa parte do total referindo-se a questionamentos sobre o controle de preços ou à aplicabilidade de índices de correção no período anterior à vigência do Real. Cumpre lembrar, já de início, que a mensuração destes passivos muitas vezes é difícil e imprecisa.

É importante também ressaltar que a listagem dos passivos a seguir não implica ou infere probabilidade de ocorrência, em especial aqueles que envolvem disputas judiciais. Ao contrário, a União vem despendendo um grande esforço no sentido de defender a legalidade de seus atos. Além disso, caso a União perca algum desses julgamentos, a política fiscal será automaticamente corrigida para pagar pelo Banco Central do Brasil, em consonância com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

A primeira classe engloba os passivos que resultam de contravirões de indexação e controles de preços praticados durante planos de estabilização e das soluções propostas para sua compensação. É o caso, por exemplo, da correção dos cruzados bloqueados pelo Plano Collor, em março de 1990. A correção aplicada pelos bancos foi o Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF), conforme a Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990. Os correntistas alegam que deveria ter sido aplicado o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), conforme a Lei nº 7.730, de 1989. Com base em decisão do Superior Tribunal de Justiça, a correção deverá ser feita pelo BTNF. Entretanto, a tese está hoje submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal. Uma eventual mudança no índice de correção deverá ser paga pelo Banco Central do Brasil, em consonância com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

É também o caso das ações trabalhistas referentes à aplicação da Unidade Real de Valor (URV) no primeiro semestre de 1994. Físicas impugnações foram rejeitadas pelo Superior Tribunal de Justiça, e permanecem em exame no Supremo Tribunal Federal. Ainda nessa classe, incluem-se as ações dos setores sucroalcooleiro e de aviação, que pleiteiam indenizações por supostos prejuízos sofridos em decorrência de controles de preços e de mercado. O único caso que

chegou a termo foi resolvido por meio de acordo entre as partes, mediante indenização efetuada na forma de compensação com tributos e contribuições até então em atraso, sem movimentação de caixa.

A disputa sobre o percentual de reajuste dos saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em função do Plano Verão de 1989 e do Plano Collor I de 1990, pode estar associada a um risco fiscal, ainda que o FGTS seja um fundo privado, já que o Tesouro tem uma responsabilidade subsidiária pela solvência do Fundo. A questão foi, no entanto, equacionada pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que instituiu um programa de pagamento desse passivo mediante a adesão dos mutuários e destinação de pleitos na justiça. Além disso, embora as contribuições sociais estabelecidas pela Lei Complementar nº 110, de 2001, tenham sido objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal ainda não proferiu decisão de mérito sobre tais ações.

A segunda classe de passivos contingentes inclui as lides de ordem tributária e previdenciária. No campo tributário há quatro questões principais. A primeira surgiu a partir da compensação do aumento das deduções, que acompanhava a criação da tabela do Imposto de Renda no início de 2002. Essa compensação se deu por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, e concretizou-se por meio da majoração da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para empresas prestadoras de serviços. Tal majoração, que resulta em receita adicional de R\$ 300,0 milhões por ano, foi contestada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, pela Ordem dos Advogados do Brasil. A segunda refere-se à exclusão do cadastro do REITS de empresas que não cumpriram os respectivos acordos com a Secretaria da Receita Federal, o que também ensejou contestações, e cujo impacto fiscal é difícil de ser avaliado. A seguir, há ações que reivindicam os créditos fiscais decorrentes do crédito-prêmio do IPI e as operações de antecipação de pagamento de PIS/PASEP relativos à venda de combustíveis e derivados de petróleo e álcool.

Um item que merece especial atenção nessa categoria diz respeito à aplicação de novas regras para o pagamento de dívidas judiciais de pequena monta da União. O mecanismo de julgados especiais garante o recebimento imediato dos créditos, em se tratando de sentenças de pequeno valor, o que resultará na tendência a determinar que a União pague imediatamente as dívidas de valor reduzido, impedindo o seu parcelamento, regra que se aplica às ações de maior valor. Em relação ao parcelamento nestes casos, pode-se ainda sinalizar a existência de Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra o dispositivo introduzido pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 30, de 2000, ainda não julgadas, em particular aquelas com o INSS.

A terceira classe compreende as questões judiciais pertinentes à administração do Estado, tais como as privatizações, a extinção de órgãos, a liquidação de empresas e atos que afetam a administração de pessoal.

A Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA foi dissolvida nos termos do Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999, e seu processo de liquidação está em curso. Ao final do processo, nos termos da Lei nº 8.029, de 1990, a União, detentora de 96,52% do capital acionário da empresa, será sua sucessora em direitos e obrigações. Uma primeira dificuldade é a alienação de cerca de 75 mil bens não operacionais, dos quais 31 mil imóveis; além do passivo, composto principalmente por débitos tributários e previdenciários, e por alguns financiamentos externos, que é agravado por um contencioso de mais de 37 mil ações civis e trabalhistas, movidas por cerca de 120.000 ex-empregados, com valor de risco estimado em torno de R\$ 4,5 bilhões.

Convém mencionar o caso do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNRE, que foi extinto pelo Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, e está em inventariação. Sua dívida consiste essencialmente em débitos com empreiteiras e fornecedores e, conforme determinação do art. 8º do Decreto, o Ministério dos Transportes incluirá na lei orçamentária dotações específicas para quitação desse passivo.

Desde dezembro de 1998, quando a legislação determinou que os novos fluxos de depósitos judiciais fossem recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional, foram registrados ingressos de R\$ 11,4 bilhões até fevereiro de 2002, dos quais apenas cerca de R\$ 1,1 bilhão foi restituído aos contribuintes. Não se tem informação sobre o montante que a Justiça determinou como ganho de causa da União, de modo que o risco proveniente do passivo a ser restituído ainda não pode ser mensurado.

Mais recentemente, foi movida ação ordinária contra o Banco Central do Brasil, com objetivo de obter ressarcimento de supostos valores empregados nas indenizações aos clientes ruraisistas, no âmbito do Programa de Amparo à Atividade Agropecuária (PROAGRO), pelo Banco Econômico S.A. (BESA), em liquidação extrajudicial, no período de 1988 a 1990. Segundo os autores da ação, com a mudança da sistemática do Programa, o Banco Central, por determinação constitucional, deixou de financiar e antecipar esses recursos ao Tesouro

Nacional, eliminando, portanto, o repasse das indenizações ao banco. O valor estimado da dívida é de R\$ 4,3 bilhões.

Os chamados "estufamentos" de dívidas em processo de reconhecimento, formam outra classe de passivos contingentes, e incluem as ações trabalhistas por ano para o termo 2003-5, a partir de 31 de dezembro de 2001. Destaca-se a emissão de títulos na assunção da dívida do Fundo de Compensação das Variações Salariais, estimada em R\$ 13,2 bilhões, em média, ao ano.

A quinta classe é composta, em sua maioria, pelos ativos decorrentes de operações de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, além de créditos contra o FGV e Estados, registrados no balanço patrimonial do Banco Central. Esses créditos contingentes decresceram, de R\$ 36,2 bilhões, em 31.12.2000, para R\$ 32,8 bilhões em 31.12.2001, refletindo a queda dos créditos a receber e instituições financeiras em liquidação extrajudicial, os quais passaram de R\$ 30,6 bilhões para R\$ 27,6 bilhões, no mesmo período, tendo em vista a recuperação, no exercício de 2001, de R\$ 3,6 bilhões.

Por sua vez, os créditos relativos ao FGV e Estados somam R\$ 5,2 bilhões. Os créditos a receber de Estados decorrem de uma operação realizada com o Estado do Rio de Janeiro, por conta da privatização do Banerj, a qual vem sendo liquidada nominalmente. Já os créditos a receber do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de operações relacionadas com o FIDLI, reduziram-se de R\$ 1,6 bilhão, em 31.12.2000, para R\$ 895 milhões, em 31.12.2001, em virtude da novação de parte do crédito por títulos CVM.

A sexta e última classe são compostas pelas operações de aval e de garantia prestadas pela União aos demais entes da Federação e às empresas estatais, cujo total, sem deduzir as contra garantias associadas, alcançou R\$ 103,9 bilhões, em dezembro de 2001. No caso de avais concedidos a Estados e Municípios, cerca de 97,8% são cobertos por contragarantias, que consistem em receita dos Fundos de Participação e receita própria dos Estados. O risco dessas operações para a União é praticamente nulo.

Os riscos associados à fiança de R\$ 26,1 bilhões concedida às operações ativas contabilizadas pela empresa Gestora de Ativos EMGEA, criada no âmbito do programa de reestruturação dos bancos federais, estão em grande parte já contabilizados dentro do FCVS. De maior parte do saldo credor da empresa já está provisionado minimizando a extensão de qualquer risco fiscal adicional.

Outra empresa, criada em 2001, é a Companhia Brasileira de Energia Emergente - CBEE, responsável pela comercialização de energia elétrica, com vistas à viabilização do aumento da capacidade de geração e da oferta de energia elétrica no curto prazo. Essa empresa conta com garantias do Tesouro no valor de até R\$ 12,0 bilhões, mas seu risco é limitado pela prerrogativa que lhe foi conferida de cobrar dos consumidores os custos da aquisição de energia elétrica e da contratação de capacidade de geração ou potência. A cobrança da capacidade já tem sido efetuada de forma proporcional ao consumo individual a partir de 350 KWh/mês.

Em oposição aos passivos contingentes, há os ativos contingentes, isto é, aqueles direitos da União que não são sujeitos a decisão judicial para o recebimento. Caso sejam recebidos, implicarão receita adicional para o governo central.

Há três categorias de ativos contingentes da União. A primeira é a controversia a respeito do pagamento de imposto de renda e de contribuições sociais incidentes sobre o lucro de entidades fechadas de previdência privada, que está em grande parte resolvida. Quase todos os grandes fundos aderiram aos termos da Medida Provisória nº 2.227, de 4 de setembro de 2001, que cria o regime especial de tributação. A adesão implica a destinação de duas ações judiciais de natureza tributária contra a Receita Federal, ainda que alguns fundos tenham entrado na Justiça Federal, após assinarem os acordos, alegando que não querem desistir de suas ações e solicitando a equiparação com as entidades abertas. Essas questões continuam em exame nos Tribunais Regionais Federais. A receita estimada decorrente dessas adesões é de R\$ 7,0 bilhões no ano de 2002 pela tributação do estoque, já incluídas na Lei Orçamentária e dos quais uma parte já foi paga no primeiro trimestre de 2002, além de cerca de R\$ 720,0 milhões ao ano pela tributação do fluxo.

A dívida ativa da Fazenda Nacional encerrou o ano de 2001 com um montante de R\$ 150,8 bilhões, distribuídos em mais de 3,6 milhões de processos. As quotas diretas de débitos inscritos em dívida ativa atingiram R\$ 5,3 bilhões em 2001, e a meta da Procuradoria-Geral é atingir um valor 20% superior em 2002.

O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por sua vez, é credor de uma dívida avaliada em R\$ 77,0 bilhões, correspondente a cerca de 600 mil créditos. Desse montante, 75% foi objeto de parcelamento, majoritariamente por meio do RREFF. Convém registrar que a taxa de sucesso do INSS ao final do processo de cobrança judicial tem sido de cerca de 67%. A manutenção dessa taxa de sucesso deverá implicar um significativo recolhimento adicional aos cofres públicos nos próximos anos.

Finalmente, também a Sudam e a Sudele, recentemente extintas, acumulam uma carteira de créditos contingentes, isto é, créditos cuja liquidação está sujeita à incerteza. Foi instituído um grupo de trabalho, em colaboração com a Advocacia Geral da União e com o Ministério da Fazenda, cujo objetivo é a cobrança dessas dívidas, atualmente avaliadas em R\$ 1,8 bilhão.

PERSPECTIVAS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL DECORRENTES DE ASSUNÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DE PASSIVOS DA UNIÃO

Valores a preços de dezembro/01

ORIGEM	Estoque dez/2002	2003	2004	2005
1. Extinção de entidades e órgãos d. administração pública	1.099	550	503	26
2. Dívidas diretas da União	1.273	715	558	0
3. Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	49.424	13.181	13.181	13.207
Total	51.796	14.446	14.243	13.207

Fonte: STN/MF

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2003**Cria o programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criado o programa Jovem Cidadão Brasileiro no Senado Federal, destinado a oportunizar a jovens estudantes uma visão direta do funcionamento das atividades legislativas da Casa, os trâmites administrativos da construção das leis, passando por todas as fases da tramitação das diversas proposições, desde a sua forma de apresentação até a sua aprovação ou arquivamento.

Art. 2º O programa será voltado para jovens estudantes, da rede pública e privada, que participarão de sessões simuladas.

Art. 3º Caberá aos alunos, devidamente orientados, elaborarem proposições legislativas e pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas no plenário do Senado Federal.

Art. 4º As sessões simuladas serão presididas pelos próprios alunos, conforme escolha dos líderes e dos membros da Mesa das referidas sessões, eleitos entre os estudantes e o corpo docente das instituições que representam.

§ 1º Caberá à Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal operacionalizar e instrumentalizar a execução do programa Jovem Cidadão Brasileiro.

§ 2º As sessões simuladas de que trata esta resolução realizar-se-ão, preferencialmente, às sextas-feiras, e somente quando não houver Sessão Deliberativa agendada para a ocasião.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de resolução tem por objetivo despertar desde cedo a consciência de cidadania nos jovens estudantes. O programa que se visa implantar permitirá que jovens de todas as classes sociais tenham a oportunidade de conhecer, na prática, como os parlamentares exercem os seus mandatos.

Os jovens que vierem a participar desse programa passarão a ser multiplicadores de opinião dos conhecimentos que adquirirão com a experiência e, ao mesmo tempo, estarão se capacitando politicamente, de vez que o programa prevê a realização de eleições entre os estudantes, visando, sobretudo, estimular o surgimento de futuras lideranças.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres senadores e senadoras para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Senador **Paulo Paim**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e à Comissão Diretora)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2003**Restabelece a Resolução nº 20, de 2001, restabelecida pela Resolução nº 25, de 2002, ambas do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É restabelecida, com novo prazo de 270 dias (duzentos e setenta dias) para o exercício da autorização, a Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Resolução nº 20, de 2001, autorizou o Estado da Bahia a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais), já autorizadas pelas Resoluções nº 68, de 1998, e nº 71, de 1999, ambas do Senado Federal.

Dada a abrangência e complexidade do programa, que envolve grande número de tomadores (produtores rurais), muitos contratos ainda não foram assinados.

A Resolução nº 20, de 2001 foi anteriormente prorrogada pela Resolução nº 25, de 2002, por mais 270 dias. Não obstante esse fato, nova prorrogação toma-se necessária para que os contratos ainda pendentes sejam regularizados.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres pares para a presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. –
Senador **César Borges**.

LEGISLAÇÃO CITADA**RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2001**

Autoriza o Estado da Bahia, a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recupe-

ração da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais), já autorizadas pelas Resoluções nº 68, de 1998, e 71, de 1999, ambas do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a renovar, ampliar e adequar as garantias prestadas às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, no valor global de R\$91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais), já autorizadas pelas Resoluções nº 68, de 1998, e 71, de 1999, ambas do Senado Federal.

Art. 2º As garantias a serem renovadas, adequadas e ampliadas deverão observar o estabelecido na Resolução nº 2.848, de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e as seguintes características financeiras:

I – valor da operação: R\$91.600.000,00 (noventa e um milhões e seiscentos mil reais);

II – taxa de juros: 9,75% a.a. (nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), 4,00% a.a. (quatro por cento ao ano), e 6,00% a.a. (seis por cento ao ano), dependendo do subprograma; III – garantia: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE;

IV – condições de pagamento: prazo de carência de até três anos e de reembolso de até dez anos;

V – finalidade: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Art. 3º Na data da contratação da operação de crédito deverá ser efetuada a apresentação das contragarantias e provas de adimplência dos tomadores de crédito, de que trata o art. 19 da Resolução nº 78, de 1998, do Senado Federal, junto aos agentes financeiros.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal – Interino

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2002(*)

Restabelece a Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É restabelecida, com novo prazo de 270 (duzentos e setenta) dias para o exercício da autorização, a Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de junho de 2002. – **Senador Ramez Tebet**, Presidente do Senado Federal.

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 1998

Autoriza o Estado da Bahia a conceder garantias e contragarantias às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, junto às instituições de crédito oficiais.

O Senado Federal resolve:

Art 1º É o Estado da Bahia autorizado a conceder garantias, no valor de até R\$25.800.000,00 (vinte e cinco milhões e oitocentos mil reais), às operações de crédito a serem contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, junto às instituições de crédito oficiais.

Parágrafo único. Os recursos referidos no caput deste artigo serão destinados ao financiamento do controle da doença “Vassoura de Bruxa” e à recuperação da produtividade e da competitividade da lavoura cacaueira baiana.

Art 2º As operações de crédito referidos no artigo anterior deverão observar as seguintes condições financeiras:

I – volume de recursos: R\$215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais) para o período de 1998 a 2000;

II – taxa de juros: média de 5% a.a. (cinco por cento ao ano);

III – indexador: TJLP;

IV – destinação dos recursos: controle da doença “Vassoura de Bruxa”, dentro do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana;

V – condições de pagamento:

a) do principal: em dezesseis parcelas semestrais, após carência de dois anos;

b) dos juros: exigíveis semestralmente, sem período de carência.

VI — garantias: Fundo de Participação dos Estados — FPE e recursos do Fundo de Defesa da Economia Baiana — FUNDECON.

Art 3º A concessão de garantias e contragarantias referidas no art. 12 não será computada para efeito de apuração dos limites fixados no art. 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de julho de 1998. Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

.....

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 1999

Autoriza o Estado da Bahia a prestar garantia e contragarantia às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), sendo R\$14.400.000,00 (catorze milhões e quatrocentos mil reais) referente à renovação de operação autorizada pela Resolução nº 105, de 1997, do Senado Federal, e R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) relativo ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do Programa.

O Senado Federal resolve:

Art 1º É o Estado da Bahia autorizado a prestar garantia e contragarantia às operações de crédito contratadas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, pelo Conselho Monetário Nacional no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Parágrafo único. Dos recursos a serem contratados, R\$14.400.000,00 (catorze milhões e quatrocentos mil reais) referem-se à renovação da operação autorizada pela Resolução nº 105, de 1997, do Senado Federal, e R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) relativo ao resíduo da margem não utilizada da primeira etapa do Programa.

Art 2º A operação de crédito referida no art. 1º terá as seguintes condições financeiras:

I — valor da operação: R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

II — taxa de juros: média de 4% a.a (quatro por cento ao ano) exigíveis semestralmente na carência e na amortização;

III — índice da atualização: TJLP;

IV — garantias: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal — FPE e recursos do Fundo de Defesa da Economia Baiana — FUNDECON;

V — finalidade: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana;

VI — condições de pagamento:

a) do principal: em dezesseis parcelas semestrais, após carência de dois anos;

b) dos juros: exigíveis semestralmente, sem período de carência.

Art 3º Na data da contração da operação de crédito, deverão ser apresentados as contragarantias e provas de adimplência dos tomadores de crédito aos agentes financeiros, conforme sugerido no Parecer Dedip — 99/033 do Banco Central do Brasil.

Art 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado da data de sua publicação.

Art 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de dezembro de 1999. — Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2003**

Susta o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, da Presidência da República.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado o Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003, da Presidência da República, que “Dispõe sobre a compatibilização entre a realização da receita e a execução da despesa, sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para o exercício de 2003, e dá outras providências”.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), as metas fiscais passaram integrar permanentemente o corpo da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), mediante anexo específico:

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. (grifo acrescentado).

O Governo Federal estabeleceu uma meta de superávit primário para o setor público consolidado de 3,75% do PIB e, recentemente, elevou essa meta para 4,25% do PIB. O Anexo de Metas Fiscais da LDO/2003 (Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002) estabeleceu a meta de 2,25% do PIB para os orçamentos fiscal e da seguridade e de 0,55% para as empresas estatais federais.

Tais metas passaram para 2,45% do PIB para os orçamentos fiscal e da seguridade e de 0,70% do PIB para as empresas estatais, com o recente decreto de contingenciamento (Decreto nº 4.591, de 10 de fevereiro de 2003).

É importante salientar que a alteração das metas fiscais da LDO/2003 não pode mais ser feita por medida provisória, como aconteceu com a LDO/2002. A Emenda Constitucional nº 32/2001 vedou a edição de medida provisória em matéria orçamentária e, com efeito, caso o Poder Executivo queira rever a meta de superávit primário fixada na LDO terá que fazê-lo mediante projeto de lei ordinária.

Essa medida amplia a segurança dos agentes econômicos de que a meta aprovada na LDO é para valer, só podendo ser modificada pela vontade política conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo. Esse mecanismo é particularmente relevante em mudanças de governo, já que o primeiro ano de todo governo rege-se pelo LOA e pela LDO aprovadas na gestão precedente.

Não obstante, o Governo entende que a meta constante da LDO é um valor mínimo, podendo ser alterada para maior por decisão do Poder Executivo. Com base nesse entendimento, foi editado decreto de

contingenciamento elevando a meta dos orçamentos fiscal e da seguridade e das empresas estatais.

Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a meta passa de 2,25% para 2,45% do PIB, significando um esforço fiscal adicional de R\$5,2 bilhões. Essa economia adicional será obtida por meio do contingenciamento de gastos sociais e das emendas ao projeto de orçamentária aprovadas pelo Congresso Nacional.

Já para as empresas estatais, a meta passa de 0,55% para 0,70% do PIB, significando que essas empresas deverão obter excedentes mais elevados. Como a principal responsável pelo resultado das estatais é a Petrobrás, a política de tarifas dos derivados do petróleo deverá ser mais agressiva, com reajustes que garantam maior lucratividade. Outro efeito nefasto é a contenção dos investimentos no setor de petróleo e, em menor escala, no de energia elétrica.

Ora, tal entendimento é sem dúvida questionável. A meta original da LDO/2003 foi aprovada, mediante lei **strictu sensu**, pelo Congresso Nacional, que entendeu ser importante à realização desse esforço fiscal para manter sob controle a evolução da dívida pública. Cabe lembrar, que o superávit primário original de R\$31,8 bilhões implicou menores gastos na área social, menor aumento do salário mínimo e dos salários dos servidores públicos.

Isso posto, não há dúvida que o decreto de contingenciamento, ao alterar a meta estabelecida na LDO/2003, resultado da vontade política conjunta dos Poderes Executivo e Legislativo, incorre em caso típico de exorbitância de poderes. Cabe lembrar o que dispõe o art. 49 da Constituição Federal:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

Pelo exposto, espero contar com o apoio dos Senhores Senadores para esta proposição.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003 – Senador **Romero Jucá**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. Nº 35/03-GLPFL

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para exercerem a função de Vice-Líderes do Partido da Frente Liberal – PFL, os seguintes Senhores Senadores: Leomar Quintanilha, Paulo Octavio, Demóstenes Torres, Efraim Moraes e Rodolpho Tourinho.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2003

Requeiro, com fundamento no artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações do Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, contendo a relação de investimentos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no exercício de 2002.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – **Efraim Moraes.**

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2003

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas, à Exm^a Sr^a Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o cancelamento de despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2002, resultante do Decreto nº 4.594, de 13 de fevereiro de 2003, com respeito à execução, no Estado de Minas Gerais, de programações relativas à Revitalização do Rio São Francisco, sob a responsabilidade de Unidades Orçamentárias vinculadas a esse Ministério.

Justificação

Visando assegurar a elevação do superávit primário nas contas públicas, de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,25% do PIB, o Governo Federal expediu o Decreto nº 4.594, de 13 de fevereiro de 2003, que “dispõe sobre a realização de despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2002, e dá outras providências”. O bloqueio (“contingenciamento”) dos recursos referentes a essas despesas incluirá, eventualmente, programas vinculados à Agência Nacional de Águas (ANA), subordinada ao Ministério do Meio Ambiente, dentre os quais o “Despoluição de Bacias Hidrográficas”. Esse programa engloba importantes projetos de recuperação ambiental e saneamento, desenvolvidos por diversos municípios mineiros, tais como Abaeté, Contagem, Sabará e Martinho Campos, e cuja implementação ficará totalmente comprometida caso se confirmem os cortes orçamentários anunciados.

As informações ora solicitadas representam subsídio essencial para uma avaliação objetiva desse eventual cancelamento de despesas e para a busca de alternativas capazes de minimizar os graves prejuízos, nas esferas de meio ambiente e saúde pública, que serão impostos aos municípios afetados.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003. – **Eduardo Azeredo.**

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a **Mensagem nº 1, de 2003**, que conclui pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003**, que *aprova a programação monetária paga ao primeiro trimestre de 2003*.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 26, em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a **Mensagem nº 53, de**

2003, que conclui pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 1, de 2003**, que altera a Resolução nº 66, de 2002, para incluir o item “Despesas Gerais” nas condições financeiras da operação de crédito a ser firmada com o Export Development of Canada – EDC e retificar a definição de “Amortização” no empréstimo a ser firmado com o Banco BNP Paribas S/A e o Bank Leumi Le-Israel B.M.

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2000** (nº 4.132/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2001** (nº 1.670/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo Poder Público à criação, consolidação e capacitação de cooperativas ou de associações que menciona, e acrescenta dispositivos ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002** (nº 465/99, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2002** (nº 2.158/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999, que “estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira”, e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, as matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2000**, de autoria do Senador Geraldo Melo, que disciplina o fornecimento de energia elétrica à agricultura irrigada, às glebas que façam parte de programas de

reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares e dá outras providências;

– **Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2000**, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 539, de 1999; e 101, de 2000);

– **Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2001**, de autoria do Senador Gilvam Borges, que altera o art. 252 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir a proibição do ato de fumar ao dirigir;

– **Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2001**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que institui a renda básica incondicional ou a renda de cidadania e dá outras providências;

– **Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2002**, de autoria do Senador Geraldo Melo, que dispõe sobre as dívidas do crédito rural na área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE); e

Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil.

Tendo sido aprovados em decisão terminativa pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, e de Assuntos Econômicos, os **Projetos de Lei do Senado nºs 19 e 92, de 2000; 40 e 266, de 2001; 167 e 234, de 2002**, vão à Câmara dos Deputados.

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 539, de 1999; e 101, de 2000**, prejudicados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 1, de 2003**, interposto em tempo oportuno, no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao artigo 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 1, DE 2003

Nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno, solicito que o PLS/175/2001, de autoria do Senhor Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo e dá outras providências, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 2002

Amanda

Albino

Delegado

Albino

Albino

Albino

Albino

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os **Recursos nºs 2 e 3, de 2003**, interpostos no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o **Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002**, de autoria do Senador Luiz Pastore, que *altera os arts. 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.

São os seguintes os recursos recebidos:

RECURSO Nº 2, de 2003

Requeiro, nos termos do disposto nos parágrafos 3º e 4º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal que o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, que “Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à Cultura”, seja apreciado pelo Plenário desta Casa.

Em 19 de fevereiro de 2003 – Senadores **Roberto Saturnino – Leomar Quintanilha – Juvêncio da Fonseca – Tião Viana – Romero Jucá – Arthur Virgílio – Jorge Bornhausen – Gerson Camata – Osmar Dias – Hélio Costa**.

RECURSO Nº 3, DE 2003

Nos termos do § 3º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, recorremos para que o PLS nº 263, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que “Altera os artigos 18 e 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para disciplinar a concessão de incentivos fiscais à cultura”, seja submetido ao exame do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2003 – Senadores **Aloízio Mercadante – João Alberto Capiberibe – Fernando Bezerra – Flavio Arns – Roberto Saturnino – Eurípedes Camargo – Paulo Paim – Tião Viana – Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of nº 146/03 – LPL

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exª a substituição dos membros representantes deste Partido Liberal na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como se segue:

Como titulares:

Deputado João Leão (PL/BA) em substituição ao Deputado Juquinha.

Deputado Wellington Roberto (PL/PB) em substituição ao Deputado Eujácio Simões.

Como suplentes:

Deputado Milton Monti (PL/SP) em substituição ao Deputado Alceste Almeida.

Deputado Humberto Michiles (PL/AM) em substituição ao Deputado Robério Araújo.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

– Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – À publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que *altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe sobre reconversão de atividades de mutuári-*

os com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e à Emenda nº 13, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12 e 14 a 36, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 33 de 2002.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

a) A Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 29 de outubro passado e não chegou a se instalar;

b) Durante o prazo de seis dias, após a publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, foram apresentadas 36 emendas perante a Comissão Mista;

c) A medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 12 de novembro, tendo sido apreciada naquela Casa no último dia 18 de dezembro, que conclui pela aprovação, nos termos do projeto de lei de conversão;

d) O prazo de 45 dias para a tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 11 de dezembro e o prazo de 60 dias de vigência, no dia 22 do corrente mês, tendo sido prorrogado por ato da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, datado de 19 de fevereiro;

e) A medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 20, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Designo o nobre Senador Jonas Pinheiro Relator-Revisor da matéria.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pedi a palavra pela ordem para fazer uma proposição, já que é entendimento de todas as

Lideranças, como já conversamos. Essa medida provisória é complexa, pois trata de renegociações de dívidas importantes para a sociedade brasileira, e o Relator, Senador Jonas Pinheiro, não fechou ainda uma posição de modificações necessárias que precisam ser feitas com a própria Liderança do Governo.

Então, para evitar que tenhamos de suspender a sessão, ou retirar Senadoras e Senadores do plenário ou mesmo entrar em obstrução, proponho a V. Ex^a – já de acordo com todos os Líderes – que possamos encerrar agora a Ordem do Dia, retomando-a com a Medida Provisória nº 77 no momento e quando o Relator – junto com o Governo – tiver uma posição fechada.

É muito importante ajustar essa medida provisória. Ela inclusive quebrou o entendimento, da forma como foi feita, no ano passado, aqui no plenário – apoiado por mim e relatado pelo Senador Jonas Pinheiro –, que diz respeito à renegociação.

Dessa forma, é importante haver um certo tempo para que efetivamente se façam as correções necessárias.

Fica, portanto, a proposição do encerramento da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência consulta as demais Lideranças, começando pelo nobre Líder Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, concordamos com o Senador Romero Jucá. Esta, sem dúvida, é uma matéria complexa. Desenvolvemos um longo processo de negociação com o antigo Governo. Mesmo no período eleitoral, a Senadora Heloísa Helena, Senador Teotônio Vilela, Senador Jonas Pinheiro e eu estivemos, em pelo menos cinco oportunidades, conversando sobre o assunto. Era preciso ampliar prazo; era preciso ampliar o valor originário dos empréstimos; era preciso dispensar os 10% necessários para a renegociação dos nordestinos e não apenas do Semi-Árido.

Precisamos, Sr. Presidente, retomar o mais rápido possível essas conversas, essa renegociação para que possamos, obviamente, ter a pauta destrancada.

Assim, a proposta do PMDB é a retirada de pauta da matéria e começarmos logo as conversas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o nobre Senador José Agripino, do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta matéria é da maior importância.

Ela é extremamente relevante, porque diz respeito a milhões de pequenos agricultores que esperam ansiosamente, há bastante tempo, por esta medida provisória que foi exaustivamente discutida no Governo anterior.

Há uma questão que eu reputo fundamental: a inclusão, ou não, dos recursos do FAT no limite da negociação, que está posto em R\$35 mil. São recursos dos fundos constitucionais.

A discussão, no Governo anterior, avançou. As Lideranças acertaram a inclusão dos recursos do FAT. Mas, ao final, a matéria não foi votada.

O Senador Jonas Pinheiro, hoje um **expert** nesta matéria, precisará comunicar aos novos Senadores, que são quarenta, o seu pensamento e a sua preensão. Então, penso ser necessário tempo para isso.

Por essa razão, o PFL se manifesta favorável ao adiamento da discussão desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Líder do Bloco do PT, Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que fico integralmente de acordo com as manifestações de entendimento de todos os Líderes partidários.

Entretanto, eu gostaria de ponderar junto à Mesa que esta matéria, por ser constitucional, vai implicar a retirada das Lideranças do plenário, para que não haja registro de membros necessário para a votação e, assim, caia em função da falta de **quorum**. É o entendimento que nós temos e gostaria que a Mesa procedesse com essa orientação, ou acatasse essa interpretação que estamos apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nobre Líder Tião Viana, a Presidência, antes de decidir, pergunta...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem, tem a palavra o Líder do Governo, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a forma como foi aprovado o projeto de conversão, na Câmara dos Deputados, contempla algumas das preocupações, em especial, dos pequenos agricultores endividados, sobretudo na região do semi-árido nordestino. O limite passa de R\$15 mil para R\$35 mil para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com isso, amplia-se a margem para a agricultura familiar.

De outra parte, Sr. Presidente, para os assentados que tinham financiamento pelo extinto Procerá, temos assegurado que não será necessário que os dez por cento do valor da dívida sejam aportados pelos devedores para que a dívida possa ser renegociada até o dia 31 de março, que é o que foi estabelecido pelo projeto na Câmara Federal. Essa decisão parece resolver uma parte do problema dos assentados da agricultura familiar.

Fico muito satisfeito que ainda possamos discutir isso, porque teríamos muitas divergências em relação a algumas incorporações que nos parecem totalmente fora do objetivo da medida provisória original. Na realidade, no art. 5º, há a questão do “Pesinha”, o antigo Pesa, que são dívidas de grandes produtores rurais. Eu chamo a atenção para o fato, pois estamos em um momento favorável da agricultura de exportação: os preços de **commodities** se elevaram internacionalmente; há uma demanda importante; e a margem de rentabilidade da agricultura é extremamente elevada. No “Pesinha”, estamos falando de dívida cujo valor mínimo é R\$500 mil. Vários agricultores contraíram financiamento acima de R\$5 milhões e o impacto nas finanças públicas só para esses é superior a R\$900 milhões. Não podemos concordar que a dívida seja paga em um prazo de 20 anos.

Então precisamos discutir o assunto com muita calma e seriedade, mas com espírito público, no sentido de valorizar a agricultura brasileira e encontrar saída para problemas que este novo Governo está herdando, mas dentro da expectativa e do compromisso de responsabilidade fiscal, que é essencial para a estabilidade econômica do Brasil, a fim de que possamos assegurar a queda na taxa de juros, que é o melhor caminho, aliás, para financiar a própria agricultura.

Evidentemente, devemos discutir isso com muita seriedade e tomar decisões consistentes, para que não prejudiquemos o Brasil na OMC. Temos enfrentado o debate sobre os subsídios indevidos à agricultura da União Européia e dos Estados Unidos e temos que ter racionalidade e ponderação.

Estamos, a princípio, favoráveis a aprovar o projeto como veio da Câmara dos Deputados, embora reconheçamos que a dívida não está resolvida, nem para os grandes, nem para os pequenos. A dívida, sobretudo a que foi contraída por empréstimos coletivos, não foi resolvida porque não se consegue individualizar a parcela para que aqueles que têm interesse em resolver suas pendências possam encaminhar o problema, senão a Bancada não tem como operacionalizar essa questão.

Algumas propostas são de interesse do Governo, especialmente as que beneficiam os pequenos agricultores, como, por exemplo, a de estender a base dessa negociação do semi-árido para todo o Nordeste. É um caminho que evidentemente temos todo o interesse em assegurar. Também estamos dispostos a discutir o prazo, para garantir que na negociação essa questão, de fato, permita aos pequenos devedores equacionar o problema.

Como sempre, este Governo está aberto a discutir. Estou adiantando que nossa posição original seria aprovar a medida provisória como está para não voltar para a Câmara e, assim, não atrasar ainda mais aquilo que já está contemplado e criar uma comissão mista para, em um prazo de 40 dias, até o dia 31 de março, discutir com profundidade e resolver essa questão definitivamente. Mas como há o entendimento das Lideranças no sentido de conversarmos antes de uma definição em plenário, nós estamos dispostos evidentemente a ouvir todas as Lideranças, de ouvir o relator e todos aqueles que estão diretamente envolvidos na matéria. Na própria base do Governo, Senadores empenharam-se muito na defesa dos pequenos agricultores como o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Heloísa Helena, que estão envolvidos já há algum tempo nisso. Temos todo interesse em contemplar as iniciativas para equacionar de vez pendências graves, especialmente a dos produtores que foram assolados pela seca, pelas intempéries nas regiões difíceis de manter produtividade e capacidade de produção agrícola, como é o Nordeste, especialmente o semi-árido.

Por tudo isso, nós estamos abertos ao diálogo. Estou adiantando a posição do Governo, que é a de manter a medida provisória como está e criar uma comissão mista para, em 40 dias, discutir o atacado do problema, mas, de qualquer forma, vamos acatar esse encaminhamento.

Sr. Presidente, poderemos, se for de comum acordo, transferir essa votação para depois de uma conversa prévia entre as Lideranças. Esse entendimento tem que ocorrer logo, porque essa medida provisória tranca a pauta e o Senado Federal tem imensas responsabilidades com a Nação. Mesmo nas comissões, nenhum projeto terminativo pode ser votado enquanto essa medida provisória não for votada. A propósito, há a de nº 78 que entra na pauta e, dessa maneira, também passa a trancar a pauta. Nós precisamos resolver logo essa questão.

A nossa proposta vai nessa direção, mas vamos ouvir o colégio de Líderes, se esse é o interesse das Lideranças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Srs e Srs. Senadores, embora não haja acordo no mérito, há acordo no procedimento, que pede que a matéria não seja votada hoje. Assim, as matérias constantes da pauta de hoje ficam com sua apreciação sobrestada.

A apreciação delas fica adiada para a sessão de amanhã.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

Item 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.235, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

Item 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 434, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Maringá (PR)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.179, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Olivir Gabardo.

Item 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Item 5**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 438, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá (GO)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, como Líder do Bloco. V. Exª tem a palavra por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea b, do Regimento Interno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, também tenho comigo um **pout-pourit** de assuntos que eu gostaria de discutir. Em alguns deles, desejo colocar minha posição diante das respostas que a sociedade precisa ter em função do caos instalado na segurança pública do País.

Sr. Presidente, eu gostaria de, ao iniciar a minha fala, cumprimentar o Procurador José Roberto Santoro, o Dr. Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo e o Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff, que estão comandando a força-tarefa no meu Estado, mantendo o crime organizado acuado, os homens públicos, os movimentos de direitos humanos no meu Estado, a OAB, na pessoa do resistente Agesandro da Costa Pereira, cidadãos que, ao longo dos anos, vêm resistindo. Eu citaria o ex-Governador Max Mauro, o seu filho, Prefeito de Vila Velha, Max Filho, Sérgio Vidigal, Prefeito da Serra, e o atual Governador, Paulo Hartung, que passou por esta Casa. Este, sim, recebeu uma herança maldita de José Ignácio Ferreira.

Quando, no processo eleitoral, no embate eleitoral, estive no palanque de Max Mauro, sabíamos, como o atual Governador Paulo Hartung sabe, que quem recebesse o Estado do Espírito Santo para governar estaria recebendo um “abacaxi”. Só que o Governo atual descobriu que não recebeu apenas um “abacaxi”, mas uma lavoura inteira.

É preciso, neste exato momento, que nós, homens públicos do Estado do Espírito Santo, tenhamos conhecimento exato do nosso papel na recons-

trução daquele Estado. É preciso, neste momento, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que sejam demovidas as colorações partidárias, as ideologias e até possíveis arranhões ocorridos no processo eleitoral, porque o Estado do Espírito Santo, mais do que qualquer outro da Federação brasileira, precisa de reconstrução ética, moral e econômica. E não sairemos deste caos sem que tenhamos uma participação efetiva, e entendo a gravidade do momento nacional, do Governo Federal.

Tive a felicidade de, na quinta-feira próxima passada, ser recebido pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que abriu espaço na sua agenda para receber a Bancada do Estado do Espírito Santo. Quero reforçar o apelo para que os Líderes Tião Viana e Aloizio Mercadante peçam que Sua Excelência faça o mesmo para a Bancada do Rio de Janeiro. Não tenho procuração para fazer essa defesa, mas, diante do caos instalado no Rio de Janeiro, apelo para que o Presidente da República receba os Srs. Senadores e Deputados do Rio de Janeiro.

O Presidente mostra disposição de atender o Estado do Espírito Santo, e não teremos como ser atendidos se não for pelo viés do petróleo, que, graças a Deus, temos em abundância. As projeções demonstram que, daqui a cinco ou dez anos, seremos os maiores produtores do País. Entretanto, existem outros Estados, como o Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe, que também estão à procura de petróleo, esperançosos de ter seus problemas resolvidos a partir dos **royalties** desse produto.

Senador Tião Viana, na sexta-feira, quando viajei, falei com V. Exª, que também estava viajando, e com a Liderança do Governo. De fato, os técnicos foram ao meu gabinete, porque tramitava na Câmara dos Deputados um projeto, que estava sob regime de urgência urgentíssima e que não foi ao arquivamento, que prorrogava o prazo para a negociação das dívidas dos Estados, assim como fez o então Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, com o ex-Governador Garotinho.

Se esse prazo estivesse em voga, guardadas, hoje, as proporções em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal, até porque o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não quer assumir, nem pode, qualquer tipo de compromisso que não esteja previsto em seus quatro anos de Governo.

Senador Arthur Virgílio, elaboramos e enviamos à Casa Civil um texto, que quero compartilhar com V. Exª, Líder do PSDB. Se conseguirmos modificar o texto, enquadrando-o na Lei de Responsabilidade Fiscal, em regime de urgência urgentíssima, Senador

Tião Viana, votando-o aqui no Senado Federal, daremos ao Presidente da República, pela via da lei, o caminho para resolver, de forma imediata, o problema dos Estados com o **royalty** do petróleo. E espero que, rapidamente, trabalhem isso a partir da Casa Civil, porque facilita a vida do Presidente, que está de saída justa, com os Estados morrendo asfixiados. No Espírito Santo, por exemplo, os servidores do Estado estão com o salário atrasado há 10 anos. O último Governo foi há 12 anos, o Governo Max Mauro. Os funcionários ainda estão esperando o pagamento do Governo Vitor Buaiz, estão esperando o pagamento do Governo José Ignácio Ferreira, que saiu debaixo de imensos escândalos, expondo-nos todos à vergonha pública, assim como ao nosso bonito, maravilhoso Estado – e aqui, como ninguém conhece turisticamente o Estado do Espírito Santo, toda vez que eu estiver nesta tribuna, olharei para a câmera, como faço agora, e convidarei o Brasil a visitar o segredo mais bem guardado do País, com as praias mais lindas, suas montanhas, seu clima maravilhoso, embora o povo só o conheça pela prática do crime organizado, que, graças a Deus, está sendo demolido.

O segundo assunto que gostaria de abordar – e o Senador Jefferson Péres já falou a esse respeito hoje – é sobre o terror do tráfico, que está de volta: bandidos incendeiam ônibus, explodem bombas e fecham o comércio em, pelo menos, vinte bairros. “Bandidos atiram contra mercado”. O Estado do Rio de Janeiro está vivendo o seu desespero, vivendo o seu caos, com falta de pagamento, servidores angustiados, sofrendo, e a Governadora Rosinha Matheus, com tantos problemas a serem resolvidos, ainda enfrenta uma onda de violência como essa. Mais que isso, esses bandidos mandaram uma carta à população antes de começarem o trabalho.

A carta diz mais ou menos assim:

Nós deixaremos bem claro que nesta segunda-feira, dia 24/02, aquele que abrir as portas de seus comércios estará desobedecendo a uma ordem dada e será radicalmente punido se desobedecê-la, pois o que queremos é que esses abusos de poder que esses governos e essa política hipócrita vêm implantando caiam por terra, porque não tem mais como aturar esses governantes, com essa política opressora e covarde, que vêm praticando o terror nas comunidades carentes, mandando os seus vermes subordinados policiais, invadindo as favelas, plantar o terror, causando, assim, a morte

de muitos inocentes, e esses inocentes são senhoras, idosos, crianças, jovens e adolescentes. Então, está na hora de darmos um basta nessa hipócrita situação, porque o povo já está vendo que os verdadeiros marginais não estão nas favelas e nem atrás das grades, e sim no alto escalão da política, assim se colocando para roubar, matar e destruir o povo mais carente (...).

O que motiva o indivíduo que rompe com princípios legais, se estabelece na marginalidade, afronta o poder do Estado, afronta a família, a sociedade e escreve uma carta como essa, apontando o dedo exatamente para a classe política.

Sabemos que os homens de bem da vida pública são empurrados na vala comum. Todos vamos à vala comum por causa da prática nefasta e inconsequente que alguns fizeram perdurar por anos e anos. E estamos vivendo o grande escândalo das sentenças e dos **habeas corpus** que eram vendidos e ainda o são, com um deputado federal intermediando a situação do Sr. Leonardo, um dos narcotraficantes mais perigosos do nosso País e da nossa América. Fomos nós que, na CPI do Narcotráfico, descobrimos que ele era sócio do ex-Presidente do Suriname, Desi Bouterse, e recebia do chefe do Exército do Suriname as armas que eram trocadas com a Farc por cocaína, que vinha para o mercado interno matar as nossas crianças e os nossos filhos.

Não se entende, pois, que essa gente, ao cair, fique 30 dias, 60 dias na cadeia e vá para a rua. É verdade que a Lei de Narcotráfico no País é extremamente frouxa e velha. Uma lei que, quando põe a mão em alguém que pratica ou que financia o tráfico, dá-lhe cinco anos de cadeia, e, após dois terços da pena cumpridos, o narcotraficante vai para a rua, rindo da sociedade. Ninguém confisca seus bens, e, quando tem um grande advogado, vai para a rua antes dos dois terços da pena.

Eu conversava com um desembargador de um Estado muito próximo ao nosso, que deu uma declaração após a prisão de uma narcotraficante chamada Branca. Ela foi transferida para um “presídio de segurança máxima” de Alagoas, que não tem nem cadeia segura, quanto mais presídio de segurança máxima, numa invenção de juízes envolvidos com o crime! E o desembargador me disse que “a grande diferença é que um grande narcotraficante pode contratar grandes advogados”.

Ora, se existem filigranas na lei que permitem a um grande advogado passar por essa brecha e colo-

car em liberdade um cliente preso com avião, com armas, com granadas, com tonéis de éter para o fabrico da cocaína, sem que este cumpra a pena e vejam que a lei classifica esse crime como inafiançável, como não existe filigrana capaz de recuperar um menino colocado na Febem porque estourou o vidro de um carro e roubou um toca-fitas? E, diga-se de passagem, as crianças de rua que furtam, em sua grande maioria, fazem isso por necessidade, por instinto de sobrevivência! Mas não há filigranas na lei que ofereçam a eles uma saída, um crescimento digno, um caminho novo que os tornem homens maduros e cidadãos para a sociedade brasileira. Mas há filigranas na lei para colocar traficantes nas ruas. Corruptos não vão para a cadeia!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cometemos um erro grave quando aprovamos aquela lei pela qual ex-ocupantes de cargos federais não conheço bem o texto, ex-secretários de Estado, ex-deputados, etc. terão direito, eternamente, seja qual o crime cometido, a um fórum privilegiado para tratar de seus crimes! Cometemos um grande crime com essas crianças do País.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu dizia àquele desembargador que, na questão do crime, da corrupção, do narcotráfico, não creio que exista grande e bom advogado. Na questão do narcotráfico, existe advogado bem relacionado, que sabe com quem divide.

Pagamos esse preço por conta de termos uma legislação que não intimida os bandidos. O nosso Código Penal é velho e empoeirado. O Código de Processo Penal é extremamente ruim. Então, o crime compensa no Brasil, porque a sociedade civil não tem um instrumento que garanta a prisão do indivíduo que comete delitos, ainda que essa não seja a solução. A solução definitiva para a violência, primeiro, está na família. A maior responsabilidade é com a criação de filhos. As pessoas estão reclamando da Polícia, mas precisam perguntar a si mesmas: "Que tipo de cidadão estou dando para a sociedade? Que tipo de filho estou criando para a sociedade? Que tipo de homem, de cidadão, de mulher estou formando para a sociedade?" Uma criança que cresce vendo o pai bebendo, uma mãe bêbada, um pai fumante? Sociedade hipócrita, que quer crucificar milhões de meninos que, embora tenham aprendido a fumar maconha nos organismos onde foram internados, ainda têm uma saída. Contudo, as pessoas dessa sociedade hipócrita regam suas vidas à base de bebida alcoólica, fazem suas festas, desmoralizam a sociedade, até porque essas duas drogas que estão na legalidade são mi-

lhões de vezes piores, do ponto de vista destrutivo, do que as drogas da ilegalidade! Sessenta e cinco por cento dos que matam no trânsito no Brasil devem ser debitados na conta das bebidas alcoólicas.

Tenho uma casa de recuperação de drogados. Há 23 anos, tiro gente das ruas. Quando recebo alguém, se lhe tiro a cocaína, ele pode não sofrer síndrome de abstinência nunca vi isso, nesses 23 anos; mas, se lhe tiro o cigarro, ele passa 10 dias desesperado; se lhe tiro o álcool, ele vive 15 a 20 dias de angústia, tendo delírios à noite. Não há mistério nisso. O problema é de intoxicação, sim, e, depois de muito tempo, é um problema neurológico também. Mas é um problema de caráter, acima de tudo. E o caráter precisa ser tratado para que o homem mude por dentro. Toda mudança começa por dentro. E, para cada 50 viciados em cocaína que durante a minha vida consegui recuperar, só consegui recuperar um bêbado.

Temos uma sociedade hipócrita, cobrando resultados do Governo.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já lhe darei, Senador. Deixe-me concluir este raciocínio.

Presidi a CPI do Narcotráfico em Mato Grosso do Sul – o Mato Grosso do nosso ex-Presidente Ramez Tebet, que tem 1,1 mil quilômetros abertos com o Paraguai, com a Bolívia. O outro Mato Grosso – que não gosta de ser chamado de Mato Grosso do Sul, nem o do Sul gosta de ser chamado só de Mato Grosso – tem 700 quilômetros abertos com a Bolívia! Fazemos fronteira com todo mundo. E aí, Senador Romero Jucá, precisamos, neste Parlamento, começar a rediscutir nosso conceito de Segurança Nacional. Não estamos sob a ameaça de Bin Laden, não somos inimigos de Saddam Hussein, e Bush não decidiu que vai invadir nosso País ainda. O grande inimigo do Brasil é o narcotráfico. Temos que discutir o nosso papel e o nosso conceito de Segurança Nacional.

Convocar o Exército para ir para a fronteira, eles dizem que não podem, porque o homem pode se contaminar. O homem não pode, mas os nossos filhos podem. Tem que se preparar o homem para que não se contamine! Por exemplo, há 7 mil homens na Polícia Federal do País. Na Argentina, onde há 32 milhões de habitantes, há 45 mil homens. Temos 170 milhões de habitantes e temos somente 7 mil. Olha o paradoxo, Senadora Ana Júlia: em Brasília, temos 7 mil marinheiros, e nem temos mar aqui. Aqui não há mar, e temos 7 mil marinheiros não sei para quê. Para "tomar

conta do lago” – deve ser. Estamos mal divididos, mal distribuídos.

Dizia bem o Senador que não existe narcotraficante sem consumidor. Já encontrei pessoas nobres da sociedade que diziam: “Olha, não tenho nada contra quem usa. Tenho um amigo, homem íntegro, formado, que só cheira um papelote na sexta-feira, mas não é viciado nem nada”. Essas pessoas não imaginam a corrupção que ocorreu na fronteira, os policiais corrompidos, os caminhões roubados, os caminhoneiros mortos, as pessoas que foram depauperadas, ao longo do caminho, para que esse seu amigo tão bom, que não é viciado nem tem problemas com droga, cheirasse só um papelote.

Se fizéssemos uma greve contra a calça jeans no Brasil, dizendo que, a partir de hoje, ninguém mais veste calça jeans – estou falando isso porque a Senadora Heloísa Helena não está aqui; se estivesse, ela brigaria comigo –, sabe o que aconteceria com as fábricas de jeans? Iriam fechar. No dia em que as pessoas decidirem não cheirar mais, não fumar mais, não haverá tráfico, porque quem o alimenta é o usuário. Não precisamos fazer a poesia de julgar que, ao traficante, tudo; ao usuário, nada.

A nova Lei de Narcotráfico – e aqui quero aplaudir o Senado da República – está nas minhas mãos. E, quando falo de tráfico, há uma discussão sobre Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. Quando Fernandinho Beira-Mar foi investigado e descoberto pela CPI do Narcotráfico, fomos zombados pela mídia, que dizia que a CPI estava perdendo tempo com um gerente de boca do Rio de Janeiro. Hoje Fernandinho Beira-Mar está preso no Rio de Janeiro.

Estive com o Ministro José Gregório na época da prisão de Fernandinho Beira-Mar, depois de conversar com o traficante na Polícia Federal. Eu disse ao Ministro José Gregório: “Ministro, Fernandinho Beira-Mar não pode ser transferido para o Rio de Janeiro, porque o corpo dele é glorificado”.

Sabem o que é um corpo glorificado? A Bíblia diz que Jesus, quando ressurgiu dos mortos – ressurgir é mais do que ressuscitar, porque quem ressuscita morre de novo e quem ressurge não morre mais –, recebeu um corpo glorificado; e os discípulos, que estavam fechados dentro de uma casa, com medo, receberam a visita de Jesus de repente. Ninguém abriu a porta. Ele passou pela parede, com o corpo glorificado.

Foi assim que Fernandinho Beira-Mar fugiu de Belo Horizonte: com o corpo glorificado. Eu disse ao Ministro que ele tinha o corpo glorificado, que passava pela parede e ninguém o via, que, se ele fosse para

o Rio e não passasse pela parede com o corpo glorificado, ele mataria e comandaria muito ou que muita gente morreria.

Solicitei que o traficante fosse preso na Papuda, que passou por uma reforma e que tem algumas salas especiais de segurança. Pessoalmente, liguei para o Juiz e fiz a solicitação, a pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, da promotora Dr^a Márcia Velasco, uma mulher brilhante.

Aliás, falo em Márcia Velasco e cumprimento o Ministério Público do Brasil porque, se temos algo bom, é o Ministério Público. Essa mulher firme que é Márcia Velasco, promotora do caso Fernandinho Beira-Mar, implorou, e Fernandinho Beira-Mar foi para o Rio de Janeiro. E vejam o que ele já aprontou. Quando ele matou, Senador Mão Santa, o Uê, em Bangu I, quem entrou para tirá-lo daquele presídio foi uma outra promotora, chamada Cláudia Condack. E viva o Ministério Público!

Estamos diante de um impasse. Quando o Acre do Senador Tião Viana e do Governador Jorge Viana viu-se diante do sofrimento da população com a quadrilha de Hildebrando “serrando” Pascoal, com a vida sob a navalha – participamos dessa luta, desse sofrimento –, o Santoro, o Luiz Francisco, os direitos humanos, aquela secretária valente de segurança e a Deputada Estadual Analu Gouveia enfrentaram a quadrilha. Dei voz de prisão ao “executivo” da quadrilha, chamado Sargento Alex, às 3h30min da manhã, com o povo do Acre cantando o Hino Nacional. O Governador, então, veio ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e conseguiu rapidamente construir um presídio de segurança máxima para trancafiar aqueles que produziam a desordem no Acre.

Agradeço aos governantes do Acre porque esse presídio de segurança máxima recebeu também o Coronel Ferreira, um braço armado do crime organizado no meu Estado. Agora estão querendo mandar Fernandinho Beira-Mar para lá.

Faço um apelo ao Senador Tião Viana, olhando nos seus olhos, e aos Líderes de Governo. Não sou homem tolo para ser incoerente e irresponsável com verdades. O Acre foi socorrido no momento em que precisou pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem precisamos ser respeitosos no que se refere a essa situação. Gostaria que agora o Senador Tião Viana, juntamente com o Senador Aloizio Mercadante, levasse essa proposição ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para que Sua Excelência ajude a Governadora Rosinha a construir, urgentemente, no Rio de Janeiro – não em outro Estado, para não criar problemas nas sociedades alheias –, um

presídio de segurança máxima, em tempo recorde, para trancafiar Fernandinho Beira-Mar, Elias Maluco e companhia, que estão disseminando medo no Rio de Janeiro. O dinheiro a ser gasto será investimento.

Aplaudo a Lei de Narcotráfico votada por esta Casa. Eu ainda não era Senador quando tive o prazer de ver essa lei, de minha autoria, ser aprovada nesta Casa. Trata-se de um projeto oriundo da Comissão Mista instalada com a morte do Celso Daniel, brutalmente assassinado. Esse é outro assunto a se discutir: prenderam-se todos e, no final, pegaram um menor. E ninguém matou o Prefeito, foi o menor que o fez. É sempre assim.

A Lei de Narcotráfico, que o Senado já votou, está na Câmara e nunca sai da pauta. Precisamos solicitar ao Deputado João Paulo, que faz parte do Governo, para que proceda à sua votação urgentemente. Com essa lei, a pena muda. Quem produz e financia narcotráfico tem vinte anos inafiançáveis de cadeia e ainda é indiciado por formação de quadrilha. A partir de 40 anos, vem a cumulatividade das penas. Aí, sim, a sociedade terá direito e instrumentos, e teremos como enfrentar essa guerra no meio da rua, contando com todos os homens e mulheres de bem que tenham coragem não de ficar na apatia, pensando que tudo melhorou, acalmou, que os bandidos fizeram ataques ontem, mas que hoje já não fizeram mais, que eles estão com medo, recolhidos. Não podemos ficar assistindo a esses fatos, vendo Governadores chorando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Magno Malta, conclua, por favor. Ainda há quatro oradores e S. Ex^{as}. vão reclamar da Presidência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Já encerrarei, Sr. Presidente. Empolgo-me muito com esse assunto.

Senadores, perdoem-me. Já estou encerrando.

Essa luta é de todos nós. Não concordo com o Senador Jefferson Péres, que defende a legalização das drogas para se resolver o problema. Quem luta pela recuperação de drogados há 23 anos sabe a dor da mãe de um filho viciado. Não vamos legalizar as drogas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência faz um apelo às Sr^{as}. e aos Srs. Senadores para que, na medida do possível, utilizem o tempo designado, porque o próximo Senador a usar da palavra pode ficar prejudicado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reivindico à Mesa que dê seqüência a um requerimento de minha autoria, aprovado em 11 de dezembro do ano passado.

Esse requerimento encaminha pedido ao Ministro da Fazenda, para que este providencie, junto ao Secretário do Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil, informações sobre a operação feita com o Estado de Mato Grosso do Sul com relação ao CDC, aquele empréstimo feito junto à instituição Banco do Brasil. Todos sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a antecipação de recursos orçamentários. São as seguintes informações solicitadas: o impacto da operação e sua juridicidade; a cópia integral do convênio firmado entre o Banco do Brasil e o Estado de Mato Grosso do Sul; e, se o Banco do Brasil fez operações similares com outros entes da Federação, quais são esses entes.

Essas informações – soube hoje – ainda não foram relatadas pela Mesa, embora tenha sido designado um relator pela atual Mesa Diretora. Creio que são urgentes as informações a serem prestadas pelo Ministro da Fazenda, pelo Secretário do Tesouro Nacional e pelas autoridades do Banco do Brasil, para que esta Casa se posicione sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Antero Paes de Barros, esta Presidência entende que V. Ex^a está coberto de razão e tomará todas as providências para o encaminhamento devido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador e Líder Aloizio Mercadante, por 20 minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, da tribuna do Senado Federal, dou meu testemunho sobre a reunião de que participei com os 27 Governadores, o Presidente da República e parte da sua equipe ministerial durante dois dias.

Tive uma impressão extremamente otimista em relação ao futuro político deste País e saí muito motivado, porque senti por parte dos Governadores um padrão intelectual, um espírito público e uma capacidade de reflexão e de busca de convergência. O Presidente da República buscou dialogar juntamente com os Governadores e com o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social e agora se reunirá com todos os prefeitos das capitais para discutir as reformas do País.

Vi, naquela reunião, que este País pode ter uma agenda comum e, mais do que isso, pela primeira vez, depois de anos envolvido no debate da reforma tributária, da reforma judiciária e das reformas estruturais, saio de uma reunião com uma proposta concreta, uma proposta que pode inspirar esta Casa, uma proposta que pode dar um rumo fundamental para o Brasil superar esse momento delicado de fragilidade financeira e de instabilidade econômica internacional.

Quanto à reforma tributária, Sr. Presidente, não discutimos princípios gerais como simplificação, progressividade, redução e acúmulo, desburocratização, alívio na produção e exportação. Esses princípios são consensuais e já existe um longo debate acumulado. Mas acordamos em torno de quatro pontos, que devem ser votados imediatamente.

O primeiro deles diz respeito à reforma fiscal do que propriamente tributária, votar o teto e subteto, pois são essenciais na moralização da vida pública, em todos os níveis.

Não é aceitável que funcionários do Poder Legislativo recebam mais que Parlamentares, que os do Poder Executivo recebam mais do que o Presidente da República e, no Poder Judiciário, recebam mais do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Deve haver um teto para os três Poderes e uma regra clara de disciplina administrativa.

O segundo, os 27 Governadores se dispuseram a aprovar – e para tanto farão gestões junto a suas bancadas no Senado e na Câmara – um imposto estadual único, o Imposto sobre Valor Agregado, o novo IVA, para os 27 Estados, com cinco alíquotas apenas.

Hoje, o Brasil tem 28 Códigos Tributários, cada um com mais de mil páginas. Passaremos a ter um único, simplificado, racional, transparente, objetivo, que ajudará as empresas com negócios em mais de um Estado e o Confaz a trabalhar. Isso simplifica, desburocratiza, enfim, agiliza o processo.

No meu ponto de vista, um IVA único nacional não acaba com a guerra fiscal, mas essa é disposição sincera do Presidente Lula e dos Governadores. E, para tanto, teremos de introduzir um novo tema no debate: política de desenvolvimento regional.

Pensar o Brasil é buscar um projeto que contemple as desigualdades regionais. Quanto às superadas Sudene e Sudam, não se pode simplesmente, em função da corrupção em um ou outro, destruir uma instituição sem criar um novo instrumento que impul-

sione o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, que não dispõem de órgãos dessa natureza.

O compromisso é votar um IVA – Imposto sobre Valor Agregado – único com cinco alíquotas e abrir a discussão sobre novos instrumentos de política de desenvolvimento regional.

O terceiro ponto acordado, sobre o qual quero chamar a atenção, Sr. Presidente, é a retirada da carga tributária sobre a folha de pagamentos para o financiamento da Previdência Social, inicialmente, e transferi-la para o faturamento. Pois o emprego formal deve ser objetivo da política econômica neste início de século.

Mais da metade dos trabalhadores está na economia informal. Se reduzirmos os encargos sobre a folha de pagamentos, será mais fácil contratar trabalhadores e respeitar seus direitos trabalhistas.

Então, queremos reduzir a contribuição patronal de 22% para 11% apenas. Isso significaria um acréscimo de 1,12% no faturamento das empresas. Dessa forma, estamos estimulando o emprego formal, organizado e fazendo com que as empresas com um maior nível de automação ajudem a financiar a Previdência Social, para que aquelas que mais empregam não sejam apenas com a carga do sistema da seguridade nas costas. Essa é a terceira mudança acordada na reunião.

O quarto ponto diz respeito à redução da cumulatividade, o mesmo que fizemos com o PIS, do setor exportador, dando-lhe mais eficiência, uma vez que impostos não são exportados. É verdade que essa redução sobrecarregou o setor de serviços, mas esse setor não está exposto à concorrência internacional, tem racionalidade macroeconômica e dará equilíbrio à nova estrutura.

Com a votação desses quatro pontos não será concluída a reforma tributária, mas daremos um passo decisivo para que ela avance com um IVA único, porque esse imposto poderá incorporar o IPI ou ISS. Com isso, simplificaremos ainda mais a estrutura. A redução dos encargos sobre a folha não pode ficar apenas na contribuição patronal sobre a Previdência. Ela pode se estender a outros impostos, mas isso ocorrerá posteriormente.

O debate da reforma tributária tem de continuar, mas esses quatro pontos unificam o Governo Federal e os Governadores dos Estados; assim, poderemos votá-los o mais breve possível.

Quanto à reforma previdenciária, acordamos um projeto conclusivo em termos da natureza da reforma. Naquela reunião, decidimos por, primeiro,

aprovar o PL-9. Com alguns aprimoramentos, o projeto permitirá a constituição de um novo regime de previdência pública para os servidores.

O Regime Geral da União, o chamado INSS, é um sistema equilibrado e autofinanciado. Se combatermos a sonegação e ampliarmos a base de arrecadação, esse sistema deverá ser mantido e não serão necessárias maiores mudanças.

O problema da Previdência está no setor público. No setor privado, o nível do financiamento é superior a 98%, no Regime Geral da União, no RGU. No sistema da Previdência do setor público, o financiamento, em alguns Estados, não passa de 50% dos gastos. Portanto, o problema está no setor público.

A proposta é aprovar o PL-9. Ao aprová-lo, criaremos um novo sistema previdenciário e fundos de previdência, aumentaremos a poupança interna, para financiar o investimento, e protegeremos os futuros servidores na sua aposentadoria e na sua pensão. Mas isso retirará receita do Estado, porque os novos servidores contribuirão para o futuro. Além disso, o Estado terá de fazer a contraparte do financiamento do sistema no novo fundo de pensão. Nesse quadro, nesse cenário, é fundamental que sejam tomadas medidas compensatórias, visando equilibrar as finanças dos Estados, que terão que criar um novo sistema para o futuro funcionário, mas também carregarão nas costas o passivo da Previdência pública vigente, além das novas aposentadorias que virão ao longo do tempo.

O que está sendo proposto? Primeiro, mudar a idade de aposentadoria dos servidores públicos. A média para as mulheres é 48 anos e para os homens, 53 anos, Sr. Presidente. Essa média está muito distante do setor privado. Temos que aproximar a idade do setor público ao do privado, que é de 55, 60 anos. Temos que trazer o setor público para as mesmas metas do setor privado, para que, no futuro, haja um regime único de Previdência.

Em segundo lugar, vamos ter que alterar o tempo de trabalho e de função. Hoje, o servidor com dez anos de serviço público e cinco anos na função aposenta-se com salário integral, o mesmo não ocorre no setor privado. Temos que ampliar o prazo da função e o tempo de serviço no setor público, para que se tenha direito à aposentadoria.

Em terceiro lugar, é preciso mudar o conceito da integralidade do salário. O servidor hoje, quando se aposenta, tem um acréscimo salarial de 11%, porque deixa de pagar a contribuição. Nenhum regime previdenciário sustenta uma política dessa natureza.

Então, a integralidade do salário é o vencimento efetivamente recebido, líquido, e não bruto, como hoje.

O quarto ponto defendido é estipular pensão com valor de 70% da aposentadoria, como ocorre em todo o sistema previdenciário internacional. Assim, teremos um sistema bastante coerente, consistente, racional e viável.

O tema mais sensível e polêmico abordado com muita ênfase pelos Governadores é o da contribuição dos inativos. O Amazonas, por exemplo, tributa em 14%, o Ceará aprovou uma lei de 11%, há Estados que tributam em 7%. Devemos uniformizar esses valores, encontrar um caminho.

Essa tributação suscita problemas jurídicos que precisam ser equacionados com consistência. Não adianta voluntarismo legislativo, devemos ter amparo jurídico para avançar nessa direção e mais: sensibilidade social e política.

Não temos uma proposta acabada. Nossa idéia é, primeiro, preservar os baixos salários, vincular também à idade, ao tempo de vida, para, assim, criar um instrumento que não penalize os servidores mais velhos nem os que recebem menos. Para tanto, conceber um pecúlio, ou seja, o servidor contribuirá para a formação de um pecúlio que proteja a sua família em caso da morte do aposentado. Ele estará financiando a pensão da família. Com essa proposta, tenho certeza de que poderemos dialogar com os servidores.

Na reunião, o Presidente Lula afirmou que não irá jogar a sociedade contra os servidores públicos, não é esse o caminho da democracia. Os servidores têm que ter auto-estima, pois são fundamentais para a manutenção da qualidade dos serviços públicos. Temos que resgatar esse estado dos servidores.

Mas o sistema que aí está não é viável, é inconsistente e não tem sustentabilidade atuarial. Portanto, a nossa proposta não é deste ou daquele Governador. Ela nasceu de propostas suprapartidárias, acordadas entre vinte e sete Governadores e o Presidente da República.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna discutir temas substantivos e estratégicos para o Brasil: o debate da reforma tributária. Há quatro pontos acordados com os Governadores. Ainda nos reuniremos com Prefeitos e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mas quem irá decidir soberanamente é o Poder Legislativo. Quanto mais discutirmos, com mais profundidade, com apresentação de dados, com argumentação consistente, com justi-

ça, com sensibilidade, tanto melhor será para avançar na reforma tributária e na reforma previdenciária.

Penso que demos um passo fundamental para garantir essas reformas estruturais. Saí da reunião com a melhor impressão do espírito público dos Governadores. Diria que um grande pacto político nasceu daquela reunião.

Por exemplo, o Governo do PSDB, em Minas Gerais, herda uma situação em que o passivo da Previdência é de R\$4 bilhões, sendo que a receita previdenciária não passa de R\$600 milhões. Mesmo que se crie um novo sistema previdenciário, não se tem como financiar o passado. Então, estamos sensíveis a esses argumentos. Retratos semelhantes a esse estão ocorrendo em vários Estados da Federação.

Então, a disposição do Presidente Lula é a de enfrentar esses dois temas. Essa não é uma reforma para este Governo. Os próximos quatro anos da Previdência da União são financiáveis. O problema é para os próximos dez ou quinze anos, para as futuras gerações, para as Prefeituras e os Estados, cuja situação financeira é absolutamente insustentável, sobretudo em função do passivo previdenciário.

Eu diria que foi um grande momento da democracia brasileira: um momento de maturidade, de espírito público, de generosidade e de pensar com grandeza o Brasil. Penso que é isso que devíamos estar tratando nesta Casa, porque, se anteciparmos o debate, poderemos votar, com mais urgência e rapidez, alguns temas muito importantes. Tanto a reforma tributária quanto a reforma previdenciária foram objeto de grandes polêmicas e de muitas divergências, mas, depois de dez anos de debate, penso estarmos convergindo para uma agenda comum e para iniciativas concretas. Não é tudo que imaginávamos que seria, mas é aquilo que é possível fazer neste momento para que se inicie a reforma tributária e se conclua a reforma previdenciária do setor público, que, penso, foi muito bem desenhada nessa reunião.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concedo um aparte ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a faz um bom pronunciamento hoje. Aliás, costuma fazer bons pronunciamentos. O de hoje apenas enche-me mais as medidas porque me coloca muito tranquilo com teses tão antigas que defendendo: as teses das reformas estruturais profundas em arcabouços esclerosados e carcomidos da economia

e da vida administrativa brasileira, a ponto de termos que de fato entrar no debate substantivo, aquele que vai mostrar nuances, já que a posição do Governo, do qual V. Ex^a é o digno Líder nesta Casa, é a de marchar com as reformas pelas quais nos batemos com tanto denodo ao longo oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Daqui para frente, serão nuances e, quem sabe, a obrigação, o dever e o direito nosso de cobrar o bom gerenciamento, a pressa, a habilidade legislativa para de fato aprovar reformas. A Alemanha há 18 anos não consegue aprovar sua reforma previdenciária, e isso lhe está causando problemas extremamente graves. A tese das reformas, prevista para durar, quem sabe, uma geração neste País, até o Brasil se reformar completamente, começa nessas fundamentais, citadas por V. Ex^a. Eu acrescentaria a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho. Se é verdade que o Presidente Lula teria como levar até o final do seu Governo, com dificuldades, a sua relação com a da Previdência e que isso explodiria em outras mãos mais adiante, é verdade também – e quero fazer justiça – que o Governo Lula não auferiria grandes lucros para o seu próprio exercício se a reforma fosse feita já, agora. A mensagem que eu gostaria de deixar a V. Ex^a é que há três ou quatro pontos, relativos à reforma da Previdência, que, se votados com urgência, poderão até não significar grandes efeitos positivos para o caixa do Governo Lula, agora, mas significarão uma grande perspectiva de o Brasil continuar a solver os seus compromissos externos e poder atrair investimentos com juros mais convenientes e prazos mais longos, o que para mim representa uma trajetória bastante alvissareira para este País, que enfrenta crises internacionais, crises internas, que tem dificuldades. Ainda há pouco, no pronunciamento que fiz, não sei se V. Ex^a me deu a honra de estar aqui presente enquanto eu falava, dizia que é hora do debate substantivo, sim, e não de buscar culpados, “bodes expiatórios”. Dizia também que conheci dois Presidentes que não haviam colocado a culpa nos seus antecessores, e eles até nem tinham tanto mérito. Um deles, George Washington, que foi o primeiro Presidente da República Norte-Americana; o outro, o Marechal Deodoro da Fonseca, que foi o primeiro Presidente da República brasileira. Esses dois não tinham a quem culpar, do ponto de vista da República. Portanto, aceito o que V. Ex^a propõe como um desafio democrático, que entendamos, como verdadeira e sincera, a firme disposição do seu Governo de discutir as reformas em profundidade, sem que fiquemos eternamente fazendo cobranças quanto ao que não ocorreu nos anos anteriores. Por outro lado, entendo que é hora de olharmos mais para frente, procurando evitar a ve-

ilha e cansada figura do “bode expiatório”, para que esse debate cresça. V. Ex^a vai contar comigo, porque defenderei com muita atenção, com muita acuidade e com muita firmeza, aqui no plenário, os meus pontos de vista; cobrarei mais reformas, jamais menos reformas; procurarei adiantar reformas, jamais atrasar reformas, porque entendo que eleição significa, conjunturalmente, um ganhar e outro perder. Porém, Brasil significa uma obrigação de todos construir um País, para que as gerações vindouras possam usufruir de uma sociedade com menos injustiças e com mais perspectivas de desenvolvimento sustentável. Como Líder de um Partido de Oposição, seria injusto se não me congratulasse com V. Ex^a por seu pronunciamento, em virtude de que me pareceu um bom gesto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reunir os Governadores. Entretanto, alerta para a questão do prazo para a vinda da reforma da Previdência a esta Casa. Conforme a minha sensibilidade, o prazo não é amanhã, mas ontem. Se possível, que se atrase o calendário da vida e se vá para o traseante, porque há um **time** que coincide com o fim da lua-de-mel de Presidente da República com a opinião pública e com o Congresso Nacional. Creio que será melhor para nós se as reformas forem debatidas o quanto antes no Senado e as correções a serem feitas forem analisadas em profundidade. Nesta hora, chega-se a uma situação que, para mim, é completamente aceitável. Estou disposto a entrar nesse terreno. Concluindo, ressalto que há três ou quatro pontos que podem tornar-se consenso nacional. Poderemos, sem ideologias, chegar a um consenso nacional sobre a Alca, a reforma da Previdência e a questão inarredável do compromisso com o ajuste fiscal, a fim de que o Brasil entenda que é normal e necessário trabalhar o superávit primário, sim. Senador Aloizio Mercadante, ouço, com muito prazer, o seu feliz discurso e coloco-me à disposição para travarmos o debate no nível elevado proposto por V. Ex^a, escopo do mandato para o qual me elegeu o povo do Estado do Amazonas. Agradeço a V. Ex^a a honra de permitir-me apartear-lo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, pela intervenção. Devemos caminhar nessa direção, com agilidade e coragem nas decisões, espírito público para enfrentar problemas complexos, alguns dos quais debatidos de forma equivocada ao longo do tempo. Foi muito difícil construir uma base de consenso para a reforma tributária e mais ainda para a reforma previdenciária. Mas há hoje um alicerce consistente, que nasceu desse pacto dos Governadores com o Presidente. Vamos nos debruçar sobre isso,

porque viveremos, em minha visão, nesses próximos quinze dias, no máximo um mês, uma grande turbulência em função da guerra, com desdobramentos imprevisíveis. A guerra pode ser curta, mas se houver o bombardeio de uma refinaria ou de um campo de petróleo e o preço do petróleo atingir níveis que comprometem a estabilidade econômica do País, que vulnerabilizam nossas contas externas, as seqüelas serão duradouras. Os investidores talvez fujam, inclusive, do Oriente Médio durante um longo período, porque será um a região de conflito, podendo migrar para a América Latina.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – A guerra pode ser curta, mas a tensão é grande, o risco está sendo grave. Quero apenas continuar corroborando nesse pronunciamento, depois de tanta discordância ao longo da semana.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O ativo que mais se valorizou internacionalmente foi o ouro. Então, temos que saber lidar com essa situação, sem subestimar as adversidades futuras. Mesmo porque algumas economias, como a americana, apresentam um déficit público muito elevado, com sinais de estagnação econômica, de instabilidade, e o entorno da América Latina encontra-se numa grave crise – guerra civil na Colômbia, instabilidade na Venezuela, pedido de **impeachment** no Paraguai, crise profunda no Uruguai, colapso econômico na Argentina. No Brasil, a transição pactuada, a maturidade dessa reunião do Presidente com seus Governadores, tudo isso mostra um caminho, o de darmos um salto de qualidade para a democracia brasileira acelerar o seu ritmo, e compartilharmos não apenas as dificuldades, mas o mérito daquilo que seja aprovado. Não queremos que seja apenas uma iniciativa do Governo Federal ou de um Partido, mas que seja um projeto de nação para que possamos avançar nessa direção.

Gostaria de concluir chamando a atenção para essa agenda. Amanhã voltarei à tribuna para discutir um pouco o tema das tarifas públicas por ser relevante. Queria somente apresentar um dado para concluir meu pronunciamento, mostrando qual é a preocupação do Governo e por que esse é um tema que precisamos discutir com mais profundidade.

O IPCA, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, nos últimos oito anos, acumulou alta de 90,78%. Tivemos uma inflação acumulada pelo IPCA de 90,78%. As tarifas públicas foram reajustadas em 203,04%, mais do que o dobro da inflação média. Cito algumas tarifas especiais: por exemplo, a telefonia fixa teve um reajuste de 509,07%!; o gás de cozinha,

452,03%; as tarifas de ônibus, 203%; água e esgoto, 169,02%; energia elétrica, 368%!

O padrão de reajuste médio das tarifas é mais do que o dobro da inflação acumulada. Em alguns casos é quatro ou cinco vezes superior à inflação, o que mostra que o padrão de regulação, a forma como se deu a privatização, o passivo cambial, em dólares, de alguns setores, como é o caso da energia elétrica, dificultam muito o controle da inflação, a regulação pública e o combate à inflação.

Então, nós temos que discutir isso com profundidade. Qual é o limite das agências de regulação? Qual é o mandato das agências de regulação? E aqui, nesta Casa, e no Palácio do Planalto há homens públicos eleitos pelo voto direto, com mandato para pensar, formular e produzir políticas públicas, diferentemente dos diretores das agências de regulação, que não foram eleitos, que não têm mandato popular; muitas vezes estão muito aquém da sua função e em outras exorbitando os limites que deveríamos estabelecer claramente na lei para as agências de regulação.

Esse é um debate que devemos fazer com profundidade, com qualidade, com consistência, menos procurando os culpados – porque já passou o tempo neste País. O que nos interessa é encontrar soluções consistentes e sustentáveis para os problemas econômicos complexos, a fim de que possamos superar a pressão inflacionária e assegurar a qualidade do setor público; garantir investimentos e parcerias entre o setor público e o privado ou nesses setores. Agora, há um problema grave com as tarifas públicas, que foram reajustadas ao longo dos últimos anos em mais que o dobro da inflação acumulada e, em alguns casos, quatro ou cinco vezes mais altas do que toda a inflação do período.

É um debate procedente. Devemos voltar amanhã para continuar essa discussão das tarifas e colocar a Liderança do Governo totalmente à disposição para avançar nas reformas tributária e previdenciária.

Hoje saio muito motivado desta tribuna com a intervenção do Senador Arthur Virgílio e com esse gesto que, tenho certeza, sensibilizará a Casa de pensarmos com grandeza, buscando o espírito público, buscando as soluções para os graves problemas que o País enfrenta, especialmente nesse cenário internacional de dificuldades imensas. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Dando continuidade à lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo ano a temporada carnavalesca é ansiosamente aguardada por milhões de brasileiros que se entregam aos festejos e à alegria. Nosso carnaval é mundialmente reconhecido, figurando no calendário internacional das grandes festas populares que se constituem em atrações turísticas de relevância mundial.

A liberalidade dos costumes, aliada à licenciosidade que caracteriza o carnaval, no entanto, faz desse período um tempo de preocupações para as autoridades brasileiras, tanto no setor de segurança pública quanto no setor de saúde. Por isso mesmo, esquemas especiais de prevenção e ação direta são implementados durante a temporada. Além disso, a presença de grande número de estrangeiros nas folias aumenta a preocupação, fazendo necessário garantir-se sua segurança, pois dela depende a boa imagem do País. Mas, por outro lado, esses visitantes também podem trazer problemas, pois muitos vêm ao Brasil em busca de sexo fácil ou portando drogas.

Lamentavelmente, a imagem do nosso País, extremamente liberal nos costumes, gera o chamado “turismo sexual”, um dos grandes chamarizes de estrangeiros para o carnaval das cidades mais famosas. De fato, nos dias da folia de Momo – e com menor intensidade nas semanas que a antecedem e a sucedem –, muita gente se excede no uso de bebidas alcoólicas e drogas de todo tipo, o que causa problemas imediatos de violência e acidentes. E na expressão da sexualidade acabam por provocar pragas de médio e longo prazo, representadas pelas Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST.

A juventude, por sua natural descontração e imensa disponibilidade de energia, está particularmente sujeita a incidir nesses excessos. Por estarem ainda na fase de formação de suas personalidades, muitos jovens se tornam presas fáceis e acabam sendo facilmente conduzidos ao uso excessivo de drogas lícitas e ilícitas, na ilusória impressão de que elas são inofensivas e de que podem aproveitar sem receio as sensações momentâneas de bem-estar e de euforia que elas proporcionam.

Por isso mesmo, a juventude deve ser o alvo primordial das campanhas de esclarecimento que são realizadas durante o carnaval pelos órgãos oficiais de segurança e saúde, bem como por instituições dedicadas a ações de interesse público.

Neste particular relacionado à segurança, encontra-se a Secretaria Nacional Antidrogas – Senad, órgão diretamente ligado à Presidência da República, realizando importante trabalho ao longo dos últimos anos e, por isso, merece o reconhecimento de todos os brasileiros que se preocupam com as questões da juventude e de seu envolvimento com as drogas. No seu trabalho, a Secretaria tem promovido, ano após ano, campanhas de prevenção contra o uso de drogas e sobre o sexo seguro. Como são geralmente campanhas francas e agressivas, elas muitas vezes atraem críticas de setores conservadores da sociedade, que não apreciam ver expostas ao público certas verdades. Este ano, por exemplo, a campanha de prevenção de DST é protagonizada pela cantora Kelly Key, o que provocou controvérsia.

Acontece, porém, que o objetivo de atingir o jovem, falando a linguagem que ele compreende e com a necessária ênfase, impõe muitas vezes aos criadores das peças de propaganda o uso de mensagens diretas e francas. Mesmo compreendendo essa situação, não posso deixar de registrar que é preciso avançar muito no processo de elaboração dessas campanhas publicitárias, pois acredito que elas devem privilegiar não somente a prevenção, mas sim a mudança de comportamento, a adoção de atitudes e práticas que levem à eliminação ou, no mínimo, à minimização do problema ao longo do tempo.

Em minha opinião, a importância do cuidado com a saúde dos jovens, sobretudo na prevenção da Aids, ultrapassa em muito a inquietação moralista de quem vê, nessas campanhas, incitamento ao comportamento desregrado. A verdade é que as pessoas, e entre elas muitos jovens, ultrapassarão os limites nos dias de folia, e, por isso, de nada adianta tentar fugir do fato em si.

Outra frente de atuação da Secretaria Nacional Antidrogas, Senad, é a promoção de parcerias com as organizações internacionais e com Estados e Municípios de todo o País. Exemplo dessas parcerias é o início dos trabalhos deste ano letivo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd do Estado do Tocantins. Mantido em nosso Estado pela Polícia Militar, o programa é considerado uma das melhores armas do combate ao uso de drogas, fazendo um trabalho de conscientização que começa com os alunos da 4ª série.

Somente na cidade de Paraíso do Tocantins, para citar um exemplo, já foram formados pelo programa 942 estudantes de escolas públicas, particulares e conveniadas. Contando com os pais e professores, mais de sete mil pessoas participaram das palestras.

Falar às crianças a verdade crua sobre as drogas é a principal diretriz do programa, que foi desenvolvido inicialmente nos Estados Unidos.

O Tocantins é, de fato, um dos Estados que mais se destaca na preocupação com a juventude. Tendo uma fração populacional de cerca de 69% de pessoas abaixo dos 29 anos de idade, nosso estado busca, desde sua criação, o pioneirismo na implantação de políticas públicas para a juventude. Nossa Capital, Palmas, foi a primeira cidade brasileira a criar uma Secretaria Extraordinária da Juventude, exemplo que foi seguido até pela cidade de São Paulo. Outros 16 municípios tocantinenses criaram secretarias municipais seguindo o modelo.

Já a Secretaria de Estado da Juventude, criada em abril do ano passado, realizou, em breve período, diversos programas dignos de nota. Gostaria de destacar o *Projeto Vota 16*, voltado a despertar a consciência política dos jovens entre 16 e 18 anos, cujo alistamento eleitoral é facultativo. A importância de sua participação política e sua responsabilidade, como eleitores, nos destinos do Estado e do País foi a tônica desse programa, que levou cerca de 20 mil jovens a comparecer aos cartórios eleitorais e a se inscrever.

Outro programa que merece destaque é o *Projeto Integração*, que oferece bolsas de estudo para que universitários de baixo poder aquisitivo possam concluir seus estudos, com a contrapartida de sua prestação de serviços sociais nas comunidades carentes de onde provêm.

Para 2003, o plano de trabalho da Secretaria de Estado da Juventude prevê ação em quatro frentes: a da valorização do jovem, a da saúde do jovem, a da formação e qualificação profissional e a do esporte e lazer.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, como estou abordando, neste pronunciamento, as questões relativas aos problemas do jovem diante dos apelos do Carnaval, quero destacar, nas ações relativas à saúde do jovem da Secretaria de Estado da Juventude, comandada pelo competente administrador Rogério Ramos, dois programas em particular.

O primeiro é o *Projeto Menina-Mulher*, que objetiva atender meninas na faixa etária dos 7 aos 15 anos que moram às margens da BR-153, a rodovia Belém-Brasília, e que estão sujeitas a diversos tipos de violência de natureza sexual – como o molestatamento e o lenocínio. Essas meninas precisam ser retiradas da rota da marginalidade e da prostituição. O programa promove debates em que se procura des-

pertar as consciências daquelas jovens, reintegrando-as às suas famílias.

O segundo programa que desejo destacar chama-se, precisamente, *Tocantins Sem Drogas*, que tem a parceria da Senad, do Conselho Nacional Antidrogas e do Conselho Estadual Antidrogas.

Esse programa visa promover a conscientização dos jovens para seu direito à saúde, de modo a torná-los capazes de identificar fatores de risco à saúde pessoal e coletiva. Assim, eles poderão adotar, por conta própria, hábitos prudentes, reduzindo o consumo de drogas no Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o jovem do nosso presente é o homem do futuro do País. A nação que não protege sua infância e sua juventude das ameaças das drogas e da promiscuidade não progride, porque despreza as gerações que têm papel de lhe dar continuidade.

Por meio da Senad, o Governo brasileiro mostra que sabe muito bem desse fato. No Estado do Tocantins, a consciência de nossas obrigações em relação a crianças e jovens é parte integrante da formulação de nossas políticas sociais. Por isso, podemos confiar em um futuro brilhante para nosso Estado do Tocantins e para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais do que uma vitória pessoal do chanceler Celso Amorim, ou mesmo do Governo brasileiro, o **agreement** concedido pelo Governo de Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II, ao diplomata José Maurício Bustani para exercer as funções de embaixador brasileiro em Londres foi uma conquista da diplomacia mundial. Na verdade, um tento importante da política exterior e independente, autônoma, capaz de defender e implementar a tão apregoada mas pouco observada autodeterminação dos povos.

Foi uma clara sinalização de que o Brasil, a exemplo de inúmeras outras nações, simplesmente não aceita vetos de retaliação no quadro das relações Internacionais. Tampouco se predispõe a dar curso ao voluntarismo ou à prepotente unilateralidade das decisões no âmbito de organismos que são, em sua essência, multilaterais. Repudia, de maneira implícita, a *unipolaridade* com que tentam tisonar o jogo internacional contemporâneo. Anuncia, igualmente e de forma categórica, o que deverá consubstanciar a ação

do Brasil na cena mundial, uma ação reflexa e definidora em toda a linha do País que estamos a construir todos nós, os 176 milhões de brasileiros, com muita luta, firmeza e descortino, coragem e absoluta abertura para a cooperação sincera e construtiva entre os povos.

Mais extraordinária foi a confirmação de Bustani, na medida em que emana de um País – o Reino Unido – que é aliado preferencial dos Estados Unidos. Quero recordar como foi amplamente divulgado, em meados do ano passado, aqui e no exterior, que os norte-americanos, de forma arrogante, equivocada, preconceituosa e, portanto, absolutamente condenável, jogaram toda a sua força e prestígio na destituição de Bustani da direção-geral da Opaq – Organização para a Proibição de Armas Químicas. E assim agiram justamente porque o embaixador brasileiro teve o “ousado, o inaudito atrevimento” de contrariar os interesses sempre belicosos dos Estados Unidos.

Liderando a Opaq com independência e imparcialidade, o representante brasileiro formulou propostas inteligentes e animadoras para o futuro da humanidade, apostando em caminhos que poderiam, por exemplo, evitar essa iminente e injustificável guerra contra o Iraque. Um belicismo, aliás, cultivado com extrema impetuosidade retórica pelos anglo-saxões do velho e do novo continente.

José Maurício Bustani, como sabemos, sofreu, nos últimos meses de sua atuação na Opaq, toda a sorte de constrangimentos. Reconduzido à direção do organismo em 2001 pelo voto unânime dos 145 países-membros, para um mandato que deveria se estender até 2005, Bustani viu-se submetido a pressões e assédios para que renunciasse à posição. Tudo articulado por representantes dos Estados Unidos, inclusive pela ação direta do Subsecretário de Defesa norte-americano, John Bolton.

Na ação orquestrada por Washington contra a gestão séria e imparcial de José Maurício Bustani, o que se viu, mais uma vez, foi a vontade de poder hegemônico dos Estados Unidos, que não hesitam em utilizar todo tipo de expediente contra aquelas autoridades internacionais, legítima e democraticamente escolhidas, que se mostram impermeáveis aos seus interesses mais imediatos.

Peço a atenção de V. Ex^{as} para esse aspecto do caso Bustani, porque é denunciador de um tipo de ação que poderá colocar em sério risco a independência e autonomia de organismos internacionais, para torná-los meros objetos da manipulação norte-americana.

Mas, enfim, a indicação de José Maurício Bustani para nossa embaixada em Londres, que deverá ser apreciada proximamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, constitui-se, para mim, em um duplo motivo de celebração: primeiro, porque é um veemente e inequívoco desagravo ao bravo e competente diplomata; depois, porque Bustani é natural de Rondônia, o Estado que tenho a honra de representar nesta Casa. Logo, a retomada de sua brilhante carreira, em tão importante posto, é motivo de orgulho e inspiração para toda a gente rondoniense.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui registrar meus cumprimentos ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e ao Governo brasileiro pela coragem e justiça demonstrados nesse gesto tão altivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Mesa associa-se ao pronunciamento de V. Ex^a e envia também os cumprimentos ao Ministro Celso Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Almeida Lima.

É lido o seguinte:

Ofício Gab. Sen. JB nº 31/03

Brasília, 25 de fevereiro de 2003

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente
Senado Federal

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, em virtude do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti, de modo a resguardar a verdade diante do fato de que tais afirmações, ainda que inverídicas, causam extenso dano à minha imagem, honra e vida privada, elementos invioláveis do cidadão nos termos do art. 5º inciso X da Constituição da República, encarecer a sua especial atenção no sentido do encaminhamento à Corregedoria deste Senado Federal dos documentos que faço anexar, a seguir alinhados e discriminados, decorrentes de matéria sobre o mesmo assunto veiculado pela revista **Época**, já em junho de 2002.

– Certidão do Banco Central do Brasil – de 17-6-2002 – que não consta naquele Bacen registros

de recursos ou recebimentos de valores por meio de transferências internacionais em reais – contas CC-5 – no período de 1992 a 2002, em nome de Jorge Konder Bornhausen;

– Certidão do Banco Araucária – de 18-6-2002 – de que não constam dos registros de cadastros de clientes existentes naquele banco, qualquer registro de abertura de conta de depósito em nome de Jorge Konder Bornhausen;

– Declaração do Banestado – de 20-6-2002, de não ter encontrado nos cadastros do banco o registro de contas tituladas por Jorge Konder Bornhausen;

– Decisão Judicial – de 21-6-2002 – dando acesso ao processo aos advogados de Jorge Konder Bornhausen, que tramita em segredo de justiça;

– Declaração do Banco do Brasil – Diretoria Internacional – de 28-6-2002 – que informa não ter Jorge Konder Bornhausen, titularidade ou cotitularidade da conta a ele atribuída;

– Ofício do Procurador-Geral da República de 19-9-2002 ao Juiz Federal de Foz do Iguaçu em que deixa claro que “o manejo do aparato persecutório estatal em desfavor do referido Senador Jorge Konder Bornhausen implicaria indisfarçável constrangimento ilegal”;

– Certidão da Procuradoria-Geral da República – de 23-9-2002 – de que nada consta em desfavor de Jorge Konder Bornhausen, uma vez que, diante das informações prestadas pelo Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu, pela Coordenação Geral de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais da Polícia Federal e da Diretoria Internacional do Banco do Brasil, restou comprovado, segundo atestam os peritos criminais da Polícia Federal, que desconhecem a insistência do boleto e seu respectivo valor em nome do Senador Jorge Konder Bornhausen, mencionado na reportagem veiculada da revista **Época** em 17-6-2002.

Informo, ainda, a Vossa Excelência que caso a referida Senadora transgrida novamente, o inciso 2º do § 2º do art. 9º do Conselho de Ética, solicitarei a competente medida disciplinar prevista na Resolução nº 20 de 1993.

Na oportunidade, solicito por fim, que na divulgação do pronunciamento da Senadora, no **Diário do Congresso**, constem as providências por mim ora solicitadas.

Atenciosamente, – **Jorge Konder Bornhausen**, Senador da República.

**CERTIDÃO**

Declara a perda da integridade, em procedimento de 15.06.2002, no qual se arquivou no banco de dados do Banco Central quaisquer registros de remessas e recebimentos de valores por meio de transferências internacionais em reais (Cont. CC-5), no período de 1992 a 2002, em nome de JORGE KONDER BORNHAUSEN, CPF Nº 003731179-49.

Brasília, 17 de junho de 2002.

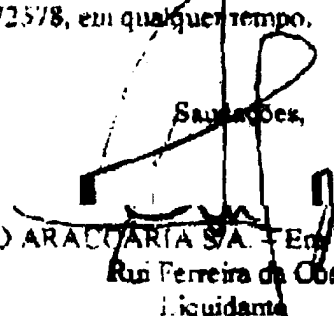
Diretor de Assuntos Internacionais

ARAUC/LIQ-249/02**Curitiba (PR), 18 de junho de 2002.**

**EXMO. SR. SENADOR DA REPÚBLICA
DIL JOUCE KONDER BORNHAUSEN
SAS, Quadra q, Lote 1, Bloco M, Sala 902 - Ed. Libertas
70070-000 - BRASÍLIA - DF**

Prezado Senhor:

Conforme solicitação, certificamos que não constam dos registros de cadastros de clientes existentes nesta Liquidanda, qualquer registro de abertura de conta de depósito (contas correntes) em nome de JORGE KONDER BORNHAUSEN, CPF nº 003.731.179-49, CLRG SSI/SC nº 72578, em qualquer tempo.

Saudações,

BANCO ARAUCÁRIA S/A - Em liquidação extrajudicial
Rui Ferreira da Costa
Liquidante

São Paulo, 20 de junho de 2002.

Ao
Senador da República
Dr. Jorge Konder Bornhausen

Excelência,

Em atenção à sua solicitação de 15 de junho de 2002, na qualidade de administradores do Banco Banestado S/A, atual razão social do então Banco do Estado do Paraná S/A, esclarecemos que não encontramos nos cadastros de referido Banco o registro de contas tituladas por V.Exma.

Também declaramos que foram negativos os resultados de idênticas pesquisas realizadas nos cadastros da extinta Agência de Nova Iorque do mesmo Banco.

Atenciosamente,

Banco Banestado S/A



Ottavio Aldo Ronco
Diretor



Henri Penchas
Vice-Presidente Senior

**JUSTIÇA FEDERAL**

Seção Judiciária do Paraná

2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu

Rua Edmundo de Barros, nº 1.939, Jardim Nalpi

CEP: 85862-310 -- Fone: (045) 523-2848 -- e-mail: prfozcr02sec@jfpr.gov.br

Ofício nº 1677/2002-DS

Foz do Iguaçu, 21 de junho de 2002.

Senhor Chefe,

De ordem do MM. Juiz Federal Substituto, Dr. Fabio Masson Ismael, remeto-lhe a decisão exarada nos autos 98.101.1116-9, IPL 207/98, solicitando que se faça cumprir os itens **1, 2, a, b, c, d, e**, bem como demais determinações ali constantes, observando-se o prazo de **10 dias**, estipulado para conclusão das diligências.

Cordiais saudações,

GIULIANA MARA DOS SANTOS PAULO

Diretora de Secretaria em exercício

2ª Vara Federal Criminal

Ilustríssimo Senhor
Paulo Tarso de Oliveira Gomes
Chefe Interino do CGCOI
Brasília/DF

Inquérito nº 98.101116-9

Jorge Konder Bornhausen, por seus advogados, requer: (a) cópia de todos os documentos vinculados e páginas do inquérito nº 207/98 que façam menção ao peticionante e, (b) que seja concedida vista aos procuradores signatários do inquérito e dos documentos vinculados atualmente em fase de perícia que façam menção ao nome do peticionante.

Narra o requerente que o seu nome foi alvo de reportagem na Revista Época, oportunidade em que foi noticiada a suposta existência de transferência internacional em reais, por meio de conta CC-5 em seu nome, em inquérito que está tramitando na Polícia Federal.

Alega que as investigações deixaram de ser sigilosas e é direito constitucional do peticionante ter conhecimento do inquérito e dos documentos relacionados a sua pessoa.

Com vista ao Ministério Público, este opinou pelo deferimento do pedido, para que os defensores tenham acesso somente às peças da investigação que expressamente mencionem o nome do mesmo.

Na data de ontem recebi ofício do Em. Procurador-Geral da República, Sr. Geraldo Brindeiro, ofício em que requisita informações e documentos constantes do inquérito nº 98.101116-9, que de alguma forma envolvam o nome do Senador Jorge Bornhausen. Ressalta a competência do STF para processar e julgar o feito, caso existam indícios da prática de crimes cometidos pelo parlamentar.

É o breve relato.

Decido.

Este juízo tem entendido por negar às partes e aos seus procuradores o acesso aos inquéritos que tramitam em segredo de justiça envolvendo as contas CC-5. Tal entendimento é fulcrado em razões práticas e jurídicas já de conhecimento público e reiteradamente mantido pelo TRF da 4ª Região.

O presente caso, no entanto, é peculiar - e constrangedor.

Se um processo ou um inquérito está em segredo de justiça, os documentos que o compõem não podem ser de conhecimento de todo o Brasil, mediante publicação em revista de distribuição nacional.

Isso revela a falha da Justiça e de seus operadores, sejam eles delegados,

juizes, procuradores, peritos, enfim, qualquer um que tenha tomado contato com o processo e com os documentos que o instruem.

Obviamente que não pode o requerente ser vilipendiado pelo vazamento indevido de informações - as quais são ainda desconhecidas deste juiz e dos procuradores que atuam no feito, pois estão à disposição da perícia em Brasília/DF - com a sua honestidade posta em cheque (o título da reportagem: "surpresa para todos").

Com efeito, este julgador teve por bem em adquirir a referida revista, ao qual não tem o hábito de ler por opção de veículo de informação, e leu a reportagem. Nela, os repórteres admitem a ciência de reuniões de Delegados da Polícia Federal, narram os relatos que os peritos teriam feito apenas para a cúpula da Polícia Federal e indicam um documento específico que estaria no inquérito, um boleto bancário no valor de US\$ 185 mil em nome do peticionante, o senador Jorge Bornhausen.

Nessa linha de acontecimentos, verifica-se que a documentação sigilosa transmutou-se em documentação de domínio público - se é que o tal boleto realmente existe.

Evidente que o requerente tem direito à vista de toda a documentação que envolve seu nome, até para poder se defender da opinião pública, e mais ainda da opinião publicada.

Quanto ao inquérito em si - leia-se documentos vinculados, creio que não é possível apartá-lo desse contexto, porquanto existindo o boleto tem o requerente o direito de verificar se ele efetivamente está ligado à evasão de divisas que se investiga no inquérito policial.

Em face do exposto:

1) Defiro em parte o pedido do senador Jorge Bornhausen, para que seus advogados possam: a) obter cópia autenticada de todos os documentos e páginas do inquérito que façam menção ao peticionante; b) ter acesso (vista) ao documento aludido na reportagem da Revista Época (boleto bancário), bem como aos demais documentos vinculados ou que façam expressa menção ao peticionante, estejam eles no inquérito ou submetidos à perícia. A fiscalização fica a cargo do DPF responsável pelo inquérito.

2) Oficie-se ao Delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito para que tome as seguintes providências:

a) justifique a este juiz o porquê de o inquérito estar "retombado" em Brasília, citando a autoridade que fez tal ato, bem como a base legal para o mesmo. Acaso for necessário, o Delegado deve encaminhar tal requerimento de justificativa à autoridade

que cometeu tal ato;

b) ordene aos peritos responsáveis pela perícia dos documentos para que justifiquem o porquê da demora na elaboração do laudo, bem como qual a estimativa para sua finalização;

c) inquiria os peritos acerca das pessoas que tiveram acesso aos documentos sigilosos. Se não lembram, devem, a partir de agora, certificar o acesso, juntando-o aos autos quando da finalização do laudo;

d) justifique a necessidade de a perícia ser feita em Brasília, bem como a impossibilidade de deslocar os peritos a esta cidade de Foz do Iguaçu, compondo o DCCHE;

e) Cientifique-se a todos, inclusive com aposição de lembrete em letras garrafais no rosto do inquérito e das caixas ou involuços dos documentos, de que ninguém é portador de qualquer ordem judicial para ter acesso aos autos e, se houver tal ordem, ela tem de partir deste juízo e ser comunicada mediante ofício à autoridade policial competente;

Após o cumprimento destes itens, que devem ser cumpridos no PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, determino a remessa do inquérito a este foro, inclusive com cópia autenticada dos documentos referentes ao senador Bornhausen, para apreciação do Ministério Público Federal e deste juízo, inclusive para instruir a resposta ao ofício do Procurador-Geral da República.

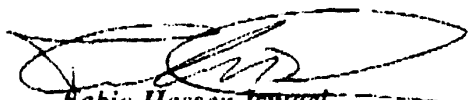
Intimem-se, pelo meio mais expedito, os advogados do peticionante.

Oficie-se, inclusive por fax, ao Delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito em Brasília DF, com cópia da presente decisão.

Diligências legais, inclusive xerocopiar a reportagem da revista Época.

Ciência ao MPF.

Foz do Iguaçu, 20 de junho de 2002.


Fabio Hassen Ismael
Juiz Federal Substituto
2ª Vara Criminal

Of. nº DIRIN-142

Brasília (DF), 28 de junho de 2002

A S. Exa. o Sr.
Jorge Konder Bornhausen
Senador da República
BRASÍLIA – DF

Senhor Senador,

Referimo-nos à sua correspondência de 25-6-2002, por meio da qual requer ao Banco do Brasil seja emitida certidão para determinar a titularidade da conta-corrente nº 14839011-8 junto à filial de Nova Iorque, para informar que V. Exa. não detém a titularidade ou co-titularidade da mencionada conta-corrente.

Respeitosamente,

Diretoria Internacional, **Osanan Lima Barros Filho**, Diretor.

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 788

Brasília, 19 de setembro de 2002.

Exmº Sr.

Juiz Federal Fábio Hassen Ismael
Digníssimo Juiz da 2ª Vara Federal Criminal
de Foz do Iguaçu
Foz do Iguaçu — PR

Meritíssimo Juiz,

Cumprimentando-o, e em atenção ao Ofício nº 16/2002-GAB-JFS, tenho a honra de me dirigir a V. Exa. para manifestar o que se segue.

Considerando o teor da reportagem veiculada na Revista *Época*, edição nº 213, de 17-6-2002, Editora Globo, que menciona a suposta existência de boleto bancário que comprovaria registro de transferência internacional de reais, por meio de conta do tipo CC-5, em nome do Senador da República Jorge Konder Bornhausen, bem assim a norma inserta na alínea *b* do inciso I do art. 102 da Constituição da República, comunico as seguintes providências por mim tomadas:

Em 19-6-2002, por meio do Ofício PGR/GAB/Nº 673, dirigido ao Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, requisitei a instauração de inquérito policial, a fim de investigar, em toda a sua extensão, o possível vazamento à imprensa de informações bancárias, que se encontram sob sigilo judicial, tal como decretado nos autos do Inquérito nº 98.1011116-9, em trâmite na 2ª Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu da Seção Judiciária do Paraná, o que configuraria em tese o crime descrito no art. 10 da Lei Com-

plementar nº 105, de 10-1-2001. Atendendo à requisição, foi instaurado o Inquérito Policial nº 016/2002-CGCOIE/DPJ/DPF em que se refere a indigitada reportagem veiculada na Revista *Época*, resta ausente justa causa para deflagração da persecução penal por esta Procuradoria-Geral da República, a quem incumbe, não é demais lembrar, a titularidade exclusiva da ação penal em desfavor das pessoas mencionadas na alínea *b* do inciso I do art. 102 da Carta Política, em razão do que prescreve o art. 46 da Lei Complementar nº 75/93.

A valer, as informações veiculadas no referido semanário não guardam qualquer consonância com as diligências por mim promovidas, bem assim com aquelas diligentemente determinadas por V. Exa., não exsurgindo razão para instauração de apuratório em desfavor do mencionado Parlamentar, porquanto ausente o necessário *fumus commissi delicti*. Aliás, diante das evidências até então coligidas, o manejo do aparato persecutório estatal em desfavor do referido Senador implicaria indisfarçável constrangimento ilegal.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – **Geraldo Brindeiro**, Procurador-Geral da República.

CERTIDÃO

Atendendo à solicitação formulada pelo eminente Senador Jorge Konder Bornhausen, com fundamento no art. 5º, inciso XXXIV, alínea *b*, da Constituição da República, CERTIFICO que nada consta em desfavor do mencionado Parlamentar, especialmente em relação à reportagem veiculada na Revista *Época*, edição nº 213, de 17-6-2002, Editora Globo, que menciona a suposta existência de boleto bancário que comprovaria registro de transferência internacional de reais, por meio de conta do tipo CC-5, em nome de referido Parlamentar, uma vez que, diante das informações prestadas pelo Juízo da Vara Federal Criminal de Foz do Iguaçu da Seção Judiciária do Paraná, pela Coordenação Geral de Repressão ao Crime Organizado e de Inquéritos Especiais (CGCOIE) do Departamento da Polícia Federal e pela Diretoria Internacional do Banco do Brasil, restou comprovado, segundo atestam os peritos criminais da Polícia Federal, que “*desconhecem a existência do boleto bancário e seu respectivo valor, em nome do Senador da República Jorge Konder Bornhausen mencionado na Reportagem veiculada da Revista Época, edição nº 213, de 17-6-2002*”, e que a con-

ta-corrente nº 14839011-8 junto à filial de Nova Iorque, Estados Unidos da América, do Banco do Brasil – conforme certificado pela mencionada Diretoria Internacional - não é de titularidade, ou mesmo co-titularidade, do eminente Senador, restando ausente, portanto, qualquer indício de crime e, por consequência, justa causa para instauração de inquérito ou investigação penal.

Brasília, 23 de setembro de 2002.

Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – O expediente lido pelo Sr. 1º Secretário vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – A Presidência comunica ao Plenário que em cumprimento ao disposto do art. 332, § 2º, do Regimento Interno e no Item 5º do anexo ao Ato do Presidente nº 97, de 2002, determinou o desarquivamento do Projeto de Lei nº 22, de 1997, que tramitava em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 117 e nº 132, de 2000.

As matérias, tramitando conjuntamente, retornam ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 33, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, proveniente da Medida Provisória 77, de 2002, que *altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza a concessão de crédito, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contraídas com recursos de outras fontes; dispõe*

sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e à Emenda nº 13, pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12 e 14 a 36, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 33 de 2002.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 3, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2003, (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 70, de 2003, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho), *que aprova a Programação Monetária para o 1º (trimestre do ano de 2003)*.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

3

MENSAGEM Nº 286, DE 2002

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 286, de 2002 (nº 797/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *João Gualberto Marques Porto Júnior*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

4

MENSAGEM Nº 288, DE 2002

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Mensagem nº 288, de 2002 (nº 820/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do

Senado a escolha do Senhor *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Ucrânia.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 433, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2002 (nº 1.645/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Universo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.235, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Cesumar para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Maringá (PR)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.179, de 2002, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Olivir Gabardo.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 436, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2002 (nº 1.584/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Pelágio – Rádio Xavantes de Ipameri para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ipameri, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.068, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 438, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2002, que *outorga permissão à Fundação Rádio Educativa de Iporá para executar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá (GO)*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.069, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 456, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2002 (nº 1.630/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.149, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 457, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2002 (nº 1.650/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa Sintonia Cultural para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.236, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francelino Pereira.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 475, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2002 (nº

1.497/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Expansão Cultural para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.327, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 501, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2002 (nº 1.175/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à*

Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.240, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Arlindo Porto.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 22 minutos.*)

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 091**, ADOTADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO QUE “ALTERA A LEI Nº 6360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA A QUE FICAM SUJEITOS, AS DROGAS, OS INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E OUTROS PRODUTOS”:

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Deputado ARNALDO FAIRIA DE SÁ.....	001.

EMENDAS APRESENTADAS: 001

MPV 091

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000001

1 DATA 24/02/2003	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 91/2003
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	5 Nº PRONTUÁRIO 337
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Modifique-se o Parágrafo Único do Art. 1.º da Medida Provisória n.º 91, de 23 de dezembro de 2.002, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º.....

"Parágrafo único. Até **30 de junho de 2004**, no caso de medicamentos genéricos importados, cujos ensaios de bioequivalência foram realizados fora do País, devem ser apresentados os ensaios de dissolução comparativos entre o medicamento-teste, o medicamento de referência internacional utilizado no estudo de bioequivalência e o medicamento de referência nacional." (NR)"

JUSTIFICATIVA

O prazo estabelecido na Medida Provisória em epígrafe é exíguo, e acabará coibindo a concorrência impedindo novos investimentos.

Ademais no Brasil é limitado o número de centros em condições de realizar os testes.

ASSINATURA

ARNALDO FARIA DE SÁ - DEPUTADO FEDERAL - SP

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 94**, ADOTADA EM 26 DE DEZEMBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "REABRE O PRAZO PARA QUE OS MUNICÍPIOS QUE REFINANCIARAM SUAS DÍVIDAS JUNTO À UNIÃO POSSAM CONTRATAR EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS E DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	001

TOTAL DE EMENDAS: 001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 94**000001**

2 DATA 18/02/2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 94, de 26 de dezembro de 2002
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N.º PRONTUÁRIO 454
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
0	ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o art. na MP nº 94 de 26/12/2002:
"Art. . Os art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi) ou no transporte escolar, admitido o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado.

"

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa permitir que o automóvel adquirido por motoristas profissionais com a isenção prevista no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, possa ser utilizado também no transporte escolar, admitido, também, o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado, tendo em vista a importância das atividades de táxi e transporte de escolares, que são prestados em horários abrangentes que em geral demandam mais de um motorista por veículo.

ASSINA


Dep. LUÍZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 101**, ADOTADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 31 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO – PIS/PASEP E DA CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS DEVIDAS PELAS SOCIEDADES COOPERATIVAS EM GERAL."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 012, 013, 014, 016, 017 e 018
Deputado MOACIR MICHELETTO e OUTROS	001, 010, 015 e 019
Deputado SILAS BRASILEIRO	011

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 019

MPV 101**000001****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 31/12/02	proposição Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002			
Autor Dep. Moacir Micheletto e outros			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA SUBSTITUTIVA				
<p>Substitua-se o artigo 1º e Parágrafos, da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, que passam a ter a seguinte redação:</p> <p>“Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (hum por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.</p>				
JUSTIFICATIVA				
INCONSTITUCIONALIDADE:				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, "c"). 				
AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando. 				
DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei. 				
COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):				
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade a prestação de serviços 				

ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.

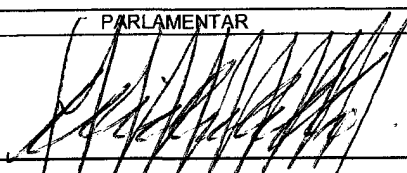
- Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

Outras Considerações:

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo o COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados. Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.
- **Os argumentos valem também para o PIS/PASEP.**
- De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília/DF, 31.12.02



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101
0000022 DATA
18/02/20033 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 20024 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PRN.º PRONTUÁRIO
4546
1- ☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☐ MODIFICATIVA 4- ☒ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEATEXTO
EMENDA ADITIVA

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 101, de 30/12/ 2002, a seguinte redação:


Art.

Ficam autorizadas as empresas e instituições de direito privado que se dediquem a ministrar educação infantil, de nível fundamental e de nível médio, a compensar tributos da legislação federal, tais como PIS, COFINS, INSS, CLSL e IR de Pessoa Jurídica, com a concessão de bolsas a estudante comprovadamente carente até o limite de 20% do faturamento da empresa ou instituição.

JUSTIFICATIVA

A correção das distorções fiscais que atende a sociedade brasileira, bem como, a possibilidade de ampliar-se rapidamente a concessão de bolsas de estudos à população carente em todo o Brasil, tornando-se um complemento aos programas federais em vigor.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000003**2 DATA
18/02/20033 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 20024 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PRN.º PL. ONTUÁRIO
4546
1- ☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☐ MODIFICATIVA 4- ☒ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA**TEXTO
EMENDA ADITIVA**

Dê-se a seguinte redação ao art. da Medida Provisória nº 101, de 30/12/ 2002:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de empresa e instituições de direito privado que dediquem a ministrar educação de nível médio, na forma do regulamento expedido pela Sæcretaria da Receita Federal."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que as empresas e instituições de direito privado que ministrem educação no nível de ensino médio, possam, a exemplo do que ocorre com aquelas que se dedicam a educação de nível fundamental e educação infantil, possam optar pelo SIMPLES.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000004**

2 DATA 18-02-2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N. PRONTUARIO 454			
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. da MP nº 101, de 30/12/2002:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis, e clube esportivo, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agências de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis e clubes esportivos possam optar pelo SIMPLES, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000005**2 DATA
18-02-20033 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 20024 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR5 N. PRONTUÁRIO
4546
1- ☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☐ MODIFICATIVA 4- ☒ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

0 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. da MP nº 101, de 30/12/2002:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de centro de formação de condutores, corretagem de seguros, agência lotérica, agência terceirizada de correios, empresa de serviços contábeis, escolas de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes e de idiomas, empresa de softwares e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal."

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de centro de formação de condutores, corretagem de seguros, agência lotérica, agência terceirizada de correios, empresa de serviços contábeis, escolas de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes e idiomas, empresa de softwares e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde possam optar pelo SIMPLES, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal e aprovado mediante acordo nos plenários do Congresso Nacional em dezembro de 2002.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000006**2 DATA
18/02/20033 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 20024 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PRN.º PRONTUÁRIO
4546
1- ☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☐ MODIFICATIVA 4- ☒ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALÍNEA**TEXTO
EMENDA ADITIVA**

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

"Art. 2º Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até 31 de janeiro de 2003.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa."

"Art. O § 4º do art. 3º e o art. 15, **caput**, e respectivo § 3º, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, ainda que de valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensada a apresentação de qualquer outra forma de garantia.


"Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento."

JUSTIFICATIVA

A reabertura do REFIS é uma exigência social e competitiva firmada em acordo do Congresso Nacional e que foi elogiada como uma maneira de reincluir milhares de empresas no sistema de pagamento dos impostos federais. Tal medida foi citada como referência para ser utilizada até mesmo nos pagamentos dos débitos previdenciários por membros da Câmara dos Deputados que hoje ocupam cargos de relevância na República Federativa do Brasil.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101
000007

2 DATA 18/02/2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N. PRONTUÁRIO 454
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
0	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 101, de 30/12/2002:

"Art. O art. 1º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino básico." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda estende a faculdade de opção pelo SIMPLES aos estabelecimentos de ensino básico e não apenas àqueles de ensino fundamental, por questões de isonomia e justiça.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000008**

2	DATA 18/02/2003	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002	
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		5	N. PRONTUÁRIO 454
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 101, de 30/12/2002:

"Art. 1º A Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais)." (NR)

"Art. 4º Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano-calendário, seja superior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais)." (NR)

"Art. 5º

I -

a) até R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais): 3% (três por cento);

b) de R\$78.000,01 (setenta e oito mil reais e um centavo) a R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais): 4% (quatro por cento);

c) de R\$117.000,01 (cento e dezessete mil reais e um centavo) a 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais): 5% (cinco por cento);

II -

a) até R\$312.000,00 (trezentos e doze mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);

b) de R\$312.000,01 (trezentos e doze mil reais e um centavo) a R\$468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais): 5,8% (cinco

- inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$468.000,01 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais e um centavo) a R\$624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
 - d) de R\$624.000,01 (seiscentos e vinte e quatro mil reais e um centavo) a R\$780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
 - e) de R\$780.000,01 (setecentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais): 7% (sete por cento);
 - f) de R\$936.000,01 (novecentos e trinta e seis mil reais e um centavo) a R\$1.092.000,00 (um milhão e noventa e dois mil reais): 7,4% (sete inteiros e quatro décimos por cento);
 - g) de R\$1.092.000,01 (um milhão e noventa e dois mil reais e um centavo) a R\$1.248.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais);
 - h) de R\$1.248.000,01 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais e um centavo) a R\$1.404.000,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais): 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento);
 - i) de R\$1.404.000,01 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais e um centavo) a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais): 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento).

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais), os percentuais a que se referem:

....." (NR)

"Art. 9º

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais);

.....

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao dia da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$13.000,00 (treze mil reais) e R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas frações de meses.

....." (NR)

"Art. 13.

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período.

.....

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A elevação dos limites de que trata esta emenda, em 30%, é necessária para que o incremento da receita bruta das microempresas e empresas de pequeno porte, em decorrência da inflação, não penalize os contribuintes com a exclusão do SIMPLES, como vem ocorrendo.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000009**2 DATA
18/02/20033 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 20024 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR5 N. PRONTUÁRIO
4546
1- ☐ SUPRESIVA 2- ☐ SUBSTITUTIVA 3- ☐ MODIFICATIVA 4- ☒ ADITIVA 9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 101, de 30/12/2002:

Art. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva e em cursos de pós-graduação, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

.....(NR)

"Art. 4ºA. O total dos financiamentos de que trata o art. 4º, por instituição de ensino superior cadastrada, não será inferior, anualmente, ao montante recolhido no ano anterior a título de impostos e contribuições federais.

§ 1º A instituição cadastrada informará anualmente ao MEC, até 31 de janeiro, discriminadamente, o montante recolhido a título de impostos e contribuições federais.

§ 2º No total referido no **caput** serão considerados o valor dos contratos existentes e o financiamento de novos estudantes, por instituição." (NR)

JUSTIFICATIVA

É inegável o sucesso do Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que em apenas dois anos e meio beneficiou 152.000 universitários, com a aplicação de R\$885 milhões. Em 2001, foram 1.102 faculdades participantes, com 19.200 cursos.

O FIES está possibilitando o ingresso de estudantes de situação econômica menos privilegiada em cursos superiores não gratuitos, assim como tornou viável a continuidade e a conclusão de cursos por parte de alunos que não podiam arcar com os respectivos encargos educacionais.

Além do estudantes, o programa beneficia as instituições de ensino, com o aumento das receitas e lucros auferidos, em face do que passam a recolher maiores somas de impostos e contribuições.

A idéia que inspirou este projeto é carrear os recursos assim arrecadados para o financiamento de estudantes no âmbito do FIES, cujo montante, por instituição cadastrada, seria no mínimo igual ao valor dos tributos recolhidos no ano anterior.

Atualmente, segundo informação contida no **"FIES - 2002 Manual do Candidato ao Financiamento Estudantil"**, a mantenedora da IES fixa o valor desejado para o financiamento de seus estudantes e os recursos do FIES são distribuídos por estado e por curso de forma diretamente proporcional à demanda, respeitado o valor fixado pela mantenedora.

Como se vê, não há um parâmetro para o atendimento do valor fixado, relativamente a cada instituição. Por isso, o projeto dispõe que o total dos financiamentos não será inferior ao montante recolhido no ano anterior, a título de impostos e contribuições federais.

Além disso, acrescenta-se a possibilidade de financiamento a alunos de cursos de pós-graduação não gratuitos, que não contam com fonte alguma de financiamento.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 101**000010****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 31/12/02	proposição Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002			
Autor Dep. Moacir Micheletto e outros				
nº do prontuário				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
Acrescenta-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:				
"Art. xº. As cooperativas não se sujeitam às disposições dos arts. 1º ao 7º da Lei 10.637, de 30.12.2002."				
JUSTIFICATIVA				
A Emenda busca corrigir a distorção resultante da aprovação do projeto de lei de conversão da MP 66, de 29.08.2002 na forma do parecer do Relator, Exmo. Dep. BENITO GAMA, e posterior veto presidencial do art. 9º.				
É que Congresso Nacional, ao pretender restaurar o regime de incidência contida no § 1º do art. 2º da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, o fez alterando tanto o art. 9º da MP 66/2002 em sua conversão na Lei 10.637/2002, como retirando a cooperativa do rol de contribuintes previstos no art. 8º da mesma Lei.				
O veto presidencial ao art. 9º à Lei 10.637/2002 prejudicou a restauração pretendida pelo Congresso Nacional. Entretanto, a omissão das cooperativas no art. anterior, tal como constava na redação original da MP 66/2002, tem o condão de impor uma alíquota majorada pelo art. 2º da citada Lei, sem que as cooperativas tenham como deduzir a base de cálculo da contribuição nos termos dos arts. 1º e 3º da mesma. Isso ocorre pelo simples fato de não ocorrer cumulatividade de PIS nas operações realizadas pelas cooperativas, quando realizam atos cooperativos.				
Ora, a majoração da alíquota, na intenção originária do Poder Executivo, tinha por objetivo compensar a perda de receita com as deduções para não cumulatividade na incidência do PIS no processo produtivo. No caso das cooperativas, a resultante das marchas e contramarchas do processo legislativo, foi a de apená-las com um ônus mais gravoso que a incidente sobre outras formas empresariais. Tal situação não somente foge da intenção do Poder Executivo, como efetivamente padece de inconstitucionalidade por inobservância do art. 146, III, c da Carta Magna.				
PARLAMENTAR				
Brasília/DF, 31.12.02				

MPV 101**000011****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 31/12/02	proposição Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002.			
Deputado Silas Brasileiro	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescenta-se, onde couber, artigo à Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Art. xº. As cooperativas não se sujeitam às disposições dos arts. 1º ao 7º da Lei 10.637, de 30.12.2002.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Emenda busca corrigir a distorção resultante da aprovação do projeto de lei de conversão da MP 66, de 29.08.2002 na forma do parecer do Relator, Exmo. Dep. BENITO GAMA, e posterior veto presidencial do art. 9º.</p> <p>É que Congresso Nacional, ao pretender restaurar o regime de incidência contida no § 1º do art. 2º da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998, o fez alterando tanto o art. 9º da MP 66/2002 em sua conversão na Lei 10.637/2002, como retirando a cooperativa do rol de contribuintes previstos no art. 8º da mesma Lei.</p> <p>O veto presidencial ao art. 9º à Lei 10.637/2002 prejudicou a restauração pretendida pelo Congresso Nacional. Entretanto, a omissão das cooperativas no art. anterior, tal como constava na redação original da MP 66/2002, tem o condão de impor uma alíquota majorada pelo art. 2º da citada Lei, sem que as cooperativas tenham como deduzir a base de cálculo da contribuição nos termos dos arts. 1º e 3º da mesma. Isso ocorre pelo simples fato de não ocorrer cumulatividade de PIS nas operações realizadas pelas cooperativas, quando realizam atos cooperativos.</p> <p>Ora, a majoração da alíquota, na intenção originária do Poder Executivo, tinha por objetivo compensar a perda de receita com as deduções para não cumulatividade na incidência do PIS no processo produtivo. No caso das cooperativas, a resultante das marchas e contramarchas do processo legislativo, foi a de apená-las com um ônus mais gravoso que a incidente sobre outras formas empresariais. Tal situação não somente foge da intenção do Poder Executivo, como efetivamente padece de inconstitucionalidade por inobservância do art. 146, III, c da Carta Magna.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília/DF, 31.12.02				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000012**

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	18/02/2003		Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002
4	AUTOR	N.º PRONTUÁRIO	
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	454	
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO
EMENDA ADITIVA

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

"Art. 2º As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/Pasep à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998."

"Art. São isentas da Cofins as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991."

"Art. Os arts. 2º e 3º desta Lei alcançam os fatos geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15 e 16 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, o § 1º do art. 7º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, os §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997."

JUSTIFICATIVA

O acordo firmado quando da aprovação do Projeto de Lei de Conversão da MP 66 em dezembro de 2002 previa o reconhecimento do sistema cooperativo e das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas em ver seu direito líquido e certo ser reconhecido pelas autoridades fazendárias. Recupera-se um tratamento privilegiado ao setor que impulsiona a economia do Brasil.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000013**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	10			

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Aditem-se ao art. da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, os seguintes parágrafos:

§ O disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, não se aplica às operações realizadas em mercados futuros com a finalidade de hedge.

§ Os contribuintes que realizarem as operações referidas no parágrafo anterior poderão deduzir da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP as perdas com ativos financeiros e mercadorias.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 101 estabelece que permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/PASEP em relação `a cooperativas vigentes anteriormente a esta Medida Provisória, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 7º, as pessoas jurídicas referidas no § 6º da Lei nº 9.718/98.

Todavia, esse tratamento perpetua a geração de distorções.

Atualmente, os mercados futuros representam a mais sólida ferramenta de que dispõem agricultores, pecuaristas e outros que desejem proteger-se contra as variações no preço dos seus produtos, funcionando como um verdadeiro seguro de preço.

Na hipótese das operações com a finalidade de *hedge*, o mercado futuro

tem como fundamento básico servir de instrumento para aqueles que querem resguardar-se do risco de oscilação do preço da mercadoria ou taxa, transferindo-o para aqueles que queiram assumi-lo.

O produtor agropecuário, por exemplo, vende sua mercadoria nos mercados futuros visando proteger-se contra eventual queda no preço do produto, fixando um preço de venda que lhe irá garantir um valor adequado.

O mesmo ocorre com o exportador ou o beneficiador. Este, porém, em vez de vender sua produção no mercado futuro, vai ao mercado para comprar contratos futuros.

Tanto no caso do produtor quanto no do exportador, nas operações com a finalidade de *hedge*, só se pode entender o mercado futuro de forma conjunta com o mercado físico, porque o resultado de um sempre é compensado com o resultado do outro.

Por consequência, a tributação pode reduzir ou mesmo anular a pretendida proteção contra a oscilação de preços. Continuar onerando essas operações com a incidência do PIS, sem permitir a compensação de suas perdas, significa inibir ainda mais a cadeia produtiva, bem como reduzir a capacidade competitiva do Brasil no mercado internacional.

Vale ressaltar que o método de tributação proposto por esta emenda aditiva já faz parte do nosso ordenamento jurídico, uma vez que a própria Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, em seu art. 3º, § 6º, faculta às instituições financeiras a possibilidade de, na determinação da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, deduzir ou excluir as perdas com ativos financeiros e mercadorias, em operações de *hedge*.

Tomando-se como base este comparativo, constatamos que a distinção de tratamento tributário nas operações realizadas em mercados futuros entre as instituições financeiras mencionadas no § 6º do art. 3º da Lei 9.718/98 e as demais pessoas jurídicas afronta o princípio constitucional da isonomia, tendo em vista que, nas duas situações, as operações destinam-se à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços ou de taxas, e, da mesma forma, o objeto do contrato negociado está relacionado com as atividades operacionais ou destina-se à proteção de direitos ou de obrigações.

Deve-se frisar, ainda, que a presente proposta não possui o condão de pleitear qualquer tipo de privilégio, mas apenas a igualdade de tratamento.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

1

MPV 101**000014****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6														
1-	<input type="checkbox"/>	SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Adite-se à Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, o seguinte artigo:

Art. Dê-se ao art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, a seguinte redação:

"Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, excluído o produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, dos seguintes percentuais:

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

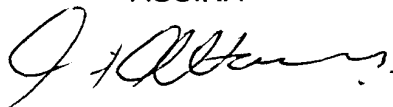
A exclusão do produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, da receita bruta da microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, para efeito de aplicação dos percentuais fixados para o cálculo do valor devido mensalmente, é medida que se impõe como incentivo à exportação, cujo incremento é vital para as contas nacionais, como unanimemente apregoadado.

Além disso, é coerente com o disposto nos arts. 153, § 3º, inciso III, e 155, § 2º, inciso X, a, da Constituição Federal, que determinam, respectivamente, a não incidência do IPI sobre produtos industrializados destinados ao exterior, e do ICMS sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar.

Os ganhos decorrentes da aprovação da emenda resultariam em incrementos da renda e do emprego e, principalmente, no nascimento de uma cultura

de exportação, que começaria de baixo para cima, e que foi objeto dos entendimentos aprovados no plenário do Congresso Nacional em dezembro de 2002, quando da votação do projeto de conversão da MP 66/2002.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 101**000015****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

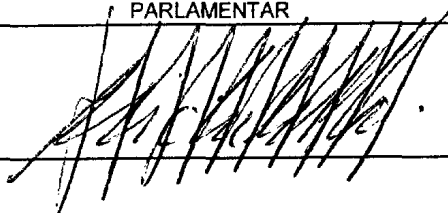
data 31/12/02	proposição Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002			
autor Dep. Moacir Micheletto e outros			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
Acrescente-se onde couber:				
<p>“Art. São isentas da Cofins as sociedades cooperativas, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1971.</p>				
JUSTIFICATIVA				
INCONSTITUCIONALIDADE:				
<ul style="list-style-type: none"> No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, "c"). 				
AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:				
<ul style="list-style-type: none"> A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando. 				
DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:				
<ul style="list-style-type: none"> Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei. 				
COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):				
<ul style="list-style-type: none"> Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade à prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço. Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda. 				

Outras Considerações:

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo o COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados. Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.
- Os argumentos valem também para o PIS/PASEP.
- De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000016**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6														
1-	<input type="checkbox"/>	SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	9-	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL

0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se aos art. da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

"Art. O art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Fica reduzida a zero, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, a alíquota do imposto de renda incidente sobre remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aquelas decorrentes de participação ou patrocínio em exposições, feiras, competições esportivas e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de marcas e produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos". (NR)

JUSTIFICATIVA

O patrocínio individual ou de equipes em competições esportivas de âmbito internacional tem-se revelado como importante instrumento de promoção de produtos brasileiros, assim como outras formas de propaganda realizadas no âmbito desses eventos, que têm contribuído de forma decisiva para a divulgação de marcas brasileiras e a conseqüente abertura ou expansão de mercados consumidores.

Portanto, é justo que se estenda a redução de alíquota prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, às remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento das despesas decorrentes da

participação ou patrocínio em competições esportivas, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos."

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000017**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se aos arts. da Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

"Art. Poderão ser pagos ou parcelados, até o último dia útil de dezembro de 2003, nas condições estabelecidas pelo art. 17 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2003, não vinculados a qualquer ação judicial.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a dispensa de acréscimos legais alcança:

I - as multas, moratórias ou punitivas;

II - relativamente aos juros de mora, exclusivamente, o período até janeiro de 1999, sendo devido esse encargo a partir do mês:

a) de fevereiro do referido ano, no caso fatos geradores ocorridos até janeiro de 1999;

b) seguinte ao da ocorrência do fato gerador, nos demais casos.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, se os débitos forem decorrentes de lançamento de ofício e se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

§ 3º A opção pelo parcelamento referido no caput dar-se-á pelo pagamento da primeira parcela, no mesmo prazo estabelecido para o pagamento integral."

"Art. Os débitos de que trata o art., relativos a fatos geradores vinculados ou não a ações judiciais propostas pelo sujeito passivo contra exigência de imposto ou contribuição instituído após 1º de janeiro de 1999 ou contra majoração, após aquela data, de tributo ou contribuição anteriormente instituído, poderão ser pagos em parcela

única até o último dia útil de dezembro de 2003 com a dispensa de multas moratória e punitivas.

§ 1º Para efeito deste artigo, o contribuinte ou responsável deverá:

a) no caso de fatos geradores vinculados a ações judiciais, comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos a serem pagos na forma do caput, e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações;

b) no caso de débitos decorrentes de lançamento de ofício que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

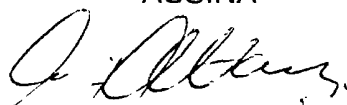
....."

JUSTIFICATIVA

No primeiro art., a presente emenda visa dar tratamento isonômico aos contribuintes que tenham débitos não vinculados a qualquer ação judicial, conferindo-lhes as mesmas condições estabelecidas pelo art. 11 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, para o pagamento ou parcelamento de débitos relativos a tributos e contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2003, relativamente a ações ajuizadas até essa data.

No segundo art., objetiva estender-lhes o benefício instituído pelo dispositivo, relativamente a imposto ou contribuição instituído ou majorado após 1º de janeiro de 1999.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 101**000018**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 101, de 30 de dezembro de 2002

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6							
1- <input type="checkbox"/>	SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA
						9- <input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL

7	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.

JUSTIFICATIVA

É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.

Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.

Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis

podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 101**000019****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
31/12/02proposição
Medida Provisória nº 101, de 30 de dezembro de 2002autor
Dep. Moacir Micheletto e outros

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ **aditiva** 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 62º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente onde couber:

“Art. Os artigos desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001.”

JUSTIFICATIVA**INCONSTITUCIONALIDADE:**

- No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, "c").

AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:

- A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:

- Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

PARLAMENTAR

Brasília

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103**, ADOTADA EM 1º DE JANEIRO DE 2003 E PUBLICADA NO MESMO DIA, MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado ALBERTO FRAGA	003, 014, 023, 038, 046 e 060
Deputado ANDRÉ LUIZ	024, 039, 047 e 061
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	022 e 059
Deputado CARLOS SANTANA	025, 040, 048 e 062
Deputado GONZAGA PATRIOTA	026, 041, 049 e 063
Deputado JAIR BOLSONARO	027, 042, 050 e 064
Deputado JOSÉ CARLOS ARAÚJO	004
Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO	010 e 011
Deputada LAURA CARNEIRO	028, 043, 051 e 065
Deputada LUCI CHOINACKI	037
Deputado LUIZ CARREIRA	054
Deputados NELSON PELLEGRINO e WALTER PINHEIRO	001
Deputado PAUDERNEY AVELINO	006 e 007
Deputado ROBERTO JEFFERSON	029, 044, 052 e 066
Deputado RODRIGO MAIA	008 e 009
Deputada ROSE DE FREITAS	056
Deputado SILAS BRASILEIRO	058
Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN	015
Deputado THOMAZ NONÔ	005 e 057
Deputado WASNY DE ROURE	002, 012, 013, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 055, 067 e 068
Deputada ZULAIÊ COBRA	030, 045, 053 e 069

TOTAL DE EMENDAS: 069

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 2003**MPV 103****000001****EMENDA MODIFICATIVA Nº , de 2003**
(Deps. NELSON PELLEGRINO E WALTER PINHEIRO)

Art. 1º – Substitua-se no **inciso I do Art. 7º**, no **§ 5º do Art. 18**, no **Art. 19**, no **caput** e no **§ único do Art. 20** e no **§ 1º do Art. 25**, da Medida Provisória 103/2003, a designação “Controlador-Geral da União” pela expressão: “Ministro do Controle e da Transparência”.

Art. 2º – Substitua-se, na parte final do **§ único do art. 17**, a palavra “Subcontroladorias” e, no **inciso III do Art. 31**, da Medida Provisória 103/2003, a palavra “Controladorias”, pelo vocábulo “Corregedorias”.

Art. 3º – No **Art. 34, inciso III**, da Medida Provisória 103/2003, substitua-se a designação “Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União” pela expressão: “Ministro de Estado do Controle e da Transparência”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda modificativa visa, nos seus artigos 1º e 3º, a aproximar da sua finalidade a nomenclatura do cargo do mandatário da Controladoria-Geral da União, órgão destinado ao combate da

corrupção, dos desvios e da malversação dos recursos públicos da Federação.

Os tributos, o controle e a transparência se constituem na raiz da construção democrática desde o início de sua experiência universal. A legitimidade do tributo, que viabiliza a democracia, está vinculada à representação da vontade política da sociedade democrática organizada, refletida na histórica afirmação: “*no taxation without representation*” e, principalmente, à idoneidade da realização de todas as formas de políticas públicas.

No mundo do século XXI, esta legitimidade se afirma pelo controle e pela transparência: controle interno que se realiza no âmbito do Poder Executivo e controle externo que, no Brasil, se efetiva na função constitucional do Tribunal de Contas, órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Com efeito, o fruto dos tributos pagos pela população deve ser a sua absoluta correspondência em obras e serviços, melhoria das condições de vida e desenvolvimento econômico e social.

É, portanto, importante transmitir à população, desde a nomenclatura do cargo do Ministro, o sentido democrático de que se reveste a função do controle interno dos atos do serviço público e apontar para o seu objetivo finalístico que é o de conferir transparência aos gastos, aos investimentos e aos serviços públicos que dizem respeito a todos os cidadãos, indistintamente, de forma correta, ética e decente.

Por outro lado, o Art. 2º da presente emenda, pretende corrigir impropriedade redacional. A Medida Provisória nº 103 nomina, ora como “Subcontroladorias” (Art.17), ora como “Controladorias”

(Art. 31), as instâncias internas da Controladoria-Geral da União destinadas, efetivamente, à atividade de correição. Com o fito de unificar a designação, e por entendermos ser mais próprio designa-las, tão somente, por "Corregedorias", é que incluimos, também, esta modificação ao texto da Medida Provisória em apreço.

Sala das Sessões, em 21 de 02 de 2003

Nelson Pellegrino
Líder do PT



Walter Pinheiro
PT/BA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003**EMENDA MODIFICATIVA**

Promova-se, na MP 103, as seguinte alterações de texto:

“Art. 2º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração das ações do Governo, na verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas com as diretrizes governamentais, na publicação e preservação dos atos oficiais, realizar a coordenação política do Governo, o relacionamento com o Congresso Nacional e os partidos políticos, a interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como promover a publicação e preservação dos atos oficiais e bem assim supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e supletivamente da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho do Programa Comunidade Solidária, o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, o **Conselho Superior do Cinema**, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, o Gabinete, duas Secretarias, sendo uma Executiva, até duas quatro Subchefias, e um órgão de Controle Interno.”

“Art. 13. À **Assessoria Especial do Presidente da República** compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, especialmente, realizar estudos e contatos que por ele lhe sejam determinados em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos do Governo; assistir ao Presidente da República, em articulação com o Gabinete Pessoal, na preparação de material de informação e de apoio, de encontros e audiências com autoridades e personalidades nacionais e estrangeiras; preparar a correspondência do Presidente da República com autoridades e personalidades estrangeiras; participar, juntamente com os demais órgãos competentes, do planejamento, preparação e execução das viagens de que participe o Presidente da República; e encaminhar e processar proposições

e expedientes da área diplomática em tramitação na Presidência da República.”

“Art. 26.

§ 2º Integram a estrutura do Gabinete do **Ministro de Estado Extraordinário** de Segurança Alimentar e Combate à Fome, o Conselho do Programa Comunidade Solidária, a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária e até duas Secretarias.”

“Art. 27.....

§ 2º A competência de que trata a alínea “m” do inciso I será exercida pelo **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, quando baseada em recursos do Orçamento Geral da União, e pelo Ministério de Minas e Energia, quando baseada em recursos vinculados ao Sistema Elétrico Nacional.

§ 3º A competência atribuída ao Ministério da Integração Nacional de que trata a alínea “l” do inciso XIII será exercida em conjunto com o Ministério da Defesa.

“Art. 28

§ 1º No Ministério da Fazenda, as funções de Consultoria Jurídica serão exercidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 13 da **Lei Complementar nº 73**, de 1993.

....”

“Art. 29...

.....

XX - do Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, o **Conselho Nacional de Saúde Suplementar** e até quatro Secretarias;

...

§ 4º Ao Conselho de Articulação de Programas Sociais, presidido pelo **Ministro de Estado da Assistência e Promoção Social** e composto na forma estabelecida em regulamento pelo Poder Executivo, compete apreciar previamente as propostas de criação, ampliação ou alteração de programas sociais mantidos pelo Governo Federal, bem como propor mecanismos de articulação e integração de programas sociais e acompanhar a sua implementação.”

“Art. 32

.....

II - da Casa Civil da Presidência da República, relativas ao Programa Comunidade Solidária, para o Gabinete do **Ministro de Estado Extraordinário** de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

III - da Secretaria de Imprensa e Divulgação do **Gabinete do Presidente da República** para a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República;

.....”

“Art. 33.

I - da Casa Civil da Presidência da República, o Conselho do Programa Comunidade Solidária e sua Secretaria-Executiva, para o Gabinete do **Ministro de Estado Extraordinário** de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

.....”

“Art. 39

Parágrafo único. A remuneração dos cargos de natureza especial referidos nos incisos I e III é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

“Art. 47. O Poder Executivo disporá, em decreto, na estrutura regimental dos Ministérios, dos órgãos essenciais, dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República, da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, da **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República**, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e da Controladoria-Geral da União da Presidência da República, sobre as competências e atribuições, denominação das unidades e especificação dos cargos.”

“Art. 48. A estrutura dos órgãos essenciais, dos órgãos de assessoramento direto e imediato ao Presidente da República, da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, da **Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca**, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Controladoria-Geral da União da Presidência da República e dos Ministérios de que trata esta Medida

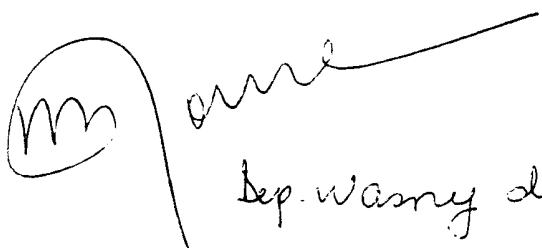
Provisória será implementada sem aumento de despesa, observados os quantitativos totais de cargos em comissão e funções de confiança e a despesa deles decorrente, vigentes em 31 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas por esta Medida Provisória.”

“Art. 54. O **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher** será presidido pelo titular da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e terá a sua composição, estruturação, competências e funcionamento revistos por meio de ato do Poder Executivo, a ser editado até 30 de junho de 2003.”

JUSTIFICAÇÃO

A MP 103, ao consolidar a legislação sobre a estrutura do Poder Executivo, cometeu algumas imprecisões terminológicas e de remissão, que merecem ser corrigidas para que não parem dúvidas quanto ao seu escopo e sistematização. A presente emenda visa superar tais incorreções redacionais, sem qualquer alteração quanto ao mérito da mesma.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Wasmey de Figueiredo
PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 2003-02-24

Dispõe sobre a organização da
Presidência da República e dos
Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do *caput* do Art. 6º da Medida Provisória as expressões “coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação” e “Agência Brasileira de Inteligência – ABIN”.

JUSTIFICATIVA

A ABIN – Agência Brasileira de Inteligência foi criada exatamente para assessorar o Presidente da República nas atividades de inteligência, coordenando essas atividades e a segurança das informações. Essa era a previsão da lei aprovada pelo Congresso Nacional.

Igualmente, aquela lei previa que a Abin seria um órgão de natureza civil, diretamente ligada ao Presidente da República, como assessoria. Essas previsões eram necessárias para se fortalecer as atividades de inteligência no país, afastando a administração militar que, por intermédio do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, seria a encarregada da inteligência militar. Obviamente, em caso de necessidade, haveria, como realmente existe, coordenação e cooperação entre a Abin e os órgãos de defesa nacional.

Ocorre que o Congresso Nacional foi enganado, pois nem bem a lei foi sancionada e sofreu modificação por medida provisória, alterando esses pontos fundamentais. Primeiro, subordinou-se a Abin ao Gabinete de Segurança Institucional, indevidamente, posto que era órgão de assessoria direta; segundo, transformou-a em órgão militar, já que, conforme o § 2º do art. 25 da Medida Provisória, prevê que o cargo de Ministro-Chefe do GSI é privativo de oficial general das Forças Armadas.

Essas alterações foram alvos de protestos dos integrantes do Partido dos Trabalhadores, então minoria no Congresso Nacional. Lamentavelmente, o

mesmo partido que criticou a militarização da atividade de inteligência no país insiste no erro ao corroborar medida tão perniciosa para a democracia. Às Forças Armadas deve ser reservada a inteligência militar, pois lhes é missão própria a defesa da pátria, mas não a inteligência financeira, policial etc, essas devem ser de um órgão civil.

Assim, a presente emenda busca trazer de volta o espírito democrático que norteou a aprovação da lei que criou a Abin como órgão civil de assessoria direta do Presidente da República.

24/02/2003



DEPUTADO ALBERTO FRAGA
PMDB - DF

MPV 103

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103
------	--

autor JOSE CARLOS ARAÚJO	nº do prontuário
-----------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página	Artigo 8º	Parágrafo 1º	Inciso IV	alínea
--------	-----------	--------------	-----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º, §1º, IV, a seguinte redação:

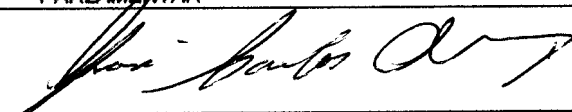
IV – por oitenta e dois cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, 41 designados pelo Presidente da República e 41 eleitos pelo Congresso Nacional, para mandatos de dois anos, facultada a recondução.

Justificação

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social objetiva a constituição de mais um fórum de discussão dos problemas brasileiros. Nesse sentido, ele deve ter a representatividade suficiente para fazer frente às profundas necessidades apresentadas pela sociedade. Diante de tão importante tarefa, sugere-se que tal conselho tenha constituição semelhante ao Conselho da República, em que os cidadãos que o integram são parte nomeados pelo Presidente da República, parte eleitos pela Câmara dos Deputados e parte eleitos pelo Senado Federal.

A raiz do argumento, em suma, é que tão legítimo quanto o presidente para indicar nomes para o Conselho, o é também o Congresso Nacional. De fato, na busca dos interesses da nação, é condição necessária a concertação dos poderes da República, o Executivo e o Legislativo.

PARLAMENTAR



MPV 103

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição

Medida Provisória nº 103

THOMAZ NONO^{autor}

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☒ Substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 8º

Parágrafo 1º

Inciso IV

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 8º, §1º, IV, a seguinte redação:

IV – por oitenta e dois cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República a partir de lista produzida pelo Congresso Nacional.

Justificação

Os objetivos listados nas competências do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social são indubitavelmente importantes para a nação brasileira. A busca de tão profundas transformações exige todo o esforço da República, a concertação de objetivos e vontades entre o Poder Executivo e o Legislativo, poderes que dão forma e ação aos desígnios da população

Vislumbrando o natural contato futuro entre o Conselho e o Poder Legislativo, para onde confluem todas as iniciativas de modificação da realidade econômica e social brasileira, a emenda apresentada busca já antecipar esse relacionamento, abrir portas para o diálogo imediato entre os representantes da sociedade civil e os representantes legitimamente eleitos e constituintes da democracia brasileira erigida na Constituição Federal.

A forma que se propõe dar ao Conselho, por fim, facilitará sobremaneira o andamento das reformas constitucionais que o Brasil precisa, pois o diálogo entre as propostas de reforma e o Poder Legislativo já estará iniciado.

PARLAMENTAR

MPV 103

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03
------	---

autor PAUDERNEY AVEZINDO	nº do prontuário
-----------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 8º	Parágrafo 1º	Inciso IV	alínea
--------	-----------	--------------	-----------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso IV do § 1º do art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 1º

IV por oitenta e dois cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada uma recondução e **respeitada a paridade entre representantes de empregados e empregadores.**”

Justificativa

Por sua finalidade, exaustivamente divulgada pela mídia e expressa no caput do artigo em apreço, o Conselho deve ser composto de forma a propiciar maior equilíbrio entre patrões e empregados, a fim de que suas deliberações reflitam melhor as aspirações de uma sociedade heterogênea como a nossa. Além do mais, não haveria qualquer ineditismo no tocante à composição proposta. No passado, o Conselho da Economia Nacional, instituído pela Carta de 1937, como o de agora para opinar sobre os projetos do governo de interesse da economia nacional, deveria ter representação paritária entre patrões e empregados. É certo que a Carta nunca chegou a ser observada em sua plenitude, mas o que ela continha de positivo nessa parte pode ser resgatado, com as adaptações que nos novos tempos impõem, como se faz em relação ao órgão recém-criado.

PARLAMENTAR



MPV 103

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03			
autor PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 8º	Parágrafo 1º	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescente-se ao § 1º do art. 8º o seguinte inciso IV, renumerando-se o atual:

“Art. 8º.

§ 1º

V. pelos ex-Presidentes da República que não tenham sido destituídos nem renunciado ao cargo.

Justificativa

O Conselho pretendido não pode prescindir da experiência dos ex-Presidentes da República que tenham concluído seu mandato constitucional. A participação deles na vida pública do País, como aqui proposto, além de extremamente valiosa e enriquecedora, não seria invenção brasileira. Na França, por exemplo, os ex-Presidentes integram o Conselho Constitucional, responsável, entre outras coisas, pelo controle prévio da constitucionalidade das leis; em Portugal, compõem o Conselho de Estado, que tem entre suas atribuições aconselhar o Presidente da República no exercício de suas funções; na Itália, são senadores vitalícios, modelo, aliás, que alguns pretenderam adotar aqui, inobstante sua incompatibilidade com o texto constitucional.

PARLAMENTAR



MPV 103

000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03
autor RODRIGO MAIA	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 8º	Parágrafo 1º	Inciso	alinea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao § 1º do art. 8º o seguinte inciso:

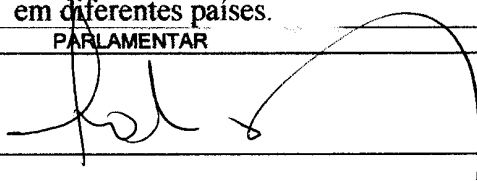
“Art. 8º
§ 1º
.....

V - oitenta e dois cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República, mediante indicação das Casas do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, facultada uma recondução e respeitada a paridade entre representantes dos empregados e dos empregadores.”

Justificativa

A emenda modifica a proposição em dois pontos: 1) altera a composição do Conselho, incluindo nele membros indicados pelo Congresso Nacional; 2) impõe a igualdade entre representantes dos empregados e dos empregadores também em relação aos conselheiros indicados pelo Parlamento. Nos dois casos, a emenda visa fortalecer a representatividade do órgão e facilitar o debate de suas propostas quando enviadas ao Legislativo pelo Presidente da República. Com a mudança, em vez de oitenta e dois, órgão terá cento e sessenta e quatro cidadãos sem cargo ou função no governo, número ainda muito aquém do Conselho francês, com 231 componentes e considerado como o mais eficiente dentre os já existentes em diferentes países.

PARLAMENTAR



MPV 103

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03
autor RODRIGO MAIA	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página	Artigo 8º	Parágrafo 1º	Inciso	alínea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao § 1º do art. 8º do seguinte inciso:

“Art. 8º

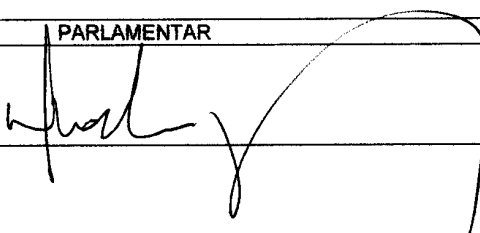
§ 1º

V - por oitenta e dois cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes, maiores de idade, de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República, **mediante indicação das Casas do Congresso Nacional**, para mandato de dois anos, facultada uma recondução.”

Justificativa

Embora concebido como órgão de assessoramento do Presidente da República, o Conselho pretendido deve atuar em sintonia com o Parlamento, inclusive para facilitar o debate das diferentes matérias sobre as quais certamente será convocado a opinar. Além do mais, a indicação de membros pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, em quantidade igual ao dos conselheiros escolhidos pelo Presidente da República dará, com certeza, maior representatividade ao órgão.

PARLAMENTAR



MPV 103

000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03			
autor JOSE CARLOS MACHADO	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 8º	Parágrafo 7º	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 7º do art. 8º a seguinte redação:

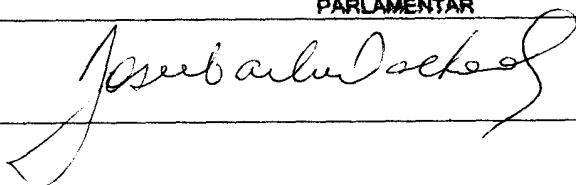
“Art. 8º

§ 7º A participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social será considerada função relevante e sem ônus para os cofres públicos.”

Justificativa

Ao excluir apenas a possibilidade de remuneração dos conselheiros, supõe-se que o texto da MP tenha dito menos do que pretendeu, posto que permite uma série de outras concessões, como pagamento de passagens, hotel, com sacrifício para os cofres públicos. A emenda visa afastar essa hipótese, evitando interpretações que impliquem dispêndio de dinheiro público para custeio das reuniões que forem convocadas.

PARLAMENTAR



MPV 103

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103/03
autor JOSE CARLOS MARCHADO	nº do prontuário

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	---	---

Página	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 8º o seguinte parágrafo:

“Art. 8º.
.....

§ 8º É vedada a participação de conselheiro vinculado a pessoa jurídica em débito com a Receita Federal ou com a Previdência Social na apreciação de matérias pertinentes a essas áreas.”

Justificativa

A emenda tem caráter eminentemente ético. Objetiva, acima de tudo, preservar o próprio Conselho de explorações ou especulações que ponham em dúvida a seriedade de seus trabalhos.

PARLAMENTAR

Jose Carlos Marchado

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003

MPV 103

EMENDA MODIFICATIVA

000012

Dê-se ao art. 17 a seguinte redação:

"Art. 17. À Controladoria-Geral da União compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, às atividades de ouvidoria-geral e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. A Controladoria-Geral da União tem, em sua estrutura básica, o Gabinete, a Assessoria Jurídica, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, a Comissão de Coordenação de Controle Interno, a Subcontroladoria-Geral, a Ouvidoria-Geral da República, a Secretaria Federal de Controle Interno e até três Corregedorias.

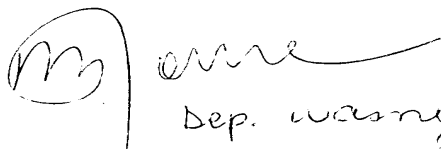
JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista o disposto no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o incremento da transparência da gestão no âmbito do Governo Federal deve ser incluído como tarefa a ser desempenhada pela Controladoria-Geral da União, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos que têm competências de natureza orçamentária e financeira. Ademais, a alteração da denominação das Corregedorias da CGU para Subcontroladorias é imprópria, face às competências dessas unidades no tocante à atividade de correição, que não se confunde com as atividades de controle, próprias da Secretaria Federal de Controle Interno.

Finalmente, propõe-se incluir na estrutura da CGU o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão a ser integrado por representantes de entidades da sociedade civil e do Poder Público ao

qual caberá apreciar medidas de combate à corrupção e ampliação da responsabilização dos agentes públicos e transparência dos atos de gestão, permitindo avanços significativos nessa área.

Sala das Sessões,


Dep. Wany de Azevedo

PT/DF

MPV 103

000013

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 24 a seguinte redação:


“Art. 24.

Parágrafo único. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos tem, como estrutura básica, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Gabinete e até três Subsecretarias.

JUSTIFICAÇÃO

Em 13 de maio de 2002, por meio do Decreto nº 4.226, foi criado o Conselho Nacional de Promoção do Direito à Alimentação - CNPDA, e dá outras providências, órgão consultivo da estrutura básica do Ministério da Justiça. Embora tal iniciativa tenha sido inadequadamente formulada, não integrando legalmente a estrutura do Poder Executivo, a iniciativa merece ser aproveitada, notadamente em vista da importância do tema e de sua relação com as demais áreas de governo que tratam da questão no atual Governo. Assim, a presente emenda visa institucionalizar esse conselho, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dando ao Presidente da República instrumentos para sua efetiva implementação.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Wany de Azevedo
PT/DF

MPV 103**000014****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 2003-02-24**

Dispõe sobre a organização da
Presidência da República e dos
Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA

Dê ao § 2º do art. 25 da Medida Provisória a seguinte redação:

“O cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República é de natureza militar e privativo de Oficial-General do último posto das Forças Armadas”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva restaurar a constitucionalidade da Medida Provisória, posto que a previsão atual do dispositivo em comento afronta direta e “mortalmente” a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, princípios vitais de tais instituições, assegurados pela Constituição.

Isso se dá porque a MP em epígrafe comete o mesmo erro da sua antecedente, feita nos moldes pessoais do antigo ocupante do cargo que, num gesto raro entre os oficiais das Forças Armadas, criou esse dispositivo que ficou conhecido como “Lei Cardoso”, pois só o beneficiava.

Esperava-se que tal dispositivo fosse extinto, mas o Governo repetiu esse absurdo. Nos anos anteriores as Forças Armadas foram submetidas a vexames em razão dessa previsão, pois o então ocupante do cargo era General-de-Brigada com status de ministro e os Comandantes das Forças Singulares eram, e são, subordinados a ministros. Assim, evitava-se que o Ministro do GSI comparecesse a solenidades, por exemplo, pois, como ministro teria precedência aos generais do último posto, mas, na hierarquia militar era-lhes subordinado.

As forças Armadas merecem respeito e isso se dá assegurando-lhes o cumprimento dos seus princípios, como os da hierarquia e disciplina, afrontados nesse medida provisória.

24/02/2003



DEPUTADO ALBERTO FRAGA
PMDB - DF

MPV 103
000015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003.

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____

Dê-se ao item II, do artigo 25, a seguinte redação:

II – “da *Assistência Social*”.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo alterar a denominação do ministério que acolhe uma das áreas mais importantes e estratégicas na agenda de combate à pobreza do atual governo, qual seja a política de assistência social. Pela proposta, o designado na Medida Provisória de nº1/2003 como *Ministério de Assistência e Promoção Social*, passa à denominação de *Ministério da Assistência Social*, pelas razões que seguem:

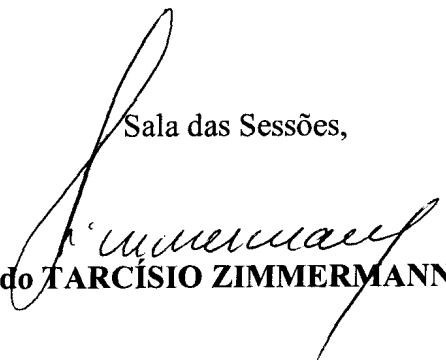
1. O marco legal que estabelece, de forma inovadora e potencialmente emancipatória, o direito à assistência social no Brasil tem sua origem no Título VIII - Da Ordem Social - na Constituição Federal de 1988 (sobretudo os artigos 194, 203 e 204) e encontra regulamentação na Lei Orgânica da Assistência Social – Lei 8742/93. Integrante do sistema público e universal de seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, a assistência social, ganha reconhecimento inédito e absolutamente fundamental, quando projeta a expansão e consolidação da cidadania para todos os brasileiros;

2. Este reconhecimento visa estender o direito à seguridade social a todos (as) os (as) brasileiros (as) e, sobretudo, a todos aqueles que estão descobertos da proteção previdenciária pela inserção precária ou pela exclusão do mercado de trabalho formal e ainda aos cidadãos que, por alguma contingência, encontrem-se em situação de vulnerabilidade social. Tal afirmação legal reconfigura a assistência social em um novo patamar em termos da sua abrangência e significado, por reconhecer o direito à população a um conjunto de benefícios, serviços, programas e projetos até então residualmente implementados ou negligenciados, todos eles fundamentais no contexto do enfrentamento ao quadro de barbárie social e aos insuportáveis índices de miséria e de exclusão;
3. O movimento social organizado em torno desta luta já vem afirmando há mais de 10 anos a absoluta necessidade de Ministério próprio para esta área, que, ao menos do ponto de vista da estrutura, produzisse uma mínima equiparação entre as políticas correlatas ao sistema da seguridade social;
4. Ao mesmo tempo, a sociedade civil organizada, os gestores governamentais e todo o debate acadêmico vem propugnando a correta denominação dos órgãos públicos responsáveis pela área, o que pode ser comprovado nos relatórios das três Conferências Nacionais de Assistência Social, sempre fundamentados no Artigo 194 da Constituição Federal de 1988 que diz: *"a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde , à previdência e à assistência social."* Trata-se de afirmar que a política de assistência social não pode ser confundida com os preconceitos e distorções produzidas pelo assistencialismo e clientelismo que, diga-se de passagem, são características estruturais do Estado brasileiro, em sua versão patrimonialista e antidemocrática, até então predominante nas distintas conjunturas políticas. Esta é uma herança pesada: de um lado, herda o desprestígio de seus usuários – que longe de serem reconhecidos como sujeitos de direitos são relegados ao lugar da destituição, da exploração, da subalternização; de outro, sofre a tentativa de concorrência de outras áreas, a partir de uma espécie de ânsia de “modernização” das áreas sócio-assistenciais/ por alguns *experts* , os chamados novos “engenheiros” das políticas públicas;

5. É possível que estas razões expliquem as diferentes denominações dos órgãos executores da política de assistência social, onde a nomenclatura correta é substituída por **denominações estranhas ao marco legal e do direito social consignado**. Assim sucedem-se denominações como "*inclusão social*", "*ação social*", "*promoção social*" entre tantas outras, que ofuscam a referência clara e explícita ao direito e à política pública consignada no sistema de seguridade social.

A aprovação da presente emenda contribuirá para caracterizar de forma imediata e politicamente adequada o Ministério e para a afirmação do estatuto da assistência social enquanto direito da população, obrigação do Estado e, sobretudo, instrumento fundamental para a conquista da dignidade e da cidadania para os milhões de brasileiros que nunca alcançaram a acolhida devida para os seus direitos.

Sala das Sessões,


Deputado TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

MPV 103**000016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 27, inciso XII, alínea "c", a seguinte redação:

"Art. 28.

.....

XII - Ministério da Fazenda:

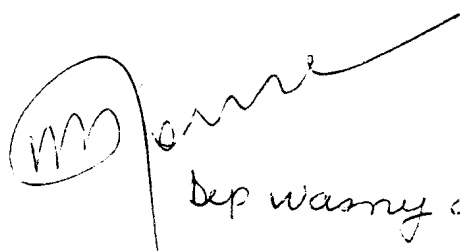
...

c) administração financeira e contabilidade públicas;

JUSTIFICAÇÃO

A MP 103, ao consolidar a legislação sobre a estrutura do Poder Executivo, cometeu incorreção ao manter nas competências do Ministério da Fazenda as atividades de controle interno e auditoria, que passaram à esfera de competência da Controladoria-Geral da União. A presente emenda, de caráter formal, visa superar esse problema.

Sala das Sessões, 22/02/03



Dep. Wasmey de Almeida
PT/DF

MPV 103**000017****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Altere-se, na Medida Provisória nº 103, os seguintes dispositivos:

Art. 27, inciso XXI:

"Art. 27

.....

XXI -

h) cooperativismo e associativismo urbanos;

....."

Art. 29, inciso XXI:

"Art. 29

.....

XXI - do Ministério do Trabalho e Emprego, o Conselho Nacional do Trabalho, o Conselho Nacional de Imigração, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, **o Conselho Nacional de Economia Solidária e até quatro Secretarias;**"

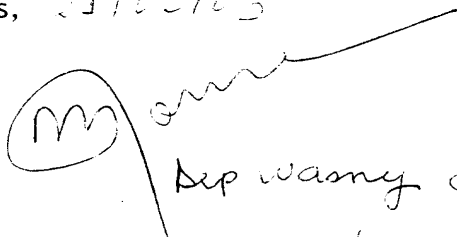
....."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dar ao Ministério do Trabalho e Emprego condições para que sua reestruturação possa contemplar a criação de novos órgãos, adequados às competências que propomos incluir no artigo 27, referentes ao cooperativismo e associativismo urbanos, cuja importância é cada vez maior no mundo do trabalho, em face das novas dinâmicas sociais. Além disso propomos a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão que permitirá ao Ministério avançar no rumo da ampliação da participação da cidadania no crescimento e desenvolvimento econômico por meio empreendimentos autogestionados, em que patrões e

empregados administram em conjunto o empreendimento, assim como o estímulo à organização cooperativa e ao microcrédito.

Sala das Sessões, 23/02/03


Dep. Wasmey de Roure
PT/DF

MPV 103
000018

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao § 3º do art. 28, a seguinte redação:

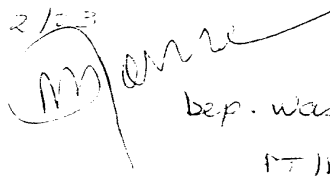
“Art. 28.
.....

§ 3º Poderá haver na estrutura básica de cada Ministério, vinculado à Secretaria-Executiva, um órgão responsável pelas atividades de administração de pessoal, material, patrimonial, de serviços gerais, de orçamento e finanças, de contabilidade e de tecnologia da informação e informática. ”

JUSTIFICAÇÃO

A redação do art.28, em seu § 3º, deixou de considerar, como atividade autônoma e cuja importância na gestão é cada vez maior, das atividades de tecnologia da informação e informática. No atual contexto tecnológico, tais atividades não podem ser consideradas meros “apêndices” da área de serviços gerais ou de recursos logísticos, sendo necessária sua explicitação. Também foi omitida a contabilidade pública, igualmente relevante, notadamente quando se trata de cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à transparência, registro e controle dos atos da administração. Ademais, a Lei 10.180 incluiu essa competência no âmbito das Secretarias-Executivas, sendo necessária a retificação ora proposta.

Sala das Sessões, 23/02/03


Dep. Wasmey de Roure
PT/DF

MPV 103**000019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

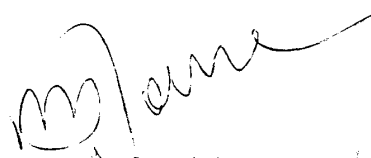
Dê-se ao inciso IV do art. 29 a seguinte redação:

IV - do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Informática e Automação, a **Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia**, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Instituto Nacional de Tecnologia, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, o Centro de Pesquisas Renato Archer, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Centro de Tecnologia Mineral, o Laboratório Nacional de Astrofísica, o Laboratório Nacional de Computação Científica, o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Observatório Nacional, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e até quatro Secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Coordenação de Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia foi criada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, no âmbito do MCT. Contudo, a MP 103, ao consolidar a estrutura dos ministérios, não registrou essa previsão legal. A presente emenda visa superar essa deficiência, afastando dúvidas quanto à existência da Comissão.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Wally de Souza
PT/DF

MPV 103**000020****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso IX do art. 29 a seguinte redação:

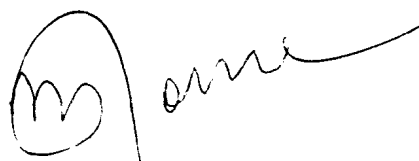
Art. 29.

IX - do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, a Câmara de Comércio Exterior e até quatro Secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.216-37, ao criar a Câmara de Comércio Exterior, em substituição à extinta Câmara de mesmo nome do Conselho de Governo, omitiu-se quanto à vinculação dessa Câmara ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Sendo essa Câmara órgão da estrutura do MDIC, e sendo seu presidente o titular dessa pasta, impõe-se a correção proposta pela presente emenda.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Wassy de Souza
PT/DF

MPV 103**000021****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 29, inciso XII, a seguinte redação:

"Art. 29.

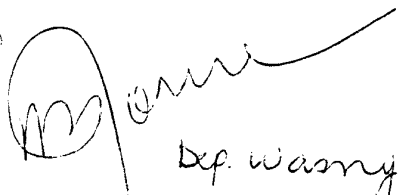
.....

XII - do Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Política Fazendária, o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados, o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, a Câmara Superior de Recursos Fiscais, os 1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes, o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, o Comitê Brasileiro de Nomenclatura, o Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Escola de Administração Fazendária e até seis Secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A MP 103, ao consolidar a legislação sobre a estrutura do Poder Executivo, cometeu incorreção ao manter na estrutura do Ministério da Fazenda a Comissão de coordenação do Controle Interno, que passou a integrar a estrutura da Controladoria-Geral da União. A presente emenda, de caráter formal, visa superar esse problema.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Wasmey de Resende
PT/DF

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 103

000022

1	DATA 21/02/2003	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103 /2003
4	AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	5	Nº PRONTUÁRIO 337
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA 1/1	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Acrescente-se no parágrafo 14.º do artigo 29 com a seguinte redação:

Art. 29 -.....

.....

XIV

§

§

§

§

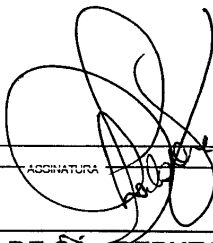
§

§ 5.º - Integra ainda a estrutura do Ministério da Justiça o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988 elevou a Polícia Ferroviária à condição de Polícia Ferroviária Federal Art. 144 Capítulo da Segurança Pública – Inserir alínea D do art. 27 desta Medida Provisória.

Dia que a área de competência do Ministério da Justiça os assuntos referentes à polícia ferroviária federal, portanto é imprescindível que o Departamento de Polícia Ferroviária Federal faça parte do Ministério da Justiça



ASSINATURA

ARNALDO FARIA DE SÁ - DEPUTADO FEDERAL - SP

MPV 103**000023****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado ALBERTO FRAGA	Nº do prontuário 408			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, **o Departamento de Polícia Ferroviária Federal**, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

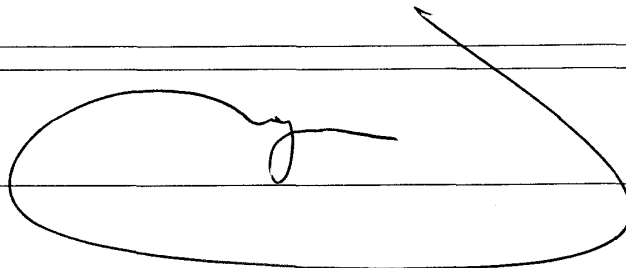
JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.

As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000024****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

proposição

Medida Provisória nº 103 de 01 de Janeiro de 2003

autor

Deputado André Luiz

nº do prontuário

2871 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o **Departamento de Polícia Ferroviária Federal**, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

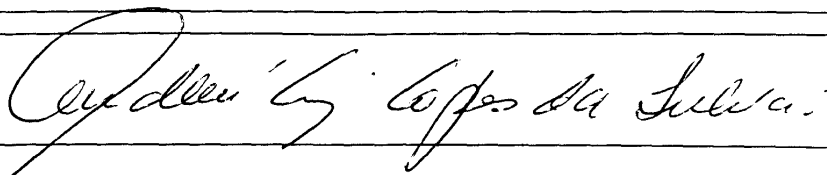
JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.

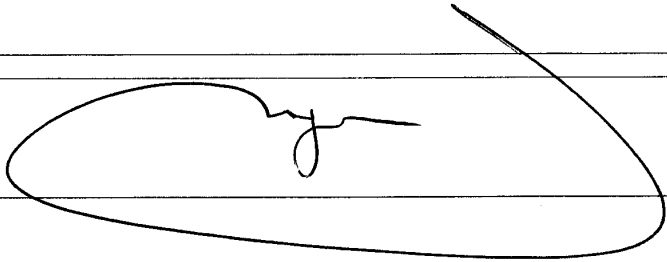
As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000046****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ALBERTO FRAGA	nº do prontuário 408			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:</p> <p>III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.</p>				
PARLAMENTAR Brasília 				

MPV 103**000026****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

proposição

Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor

Deputado Gonzaga Patrióta

nº do prontuário

1431 ☐ Supressiva2. ☐ substitutiva3. ☐ modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.

As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**000027****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data

proposição

Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor

Deputado Jair Bolsonaro

nº do prontuário

3021 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, **o Departamento de Polícia Ferroviária Federal**, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, inciso III, § 3º, a existência legal da Polícia Ferroviária Federal estando, assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: rodoviário, ferroviário e fluviais.

As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigi esta omissão.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000028****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada Laura Carneiro	nº do prontuário 311			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**Emenda Modificativa**

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

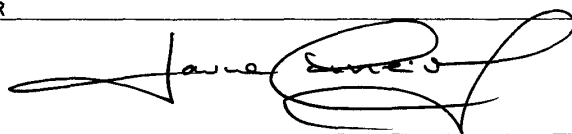
JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.

As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103

000029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição

Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor

Deputado Roberto Jefferson

nº do prontuário

323

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Modificativa

O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:

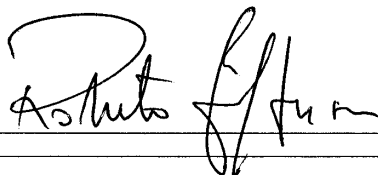
Art. 29.....

XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.

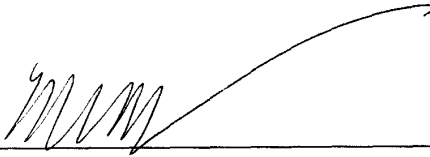
As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.



PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**000030****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ZULAIÊ COBRA	nº do prontuário 398			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Emenda Modificativa				
<p>O Inciso XIV do Artigo 29, desta Medida Provisória, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>Art. 29.....</p> <p>XIV – do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, a Defensoria Pública da União e até cinco secretarias;</p>				
JUSTIFICAÇÃO				
<p>A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a existência legal da Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, assegurada a missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais.</p> <p>As organizações policiais estão subordinadas ao Ministério da Justiça. Contudo a Polícia Ferroviária Federal não está contemplada nem nesse nem em outro Ministério. Cumpre corrigir esta omissão.</p> <div style="text-align: right; margin-top: 20px;"></div>				
PARLAMENTAR				
Brasília				

MPV 103**000031****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso XV do art. 29 a seguinte redação:

Art. 29.....

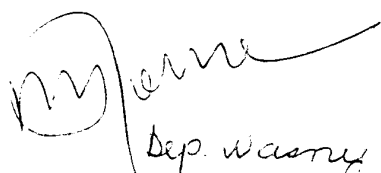
XV - do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético**, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente e até cinco Secretarias;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A MP 103 omitiu, na redação do art. XV, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão deliberativo da estrutura do Ministério do Meio Ambiente criado pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2002, que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.” Trata-se de omissão que requer correção no texto da norma em questão, para que não parem dúvidas sobre a validade da existência do referido Conselho.

Sala das Sessões, 25/02/03


Dep. Wasmey de Figueiredo
PT/DF

MPV 103**000032****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso XX do art. 29 a seguinte redação:

Art. 29.....

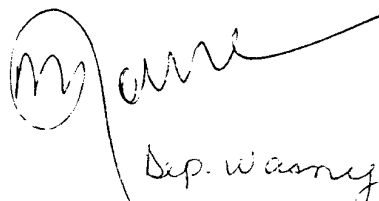
XX - do Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho de Saúde Suplementar e até cinco Secretarias;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Saúde, face aos novos desafios que deve enfrentar, precisa ser reestruturado, mediante a aprovação, por ato do Presidente da República, de uma nova estrutura que contemple a totalidade de suas competências. A presente emenda visa ampliar a prerrogativa do Presidente da República permitindo que essa estrutura possa contemplar até cinco secretarias, em vez das quatro atualmente prevista na Medida Provisória.

Sala das Sessões, 21/02/03



Dep. Wally de Faria

PT/BF

MPV 103**000033****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 29, inciso XXII, a seguinte redação:

“Art. 29.

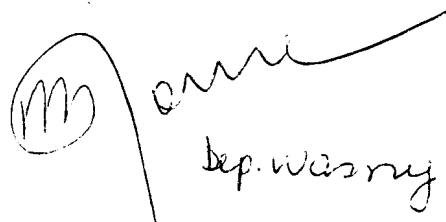
.....

XXII - do Ministério dos Transportes, até três Secretarias;

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Federal de Transportes Ferroviários perdeu a sua função com a instalação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que foi criada pela Lei nº 10.233, de 2001. Apesar do veto presidencial ao dispositivo que explicitava essa extinção, esse órgão acha-se, de fato, desativado no Ministério dos Transportes, sendo portanto necessária a correção proposta nesta emenda.

Sala das Sessões, 24/12/03


Dep. Wasmug de Figueiredo
PT / DF

MPV 103**000034****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Inclua-se, no art. 30, o seguinte inciso, dando-se nova redação ao parágrafo único do artigo:

"Art. 30.

.....

XI - o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

XII - o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação.

XIII - o Conselho Nacional de Economia Solidária

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a composição e funcionamento dos Conselhos referidos nos incisos I, II, VIII, IX, XI, XII e XIII. .

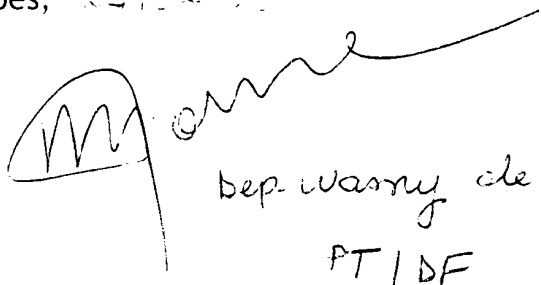
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa compatibilizar o art. 30 com a emenda proposta ao art. 27, que propõe incluir na estrutura da CGU o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão a ser integrado por representantes de entidades da sociedade civil e do Poder Público ao qual caberá apreciar medidas de combate à corrupção e ampliação da responsabilização dos agentes públicos e transparência dos atos de gestão, permitindo avanços significativos nessa área.

Propõe-se, ainda, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, órgão que permitirá ao Ministério avançar no rumo da ampliação da participação da cidadania no crescimento e desenvolvimento econômico por meio de empreendimentos autogestionados, em que patrões e empregados administram em conjunto o empreendimento, assim como o estímulo à organização cooperativa e ao microcrédito.

Ademais, inclui-se a previsão de existência legal do Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação, órgão criado pelo Decreto nº 4.226, de maio de 2002 no âmbito do Ministério da Justiça, mas que passará a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Sala das Sessões, 21/02/2003



Dep. Wasmu de Souza
PT/DF

MPV 103

000035

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso III do art. 31a seguinte redação:

Art. 31. São transformados:

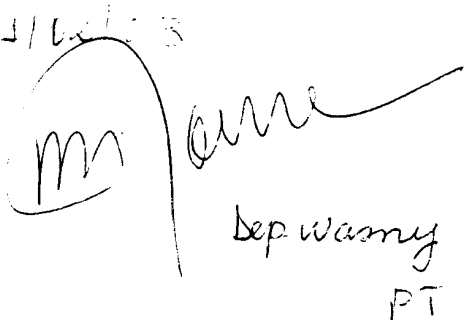
.....

III - A Corregedoria-Geral da União e sua Subcorregedoria-Geral, respectivamente, em Controladoria-Geral da União e Subcontroladoria-Geral da União, mantidas as suas Corregedorias.;

JUSTIFICAÇÃO

Conforme já exposto em emenda ao art. 17, a alteração da denominação das Corregedorias da CGU para Subcontroladorias é imprópria, face às competências dessas unidades no tocante à atividade de correição, que não se confunde com as atividades de controle, próprias da Secretaria Federal de Controle Interno. A presente emenda visa alterar o art. 31, III para promover essa correção.

Sala das Sessões, 21/02/2003



Dep. Wasmu de Souza
PT/DF

MPV 103**000036****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao art. 32, inciso IX, a seguinte redação:

Art. 32.

IX - do Ministério da Justiça, relativas a direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias, à defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária e ouvidoria-geral dos direitos humanos, para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

.....

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista terem sido mantidas as questões relacionadas aos índios no Ministério da Justiça, não se justifica a transferência da competência relativa a direitos dos índios para a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ademais, em sentido amplo, o termo "minorias" já integra a totalidade das etnias e grupos sociais minoritários, em relação a direitos humanos de competência da SEDH.

Sala das Sessões, 25/02/03



Dep. Wany de Roure

FT/BF

MPV 103

000037

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso III do art. 34 a seguinte redação:

Art. 34. São transformados os cargos:

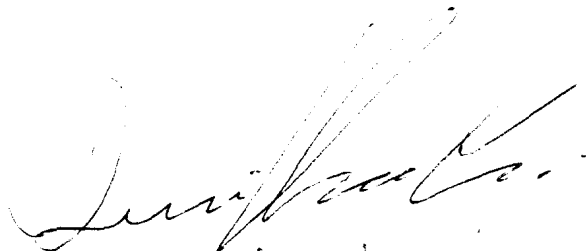
.....

III - de Ministro de Estado Corregedor-Geral da União em Ministro de Estado de Controle e Transparência, Chefe da Controladoria-Geral da União;

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ajustar o nome do cargo em que o Ministro de Estado Chefe titular da Controladoria-Geral da União deve ser investido, dando-lhe denominação mais adequada a sua missão de promover o controle e a transparência das ações do Governo Federal.

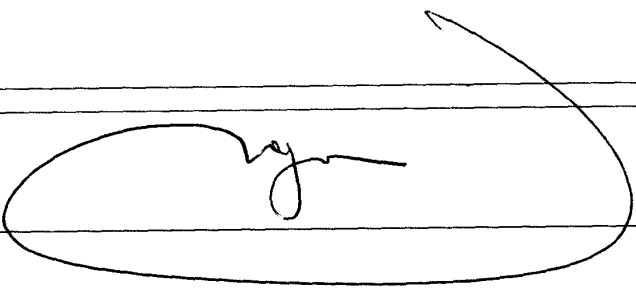
Sala das Sessões, 18/02/2003



DEP. LUCI CHWINACKI
PT/SC

MPV 103**000038****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado ALBERTO FRAGA	nº do prentuário 408			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:</p> <p>VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.</p>				
PARLAMENTAR Brasília				



MPV 103**000039****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição			
	Medida Provisória nº 103 de 01 de Janeiro de 2003			
autor	nº do prontuário			
Deputado André Luiz	287			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

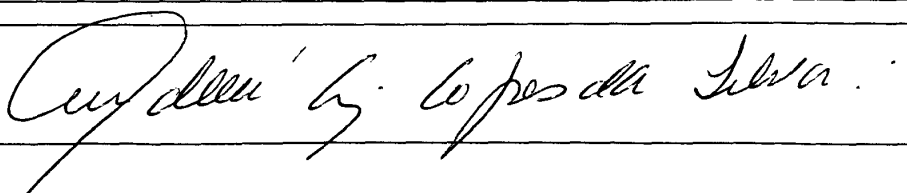
VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000040****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Carlos Santana	nº do prontuário 290			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

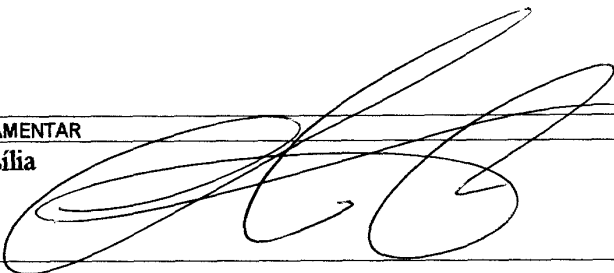
VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000041****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputado Gonzaga Patrióta	143

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

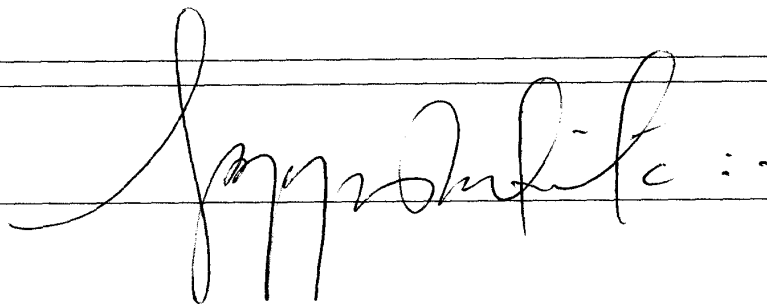
VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000042****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Jair Bolsonaro	nº do prontuário 302			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000043****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data		proposição		
		Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002		
autor		nº do prontuário		
Deputada Laura Carneiro		311		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

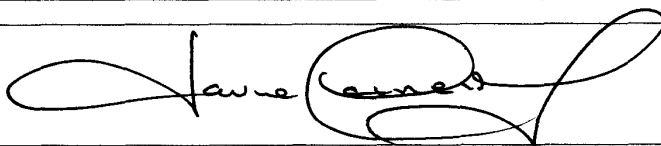
VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000044****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Roberto Jefferson	nº do prontuário 323			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

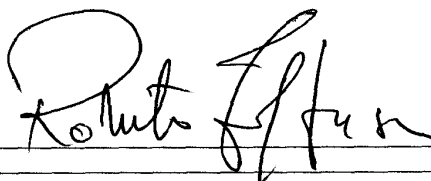
Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39:

VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

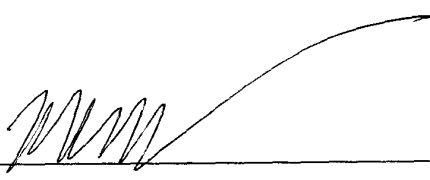
É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.



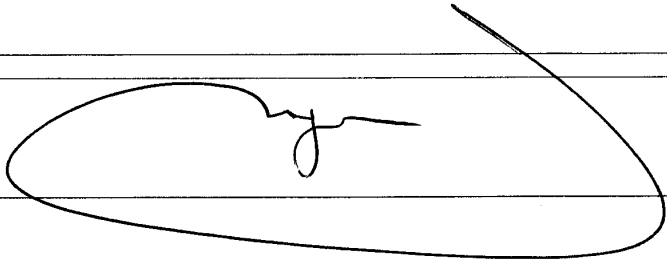
PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**000045****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ZULAIÊ COBRA	nº do prontuário 398			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Emenda Aditiva Acrescente-se inciso VI ao Caput do Art. 39: VI – Um cargo de Diretor Geral no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, DAS 101.5 do Ministério da Justiça. JUSTIFICAÇÃO É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF. 				
PARLAMENTAR				
Brasília				

MPV 103**000046****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ALBERTO FRAGA	nº do prontuário 408			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:</p> <p>III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.</p>				
PARLAMENTAR Brasília 				

MPV 103**000047****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição			
	Medida Provisória nº 103 de 01 de Janeiro de 2003			
autor	nº do prontuário			
Deputada André Luiz	287			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:

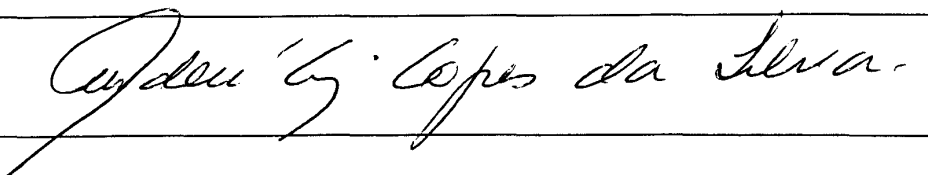
III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000048****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Carlos Santana	nº do prontuário 290			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:

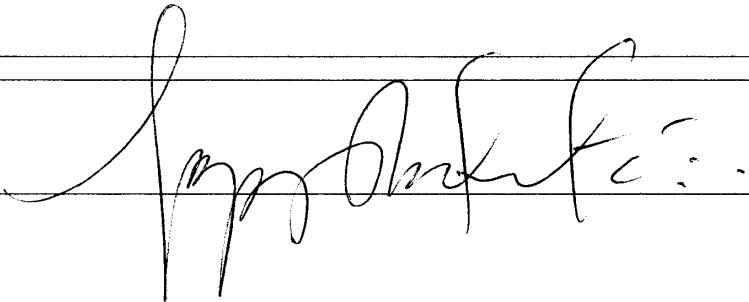
III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR**Brasília**


MPV 103**000049****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Gonzaga Patrióta	nº do prontuário 143			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:</p> <p>III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.</p>				
PARLAMENTAR Brasília 				

MPV 103**000050****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada Jair Bolsonaro	nº do prontuário 302			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:

III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000051****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data		proposição		
		Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002		
autor		nº do prontuário		
Deputada Laura Carneiro		311		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:

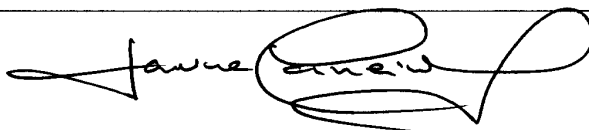
III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.

JUSTIFICAÇÃO

É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**000052****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputado Roberto Jefferson	nº do prentuário 323			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

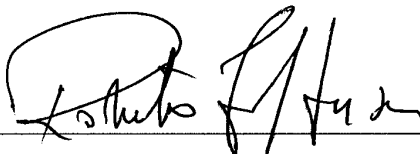
Emenda Aditiva

Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:

III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.

JUSTIFICAÇÃO

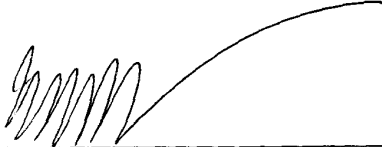
É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.



PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**000053****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ZULAIÊ COBRA	nº do prontuário 398			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">Emenda Aditiva</p> <p>Acrescente-se inciso III ao Caput do Art. 40:</p> <p>III – Quatro cargos de Direção e Assessoramento Superior no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, assim distribuídos: um cargo de Chefe de Gabinete, 101.4 e três cargos de Assessor Especial, 102.4.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É preciso cumprir o dispositivo constitucional do Art. 144, inciso III § 3º, que institucionalizou a PFF.</p> 				
PARLAMENTAR Brasília				

MPV 103

000054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103
------	---

autor LUIZ CARREIRA	Nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	--	---

Página	Artigo 44	Parágrafo 3º	Inciso	alinea
--------	-----------	--------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 44 o seguinte parágrafo 3º:

Art. 44

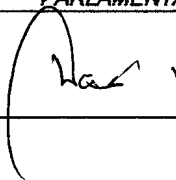
§ 3º Em relação aos órgãos criados pelo art. 30, aplicam-se os procedimentos previstos no caput somente para os recursos referentes às competências existentes em 31 de dezembro de 2002 e transferidas por esta lei.

Justificação

A Constituição Federal veda, em seu art. 167 VI, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. O caput do art. 44 em tela permite ao Poder Executivo fazer tais tipos de operação em favor dos órgãos extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados pela MP.

A emenda apresentada tem o objetivo de permitir a continuidade das atividades referentes às atribuições já existentes no ano 2002 e analisadas pelo Congresso Nacional quando da votação da LOA 2003. Contudo, veda que novas atribuições do Governo Federal, criadas pela medida provisória, recebam recursos sem a apreciação prévia do Congresso Nacional. Nesse sentido, a emenda visa legitimar a continuidade das ações federais, mas fortalece as competências do Congresso na questão orçamentária, pois todo gasto de recurso público deve ser apreciado, previamente, pelo Congresso Nacional.

PARLAMENTAR

	408
---	-----

MPV 103**000055****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003****EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, no art. 44 da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, o seguinte parágrafo:

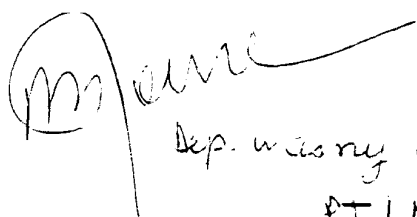
"Art. 44

.....
"§ 3º Os procedimentos previstos no caput aplicam-se, igualmente, às dotações orçamentárias aprovadas em favor das autarquias e fundações públicas federais, cujos órgãos jurídicos passaram a integrar a Procuradoria-Geral Federal, criada pela Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002."


JUSTIFICATIVA

A MP 103, em seu art. 44, embora tenha previsto a possibilidade de transferência de dotações orçamentárias para os órgãos criados ou transformados, não contemplou a necessidade de autorizar, no atual exercício financeiro, a transferência de dotações das autarquias e fundações federais para a Procuradoria-Geral Federal, órgão criado pela Lei nº 10.480, de 2002, ao qual cabe a representação judicial e a assistência e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações federais. Com efeito, a PGF não dispõe, sequer, de orçamento próprio para pagamento de suas despesas de pessoal e custeio, dependendo da execução orçamentária promovida pelas entidades que antes detinham as suas competências na esfera jurídica. A presente emenda visa superar essa situação, permitindo à PGF receber as dotações necessárias, sem qualquer aumento na despesa pois as dotações já estão consignadas no Orçamento Geral da União.

Sala das Sessões, 21/02/03


Dep. Waciny de Azevedo
PT / DT

MPV 103**000056****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 1º.01.03				
autor			nº do prontuário		
1	Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO					
<p>redação:</p> <p>Dê-se ao parágrafo único do art. 50 do texto original, a seguinte</p> <p>“Art. 50</p> <p>Parágrafo único: Para fins do disposto nesta Medida Provisória, fica o Poder Executivo autorizado, até 30 de junho de 2003, a transferir, no âmbito da Administração Pública Federal, mediante alteração de denominação e especificação, sem aumento de despesa, cargos de natureza especial ou cargos em comissão e funções de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Função Gratificada (FG).”</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O disposto autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, a criar, por transformação, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da Administração Pública Federal.</p> <p>O art. 84, inciso VI, alínea “b” da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, preceitua que o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, somente sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.</p> <p>A criação mesmo por transformação, prevista na MP, não encontra amparo constitucional, tendo em vista que o art. 48, inciso X, da Constituição Federal, dispõe que a criação e a transformação de cargos, empregos e funções públicas é uma atribuição do Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo.</p> <p> PARLAMENTAR</p>					

MPV 103

000057

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 103
------	--

THOMAZ NONO autor	nº do prontuário
-------------------	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo 52	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 52.

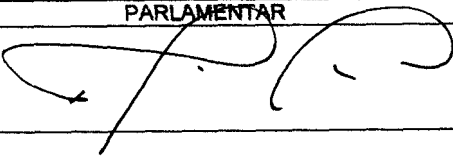
Justificação

O art. 52 da MP configura-se como uma autêntica "caixa preta". Ele autoriza o Poder Executivo, sem nenhuma limitação, a atribuir a quaisquer órgãos responsabilidades administrativas de outros. Pior, não existe nem mesmo cláusula temporal que impeça a perpetuação dessa situação ao longo do tempo.

O principal argumento contra o art. 52 é sua flagrante inconstitucionalidade. Conforme o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública obedecerá ao princípio da publicidade. Não há dúvida que a autorização, na forma como apresentada pelo art. 52, dificulta ao extremo, ou até mesmo impede, qualquer forma de publicidade suficiente para que se controle os gastos da administração pública.

É imperioso que se suprima o art. 52 em nome da transparência da administração pública.

PARLAMENTAR



MPV 103**000058****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 18/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003					
Autor Deputado Federal SILAS BRASILEIRO	nº do prontuário					
<table style="width: 100%;"><tr><td style="width: 20%;">1. <input type="checkbox"/> Supressiva</td><td style="width: 20%;">2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva</td><td style="width: 20%;">3. <input type="checkbox"/> Modificativa</td><td style="width: 20%;">4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva</td><td style="width: 20%;">5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global</td></tr></table>		1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global		
Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alínea		
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO						
EMENDA ADITIVA						
<p>Acrescente-se o artigo 56 à Medida Provisória nº 103, de 01 de janeiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. 56º. Os artigos 81, 92, 102, 117 e 240 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 passam a vigorar com as seguintes alterações”:</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 81 – (...)</p> <p style="padding-left: 40px;">VII – Para desempenho de mandato classista ou em órgãos de administração, ou fiscalização de cooperativas formadas por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de órgãos públicos.</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 92 – (...)</p> <p style="padding-left: 40px;">§3º - Aplica-se o disposto neste artigo aos servidores eleitos para cargos de administração de cooperativas formadas por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de órgãos públicos.</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 102 – (...)</p> <p style="padding-left: 40px;">VIII – (...)</p> <p style="padding-left: 40px;">c) exceto para efeito de promoção por merecimento, para o desempenho de mandato classista ou em órgãos de administração, ou fiscalização de cooperativas formadas por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de órgãos públicos.</p> <p style="padding-left: 40px;">Art. 117 – (...)</p> <p style="padding-left: 40px;">X - participar de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade civil, sendo-lhe vedado exercer comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, salvo:</p> <p style="padding-left: 80px;">a)- nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha direta ou indiretamente participação do capital social;</p> <p style="padding-left: 80px;">b)- nos órgãos de administração ou fiscalização de cooperativas.</p>						

§ único – Havendo compatibilidade parcial de horário, será assegurado ao servidor participante de órgão previsto no inciso X, *b*, uma jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional, desde que seja uma cooperativa formada por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de órgãos públicos.

Art. 240 – Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical ou em cooperativa e os seguintes direitos entre outras dela decorrentes:

b) inamovibilidade do dirigente sindical ou da cooperativa formada por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de órgãos públicos até um ano após o final do mandato, salvo se a pedido.

JUSTIFICATIVA

A Cooperativa formada por empregados, servidores e prestadores de serviço em caráter não eventual de conjunto de órgãos públicos assume caráter de entidade de classe. Tal afirmativa é autorizada pelo disposto no art. 55 da Lei 5.764/71: “Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho”. Ressalte-se que a omissão quanto ao servidor público se deve unicamente a displicência em sua menção, já que este já goza de estabilidade inerente ao seu cargo público.

Urge então regulamentar adequadamente a assunção de caráter classista pela cooperativa formada por servidores públicos, a fim de garantir a sua independência, dando-lhe tratamento isonômico em relação às demais entidades de classe e emprestando efetividade ao comando constitucional que veda a intervenção do Estado no seu funcionamento.

A intervenção constitucionalmente vedada pode se dar por via oblíqua, quando o Estado inviabiliza o mandato de seu servidor ao lhe negar a licença prevista no art. 91, ou mesmo intimidando-lhe com a eventual movibilidade, em caso de contrariedade de interesses de seus superiores hierárquicos no serviço público.

Portanto, no caso das cooperativas formada por empregados, servidores e prestadores de serviços em caráter não eventual de órgãos públicos, a lei deve conceder o direito à licença para o desempenho do mandato classista aos dirigentes dessas cooperativas (arts. 81, 92 e 102). E também a estes e conselheiros fiscais garantir a inamovibilidade dos dirigentes sindicais (art. 240).

Não resta dúvida que o princípio da moralidade administrativa preside a proibição ao servidor público de participar de gerência ou administração de empresa privada ou sociedade civil. É este o comando contido na Lei 8.112/90, art. 117, X.

Não se pode pretender, entretanto, que o servidor público esteja impedido de participar da administração de qualquer iniciativa privada sem a participação societária da União. Esta pretensão esbarra na garantia fundamental da livre associação e de iniciativa. Naturalmente desde que seja a atividade compatível com o exercício do cargo ou função e com o horário do trabalho. Mas isso já é outra questão com pertinência ao princípio da eficiência na Administração Pública. Tanto que tal condição não é regida pelo inciso X do art. 117, mas pelo seu inciso XVIII.

Os administrativistas ressaltam que a proibição contida no art. 117, X se justifica na presumida incompatibilidade entre o interesse público inerente ao serviço prestado de forma contínua e dedicada no âmbito estatal e a necessidade de se apresentar resultados marginais otimizados na gestão da iniciativa privada. O que deve ser, no entanto, observado é que tal incompatibilidade existe, quando tais resultados marginais se expressam no âmbito financeiro, ou seja, se traduzem em lucro. (Cf. GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva. O Regime disciplinar do servidor público civil da União. RJ : Forense, 1998. Pp. 29-30). Até porque iniciativas privadas há que atendem complementarmente ou até mesmo concorrentemente ao interesse público, e que é um despautério a Lei vedar a priori a participação a de servidores públicos na gestão destas iniciativas.

Neste passo, a participação de servidor público na gestão de sociedades em caráter não eventual de órgãos públicos não pode ser alcançado pela vedação contida no inciso X do art. 117. Afinal, o art. 3º da Lei 5.764/71 esclarece que “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem o objetivo de lucro.”

Outrossim, dispõe antes o art. 1º da citada Lei que “se compreende como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.” Donde se conclui que a sociedade cooperativa, além de não ter finalidade lucrativa, sendo iniciativa privada isolada, mas ligada ao sistema cooperativo, atende ao interesse público. Aliás, este caráter é reconhecido pela Recomendação nº 127 da Organização Internacional do Trabalho, que em seu art. 1º declara: “Nos países em vias de desenvolvimento, estabelecer e expandir as cooperativas deveria ser considerado um dos fatores mais importantes do desenvolvimento econômico, social e cultural, assim como da promoção humana.”

Diante das considerações acima, entendemos que as alterações propostas seguem na mesma direção traçada pelo Governo Federal de promover o desenvolvimento do Cooperativismo, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

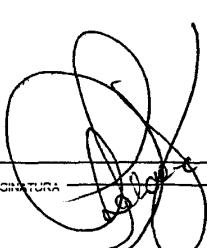
[illegible]

PARLAMENTAR

Brasília – DF

19 de fevereiro de 2003.

MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000059**

1 DATA 21/02/2003	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103 /2003
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	5 Nº PRONTUÁRIO 337
6 TIPO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
<p style="text-align: center;">TEXT</p> <p>Inclua-se onde couber, no capítulo IV das disposições gerais finais e transitórias, artigo com o seguinte dispositivo:</p> <p>Art. É o Poder Executivo, autorizado a remanejar para o Ministério da Justiça os Policiais Ferroviários.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Emenda Constitucional n.º 19, de 05 de julho de 1998, retificou em seu artigo 19, parágrafo 3.º a Polícia Ferroviária Federal; É elementar que os policiais ferroviários sejam remanejados urgentemente pelo Ministério da Justiça.</p> <div style="text-align: center; margin-top: 50px;"></div>	
10 ASSINATURA ARNALDO FARIA DE SÁ - DEPUTADO FEDERAL - SP	

MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000060**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputado ALBERTO FRAGA	408

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

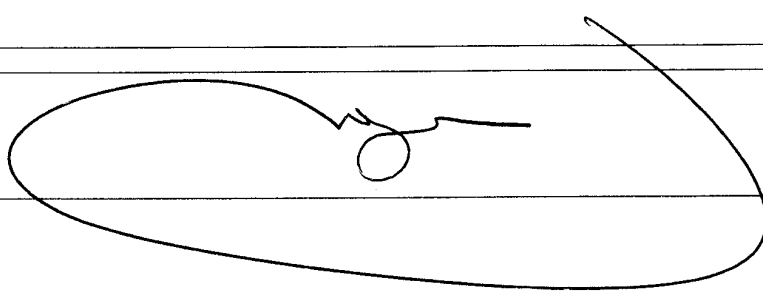
Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000061**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 01 de Janeiro de 2003

autor	nº do prontuário
Deputado André Luiz	287

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

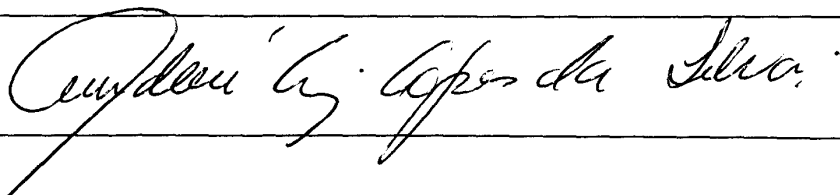
Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000062**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002
-------------	---

autor Deputado Carlos Santana	nº do prontuário 290
---	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000063**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputado Gonzaga Patrióta	143

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000064**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputado Jair Bolsonaro	302

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48-X, da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 144, Inciso III, § 3º, a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça, em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: rodoviário, ferroviário e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000065**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputada Laura Carneiro	311

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

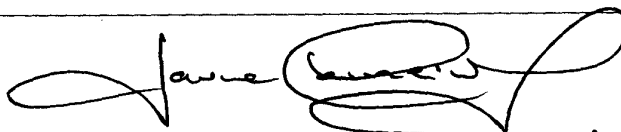
Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 103**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000066**

data	proposição
	Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002

autor	nº do prontuário
Deputado Roberto Jefferson	323

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

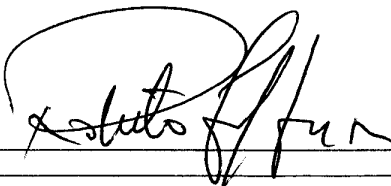
Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.



PARLAMENTAR

Brasília

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003 MPV 103**000067****EMENDA ADITIVA**

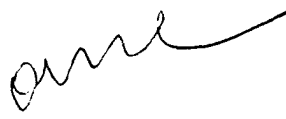
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. O Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, criado pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, será presidido pelo Ministro de Estado dos Transportes e terá como membros os Ministros de Estado da Defesa, da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e o Ministro de Estado das Cidades."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 103, ao tratar da nova estrutura ministerial, omitiu a alteração, necessária, na composição do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, em vista da transformação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano em Ministério das Cidades.

Sala das Sessões, 23/02/2003



Dep. Wasmu de Souza

PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO DE 2003 **MPV 103**
000068

EMENDA ADITIVA

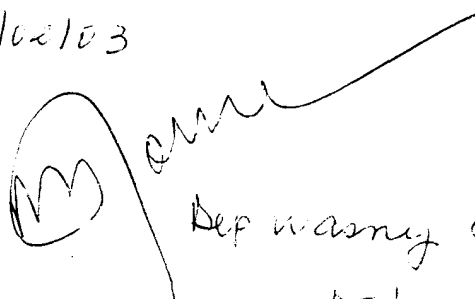
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... São mantidas no âmbito do Ministério da Fazenda as competências que lhe foram transferidas pelo art. 18-B da Lei nº 9.649, de 1998, com a redação dada pela Medida Provisórias nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa apenas esclarecer que não houve, desde a edição da MP 103, qualquer solução de continuidade no que se refere às competências previstas no art. 18-B da Lei nº 9.649, expressamente transferidas ao Ministério da Fazenda pela MP 2.216-37, de 2001, mantendo-se as mesmas nesse ministério.

Sala das Sessões, 23/02/03


Dep. Wagnir de Faria
AT/DF

MPV 103**000069****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 103 de 30 de Dezembro de 2002			
autor Deputada ZULAIÊ COBRA	nº do prontuário 398			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

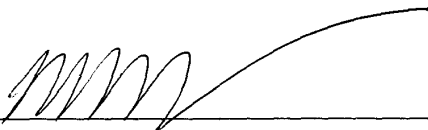
Emenda Aditiva

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. Ficam transferidos sobre o processo de transformação, respeitada a opção, em conformidade com o art. 48, X da Constituição Federal, os policiais ferroviários oriundos da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê em seu Art. 144, Inciso III § 3º a Polícia Ferroviária Federal. Sendo assim, está assegurada a sua existência e a sua missão institucional. Portanto, reverte-se de grande relevância a permanência da existência do órgão, bem como a sua subordinação ao Ministério da Justiça em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes ou contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, tais como: as rodovias, ferrovias e fluviais. Como também é de relevância o aproveitamento dos atuais profissionais, policiais ferroviários que contam no mínimo com 20 (vinte) anos na missão institucional garantindo a segurança e a soberania nacional.



PARLAMENTAR

Brasília

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 104**, ADOTADA EM 9 DE JANEIRO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "REVOGA O ART. 374 DA LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 – CÓDIGO CIVIL".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado AUGUSTO NARDES.....	001
Deputado EDUARDO CUNHA.....	002.

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MPV-104****000001****DATA**
24.02.2003**PROPOSIÇÃO**
Medida Provisória nº 104, de 9 de janeiro de 2003**AUTOR**
Deputado AUGUSTO NARDES**Nº DO PRONTUÁRIO****TIPO**
1 X - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 5 SUBSTITUTIVA GLOBAL**ARTIGO****PARÁGRAFO****INCISO****ALÍNEA****PÁGINA**
1 / 2

Suprima-se a Medida Provisória n. 104, de 9 de janeiro de 2.003

Justificativa

Preliminarmente, o Novo Código Civil, Lei Complementar à Constituição, não pode ser revogado por meio de Medida Provisória, posto que esta, se eventualmente convertida em lei ordinária, não teria o condão de revogar norma hierarquicamente superior. Portanto, modificar o artigo 374 do Código Civil para MP seria um equívoco jurídico.

Quanto ao mérito, segundo explicações de autoridades aos meios de comunicação, dita Medida Provisória visaria, com a proibição da compensação de tributos, evitar perda de receita. Sucede, no entanto, que a compensação de tributos federais foi instituída pelo artigo 66, da Lei 8.383, de 31 de dezembro de 1991, vigorando a partir de 1992. É fato notório que nos últimos dez anos a arrecadação só cresceu, em níveis nunca vistos antes, não tendo a compensação de tributos em nada atrapalhado.

PARLAMENTAR

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 24.02.2003		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 104, de 9 de janeiro de 2003		
AUTOR Deputado AUGUSTO NARDES		Nº DO PRONTUÁRIO		
TIPO				
1 X - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 SUBSTITUTIVA GLOBAL
ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	PÁGINA 2 / 2

Ademais, a compensação de tributos encontra seu fundamento de validade no princípio da moralidade administrativa (art. 37, caput, da Constituição), tornando inconstitucional dita revogação.

Por fim, a compensação se fundamenta também na equidade, por não ser justo que o credor do Fisco lhe faça pagamentos de tributos e fique aguardando o recebimento por meio da morosa ação de repetição de indébito.

Por esses motivos, a revogação do artigo 374 do Código Civil atenta não só contra a Constituição, como também contra os mais elementares princípios da JUSTIÇA.

PARLAMENTAR

ASSINATURA

MPV-104**000002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data**
20/02/2003**proposição**
Medida Provisória nº 104/2003**autor**
Deputado **EDUARDO CUNHA****nº de prontuário**
3001 ☒ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutivo Global**Página 01/01****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se do texto da Medida Provisória nº 104 de 10 de fevereiro de 2003, o **Art.1º****JUSTIFICAÇÃO**

A revogação do Art.374 torna inóquo vários outros dispositivos do mesmo Código. Assim sendo, para alterar este artigo, seria necessária uma modificação mais completa em vários outros artigos.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 105**, ADOTADA EM 20 DE JANEIRO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 20 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 128.000.000,00, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado MENDES RIBEIRO FILHO	001
Senador SÉRGIO ZAMBIASI	002
Deputado ZÉ GERARDO	003, 004 e 005

SACM

TOTAL DE EMENDAS: 005

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CREDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV 105**

ES

000001

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
MP 105/2003PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

QUE DO CREDITO DE R\$ 15.000.000,00 (Quinze milhões de reais) PREVISTO PARA AÇÕES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDESTE, SEJA INCLUÍDA A REGIÃO SUL, COM R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ESPECIFICAMENTE PARA O RS.

JUSTIFICAÇÃO

A REGIÃO SUL FOI ALVO, NO ANO DE 2002, DE TRÊS MP's REFERENTES A ENCHENTES E ESTIAGENS OCORRIDAS (MP 72, 36, 31). PORÉM DEVIDO À BUROCRACIA GOVERNAMENTAL, ÀS ELEIÇÕES DE 2002 E AO DECRETO PRESIDENCIAL 4.594, de 13/02/03, A MAIORIA DOS MUNICÍPIOS NÃO RECEBERAM E NÃO RECEBERÃO OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A AMENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS.

PORTANTO, FAZ-SE NECESSÁRIO A INCLUSÃO DA REGIÃO SUL NESTA MP PARA SE SANAR PARTE DOS SINISTROS OCORRIDOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MENDES RIBEIRO FILHO

RS

PMDB

DATA

20/02/03

ASSINATURA

PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV 105**

ES

000002

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

PÁGINA
DE

TEXTO

EMENDA AO ANEXO I DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 105, DE 20 DE JANEIRO DE 2003.

Acrescente-se ao programa de trabalho, constante do Anexo I da Medida Provisória, o seguinte subtítulo:

06.182.0667.0430 – CONCESSÃO DE BOLSA-RENDA

06.182.0667.0430.XXXX –Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul

(Crédito Extraordinário)R\$ 15.000.000.

Cancele-se da programação:

06.182.0667.0430 – CONCESSÃO DE BOLSA-RENDA

06.182.0667.0430.0101 – Concessão de Bolsa-Renda na Região Nordeste e

Norte do Estado de Minas Gerais (Crédito Extraordinário)R\$ 15.000.000

JUSTIFICAÇÃO

A Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo os Municípios (Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguarí, Jarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Topori, Tupanciretã, Unistalda, Vila Nova do Sul, Arambaré, Arroios dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel, Uruguaiana, Capivari do Sul, Mostardas, Palmares do Sul, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pântano Grande, Paso do Sobrado, Rio Pardo, Vale Verde, Amaral Ferrador, Arroio Grande, Cangaçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares, Turuçu), apresenta bolsões de pobreza de igual magnitude que os das Regiões Nordeste e Norte do Estado de Minas, por isso não pode ser deixada à margem. O Programa Bolsa-Renda, inicialmente instituído pela Medida Provisória nº 2.203, de 8 de agosto de 2001, para atender a Região do Semi-árido Nordestino e Norte do Estado de Minas Gerais, em face do enfrentamento de estiagem, teve sua abrangência ampliada para todo o território nacional, permitindo, desta forma, atender também outras Regiões que sofram do mesmo problema.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

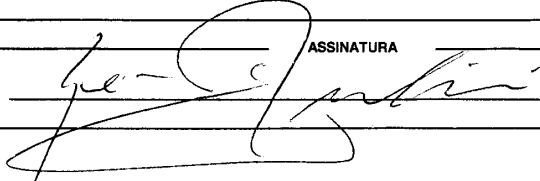
RS

PTB

DATA

ASSINATURA

20/02/03



MPV 105**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

ES

000003

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
MP 105PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FUNC. PROGR.
06.182.0667.4580.0877 - ESF S - GND 3 - RP 2 - MOD 90 - IU 0 - FTE 100 - AÇÕES
EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL NA REGIÃO NORDESTE - ESTADO DO CEARÁ -
MUNICÍPIO CANINDÉ, NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS),
ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (ÓRGÃO 53000 -
UNIDADE 53101)

Cancelamento: 06.182.0667.4580.0877

Esfera: S

GND: 3

Modalidade de Aplicação: 40

Fonte: 100

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Tem Como Objetivo Ações Emergenciais De Defesa Civil Que Viabilizem, Em Caráter De Urgência, O Abastecimento De Água, Através De Carros Pipa, No Município De Canindé, Prejudicado Pela Seca, O Qual, Encontra-Se Em Estado De Calamidade E, Sem Nenhuma Previzibilidade De Recursos Para Suprir Os Problemas Decorrentes Da Mesma.
Assim, Através Dessa Emenda Será Possível Amenizar A Questão Do Esgotamento Hídrico De Algumas Localidades Desse Município E Por Consequência, Garantir As Safras Locais E O Abastecimento De Alimentos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ZÉ GERARDO

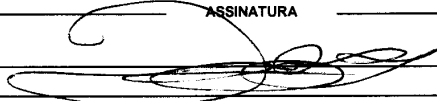
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

21/02/03



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV 105**

E

000004

1

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

MP 105

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FUNC. PROGR.
06.182.0667.4580.0877 - ESF S - GND 3 - RP 2 - MOD 90 - IU 0 - FTE 100 - AÇÕES
EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL NA REGIÃO NORDESTE - ESTADO DO CEARÁ -
MUNICÍPIO BARREIRA, NO VALOR DE R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS),
ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (ÓRGÃO 53000 -
UNIDADE 53101)

Cancelamento: 06.182.0667.4580.0877

Esfera: S

GND: 3

Modalidade de Aplicação: 40

Fonte: 100

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Tem Como Objetivo Ações Emergenciais De Defesa Civil Que Viabilizem, Em Caráter De Urgência, O Abastecimento De Água, Através De Carros Pipa, No Município De Barreira, Prejudicado Pela Seca, O Qual, Encontra-Se Em Estado De Calamidade E, Sem Nenhuma Previzibilidade De Recursos Para Suprir Os Problemas Decorrentes Da Mesma.

Assim, Através Dessa Emenda Será Possível Amenizar A Questão Do Esgotamento Hídrico De Algumas Localidades Desse Município E Por Consequência, Garantir As Safras Locais E O Abastecimento De Alimentos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ZÉ GERARDO

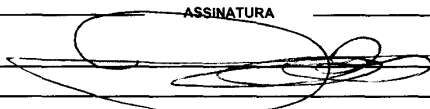
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

21/02/03



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****MPV 105**

E:

000005**INSTRUÇÕES NO VERSO**

Medida Provisória

MP 105

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FUNC. PROGR.
06.182.0667.4580.0877 - ESF S - GND 3 - RP 2 - MOD 90 - IU 0 - FTE 100 - AÇÕES
EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL NA REGIÃO NORDESTE - ESTADO DO CEARÁ -
MUNICÍPIO MORRINHOS, NO VALOR DE R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS),
ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (ÓRGÃO 53000 -
UNIDADE 53101)

Cancelamento: 06.182.0667.4580.0877

Esfera: S

GND: 3

Modalidade de Aplicação: 40

Fonte: 100

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Emenda Tem Como Objetivo Ações Emergenciais De Defesa Civil Que Viabilizem, Em Caráter De Urgência, O Abastecimento De Água, Através De Carros Pipa, No Município De Morrinhos, Prejudicado Pela Seca, O Qual, Encontra-Se Em Estado De Calamidade E, Sem Nenhuma Previzibilidade De Recursos Para Suprir Os Problemas Decorrentes Da Mesma.

Assim, Através Dessa Emenda Será Possível Amenizar A Questão Do Esgotamento Hídrico De Algumas Localidades Desse Município E Por Consequência, Garantir As Safras Locais E O Abastecimento De Alimentos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO ZÉ GERARDO

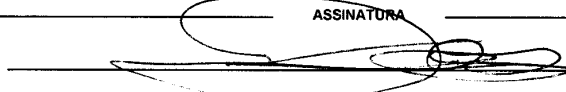
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

21/02/03



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE **A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 106**, ADOTADA EM 22 DE JANEIRO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 23 DO MESMO MÊS E ANO QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL, ALTERA OS ARTS. 8º E 11 DA LEI Nº 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado FÁBIO SOUTO.....	001.
Deputada ROSE DE FREITAS.....	002.

SACM

EMENDAS APRESENTADAS: 002

MPV 106¹

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição

Medida Provisória nº 106/03

FÁBIO SOUTO^{autor}

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☒ X aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 9º

Parágrafo

Inciso VIII

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte inciso VIII e respectivas alíneas ao art. 9º da Medida Provisória:

Art. 9º

VIII – O Poder Executivo deverá enviar anualmente, até 15 de abril, relatório de supervisão ao Congresso Nacional, onde constem as seguintes informações sobre a APEX-Brasil:

- a – relação de metas e objetivos e seu grau de atingimento;
- b – discriminação de gastos do exercício anterior, especialmente investimentos e pessoal;
- c – lista de pessoas físicas e jurídicas com as quais tenha celebrado contratos de prestação de serviços no ano anterior;
- d – níveis de remuneração do pessoal da entidade e os níveis de remuneração compatíveis no mercado de trabalho;

Justificação

O art. 9º da Medida Provisória diz que compete ao Poder Executivo supervisionar a APEX-Brasil. A fim de tornar essa supervisão mais transparente e ampla, faz-se necessário que seja remetida ao Poder Legislativo uma síntese do relatório, em que os representantes do povo e dos estados possam tanto verificar a efetividade da instituição no atingimento de metas tão importantes ao povo brasileiro, quanto se verifique o gasto eficiente dos recursos públicos. Importante enfatizar que a preocupação não é apenas com o gasto legal dos recursos públicos, mas sobretudo com o atingimento das metas para as quais a instituição foi criada.

A supervisão das ações do Poder Executivo pelo Poder Legislativo é uma necessidade cada vez mais presente nas democracias modernas, função que se consolida e expande nos regimes preocupados com os interesses dos eleitores: traz mais credibilidade ao setor público, abre mais canais de informações e comunicação com os cidadãos e cria mais incentivos para a ação eficiente e efetiva dos órgãos executores.

Quanto à data para envio do relatório para o Poder Legislativo, 15 de abril, ele permite ao Poder Executivo receber o relatório da APEX-Brasil (31 de janeiro, art. 15) e avaliá-lo (31 de março, art. 16).

PARLAMENTAR

MPV 106**000002****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição Medida Provisória nº 106 de 22.01.03
------	---

autor	nº do prontuário
-------	------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

redação: Dê-se ao parágrafo único do art. 14 do texto original, a seguinte

“Art. 14

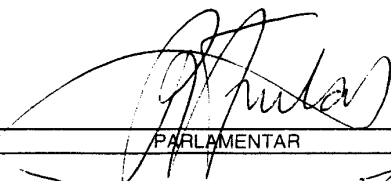
Parágrafo único: O Poder Executivo poderá, mediante convênio, prestar apoio técnico aos projetos e programas desenvolvidos pela APEX-Brasil.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto constante da MP, prevê a possibilidade de empregado ou servidor público da Administração Pública Federal direta e indireta, atuarem em projetos e programas desenvolvidos pela APEX-Brasil.

Se os projetos ou programas desenvolvidos pela APEX-Brasil estiverem sob a responsabilidade de um ente público, não há necessidade dessa autorização, caso contrário não cabe a liberação de pessoal da administração pública, para prestarem serviços em instituição que tenha personalidade jurídica de direito privado.

Há de registrar, ainda, que freqüentemente o governo alega altos custos da administração pública e a carência de pessoal em determinadas áreas.


PARLAMENTAR

DEP. ROSE DE FREITAS - PSD/B/RS

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 107**, ADOTADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nºs 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, E 9.317, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1996, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado AUGUSTO NARDES	030, 045, 051, 057, 068, 069, 070, 071
Deputado CHICO DA PRINCESA	012, 039
Deputado DARCISIO PERONDI	025
Deputado DIRCEU SPERAFICO	011
Deputado EDUARDO CUNHA	004, 005, 007, 013, 061
Deputado GERVÁSIO SILVA	001, 008, 035, 047
Deputado GILBERTO NASCIMENTO	063, 064, 065, 066, 067
Deputada LUCI CHOINACKI	003
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	006, 014, 016, 017, 018, 036, 037, 038, 043, 062, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 080
Deputado LUIS CARLOS HEINZE	023, 032, 040, 053, 059
Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO	028
Deputado MARCUS VICENTE	031, 046, 054, 060
Deputado MIGUEL DE SOUZA	009, 019, 020, 024, 048, 078
Deputado MUSSA DEMES	002, 021
Deputado NEUTON LIMA	026, 041, 049, 056
Deputado ONYX LORENZONI	034
Senador OSMAR DIAS	010

Deputado PAUDERNEY AVELINO	022, 033, 079
Deputado PEDRO HENRY e outros	081
Deputado RONALDO DIMAS	015
Deputado SANDRO MABEL	027, 042, 050, 055
Deputado SILAS BRASILEIRO	029, 044, 052, 058

SACM

TOTAL DE EMENDA: 081

MPV 107**000001****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data
11/02/2003proposição
Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.autor
Gervásio Silvanº do prontuário
4791. ☐ Supressiva2. ☐ Substitutiva3. ☒ X Modificativa4. ☐ aditiva5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Altera dispositivos das Leis nºs. 10.637 de 30 de dezembro de 2.002; 9.317 de 05 de dezembro de 1.996 e 9.964 de 10 de abril de 2.000.

Art. 1º - Os arts 1º, 3º, 8º e 26.da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 3º

VI - não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente;

Art. 3º

IX - energia elétrica e serviços de telecomunicação consumidos nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

Art. 8º

X - as pessoas jurídicas que importem mercadorias do exterior e as vendam no varejo, diretamente aos consumidores finais, relativamente ao faturamento oriundo dessas vendas diretas;

XI - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Art. 26

X - corretagem de seguros;

XI - agência lotérica;

XII- agência terceirizada de correios;

XIII- empresa de serviços contábeis;

XIV- creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e ensino médio, cursos profissionalizantes e de idiomas;

XV - empresas de softwares ; e

XVI- estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Brasília – DF 14 de fevereiro de 2003

Gervásio Silva
Deputado Federal



MPV 107

000002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 20/02/2003		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.	
4 AUTOR DEPUTADO MUSSA DEMES		5 N.º PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

9 TEXTO	
<p>Dê-se ao artigo 1º da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º Os arts. 1º, 3º, 8º e 11 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 3º</p> <p>"V – despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoas jurídicas, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das empresas de Pequeno Porte (SIMPLES);"</p> <p>.....</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A presente emenda tem o objetivo de aprimorar o texto da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, em respeito ao princípio da isonomia, por meio da alteração do art. 1º da Medida Provisória 107/03.</p> <p>O que propomos é corrigir uma injustiça, pois o texto da lei dispõe que para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep a pessoa jurídica poderá descontar apenas os créditos calculados em relação às despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos de pessoa jurídica, silenciando a norma quanto às despesas financeiras originárias de arrendamento mercantil (leasing), operações praticadas pelas sociedades arrendadoras, devidamente autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Isso cria um tratamento diferenciado entre operações financeiras e de arrendamento mercantil, com prejuízos para essa última e ferindo o tratamento igualitário dos diferentes tipos de operações.</p>	

10

ASSINATURA

MPV 107

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 107/03

000003

EMENDA MODIFICATIVA

O inciso VI do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 107, passa a ter a seguinte redação:

" Art. 1º

§ 3º

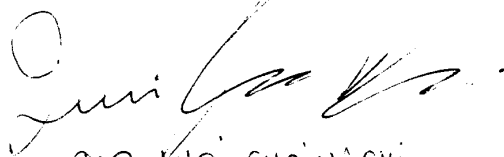
VI - não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado."

JUSTIFICAÇÃO

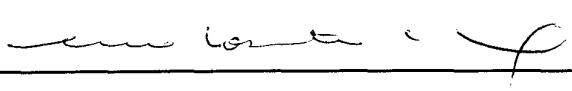
O dispositivo autoriza a dedução da base de cálculo do PIS das receitas decorrentes da venda de ativo imobilizado. Esta permissão já constava do texto original da Medida Provisória nº 66, contudo, o projeto de lei de conversão, apresentado pelo relator na Câmara, ampliou o universo de deduções, passando a abranger as receitas não operacionais decorrentes da venda do ativo permanente. Ora o ativo permanente, além de englobar o ativo imobilizado (imóveis, equipamentos, máquinas, etc) também inclui os investimentos de longo prazo (participações societárias, basicamente). A fim de eliminar os inconvenientes do proposta, o Poder Executivo decidiu vetar o inciso, com o compromisso de oportunamente recuperar sua redação original.

O dispositivo, contudo, merece um reparo, no sentido de especificar que a referida dedução somente se aplique aos casos em que a venda do ativo imobilizado se constitua em receita não operacional da empresa.


Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2003


DEP. LUCI CHOINACKI
PT/SC

MPV 107**000004****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 20/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107/2003			
autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
Página 01/01	Artigo 1º	Parágrafo 3º	Inciso VI	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				
<p>Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 107 de 10 de fevereiro de 2003, no seu inciso VI, do art. 1º dando-lhe a seguinte redação:</p> <p>...</p> <p>VI - não operacionais, decorrentes da venda de artigos permanentes.</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>É inadmissível a cobrança de contribuições sobre receitas não operacionais. A distinção entre ativo imobilizado e ativo permanente provocam uma injustiça fiscal, já que a tendência das empresas é diminuir o imobilizado, e essa medida desestimularia isso. Além disso a alienação de ativo permanente gerará receita à dívida de Imposto de Renda sobre o ganho real.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV 107**000005****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 20/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107/2003					
autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 20%;">1 <input type="checkbox"/> Supressiva</td><td style="width: 20%;">2 <input type="checkbox"/> Substitutiva</td><td style="width: 20%;">3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa</td><td style="width: 20%;">4 <input type="checkbox"/> Aditiva</td><td style="width: 20%;">5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global</td></tr></table>		1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global		
Página 01/01	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 25%; text-align: center;">Artigo 3º</td><td style="width: 25%; text-align: center;">Parágrafo</td><td style="width: 25%; text-align: center;">Inciso IX</td><td style="width: 25%; text-align: center;">alínea</td></tr></table>	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso IX	alínea	
Artigo 3º	Parágrafo	Inciso IX	alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO						
<p>Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 107 de 10 de fevereiro de 2003, no seu inciso IX, do art.3º dando-lhe a seguinte redação:</p> <p>...</p> <p>IX – energia elétrica e serviços de telecomunicações consumidas nos estabelecimentos da Pessoa jurídica.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A distinção de dois tipos de serviços públicos já foi repudiada quando da votação da Medida Provisória 66 que originou a presente lei.</p>						
PARLAMENTAR						
						

MPV 107**000006**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 18/02/2003	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003		
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			N.º PRONTUÁRIO 454	
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA	

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 10º Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam e comercializem mercadorias de origem animal ou vegetal classificados nos capítulos 1 a 4, 8 a 11, e nos códigos 0504.00, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 15.15.2, 15.16.20.00, 15.17, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal, poderão deduzir da contribuições para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos nos incisos I e II do caput, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País.

JUSTIFICATIVA

A agroindústria brasileira precisa ser atendida em toda sua extensão e complexidade, envolvendo os produtores, cerealistas, cooperativas que atendem à totalidade da fronteira agrícola e quantidade expressiva da produção de grãos e commodities que favorecem a nossa balança comercial. O presente artigo foi contemplado no acordo firmado no Congresso Nacional em dezembro de 2002 e corrige ainda o setor produtor de animais comercializados para a engorda e criação.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107**000007****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 20/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107/2003			
autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global

Página 01/01	Artigo 3º	Parágrafo 1º	Inciso II	alínea
---------------------	------------------	---------------------	------------------	---------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 107 de 10 de fevereiro de 2003, no seu inciso II, Parágrafo 1º do art.3º dando-lhe a seguinte redação:


...

II – dos itens mencionados nos incisos IV, v e IX do **caput**, incorridos no mês;

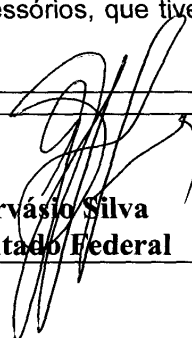
§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam **ou comercializem** mercadorias ...

JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração visa restabelecer o aprovado na Medida Provisória 66 que originou a presente lei e vetado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

PARLAMENTAR

MPV 107**000008****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Gervásio Silva	nº do prontuário 479			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 03	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Altera dispositivos das Leis nºs. 10.637 de 30 de dezembro de 2.002; 9.317 de 05 de dezembro de 1.996 e 9.964 de 10 de abril de 2.000.</p> <p>Art. 3º. O § 4º do art. 3º e o art. 15, caput, e respectivo § 3º, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art.3º (...)</p> <p>(...)</p> <p>§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo REFIS é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, ainda que de valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensada a apresentação de qualquer outra forma de garantia.</p> <p>(...)"(NR)</p> <p>"Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no REFIS.</p> <p>(...)</p> <p>§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento" (NR)</p>				
Brasília – DF 18 de fevereiro de 2003				
 Gervásio Silva Deputado Federal				

MPV 107**000009****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 24/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 107, de 2003
---------------------------	--

Autor Deputado Miguel de Souza	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	Alíneas
---------------	--------------	-----------	--------	---------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos §§ 2º, 3º e 4º do art. 11, da Lei nº 10.637/2002, alterado pelo Art. 1º da MPV 107/2003, a seguinte redação.

"Art. 11

§ 1º

§ 2º Independente do estabelecido no parágrafo anterior, se a arrecadação do PIS/Pasep, considerando os dois regimes de apuração, apresentar crescimento, no período de 12 meses, contados da vigência dos efeitos desta Lei, superior ao incremento da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (*Cofins*), no mesmo período de comparação, a alíquota definida no artigo 3º será reduzida na mesma proporção do diferencial de crescimento. (NR)

§ 3º Verificada a hipótese de ocorrência do previsto no parágrafo anterior, a Secretaria da Receita Federal, até 30 dias após encerrado o período de comparação, editará ato dando publicidade do valor da alíquota reduzida. (NR)

§ 4º No período de 12 meses estabelecido no § 1º deste artigo, a Secretaria da Receita Federal publicará, trimestralmente, relatório de avaliação sobre a evolução detalhada da arrecadação da contribuição a que se refere esta lei, bem como da evolução da arrecadação da *Cofins*, no mesmo período. (NR)

Justificação

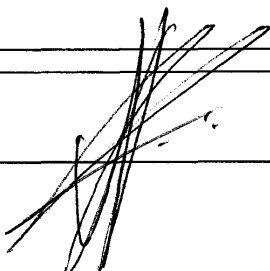
Estudos de equivalência de arrecadação divulgados pela Fundação Getúlio Vargas e pelo BNDES indicam divergências quanto a estimativa da nova alíquota na mudança para o sistema de valor adicionado, apontando valores inferiores ao constante do Projeto de Lei.

Considerando que o objetivo do projeto é eliminar a cumulatividade e tendo como pressuposto assegurar a manutenção dos níveis atuais de arrecadação proveniente do Pís/Pasep, faz-se necessário introduzir mecanismos que protejam o contribuinte de uma tributação excedente.

As modificações introduzidas por esta emenda visam garantir o acesso do contribuinte às informações necessárias ao acompanhamento da evolução da arrecadação e introduzir um método que permita por ato da autoridade administrativa o ajuste automático da alíquota inicialmente fixada, caso esta venha a se mostrar superdimensionada.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2003



MPV 107**000010****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 14/03/2003	proposição Medida Provisória nº 107			
autor Senador Osmar Dias	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Emenda modificativa à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003: que "Altera dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências".

Dê-se ao § 10 do artigo 3º da Medida Provisória 107, de 2003 a seguinte redação:

§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzem, comercializam, beneficiam e industrializam produtos de origem animal ou vegetal classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23 nos códigos 0504.00, 07.010, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 1515.2, 1516.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 1803, 1804.00.00, 1805.00.00, 2009, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da nomenclatura comum do Mercosul, destinados a alimentação humana ou animal poderão deduzir da contribuição para o PIS/PASEP, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos nos incisos I e II do **caput**, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no país."

JUSTIFICAÇÃO

Em razão das dimensões continentais do Brasil e a rápida expansão verificada na agricultura de nosso país, as empresas comerciais revendedoras de produtos agrícolas desempenham um importante papel neste contexto, pois possibilitam aos produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas), atendimento creditício (CPR), adequada assistência técnica, acesso aos modernos insumos e tecnologias, armazenamento e comercialização da produção.

As empresas comerciais, que atuam neste setor, em muito contribuem para que os produtores consigam desenvolver a sua atividade, pois colocam a disposição, a infra-estrutura indispensável, que estes por si só não conseguiriam.

De acordo com o censo 2000 do IBGE, existem no Brasil 31.735.143 habitantes rurais, sendo que destes, aproximadamente 10%, ou seja, 3.200.000 são

agricultores efetivos.

Deste universo de 3.200.000 agricultores, 73% que perfazem 2.336.000, dependem exclusivamente das empresas comerciais cerealistas para continuarem na atividade.

Torna-as ainda mais relevante o assunto em voga, quando analisamos a safra 2002/2003, de acordo com informações da CONAB, a produção nacional de grãos poderá chegar a 110 milhões de toneladas e destas, 72 milhões de toneladas teriam sua estocagem e escoamento comprometidos, não fosse a atuação das empresas comerciais cerealistas.

Em permanecendo o texto proposto na Medida Provisória 107, de 10 de fevereiro de 2003, serão oneradas as empresas que adquirem grãos dos produtores rurais, pessoas físicas, para posterior colocação no mercado, em 153%, do valor que hoje estão recolhendo nesta rubrica, se aprovada a alíquota de 1,65% do PIS sobre o faturamento.

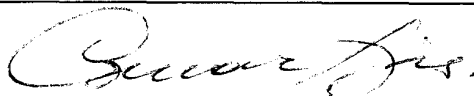
Ante ao exposto, as empresas comerciais que atuam neste segmento terão seus negócios inviabilizados, rompendo-se o elo do produtor para com o mercado, ficando estes ao desamparo e a conseqüente estagnação da agricultura, pensamento contrário, que o Governo Federal coloca como solução para a grande parte dos problemas que o país atravessa.

Outro aspecto relevante, é que se as empresas cerealistas venham a entrar em colapso e encerrarem as suas atividades em razão deste excessivo aumento na carga tributária, as contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS serão menores, sem falar no aumento considerável do desemprego, diminuição da arrecadação do Imposto de Renda, INSS e etc..

Desta forma, solicito aos nobres pares, a aprovação desta emenda, para que os agricultores brasileiros e por extensão a agricultura nacional não fiquem prejudicados.

PARLAMENTAR

Brasília



MPV 107**000011****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 107			
AUTOR Deputado DILCEU SPERAFICO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Dê-se ao § 10 do art. 3º da Lei nº 10.637, de 2002 – incluído pelo art. 1º da MP nº 107, de 2003 – a seguinte redação:</p> <p><i>“§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que comercializam, beneficiam e industrializam produtos de origem animal ou vegetal classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 01.03, 01.05, 0504.00, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 1515.2, 1516.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal poderão deduzir da contribuição para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos nos incisos I e II do caput, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no país.”</i></p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Em razão das dimensões continentais do Brasil e da rápida expansão verificada na agricultura de nosso país, as empresas comerciais revendedoras de produtos agrícolas desempenham um importante papel neste contexto, pois possibilitam aos produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas), atendimento creditício (CPR), adequada assistência técnica, acesso aos modernos insumos e tecnologias, armazenamento e comercialização da produção.</p> <p>As empresas comerciais, que atuam neste setor, em muito contribuem para que os produtores consigam desenvolver as suas atividades, pois colocam à disposição, a infra-estrutura indispensável, que estes por si só não conseguiriam.</p> <p>De acordo com o censo 2000 do IBGE, existem no Brasil 31.735.143 habitantes rurais, sendo que destes, aproximadamente 10%, ou seja, 3.200.000 são agricultores efetivos.</p> <p>Desse universo de 3.200.000 agricultores, 73%, que perfazem 2.336.000, dependem exclusivamente das empresas comerciais cerealistas para continuarem na atividade.</p>				
ASSINATURA				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 107			
AUTOR Deputado DILCEU SPERAFICO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Torna-se ainda mais relevante essa conclusão quando analisamos a safra 2002/2003. De acordo com informações da CONAB, a produção nacional de grãos poderá chegar a 110 milhões de toneladas e, destas, 72 milhões de toneladas teriam sua *estocagem e escoamento comprometidos, não fosse a atuação das empresas comerciais cerealistas.*

Em permanecendo o texto proposto na Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, serão oneradas as empresas que adquirem grãos dos produtores rurais, pessoas físicas, para posterior colocação no mercado, em 153% do valor que hoje estão recolhendo nesta rubrica.

Ante o exposto, as empresas comerciais que atuam neste segmento terão seus negócios inviabilizados, rompendo-se o elo do produtor com o mercado, o que acarretará a estagnação da agricultura. Esse fato certamente contraria o pensamento do Governo Federal, que coloca a agricultura como solução para grande parte dos problemas que o país atravessa.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que se as empresas cerealistas vierem a entrar em colapso e encerrarem as suas atividades em razão deste excessivo aumento na carga tributária, as contribuições para o PIS/Pasep e para a COFINS serão reduzidas. Isso sem falar no aumento considerável do desemprego e na diminuição da arrecadação do Imposto de Renda, do INSS e de outros tributos.

Desta forma, solicito aos nobres Pares a aprovação desta emenda, para que os agricultores brasileiros, e por extensão a agricultura nacional, não fiquem prejudicados.

30042409-101

ASSINATURA

MPV 107

000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, que altera dispositivos das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
---------------------------	---

autor Deputado Federal Chico da Princesa	nº do prontuário
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação :

" Art. 1º Os arts, 1º, 3º, 8º e 11 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

" Art. 8º -

X – as sociedades cooperativas;

XI – os serviços públicos de transporte coletivo de passageiros terrestres e aquaviários.

"

.....

JUSTIFICATIVA

O novo Governo Federal tem defendido o crescimento econômico sustentável para o país, e que em contrapartida seja garantido a distribuição de renda, justiça social e a eliminação da pobreza. Dentro deste raciocínio, não podemos ignorar que os serviços de transporte público de passageiros são responsáveis pelo deslocamento diário de 60 milhões de brasileiros somente nas áreas urbanas e metropolitanas. Atualmente é um dos setores que mais gera empregos no Brasil ultrapassando a marca de 700 mil empregos diretos. Dessa forma, deve-se buscar alternativas que minimizem os impactos sobre os custos deste setor, objetivando a manutenção de uma tarifa condizente com o poder aquisitivo dos usuários deste serviço público. Assim, a alteração proposta visa retornar a alíquota 0,65 % de contribuição do setor de transporte público para o PIS/PASEP, alterada indevidamente no texto da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Tal alteração permitirá desonerar o custo de vida da população brasileira que necessita do transporte público diariamente.

PARLAMENTAR



MPV 107**000013****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 20/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107/2003
---------------------------	---

autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300
---	---------------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página 01/01	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso X	alínea
---------------------	------------------	------------------	-----------------	---------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 107 de 10 de fevereiro de 2003, no seu inciso X, do art.8º dando-lhe a seguinte redação:

...

X – as sociedades cooperativas e as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas Jornalísticas e radiofusão sonora e de sons e imagens.

JUSTIFICAÇÃO

A presente alteração visa restabelecer o aprovado na Medida Provisória 66 que originou a presente lei e vetado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

PARLAMENTAR

MPV 107**000014**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 18/02/2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	N.º PRONTUÁRIO 454			
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

**TEXTO
EMENDA ADITIVA**

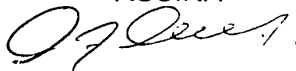
Dê-se a seguinte redação ao art. da Medida Provisória nº 107, de 10/02/ 2003:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de empresa e instituições de direito privado que dediquem a ministrar educação de nível médio, na forma do regulamento expedido pela Sæcretaria da Receita Federal."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que as empresas e instituições de direito privado que ministrem educação no nível de ensino médio, possam, a exemplo do que ocorre com aquelas que se dedicam a educação de nível fundamental e educação infantil, possam optar pelo SIMPLES.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107**000015****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data 24/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 107, de 2003
---------------------------	--

Autor DEPUTADO RONALDO DIMAS	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 1/2	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	Alineas
---------------	-----------	-----------	--------	---------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 10 da Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, modificado pelo art. 24 da Lei 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

Art. 10. Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de tributos e contribuições federais e relativos a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cento e cinquenta prestações mensais, iguais e sucessivas, observadas as condições fixadas neste artigo.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º O débito objeto do parcelamento será consolidado na data do pedido e dividido pelo número de prestações.

§ 3º O valor de cada prestação, determinado na forma do § 2º:

I – não poderá ser inferior a cem reais;

II – será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º Para os fins da consolidação referida no § 2º, os valores correspondentes a multa de ofício serão reduzidos em quarenta por cento.

§ 5º A redução prevista no § 4º não será cumulativa com qualquer outra redução admitida em lei.

§ 6º Na hipótese de anterior concessão de redução de multa em percentual inferior a quarenta por cento, prevalecerá o percentual referido no § 4º.

§ 7º Ressalvado o disposto nos §§ 10 e 11, não será concedido o parcelamento de que trata este artigo na hipótese de existência de parcelamentos concedidos sob outras modalidades, admitida a transferência do saldo remanescente para essa modalidade, mediante requerimento do sujeito passivo.

§ 8º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro.

§ 9º Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam as vedações previstas no art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 10. Os débitos incluídos no Refis ou no parcelamento a ele alternativo poderão, a critério da pessoa jurídica, ser parcelados nas condições previstas neste artigo, nos termos a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor do mencionado Programa.

§ 11. Na hipótese do parágrafo 10:

I – a opção pelo parcelamento na forma deste artigo implica desistência compulsória e definitiva do Refis ou do parcelamento a ele alternativo;

II – as contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retornarão à administração daquele órgão, sujeitando-se à legislação específica a elas aplicável;

III – será objeto do parcelamento nos termos deste artigo o saldo devedor dos débitos de que trata o § 7º.

§ 12. O parcelamento a que se refere este artigo:

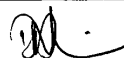
I – deverá ser requerido, inclusive na hipótese de transferência de que trata o § 7º, até o último dia útil do mês de abril de 2003, perante a unidade da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional responsável pela cobrança do respectivo débito;

II – reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.522, de 2002, no que não contrariem este artigo;

III – aplica-se, inclusive, aos débitos apurados segundo o Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2003



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 24/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 107, de 2003
---------------------------	--

Autor DEPUTADO RONALDO DIMAS	nº do prontuário
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 2/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alíneas
----------------------	---------------	------------------	---------------	----------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

§ 13. Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos deste artigo, serão automaticamente convertidos em renda da União, aplicando-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

§ 14. A Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirão os atos necessários à regulamentação deste artigo, no âmbito de suas respectivas competências.

Justificativa

A permanência de grande número de empresas na situação de inadimplência com relação ao recolhimento de tributos ao Fisco e ao INSS deve-se principalmente ao crescimento incipiente da economia brasileira nos últimos anos, explicado, em grande parte, pela manutenção de elevadas taxas de juros. Nesse sentido, são necessárias políticas públicas para a recuperação fiscal das empresas, por meio de renegociação de débitos tributários e previdenciários, em especial, das multas aplicáveis. A recente experiência com o REFIS, demonstrou que, ao mesmo tempo que contribui para o saneamento de passivos insustentáveis, a renegociação desses débitos permite um significativo aumento da arrecadação e preserva inúmeros postos de trabalho.

Desde sua implantação até dezembro de 2001, quando se intensificaram as pressões para reabertura do REFIS, 129.085 empresas haviam apresentado termo de opção pelo programa, sendo que 7.948 desses pleitos foram indeferidos. Pode-se considerar portanto, que 121.137 empresas apresentaram condições de habilitação ao programa de refinanciamento de seus débitos com a União. Todavia, 84.192 empresas foram excluídas do programa, restando ativas 36.945 empresas, ou seja 28,6% das inicialmente habilitadas.

De janeiro a dezembro de 2000 o REFIS possibilitou a arrecadação de R\$ 1,058 bilhão. Em 2001 a arrecadação passou para R\$ 1,813 bilhão, e no ano passado estimava-se que a arrecadação seria de cerca de R\$ 140 milhões, mensais.

Dentro deste cenário, a presente emenda busca possibilitar o parcelamento em até 150 prestações mensais, iguais e sucessivas dos débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inscritos ou não em dívida ativa.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2003



MPV 107

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000016

2 DATA 18-02-2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N. PRONTUÁRIO 454
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
0	ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. da MP nº 107, de 10/02/2003:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de centro de formação de condutores, corretagem de seguros, agência lotérica, agência terceirizada de correios, empresa de serviços contábeis, escolas de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes e de idiomas, empresa de softwares e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal."

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de centro de formação de condutores, corretagem de seguros, agência lotérica, agência terceirizada de correios, empresa de serviços contábeis, escolas de 1º e 2º graus, cursos profissionalizantes e idiomas, empresa de softwares e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde possam optar pelo SIMPLES, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal e aprovado mediante acordo nos plenários do Congresso Nacional em dezembro de 2002.

ASSINA


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107**000017**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 18-02-2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N.º PRONTUÁRIO 454
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
0	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

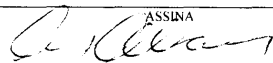
Dê-se a seguinte redação ao art. da MP nº 107, de 10/02/2003:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis, e clube esportivo, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agências de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis e clubes esportivos possam optar pelo SIMPLES, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107**000017**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 18-02-2003	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N.º PRONTUÁRIO 454			
6 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. da MP nº 107, de 10/02/2003:

"Art. Poderão optar pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nas condições estabelecidas pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis, e clube esportivo, na forma do regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa, por questões de isonomia e justiça, permitir que também as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agências de propaganda e publicidade, corretagem de imóveis e clubes esportivos possam optar pelo SIMPLES, na forma de regulamento expedido pela Secretaria da Receita Federal.


ASSINA
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000019

Data 24/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 107, de 2003
Autor Deputado Miguel de Souza	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 1/1	Artigo 1º
Parágrafo	Inciso
Alíneas	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 1º da MPV 107/2003, alteração ao "caput" do art. 29 da Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

Art. 29. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados a estabelecimento que se dedique, preponderantemente, à elaboração de produtos classificados nos Capítulos 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (exceto códigos 2309.10.00 e 2309.90.30 e Ex-01 no código 2309.90.90), 28, 29, 30, 31 e 64, nos códigos 2209.00.00 e **2501.00.00** e nas posições 21.01 a 21.05.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, inclusive aqueles a que corresponde a notação NT (não tributados), sairão do estabelecimento industrial ou **distribuidor** com suspensão do referido imposto.

Justificativa

Como se sabe, o sal e a água são os dois únicos minerais ingeridos, regularmente pelo ser humano. Mas, o fato de pertencer ao reino mineral faz com que o sal seja tipificado no capítulo 25 – Produtos Minerais – sessão 5 da TIPI, ao lado de cimento, enxofre, gesso e cal, p.ex., e não junto ao açúcar, às gorduras, aos óleos, às carnes, às farinhas, em decorrência de sua característica de alimento. Daí, certamente a não inclusão do sal no conjunto dos alimentos beneficiados pelo art. 29 da Lei nº 10.637/2002, quando na realidade, a ingestão de sal ultrapassa a caracterização de simples alimento ou condimento, para tornar-se um poderoso instrumento no programa de saúde pública, que combate aos DDI – Distúrbios por Deficiência de Iodo (bócio, nanismo, cretinismo, retardo mental e aborto, entre outros).

Assim, a emenda além de incluir os materiais destinados a embalagem do sal na abrangência do mencionado dispositivo, busca estender a referida suspensão, também, ao estabelecimento distribuidor.

O Legislador pretendia reduzir a carga tributária do IPI de um segmento significativo da cadeia produtiva. Porém quando estabeleceu que a suspensão dar-se-ia no estabelecimento industrial esqueceu que existe o setor de distribuição, ligado diretamente com a fábrica produtora, que revende quantidades menores para as micro, pequenas e médias empresas que só podem comprar suas matérias primas à rede distribuidora, e portanto são obrigadas a pagar o IPI.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2003

MPV 107

000020

Data
24/02/2003Proposição
Medida Provisória nº 107, de 2003Autor
Deputado Miguel de Souza

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo globalPágina
1/1Artigo
1º

Parágrafo

Inciso

Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao Art. 1º da MPV 107/2003, alteração ao "caput" do art. 29 da Lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

Art. 29. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados a estabelecimento que se dedique, preponderantemente, à elaboração de produtos classificados nos Capítulos 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (exceto códigos 2309.10.00 e 2309.90.30 e Ex-01 no código 2309.90.90), 28, 29, 30, 31 e 64, nos códigos **2201.10.00** e 2209.00.00, e nas posições 21.01 a 21.05.00, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - Tipi, inclusive aqueles a que corresponde a notação NT (não tributados), sairão do estabelecimento industrial ou **distribuidor** com suspensão do referido imposto.

Justificativa

O consumo de água mineral natural, além da sua natureza alimentar também tem função medicinal, gerando positivos reflexos à saúde pública e trazendo grande economia ao Estado em decorrência da redução de doenças de origem hídrica. Ademais, o setor de produção de água mineral natural já se consolida como segmento importante à nação brasileira e de grande valor estratégico, frente a previsível escassez de água potável. Contudo, a alta carga tributária incidente em toda cadeia produtiva das Águas Minerais Naturais está inviabilizando sua popularização, havendo a necessidade de redução dos custos de produção.

Relativamente ao Imposto de Produtos Industrializados - IPI, o montante que incide nos insumos de embalagens para as águas minerais naturais e que acabam onerando o produto no ciclo econômico destinado ao consumidor final, varia em torno de 15% do preço total do produto. Assim, a presente emenda visa a inclusão dos insumos de embalagens e resinas destinados à água mineral natural nos efeitos da Lei nº 10.637/2002, de forma a suspender a incidência do IPI para ditos insumos de embalagens e rótulos, a fim de viabilizar o acesso de todo cidadão à água mineral a um custo compatível com a realidade.

A emenda além de incluir os materiais destinados a embalagem de água mineral na abrangência do mencionado dispositivo, busca estender a referida suspensão, também, ao estabelecimento distribuidor.

O Legislador pretendia reduzir a carga tributária do IPI de um segmento significativo da cadeia produtiva. Porém quando estabeleceu que a suspensão dar-se-ia no estabelecimento industrial esqueceu que existe o setor de distribuição, ligado diretamente com a fábrica produtora, que revende quantidades menores para as micro, pequenas e médias empresas que só podem comprar suas matérias primas à rede distribuidora, e portanto são obrigadas a pagar o IPI.

PARLAMENTAR

Brasília, 24 de fevereiro de 2003

MPV 107

000021

data

proposição

Medida Provisória nº 107/03

Mussa Deme^{autor}s

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte inciso VII ao art. 1º, § 3º, da Lei nº 10.637/02, com a redação dada pela MP 107:

VII – não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente.

Justificação

A emenda apresentada retoma a redação da MP 66 aprovada pelo Congresso Nacional e vetada parcialmente pelo Presidente da República. A emenda apresenta méritos patentes, pois exclui da base de cálculo do PIS/PASEP as receitas não operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente. Taxar tais operações não faz sentido econômico e se apresenta como um ônus desnecessário e abusivo para as empresas sujeitas ao PIS/PASEP, pois seriam taxadas em ações acessórias, secundárias a suas atividades.

Numa economia moderna, preocupada com a eficiência de suas empresas, é importante que as empresas tenham incentivos a desfazerem-se de seu ativo permanente que não agregue mais valor a suas atividades finalísticas. Quanto mais capital improdutivo possui uma empresa, maior deve ser suas margens de lucro para se tornarem viáveis. Assim, a isenção do PIS/PASEP para a venda do ativo permanente gera estímulos, ou ao menos não impede, que as empresas busquem eficiência econômica, aumentem sua produção e gerem mais empregos.

PARLAMENTAR

MPV 107

000022

data
20/02/2003proposição
Emenda à Medida Provisória nº 107autor
PAUDERNEY AVELINOnº do prontuário
0431 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página1/5

Artigo5º

Parágrafo

Inciso IV

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 5º da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002, fica acrescido do inciso 4, com a seguinte redação:

"Art.

5º.

IV – de comercialização de produtos intermediários, produtos secundários, matérias-primas, componentes, partes e peças, materiais de embalagem e demais insumos produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de fabricação de produtos industrializados consoante projetos técnico-econômicos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA."

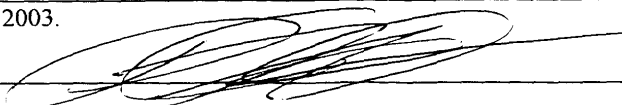
JUSTIFICATIVA

As políticas industriais dos Governos Federal e Estadual, para o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, formalizadas mediante os instrumentos de incentivos fiscais, impõem, mediante prescrições legais específicas e processos produtivos básicos, em proveito da geração de empregos, da economia de divisas e da maior autonomia em relação às fontes externas de tecnologia, o adensamento da cadeia produtiva na região, o que demanda a fabricação local dos produtos intermediários, produtos secundários, matérias-primas, componentes, partes e peças, materiais de embalagem e outros insumos.

Uma distorção no que respeita à exigibilidade da contribuição de PIS/PASEP inviabiliza a competitividade desses insumos, em relação aos similares estrangeiros, que não estão sujeitos à aludida exação, quando importados do exterior pelos fabricantes de bens finais, e também em relação aos insumos de origem nacional remetidos de qualquer outra localidade do território nacional para a Zona Franca de Manaus, posto que essa remessa equipara-se, para todos os fins de direito, a exportação para o exterior, hipótese de isenção da Contribuição aludida (Decreto-Lei no. 288, de 1967: art. 4º; Lei no. 10.637, de 2002: art. 5º, inciso I; STF: liminar na ADI no. 2.348-9/DF.

PARLAMENTAR

Brasília, 20 de fevereiro de 2003.



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 20/02/2003		proposição Emenda à Medida Provisória nº 107		
autor PAUDERNEY AVELINO		nº do prontuário 043		
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 2/5	Artigo 5º	Parágrafo	Inciso IV	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>A recente edição da Lei Federal no. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, torna irreversível essa perda de competitividade, na medida em que assegura, para os fabricantes de bens finais na Zona Franca de Manaus, o crédito presumido da contribuição PIS/PASEP, que deixou de ser paga pelos fabricantes de insumos estabelecidos em outros Estados e no próprio Estado do Amazonas, nas remessas para a Zona Franca de Manaus.</p> <p>A Zona Franca de Manaus, criada pela Lei no. 3.173, de 1957, foi reestruturada pelo Decreto-Lei no. 288, de 1967, ante a circunstância de que a área sob especial regime tributário "não causou o impacto desejado na economia da Amazônia", após a constatação de que "a experiência de dez (10) anos demonstrou não ter os incentivos essenciais para o desenvolvimento da área." (Exposição de Motivos no. 21, de 27 de fevereiro de 1967, que capeou o Decreto-Lei no. 288, de 28/02/67, assinada pelos Ministros de Estado da Fazenda, Prof. OCTÁVIO GOUVEIA DE BULHÕES, e Extraordinários para o Planejamento e Coordenação Econômica, Prof. ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS, e para a Coordenação dos Organismos Regionais, Dr. JOÃO GONÇALVES DE SOUZA.</p> <p>Dentre as motivações de ordem geopolítica para a reestruturação da Zona Franca de Manaus, foi expressamente mencionado, na referida E.M. no. 21/67, o fato de que "4. Enquanto de um lado se evidenciava a inoperância da Zona Franca de Manaus, as facilidades concedidas pelos governos estrangeiros em outras áreas limítrofes à Amazônia brasileira trouxeram um profundo surto de desenvolvimento e conseqüentemente êxodo de nossa população fronteiriça para esses países...6. O Decreto-Lei, que ora submetemos a Vossa Excelência é um passo arrojado para criar um pólo de desenvolvimento econômico no centro geográfico da Amazônia com as isenções fiscais e facilidades de consumo interno para a atração de capitais e mão-de-obra que assegurem o seu rápido progresso."</p> <p>Assim, conforme estatuído no art. 1º do Decreto-Lei no. 288, de 28 de fevereiro de 1967, deram-se as seguintes novas características e finalidades para a Zona Franca de Manaus:</p> <p>"Art. 1º. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, <u>um centro industrial, ... dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.</u>"</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília, 20 de fevereiro de 2003.				

data 20/02/2003	proposição Emenda à Medida Provisória nº 107			
autor PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página3/5	Artigo5º	Parágrafo	IncisoIV	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Salta à evidência que os incentivos fiscais especiais não constituíam um fim em si mesmos, mas um instrumento para assegurar a competitividade dos produtos industriais fabricados na área especialmente delimitada da Zona Franca de Manaus, comprometida pelas dificuldades decorrentes de sua rigidez locacional, quais sejam os fatores locais e a grande distância a que se encontram os centros consumidores desses produtos.</p> <p>Ao mesmo tempo em que, em seu art. 41, determinou o cancelamento de todos os incentivos fiscais <u>setoriais</u>, o Ato das Disposições Constitucionais de 1988 manteve expressamente, em seu art. 40, as características da Zona Franca de Manaus como área livre de comércio, de exportação e importação, e de <u>incentivos fiscais</u>, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição.</p> <p>Fê-lo com a devida extensão para garantir, por via tributária, a preservação da competitividade dos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. Com a costumeira acuidade, observa MARCO AURÉLIO GRECO, em parecer de 20 de novembro de 2000, acostado aos autos da ADI no. 2348-9/DF:</p> <p>"Centrando a análise no artigo 40 do ADCT, que se insere no contexto acima exposto, verifica-se que o dispositivo não tem por objeto os incentivos fiscais em si, isoladamente considerados; na realidade sua determinação é mais abrangente.</p> <p><i>A norma do artigo 40 do ADCT mantém por 25 anos, a Zona Franca de Manaus "com a característica" de área de incentivos fiscais.</i></p> <p><i>Prever que deve ser mantida esta "característica" significa que o Constituinte reconheceu a necessidade de haver continuidade de uma determinada qualidade da Zona em si, qual seja a de ser objeto de um tratamento diferenciado (incentivado por instrumentos fiscais), em comparação com o dispensado a empreendimentos semelhantes em outras áreas do território brasileiro.</i></p>				
PARLAMENTAR				
Brasília, 20 de fevereiro de 2003				

data 20/02/2003	proposição Emenda à Medida Provisória nº 107			
autor PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página4/5	Artigo5º	Parágrafo	Inciso IV	alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>A proteção contida no disposto não é, única e exclusivamente, aos incentivos fiscais em si, mas alcança a diferenciação de regime tributário que torne mais vantajoso, da ótica fiscal, o desenvolvimento da atividade econômica naquela região do que em outras. Esta diferenciação no tratamento fiscal é constitucionalmente reputada necessária e adequada para enfrentar outras diferenças inversas que a região apresenta comparativamente às demais regiões do País (floresta, distância em relação aos mercados consumidores etc.) Esta interpretação do disposto é confirmada por duas outras peculiaridades que o artigo 40 apresenta.</p> <p>A primeira é a de não haver menção a dispostos legais específicos!</p> <p>De fato, objeto mantido pela norma do artigo 40 não foi o texto da Lei ou do Decreto-lei "número tal"; mantida foi a <u>característica</u> acima apontada. Aliás, é de notar que a CF/88, quando pretendeu manter disciplinas legais específicas, mencionou expressamente as respectivas normas, como se verifica, por exemplo, no seu artigo 239 (LC – 7/70 e LC - 8/70) e no artigo 56 do ADCT (DL – 1940/82; DL – 2049/83; Dec 91.236/85; Lei – 7.611/87)!</p> <p>Portanto, no artigo 40, o Constituinte manteve <u>mais</u> do que o simples texto da legislação vigente à data de sua promulgação; manteve a qualidade da Zona Franca de Manaus consistente em os empreendimentos ali localizados receberem incentivos fiscais (a) não extensíveis a outras áreas do território nacional, ou (b) em nível mais elevado do que o existente nas demais áreas, pois esta diferença de tratamento fiscal, aos empreendimentos localizados na Zona Franca de Manaus, é que lhe dá a característica de área de incentivos fiscais.</p> <p>A segunda, é a previsão do prazo de 25 anos durante o qual a característica deve ser mantida que indica possuir feição <u>dinâmica</u> que se materializa em função da continuidade da diferença comparativa e não da singela disciplina existente em certa data.</p> <p>Realmente, seria ingênuo imaginar que, no prazo de 25 anos, não existiriam mudanças no campo da economia, da tecnologia, do desenvolvimento etc. Em tão amplo lapso temporal, pode ocorrer até mesmo o desaparecimento dos impostos originalmente previstos nos diplomas legislativos que asseguram incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília, 20 de fevereiro de 2003.				

data 20/02/2003	proposição Emenda à Medida Provisória nº 107
autor PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 5/5	Artigo5º Parágrafo Inciso IV alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p><i>Assim, o simples fato de ser prevista a manutenção daquela característica por 25 anos está a indicar que a proteção contida não se resume aos textos existentes à data da promulgação da Constituição, mas alcança a diferenciação de tratamento enquanto tal, dinamicamente aferida.</i></p> <p><i>Em suma, não se trata de mera manutenção da disciplina <u>formal</u> contida no diploma tal qual; garantida foi a diferença de tratamento neles consagrada, a qual, deste modo, passou a integrar o próprio sistema constitucional.</i></p> <p><i>Esta garantia de diferenciação positiva de tratamento, por corresponder a consagração constitucional, é insuscetível de modificação por lei ordinária ou mesmo complementar."</i></p> <p>Os interesses do desenvolvimento econômico e social do Estado e da Amazônia Ocidental, do qual é pilar básico o Pólo Industrial Incentivado da Zona Franca de Manaus, determinam que as operações internas à área incentivada, relativas à fabricação e comercialização internas de insumos industriais em geral, sejam expressamente isentas da Contribuição para o PIS/PASEP, em caráter de urgência.</p>	
PARLAMENTAR	
Brasília, 20 de fevereiro de 2003.	

MPV 107**000023**data
1702/2003proposição
Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.autor
Deputado Federal Luis Carlos Heinze

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte texto ao Artigo 3º § 10 da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, mantendo-se o demais:

“§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal classificadas nos Capítulos 1, itens 3 e 5 da nomenclatura comum do Mercosul.....

”.

JUSTIFICATIVA

O capítulo 1, dispõe sobre animais vivos, sendo que os itens 3 e 5 da nomenclatura comum do Mercosul trata de pintos de um dia, matrizes e suínos para reprodução, itens responsáveis pelo início da cadeia produtiva. Essa emenda, tem por objetivo acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos da base do setor primário sendo grandes geradores de emprego.

Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

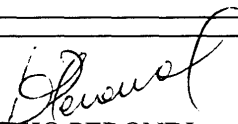
PARLAMENTAR

Brasília – DF 17 de fevereiro de 2003

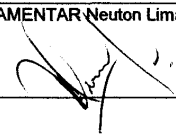
Deputado Federal Luis Carlos Heinze

MPV 107**000024**

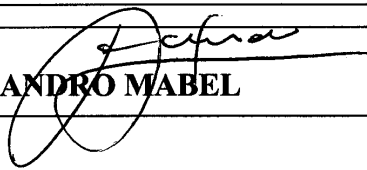
Data 24/02/2003	Proposição Medida Provisória nº 107, de 2003			
Autor Deputado Miguel de Souza	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 3º	Parágrafo	Inciso	Alíneas
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acréscete-se ao § 10º do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória 107/2003, referência expressa às mercadorias de origem vegetal dos seguintes códigos da TIPI - Nomenclatura Comum do Mercosul: "0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 0708, 0709.90."</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>Tais inclusões decorrem da necessidade de garantir tratamento isonômico a todos os segmentos da cadeia produtiva de alimentos, de maneira a não permitir que a nova sistemática de apuração do PIS interfira negativamente na competitividade dos produtos alimentícios em geral. Assim impõe-se que o crédito presumido também abranja produtos "in natura" como: batata, tomate, ervilha, milho, cenoura, nabo, e legumes de vagem frescos, conforme classificados na TIPI – Nomenclatura Comum do Mercosul.</p> <p>Assim, a emenda pretende evitar um aumento indesejável e abrupto na carga tributária e consequentemente no preço de alguns alimentos.</p> <p style="text-align: right;">PARLAMENTAR</p>				
Brasília, 24 de fevereiro de 2003				

<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">MPV 107 000025</div>				
DATA 19/02/2003	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória n.º 107, de 10 de Fevereiro de 2003			
AUTOR DARCÍSIO PERONDI	N.º PRONTUÁRIO 5			
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7	ARTIGO 8	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO 9 <p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória n.º 107, de 10 de Fevereiro de 2003, remunerando-se os demais:</p> <p>“Art. ... O Art. 26 da Lei n.º 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso”.</p> <p>X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas;</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV n.º 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória n.º 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de atividade de centro de formação de condutores ou auto-escolas.</p> <p>Tem a presente emenda, o objetivo de acolher a reivindicação desse setor que passará a ter a sua justa inclusão, por representar segmento que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego. E formadores dos motoristas brasileiros.</p> <p>Essas são as razões que apresentamos e que são determinadas para que a presente emenda seja acolhida.</p>				
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div>Brasília – DF 19 de Fevereiro de 2003 10</div><div style="text-align: center;"> DARCÍSIO PERONDI</div></div>				

MPV 107
000026

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Deputado Federal Neuton Lima	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
<p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.</p> <p>X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas; XI. Corretagem de seguros; XII. Agências lotéricas; XIII. Agências permissionárias dos Correios; XV. Escritórios de Serviços Contábeis; XVI. Escolas de 1º e 2º Grau, de Idiomas e Profissionalizantes; XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e XVIII. Empresas de Software.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Grau e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.</p> <p>Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.</p> <p>Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.</p>				
Brasília – DF 18 de fevereiro de 2003		PARLAMENTAR Neuton Lima 		

MPV 107**000027**

data 11/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Deputado Federal	nº do prontuário			
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
<p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.</p> <p>X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas;</p> <p>XI. Corretagem de seguros;</p> <p>XII. Agências lotéricas;</p> <p>XIII. Agências permissionárias dos Correios;</p> <p>XV. Escritórios de Serviços Contábeis;</p> <p>XVI. Escolas de 1º e 2º Graus, de Idiomas e Profissionalizantes;</p> <p>XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e</p> <p>XVIII. Empresas de Software.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Graus e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.</p> <p>Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.</p> <p>Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília – DF 18 de fevereiro de 2003		 SANDRO MABEL		

MPV 107

000028

Data

proposição

Medida Provisória nº 107/03

autor

MARCELO GUIMARÃES Filho

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☒ modificativa 4 ☒ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo 1º

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se os seguintes incisos ao art. 26º da Lei nº 10.637/02:

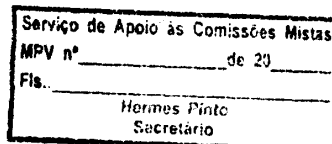
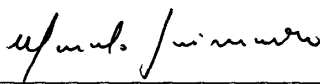
- X – centro de formação de condutores;
- XI – corretagem de seguros;
- XII – agência lotérica;
- XIII – agência terceirizada de correios;
- XIV – empresa de serviços contábeis;
- XV – creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e ensino médio, cursos profissionalizantes e de idiomas;
- XVI – empresas de softwares (programas para computadores); e
- XVII – estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Justificação

A emenda apresentada retoma a redação da MP 66 aprovada pelo Congresso Nacional e vetada parcialmente pelo Presidente da República. Sua apresentação dá forma a importantes interesses das classes produtoras brasileiras, permitindo que mais setores possam optar pelo SIMPLES. Trata-se na emenda, especialmente, de setores sabidamente constituídos por empresas de pequeno porte.

Permitir que tais empresas optem pelo SIMPLES é um importante passo para simplificar as relações tributárias para um número enorme de empresas, trazendo a conseqüente e necessária expansão do número de empregos e geração de renda no Brasil.

PARLAMENTAR



MPV 107**000029**

data 11/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Deputado Federal SILAS BRASILEIRO	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
<p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.</p> <p>X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas; XI. Corretagem de seguros; XII. Agências lotéricas; XIII. Agências permissionárias dos Correios; XV. Escritórios de Serviços Contábeis; XVI. Escolas de 1º e 2º Grau, de Idiomas e Profissionalizantes; XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e XVIII. Empresas de Software.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Grau e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.</p> <p>Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.</p> <p>Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília – DF 11 de fevereiro de 2003				

MPV 107**000030**

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Deputado Augusto Nardes	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA				
<p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.</p> <p>X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas;</p> <p>XI. Corretagem de seguros;</p> <p>XII. Agências lotéricas;</p> <p>XIII. Agências permissionárias dos Correios;</p> <p>XV. Escritórios de Serviços Contábeis;</p> <p>XVI. Escolas de 1º e 2º Graus, de Idiomas e Profissionalizantes;</p> <p>XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e</p> <p>XVIII. Empresas de Software.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Graus e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.</p> <p>Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.</p> <p>Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília – DF				

MPV 107**000031**

data

proposição

Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.

autor

Deputado Federal Marcus Vicente - PPB/ES

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva2. ☐ Substitutiva3. ☐ Modificativa4. ☒ Aditiva5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.

X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas;

XI. Corretagem de seguros;

XII. Agências lotéricas;

XIII. Agências permissionárias dos Correios;

XV. Escritórios de Serviços Contábeis;

XVI. Escolas de 1º e 2º Grau, de Idiomas e Profissionalizantes;

XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e

XVIII. Empresas de Software.

JUSTIFICATIVA

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Grau e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.

Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.

Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

PARLAMENTAR

Brasília-DF, de fevereiro de 2003

MPV 107**000032**

data 17/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.
---------------------------	---

autor Deputado Federal Luis Carlos Heinze	nº do prontuário
--	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. O art. 26 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos”.

- X. Centro de formação de condutores e Auto-Escolas;
- XI. Corretagem de seguros;
- XII. Agências lotéricas;
- XIII. Agências permissionárias dos Correios;
- XV. Escritórios de Serviços Contábeis;
- XVI. Escolas de 1º e 2º Graus, de Idiomas e Profissionalizantes;
- XVII. Empresas prestadoras de serviços de saúde; e
- XVIII. Empresas de Software.

JUSTIFICATIVA

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “ampliar as hipóteses de acesso ao SIMPLES para incluir as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades de agência de viagem e turismo, permissionária dos Correios, lotéricas, centro de formação de condutores ou auto-escolas, corretagem de seguros, escritórios de contabilidade, escolas de 1º e 2º Graus e de idiomas e profissionalizantes e empresas prestadoras de serviço de saúde e de software”.

Tem a presente emenda, o objetivo de acolher as reivindicações desses setores, que passarão a ter a sua justa inclusão, por representar segmentos que trabalham com pequenas margens de lucro, e que, a par disso, são grandes geradores de emprego.

Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

PARLAMENTAR

Brasília – DF 17 de fevereiro de 2003

Deputado Federal Luis Carlos Heinze

MPV 107

000033

data 18/02/2003		proposição Emenda à Medida Provisória nº 107							
autor PAUDERNEY AVELINO		nº do prontuário 043							
1	Supressiva	2.	substitutiva	3.	modificativa	4.	aditiva	5.	Substitutivo global
Página 1/2		Artigo 1º		Parágrafo		Inciso XI		alínea	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO									
<p style="text-align: center;">Acrescente-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 107 de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:</p> <p>Art. 1º.....</p> <p>“Art. 8º.....</p> <p>XI - as empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.”</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>1. Impacto da nova carga tributária:</p> <p>A conversão do PIS em tributo não-cumulativo veio acompanhada de substancial aumento de carga tributária para os meios de comunicação social. Enquanto setores da indústria e comércio podem abater a maior parte de seus custos de produção e de revenda de bens da base de cálculo do PIS, as empresas jornalísticas e de radiodifusão não podem adotar o mesmo procedimento com o seu principal insumo, no caso a mão-de-obra empregada nas suas atividades.</p> <p>Destaca-se, ainda, que:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A alíquota do PIS foi majorada em mais de 150% (de 0,65% para 1,65%);▪ Os créditos fiscais permitidos pela nova legislação pouco se aplicam aos jornais e emissoras de rádio e televisão;▪ Não foi admitido o aproveitamento de créditos fiscais sobre bens e insumos importados, itens preponderantes nas atividades das empresas de comunicação, considerando:<ul style="list-style-type: none">a) a procedência da tecnologia empregada nas operações;b) os pagamentos de direitos de transmissão e de conteúdo produzido no exterior;c) o papel importado utilizado na impressão dos jornais. <p>É importante ressaltar que o aumento na carga tributária do PIS agravará ainda mais as dificuldades por que passa o setor de comunicação no País em decorrência da retração da atividade econômica do mercado publicitário, da desvalorização da moeda e de seus efeitos no endividamento contraído pelas empresas para sua modernização tecnológica.</p>									
PARLAMENTAR									
Brasília, 18 de fevereiro de 2003.									

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 18/02/2003	proposição Emenda à Medida Provisória nº 107
--------------------	--

autor PAUDERNEY AVELINO	nº do prontuário 043
-----------------------------------	--------------------------------

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página 2/2	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso XI	alínea
------------	-----------	-----------	-----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

continuação...

Isto em plena fase de transição de tecnologia, como por exemplo a digitalização dos meios de comunicação, que requer vultosos investimentos sem contrapartidas em termos de receita publicitária.

2. Medida Provisória nº 66/02:

O Congresso Nacional, em reconhecimento ao papel estratégico e social desempenhado pelos meios de comunicação e a par dos problemas que afetam o setor, aprovou emenda à Medida Provisória nº 66/02 (inciso IX do art. 8º) mantendo as empresas jornalísticas e de radiodifusão sob as normas anteriores da legislação do PIS / PASEP.

No entanto, o dispositivo foi vetado pela Presidência da República com a promulgação da Lei 10.637/02 sob a justificativa que a medida traria perda de arrecadação sem a devida compensação, conflitando, assim, com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O fundamento, contudo, não procede. A Lei de Responsabilidade Fiscal conceitua renúncia de receita como sendo aquela decorrente de "anistia, remissão, isenção, subsídio, etc.," que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

No caso concreto o que ocorreria na realidade é a renúncia ao aumento da receita tributária, mas não a renúncia à receita propriamente dita, uma vez que o volume de arrecadação permaneceria o mesmo, não violando, assim, as disposições da LRF.

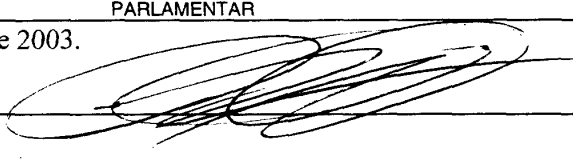
Por outro lado, caso a premissa sobre a qual se funda o veto do Presidente da República fosse válida, o inciso VIII do art. 8º que trata dos serviços telecomunicações também deveria ter sido vetado, sob igual justificativa, o que não ocorreu.

Conclusão:

Neste sentido, e considerando a relevância econômica, cultural, social, política e estratégica dos meios de comunicação social para o País, apresento a presente emenda aditiva que mantém as empresas jornalísticas e de radiodifusão sob as normas anteriores da legislação do PIS/PASEP.

PARLAMENTAR

Brasília, 18 de fevereiro de 2003.



MPV 107**000034****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

Data	proposição Medida Provisória nº 107/03
-------------	---

autor <i>Orlyx Lorenzoni</i>	nº do prontuário
--	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 4º	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A MP 107 passa a vigorar com o seguinte artigo 4º:

Art. 4º. Insira-se na Lei nº 10.637, de 2002, onde couber, o seguinte artigo:

Art. Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

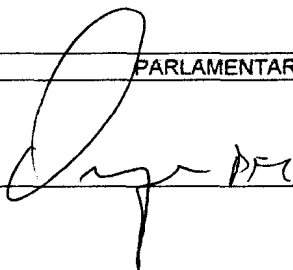
§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

Justificação

A emenda apresentada retoma a redação da MP 66 aprovada pelo Congresso Nacional e vetada parcialmente pelo Presidente da República. Sua redação reabre o Refis. Tal emenda justifica-se por duas razões: retoma texto vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em descumprimento a acordo anterior; e tem méritos claros. A reabertura do Refis permitirá ganhos de receita pelo Poder Executivo, que terá mais contribuintes honrando seus compromissos, e abrirá importante oportunidade para milhares de empresas regularizarem sua situação com o Fisco Federal.

PARLAMENTAR

MPV 107**000035****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Gervásio Silva	nº do prontuário 479			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 02	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Altera dispositivos das Leis nºs. 10.637 de 30 de dezembro de 2.002; 9.317 de 05 de dezembro de 1.996 e 9.964 de 10 de abril de 2.000.

Art. 2º - O artigo 5º da Lei 9.317 de 05 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, excluído o produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, dos seguintes percentuais:

(...)" (NR)

Brasília -18 de fevereiro de 2003


Gervásio Silva
Deputado Federal

MPV 107**000036****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2	DATA
	18/02/2003
	DE AGOSTO

3	PROPOSIÇÃO
	Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003

4	AUTOR
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR

N.º PRONTUÁRIO
454

6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	--	--	--	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Adite-se à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, o seguinte artigo:

Art. Dê-se ao art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, a seguinte redação:

"Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, excluído o produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, dos seguintes percentuais:

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A exclusão do produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, da receita bruta da microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, para efeito de aplicação dos percentuais fixados para o cálculo do valor devido mensalmente, é medida que se impõe como incentivo à exportação, cujo incremento é vital para as contas nacionais, como unanimemente apregoados.

Além disso, é coerente com o disposto nos arts. 153, § 3º, inciso III, e 155, § 2º, inciso X, a, da Constituição Federal, que determinam, respectivamente, a não incidência do IPI sobre produtos industrializados destinados ao exterior, e do ICMS sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar.

Os ganhos decorrentes da aprovação da emenda resultariam em incrementos da renda e do emprego e, principalmente, no nascimento de uma cultura

de exportação, que começaria de baixo para cima, e que foi objeto dos entendimentos aprovados no plenário do Congresso Nacional em dezembro de 2002, quando da votação do projeto de conversão da MP 66/2002.

ASSINA



Dep. LUÍZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000037

2	DATA 18/02/2003	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 107, de 10/02/2003:

"Art. 1º A Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais)." (NR)

"Art. 4º Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano-calendário, seja superior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) e igual ou inferior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais)." (NR)

"Art. 5º

I -

- a) até R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$78.000,01 (setenta e oito mil reais e um centavo) a R\$117.000,00 (cento e dezessete mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$117.000,01 (cento e dezessete mil reais e um centavo) a 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais): 5% (cinco por cento);

II -

- a) até R\$312.000,00 (trezentos e doze mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$312.000,01 (trezentos e doze mil reais e um centavo) a R\$468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais): 5,8% (cinco

- inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$468.000,01 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais e um centavo) a R\$624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
 - d) de R\$624.000,01 (seiscentos e vinte e quatro mil reais e um centavo) a R\$780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
 - e) de R\$780.000,01 (setecentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais): 7% (sete por cento);
 - f) de R\$936.000,01 (novecentos e trinta e seis mil reais e um centavo) a R\$1.092.000,00 (um milhão e noventa e dois mil reais): 7,4% (sete inteiros e quatro décimos por cento);
 - g) de R\$1.092.000,01 (um milhão e noventa e dois mil reais e um centavo) a R\$1.248.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais);
 - h) de R\$1.248.000,01 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil reais e um centavo) a R\$1.404.000,00 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais): 8,2% (oito inteiros e dois décimos por cento);
 - i) de R\$1.404.000,01 (um milhão, quatrocentos e quatro mil reais e um centavo) a R\$1.560.000,00 (um milhão, quinhentos e sessenta mil reais): 8,6% (oito inteiros e seis décimos por cento).

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais), os percentuais a que se referem:

....." (NR)

"Art. 9º

I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais);

II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil reais);

.....

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao dia da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$13.000,00 (treze mil reais) e R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas frações de meses.

....." (NR)

"Art. 13.

b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais) multiplicado pelo número de meses de funcionamento nesse período.

.....

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição, podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A elevação dos limites de que trata esta emenda, em 30%, é necessária para que o incremento da receita bruta das microempresas e empresas de pequeno porte, em decorrência da inflação, não penalize os contribuintes com a exclusão do SIMPLES, como vem ocorrendo.


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000038

2	DATA 18/02/2003	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO
			ALINEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 107, de 10/02/2003:

"Art. O art. 1º da Lei nº 10.034, de 24 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino básico." (NR)

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda estende a faculdade de opção pelo SIMPLES aos estabelecimentos de ensino básico e não apenas àqueles de ensino fundamental, por questões de isonomia e justiça.


Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107**000039****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, que altera os dispositivos das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
---------------------------	---

autor Deputado Federal Chico da Princesa	nº do prontuário
---	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. X <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, o seguinte artigo :

“ Art. __ - Fica reaberto por noventa dias, a contar da data de publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000.

§ 1º - Na opção que trata o caput, poderão ser consolidados os débitos fiscais, nos termos do Art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2002, com vencimento até a data da publicação desta lei.

§ 2º - As pessoas jurídicas que aderiram ao parcelamento previsto no Art. 2º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, que encontram-se inadimplentes, poderão incluir o débito originário deste parcelamento no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, no prazo expresso no caput.

§ 3º - Farão jus a participar do programa nos termos do caput, as pessoas jurídica excluídas do REFIS.

JUSTIFICATIVA

O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS lançado em 2000 permitiu que grande parte das empresas brasileiras regularizasse os pagamentos dos tributos e encargos sociais perante a União. Contudo, nos últimos dois anos, a economia brasileira sofreu efeitos negativos provocados por crises ocorridas no mercado internacional, como a elevação da cotação do dólar em relação ao real, bem como as taxas de juros. Tais fatos têm prejudicado a saúde financeira de muitas empresas brasileiras, não permitindo que obrigações legais sejam devidamente salgadas, como os tributos em geral. Dessa forma, a emenda ora apresentada permitirá que empresas brasileiras possam enfrentar a crise econômica de forma mais justa e saldando os seus débitos com o fisco federal, inclusive aquelas que estão inscritas no REFIS e estão enfrentando dificuldades em honrar este parcelamento mensalmente.

PARLAMENTAR

MPV 107**000040****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data 17/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.			
autor Deputado Federal Luis Carlos Heinze	nº do prontuário			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. Fica reaberto, por cento e vinte dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001”.</p> <p>§ 1º. O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.</p> <p>§ 2º. Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.</p> <p>§ 3º. Nas hipóteses previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.</p> <p>§ 4º. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “atender os anseios de uma maioria de parlamentares dos mais diversos partidos, repercutindo reivindicações de contribuintes em situação de crise financeira, assim como os gestores governamentais preocupados em traduzir créditos de difícil liquidação em receitas adicionais, parcialmente realizáveis no curto prazo”.</p>				

A exclusão de uma parcela expressiva de pequenas e médias empresas nacionais da plena atividade produtiva é decorrente das crises conjunturais sequenciais internas e externas dos últimos anos, associadas ainda às elevadas taxas de juros e a desestabilização cambial que fez elevar os custos de produção, criando um ambiente desfavorável ao desenvolvimento econômico e propício à indesejável inadimplência.

A criação das condições favoráveis a reinserção produtiva das empresas, também decorre da necessidade de se criar um mecanismo renovado de adesão ao REFIS, com prazos de opção de 120 dias à contar da data da publicação dessa lei, fixando critérios que possibilite o acesso das atuais empresas excluídas do Programa, permitindo assim a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes, recuperando, por consequência, ao Tesouro Nacional, receitas de difícil arrecadação, lembrando que a história tem mostrado que a arrecadação tributária sofre melhoras significativas com programas desta natureza, significando receitas no caixa do governo para cumprir o superávit e desenvolver seus programas sociais, complementados com a reabilitação dos devedores da União.

É importante que se conheça os números do Programa REFIS, que teve a adesão de mais de 130 mil contribuintes, entretanto, o número dos excluídos são também grandiosos, da ordem de 80 mil, sendo uma oportunidade permitir que estes também possam participar deste Programa que foi de fundamental importância para a manutenção do emprego no País.

Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

PARLAMENTAR

Brasília – DF 17 de fevereiro de 2003


Deputado Federal Luis Carlos Heinze

MPV 107**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000041**

data 18/02/2003	proposição Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.
---------------------------	--

autor Deputado Federal Neuton Lima	nº do prontuário
--	-------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. Fica reaberto, por cento e vinte dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001”.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º. Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º. Nas hipóteses previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

JUSTIFICATIVA

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “atender os anseios de uma maioria de parlamentares dos mais diversos partidos, repercutindo reivindicações de contribuintes em situação de crise financeira, assim como os gestores governamentais preocupados em traduzir créditos de difícil liquidação em receitas adicionais, parcialmente realizáveis no curto prazo”.

A exclusão de uma parcela expressiva de pequenas e médias empresas nacionais da plena atividade produtiva é decorrente das crises conjunturais sequenciais internas e externas dos últimos anos, associadas ainda às elevadas taxas de juros e a desestabilização cambial que fez elevar os custos de produção, criando um ambiente desfavorável ao desenvolvimento econômico e propício à indesejável inadimplência.

A criação das condições favoráveis a reinserção produtiva das empresas, também decorre da necessidade de se criar um mecanismo renovado de adesão ao REFIS, com prazos de opção de 120 dias à contar da data da publicação dessa lei, fixando critérios que possibilite o acesso das atuais empresas excluídas do Programa, permitindo assim a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes, recuperando, por consequência, ao Tesouro Nacional, receitas de difícil arrecadação, lembrando que a história tem mostrado que a arrecadação tributária sofre melhoras significativas com programas desta natureza, significando receitas no caixa do governo para cumprir o superávit e desenvolver seus programas sociais, complementados com a reabilitação dos devedores da União.

É importante que se conheça os números do Programa REFIS, que teve a adesão de mais de 130 mil contribuintes, entretanto, o número dos excluídos são também grandiosos, da ordem de 80 mil, sendo uma oportunidade permitir que estes também possam participar deste Programa que foi de fundamental importância para a manutenção do emprego no País.

Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

~~~~~

[illegible]

## PARLAMENTAR

Brasília – DF

18 de fevereiro de 2003

PARLAMENTAR Neuton Lima



**MPV 107****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000042**

|                           |                                                                                   |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>data</b><br>11/02/2003 | <b>proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
|---------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|

|                                         |                         |
|-----------------------------------------|-------------------------|
| <b>autor</b><br><b>Deputado Federal</b> | <b>nº do prontuário</b> |
|-----------------------------------------|-------------------------|

|               |                 |                 |                                                |                        |
|---------------|-----------------|-----------------|------------------------------------------------|------------------------|
| 1. Supressiva | 2. Substitutiva | 3. Modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. Substitutivo global |
|---------------|-----------------|-----------------|------------------------------------------------|------------------------|

|               |               |                  |               |               |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
| <b>Página</b> | <b>Artigo</b> | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>alínea</b> |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Fica reaberto, por cento e vinte dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001”.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º. Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º. Nas hipóteses previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

**JUSTIFICATIVA**

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “atender os anseios de uma maioria de parlamentares dos mais diversos partidos, repercutindo reivindicações de contribuintes em situação de crise financeira, assim como os gestores governamentais preocupados em traduzir créditos de difícil liquidação em receitas adicionais, parcialmente realizáveis no curto prazo”.

A exclusão de uma parcela expressiva de pequenas e médias empresas nacionais da plena atividade produtiva é decorrente das crises conjunturais seqüenciais internas e externas dos últimos anos, associadas ainda às elevadas taxas de juros e a desestabilização cambial que fez elevar os custos de produção, criando um ambiente desfavorável ao desenvolvimento econômico e propício à indesejável inadimplência.

A criação das condições favoráveis a reinserção produtiva das empresas, também decorre da necessidade de se criar um mecanismo renovado de adesão ao REFIS, com prazos de opção de 120 dias à contar da data da publicação dessa lei, fixando critérios que possibilite o acesso das atuais empresas excluídas do Programa, permitindo assim a regularização fiscal de contribuintes inadimplentes, recuperando, por consequência, ao Tesouro Nacional, receitas de difícil arrecadação, lembrando que a história tem mostrado que a arrecadação tributária sofre melhoras significativas com programas desta natureza, significando receitas no caixa do governo para cumprir o superávit e desenvolver seus programas sociais, complementados com a reabilitação dos devedores da União.

É importante que se conheça os números do Programa REFIS, que teve a adesão de mais de 130 mil contribuintes, entretanto, o número dos excluídos são também grandiosos, da ordem de 80 mil, sendo uma oportunidade permitir que estes também possam participar deste Programa que foi de fundamental importância para a manutenção do emprego no País.

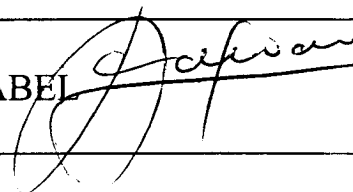
Essas são as razões que apresentamos e que são determinantes para que a presente emenda seja acolhida.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

18 de fevereiro de 2003

SANDRO MABEL



**MPV 107****000043****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                 |                                                                          |
|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| 2<br>DATA<br>18/02/2003                         | 3<br>PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
| 4<br>AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR  | N.º PRONTUÁRIO<br>454                                                    |
| 6<br>1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA      | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA                                 |
| 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA        | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA                           |
| 5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |                                                                          |
| 0                                               | ARTIGO                                                                   |
|                                                 | PARÁGRAFO                                                                |
|                                                 | INCISO                                                                   |
|                                                 | ALÍNEA                                                                   |

**TEXTO****EMENDA ADITIVA**

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

"Art. 9º Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até 31 de janeiro de 2003.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa."

"Art. O § 4º do art. 3º e o art. 15, **caput**, e respectivo § 3º, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, ainda que de valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensada a apresentação de qualquer outra forma de garantia.

"Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento."

**JUSTIFICATIVA**

A reabertura do REFIS é uma exigência social e competitiva firmada em acordo do Congresso Nacional e que foi elogiada como uma maneira de reincluir milhares de empresas no sistema de pagamento dos impostos federais. Tal medida foi citada como referência para ser utilizada até mesmo nos pagamentos dos débitos previdenciários por membros da Câmara dos Deputados que hoje ocupam cargos de relevância na República Federativa do Brasil.

ASSINA

  
 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR
**MPV 107****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****000044**

|                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| data<br>11/02/2003                                                                                                                                                                                                                  | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
| autor<br><b>Deputado Federal SILAS BRASILEIRO</b>                                                                                                                                                                                   | nº do prontuário                                                           |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |                                                                            |
| Página                                                                                                                                                                                                                              | Artigo                                                                     |
| Parágrafo                                                                                                                                                                                                                           |                                                                            |
| Inciso                                                                                                                                                                                                                              |                                                                            |
| alínea                                                                                                                                                                                                                              |                                                                            |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                |                                                                            |

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Fica reaberto, por cento e vinte dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001”.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º. Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º. Nas hipóteses previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

**JUSTIFICATIVA**

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “atender os anseios de uma maioria de parlamentares dos mais diversos partidos, repercutindo reivindicações de contribuintes em situação de crise financeira, assim como os gestores governamentais preocupados em traduzir créditos de difícil liquidação em receitas adicionais, parcialmente realizáveis no curto prazo”.

11 de fevereiro de 2003

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 107****000045**

|                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                  |               |               |                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|
| <b>DATA</b><br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                              | <b>PROPOSIÇÃO</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |               |               |                               |
| <b>AUTOR</b><br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                              | <b>Nº DO PRONTUÁRIO</b>                                                          |               |               |                               |
| <b>TIPO</b><br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                                  |               |               |                               |
| <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                                                               | <b>PARÁGRAFO</b>                                                                 | <b>INCISO</b> | <b>ALÍNEA</b> | <b>PÁGINA</b><br><b>1 / 2</b> |

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

"Art. ... Fica reaberto o prazo de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º. A opção pelo Refis poderá ser formalizada em até 120 (cento e vinte) dias da data da publicação desta Lei.

§ 2º. A reabertura do Refis estende-se, inclusive, às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa, caso em que, para fins de consolidação do valor do débito, serão, necessariamente, adotados os seguintes procedimentos:

I - desconto dos valores pagos a título de tributos e contribuições abrangidos pelo Refis, até a data da exclusão da pessoa jurídica do Programa; e

II - desconto dos valores utilizados na liquidação do valor das multas, de mora ou de ofício, e dos juros moratórios, mediante a compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributos ou contribuições incluídos no Refis e pela utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros, declarados à Secretaria da Receita Federal até 31 de outubro de 1999.

§ 3º. A reabertura estende-se, também, aos débitos mencionados no artigo seguinte, não incluídos à época da formalização da opção pelo Refis, pelos participantes do Programa."

"Art. ... O Refis abrangerá os débitos de pessoas jurídicas relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, vencidos até 31 de janeiro de 2003."

PARLAMENTAR

ASSINATURA



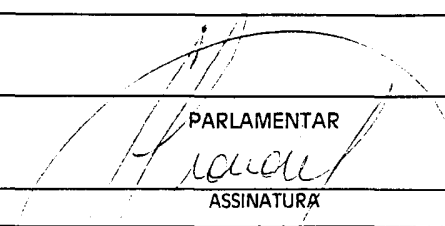
|                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                  |               |               |                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|
| <b>DATA</b><br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                             | <b>PROPOSIÇÃO</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |               |               |                               |
| <b>AUTOR</b><br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                             | <b>Nº DO PRONTUÁRIO</b>                                                          |               |               |                               |
| <b>TIPO</b><br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4- ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                                  |               |               |                               |
| <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                                                              | <b>PARÁGRAFO</b>                                                                 | <b>INCISO</b> | <b>ALÍNEA</b> | <b>PÁGINA</b><br><b>2 / 2</b> |

**JUSTIFICATIVA**

Possibilitar a entrada e o reingresso de empresas ao REFIS, assim como regularidade àquelas empresas que, embora integrantes do Programa, estejam com dificuldade de permanência (pois poderão ser incluídos no REFIS tributos e contribuições vencidos até 31 de janeiro de 2003), gerando, em todos os casos, receita ao Erário.

Com esta emenda, resgata-se o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66/2002, aprovada por acordo que envolveu todos os partidos, mas que terminou sendo vetado pelo Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso no penúltimo dia do ano.

Foram incluídos aperfeiçoamentos e alterada para 31 de janeiro de 2003 a data de vencimento dos tributos e contribuições a serem consolidados, tendo em vista que a data original encontrava-se já defasada no tempo, não abrangendo mais a totalidade dos débitos.

|                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>PARLAMENTAR<br>ASSINATURA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**MPV 107****000046****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|      |                                                                            |
|------|----------------------------------------------------------------------------|
| data | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
|------|----------------------------------------------------------------------------|

|                                                          |                  |
|----------------------------------------------------------|------------------|
| autor<br><b>Deputado Federal Marcus Vicente - PPB/ES</b> | nº do prontuário |
|----------------------------------------------------------|------------------|

|                                        |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|----------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> Modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|----------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

| Página               | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|----------------------|--------|-----------|--------|--------|
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO |        |           |        |        |

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Fica reaberto, por cento e vinte dias a contar da data da publicação desta lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001”.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º. Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º. Nas hipóteses previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até cento e oitenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

**JUSTIFICATIVA**

Procuramos com esta emenda, resgatar o texto do PLV nº 31, de 2002, aprovado pelo Congresso Nacional quando da apreciação da Medida Provisória nº 66, de 2002, que na oportunidade, conforme escreveu o Relator da matéria, procurou “atender os anseios de uma maioria de parlamentares dos mais diversos partidos, repercutindo reivindicações de contribuintes em situação de crise financeira, assim como os gestores governamentais preocupados em traduzir créditos de difícil liquidação em receitas adicionais, parcialmente realizáveis no curto prazo”.



**MPV 107****000047****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                            |                  |               |               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| data<br><b>18/02/2003</b>                                                                                                                                                                                                               | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |                  |               |               |
| autor<br><b>Gervásio Silva</b>                                                                                                                                                                                                          | nº do prontuário<br><b>479</b>                                             |                  |               |               |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> <b>Modificativa</b> 4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |                                                                            |                  |               |               |
| <b>Página</b>                                                                                                                                                                                                                           | <b>Artigo</b><br><b>04</b>                                                 | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>alínea</b> |

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**Altera dispositivos das Leis nºs. 10.637 de 30 de dezembro de 2.002; 9.317 de 05 de dezembro de 1.996 e 9.964 de 10 de abril de 2.000.**

**Artigo 4º - Ficam acrescentados os seguintes artigos a Lei nº 10.637 de 30.12.2002, renumerando-se o Art. 68 para Art. 74**

Art. 68. Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até 31 de dezembro de 2002.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

Art. 69. São isentas da Cofins as sociedades cooperativas, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1971.

Art. 70. Sem prejuízo da dedutibilidade normal das despesas de obtenção e manutenção de registros de marca, a pessoa jurídica poderá, adicionalmente, excluir, na determinação do lucro real, valor equivalente a cem por cento das despesas de obtenção e manutenção de registros de marca no exterior, desde que a marca tenha sido também depositada junto ao INPI no Brasil, para a mesma classe de produtos e serviços requerida no exterior, e, cumulativamente, o pedido de registro de marca no exterior tenha sido deferido por, pelo menos, uma das seguintes entidades:

I - Office for the Harmonization of the Internal Market - OHIM;

II - United States Patent and Trade Mark Office.

§ 1º - O valor que servirá de base para a exclusão deverá ser controlado na parte B do Lalur, por processo de pedido de registro de marca, até que sejam satisfeitas as exigências previstas nesta Lei, quando poderão ser excluídos na determinação do lucro real na forma prevista neste artigo.

§ 2º - Os valores registrados na forma do § 1º deverão, a qualquer tempo, ser comprovados por documentação idônea, e estar à disposição da Secretaria da Receita Federal.

§ 3º - Para fins da dedução em dobro prevista neste artigo, os gastos deverão ser controlados contabilmente em contas específicas, individualizadas por pedido de registro de marca.

Art. 71. Os pagamentos e remessas ao exterior relativos à obtenção e manutenção de direitos de propriedade industrial estão isentos do imposto de renda retido na fonte - IRRF, da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE criada pelas Leis nºs 10.168, de 2000 e 10.332, de 2001, e do imposto sobre operações de câmbio, crédito e seguro - IOF.

Art. 72. O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, fica acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando - se o parágrafo único para § 1º:

"Art. 1º (...)

(...)

§ 2º O prazo das concessões e permissões de que trata o inciso VI deste artigo será de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por dez anos.

§ 3º Ao término do prazo, as atuais concessões e permissões, mencionadas no parágrafo anterior, incluídas as anteriores à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão prorrogadas pelo prazo previsto no parágrafo anterior". (NR)

Art. 73. O art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22-A (...)

(...)

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica.

§ 7º. Aplica-se o disposto no parágrafo 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção." (NR)

Brasília – DF 18 de fevereiro de 2003



Gervásio Silva  
Deputado Federal

**MPV 107****000048****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                 |                                                               |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| <b>Data</b><br><b>20/02/2003</b>                | <b>Proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 2003</b> |
| <b>Autor</b><br><b>DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA</b> | <b>nº do prontuário</b>                                       |

|                                       |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

|               |                  |                  |               |                |
|---------------|------------------|------------------|---------------|----------------|
| <b>Página</b> | <b>Artigo 3º</b> | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>Alíneas</b> |
|---------------|------------------|------------------|---------------|----------------|

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

**Acrescente-se artigo à Medida Provisória 107, de 10 de fevereiro de 2003, para dar ao art. 22 da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:**

**Art. 22.** Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até **31 de dezembro de 2002**.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

**Justificativa**

A presente emenda visa resgatar a redação dada ao art. 22 do PLV nº 31 à Medida Provisória nº 66/2002, aprovado no Congresso Nacional, em 18 de dezembro de 2002, de modo a autorizar a reabertura do prazo para ingresso no Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, bem como estabelecer que a abrangência dos débitos que trata o art. 1º da Lei nº 9.964, de 10/4/2000, estender-se-á até 31 de dezembro de 2002. Inobstante a aprovação da matéria ter se dado sob amplo acordo entre o Poder Executivo e as lideranças partidárias no Congresso, o dispositivo foi vetado.

A economia nacional vem sofrendo as nefastas consequências do alto custo do financiamento das atividades produtivas.

A reabertura do prazo para ingresso e reingresso no Programa de Recuperação Fiscal, REFIS, é imperativo fundamental para a criação de condições adequadas para que as empresas possam retomar o desenvolvimento de suas atividades e consequentemente manter ou ampliar a oferta de postos de trabalho. À União cabe oferecer políticas de estímulo ao crescimento e à regularidade fiscal dos contribuintes.

PARLAMENTAR

Brasília, 20 de fevereiro de 2003

**MPV 107****000049****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                   |                  |               |               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| <b>data</b><br>18/02/03                                                                                                                                                                                                             | <b>proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |                  |               |               |
| <b>autor</b><br><b>Deputado Federal Neuton Lima</b>                                                                                                                                                                                 | <b>nº do prontuário</b>                                                           |                  |               |               |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |                                                                                   |                  |               |               |
| <b>Página</b>                                                                                                                                                                                                                       | <b>Artigo</b>                                                                     | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>alínea</b> |

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. São isentas da COFINS, as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.

“Art. 4º. Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.

“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.

**JUSTIFICATIVA****INCONSTITUCIONALIDADE:**

▪ No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, “c”).

**AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:**

▪ A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

**DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:**

▪ Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**



- Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade a prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.
- Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

#### **OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo do COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.
- Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

#### **OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

- De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

Parlamentar: Neuton Lima

Brasília – DF

18 de fevereiro de 2003.



**MPV 107****000050****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                      |                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>data</b><br>11/02/2003                                                                            | <b>proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
| <b>autor</b><br><b>Deputado Federal</b>                                                              | <b>nº do prontuário</b>                                                           |
| 1. Supressiva    2. Substitutiva    3. Modificativa    4. <b>X</b> aditiva    5. Substitutivo global |                                                                                   |

| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
|--------|--------|-----------|--------|--------|

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. São isentas da COFINS, as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.

“Art. 4º. Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.

“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.

**JUSTIFICATIVA****INCONSTITUCIONALIDADE:**

- No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, "c").

**AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:**

- A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

**DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:**

- Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**

- Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade a prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.
- Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo do COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.
- Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

**OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

- De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

18 de fevereiro de 2003

  
**SANDRO MABEL**

**MPV 107**  
**000051****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |        |                                                                            |        |        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|----------------------------------------------------------------------------|--------|--------|
| data<br><b>18/02/2003</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |        | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |        |        |
| autor<br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |        | nº do prontuário                                                           |        |        |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |        |                                                                            |        |        |
| Página                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Artigo | Parágrafo                                                                  | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |        |                                                                            |        |        |
| <p style="text-align: center;"><b>EMENDA ADITIVA</b></p> <p>Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. 3º. São isentas da COFINS, as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.</p> <p>“Art. 4º. Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.</p> <p>“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p><b>INCONSTITUCIONALIDADE:</b></p> <p>▪ No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, "c").</p> <p><b>AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:</b></p> <p>▪ A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.</p> |        |                                                                            |        |        |

**DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:**

▪ Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**

▪ Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade à prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.

▪ Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

▪ A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo o COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).

▪ Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."

▪ Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.

▪ As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.

▪ Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.

▪ Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.

▪ Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

**OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

▪ De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

▪ Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

**MPV 107**  
**000052**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                          |                                                                                   |
|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>data</b><br>11/02/2003                                | <b>proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
| <b>autor</b><br><b>Deputado Federal SILAS BRASILEIRO</b> | <b>nº do prontuário</b>                                                           |

1. ☐ Supressiva    2. ☐ Substitutiva    3. ☐ Modificativa    4. ☒ Aditiva    5. ☐ Substitutivo global

| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
|--------|--------|-----------|--------|--------|

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. São isentas da COFINS, as Sociedades Cooperativas, inclusive as de Crédito, quanto aos Atos Cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.

“Art. 4º. Art. 1º. As Sociedades Cooperativas, inclusive as de Crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.

“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.

**JUSTIFICATIVA****INCONSTITUCIONALIDADE:**

▪ No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, “c”).

**AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:**

▪ A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

**DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:**

- Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido no artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**

- Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade à prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.
- Todo resultado obtido pela Cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a Cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do Ato Cooperativo da base de cálculo o COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu, claramente, não ser devido o tributo pelas Cooperativas "quanto aos Atos Cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As Cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.
- Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na Cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

**OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

- De outra parte, somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao Ato Cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das Cooperativas Agrícolas e Agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

11 de fevereiro de 2003

**MPV 107**  
**000053**

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                          |                                                                            |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| data<br><b>1702/2003</b> | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------|

|                                                     |                  |
|-----------------------------------------------------|------------------|
| autor<br><b>Deputado Federal Luis Carlos Heinze</b> | nº do prontuário |
|-----------------------------------------------------|------------------|

|                                        |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|----------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> Modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|----------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

|               |               |                  |               |               |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
| <b>Página</b> | <b>Artigo</b> | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>Alínea</b> |
|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|

#### TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

#### EMENDA ADITIVA

Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. São isentas da COFINS, as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.

“Art. 4º. Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.

“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.

#### JUSTIFICATIVA

#### INCONSTITUCIONALIDADE:

▪ No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, “c”).

#### AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:

▪ A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

#### DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:



- Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**

- Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade a prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.
- Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

- A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo do COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).
- Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."
- Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.
- As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.
- Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.
- Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.
- Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

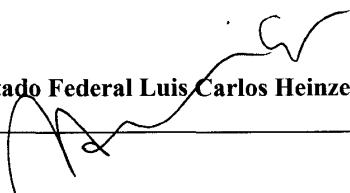
**OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

- De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.
- Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília – DF 17 de fevereiro de 2003

Deputado Federal Luis Carlos Heinze



**MPV 107**  
**000054**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                       |               |                  |               |               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------------------|---------------|---------------|
| data                                                                                                                                                                                                                                | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b>                                                            |               |                  |               |               |
| autor<br><b>Deputado Federal Marcus Vicente - PPB/ES</b>                                                                                                                                                                            | nº do prontuário                                                                                                                      |               |                  |               |               |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |                                                                                                                                       |               |                  |               |               |
| <b>Página</b>                                                                                                                                                                                                                       | <table border="1"> <tr> <td><b>Artigo</b></td> <td><b>Parágrafo</b></td> <td><b>Inciso</b></td> <td><b>alínea</b></td> </tr> </table> | <b>Artigo</b> | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>alínea</b> |
| <b>Artigo</b>                                                                                                                                                                                                                       | <b>Parágrafo</b>                                                                                                                      | <b>Inciso</b> | <b>alínea</b>    |               |               |

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescentam-se os seguintes Artigos à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. 3º. São isentas da COFINS, as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991”.

“Art. 4º. Art. 1º. As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/PASEP à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco décimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º, do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998”.

“Art. 5º. Os artigos 3º e 4º desta Medida Provisória alcançam os fatores geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15, 16 e 93, II, “a” da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001”.

**JUSTIFICATIVA****INCONSTITUCIONALIDADE:**

- No caso específico do Ato Cooperativo, toda criação de tributo deve ocorrer através de Lei Complementar (a Constituição Federal de 1988 assegurou tal garantia em artigo específico, artigo 146, III, “c”).

**AGRESSÃO DO ARTIGO 174, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988:**

- A Lei deve estimular o cooperativismo e a revogação da isenção vem contra este comando.

**DESRESPEITO À LEI FEDERAL 5.764/71 - ATO COOPERATIVO:**

▪ Esta foi a primeira vez que o Governo Federal desconsiderou as particularidades contidas em legislação própria e não respeitou o contido artigo 79, combinado com o artigo 111, da referida Lei.

**COOPERATIVA NÃO TEM RECEITA (ausência de renda):**

▪ Cooperativa é uma sociedade de pessoas que tem como finalidade a prestação de serviços ao cooperado. Portanto, a cooperativa é um instrumento de prestação de serviço.

▪ Todo resultado obtido pela cooperativa é repassado aos cooperados. Do resultado obtido, a cooperativa retém valor para a cobertura das despesas da sociedade, evidenciando a ausência de renda.

**OUTRAS CONSIDERAÇÕES:**

▪ A Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, já ensejou a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo do COFINS, através de seu art. 6º, I, sob forma de isenção (quando na verdade o mais próprio seria reconhecer a não incidência da contribuição por ausência do fato gerador da mesma).

▪ Mas, de toda forma, estabeleceu claramente não ser devido o tributo pelas cooperativas "quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades."

▪ Agiu corretamente o legislador. A COFINS é uma contribuição incidente sobre as receitas de pessoas jurídicas.

▪ As cooperativas não têm receitas próprias. Elas rentabilizam os associados.

▪ Tomemos, para exemplificar, o caso das agrícolas: elas recebem os produtos de seus associados para comercialização em comum e, por ele atribuem, no ato do recebimento, um valor de adiantamento. Ao final do exercício, se houver resultado positivo, o mesmo, após a dedução dos fundos obrigatórios, será rateado entre os cooperados na proporção de suas operações.

▪ Toda receita gerada na cooperativa é destinada aos associados.

▪ Desta forma, não há como incidir a COFINS em tudo aquilo que integra o ato cooperativo, pelo que é um equívoco pretender a exclusão, da base de cálculo, apenas de uma parte das operações que o caracterizam.

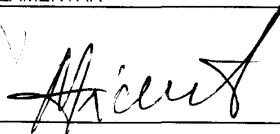
**OS ARGUMENTOS VALEM TAMBÉM PARA O PIS/PASEP.**

▪ De outra parte somente por lei complementar e não por medida provisória, pode-se legislar a respeito de adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.

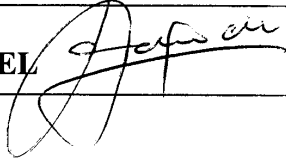
▪ Deve também ser frisado que o tratamento dispensado através do art. 15 da Medida Provisória 2.158-35, de 24/08/01, contempla apenas operações das cooperativas agrícolas e agroindustriais, não se aplicando aos demais ramos do cooperativismo, com o que ocorre flagrante inconstitucionalidade, por ferir o princípio da isonomia.

PARLAMENTAR

Brasília - DF, de fevereiro de 2003



**MPV 107****000055****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                 |                                                                                                           |                     |                        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|------------------------|
| data<br><b>11/02/2003</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                 | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b>                                |                     |                        |
| autor<br><b>Deputado Federal</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                 | nº do prontuário                                                                                          |                     |                        |
| 1. Supressiva                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 2. Substitutiva | 3. Modificativa                                                                                           | 4. <b>X</b> aditiva | 5. Substitutivo global |
| <b>Página</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>Artigo</b>   | <b>Parágrafo</b>                                                                                          | <b>Inciso</b>       | <b>alínea</b>          |
| <b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                 |                                                                                                           |                     |                        |
| <b>EMENDA ADITIVA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                 |                                                                                                           |                     |                        |
| <p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.</p> <b>JUSTIFICATIVA</b> <p>É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.</p> <p>Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.</p> <p>Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.</p> |                 |                                                                                                           |                     |                        |
| <b>PARLAMENTAR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                 |                                                                                                           |                     |                        |
| Brasília – DF<br>18 de fevereiro de 2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                 | <b>SANDRO MABEL</b>  |                     |                        |

**MPV 107****000056****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data  
18/02/03proposição  
**Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.**autor  
**Deputado Federal Neuton Lima**

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea****TEXTO / JUSTIFICAÇÃO****EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.

**JUSTIFICATIVA**

É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.

Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.

Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

Brasília – DF

18 de fevereiro de 2003

PARLAMENTAR Neuton Lima

**MPV 107**  
**000057****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data  
18/02/2003proposição  
**Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.**autor  
**Deputado Augusto Nardes**

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.

**JUSTIFICATIVA**

É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.

Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.

Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

**MPV 107****000058****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                            |           |        |        |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|--------|
| data<br>11/02/2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |           |        |        |
| autor<br><b>Deputado Federal SILAS BRASILEIRO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | nº do prontuário                                                           |           |        |        |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                            |           |        |        |
| Página                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Artigo                                                                     | Parágrafo | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                            |           |        |        |
| <p style="text-align: center;"><b>EMENDA ADITIVA</b></p> <p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.</p> <p>Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.</p> <p>Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.</p> |                                                                            |           |        |        |
| PARLAMENTAR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |           |        |        |
| Brasília – DF<br>11 de fevereiro de 2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                            |           |        |        |

**MPV 107****000059****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**data  
17/02/2003proposição  
**Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.**autor  
**Deputado Federal Luis Carlos Heinze**

nº do prontuário

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global**Página****Artigo****Parágrafo****Inciso****Alínea**

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o último dia útil do mês de junho de 2003”.

**JUSTIFICATIVA**

É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.

Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.

Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

PARLAMENTAR

Brasília – DF 17 de fevereiro de 2003

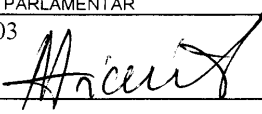
**Deputado Federal Luis Carlos Heinze**




**MPV 107**  
**000060**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                            |                  |               |               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------|---------------|---------------|
| data                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | proposição<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003.</b> |                  |               |               |
| autor<br><b>Deputado Federal Marcus Vicente - PPB/ES</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | nº do prontuário                                                           |                  |               |               |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input type="checkbox"/> Modificativa    4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                            |                  |               |               |
| <b>Página</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Artigo</b>                                                              | <b>Parágrafo</b> | <b>Inciso</b> | <b>Alínea</b> |
| <b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                            |                  |               |               |
| <p style="text-align: center;"><b>EMENDA ADITIVA</b></p> <p>Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.</p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.</p> <p>Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.</p> <p>Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.</p> |                                                                            |                  |               |               |
| <b>PARLAMENTAR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                            |                  |               |               |
| Brasília-DF,      de fevereiro de 2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                            |                  |               |               |



**MPV 107****000061****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                           |                                         |                                               |                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Data</b><br>20/02/2003                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <b>proposição</b><br><b>Medida Provisória nº 107/2003</b> |                                         |                                               |                                                |
| <b>autor</b><br>Deputado EDUARDO CUNHA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <b>nº de prontuário</b><br>300                            |                                         |                                               |                                                |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva                   | 3 <input type="checkbox"/> Modificativa | 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global |
| <b>Página 01/01</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>Artigo</b>                                             | <b>Parágrafo</b>                        | <b>Inciso</b>                                 | <b>alínea</b>                                  |
| <b>TEXTO/JUSTIFICAÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                           |                                         |                                               |                                                |
| <p>Inclua-se aonde couber:</p> <p><b>“Art.... As contribuições definida no Art.1º da Lei 10.637/02 e reguladas por esta Lei serão distribuídas na mesma forma do previsto no Art.159 da Constituição Federal.</b></p> <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p>Os Estados foram nos últimos anos muito prejudicados pela criação de contribuições, com o objetivo de arrecadação para União e não compartilhamento com os Estados destas Receitas. Isto levou com que os Estados empobrecessem. A alteração visa restabelecer o pacto federativo do País na questão tributária.</p> |                                                           |                                         |                                               |                                                |
| <b>PARLAMENTAR</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                           |                                         |                                               |                                                |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                           |                                         |                                               |                                                |

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 107****000062**

|                                                |                                                                          |                                          |                                                |                                                 |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 2<br>DATA<br>18/02/2003                        | 3<br>PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |                                          |                                                |                                                 |
| 4<br>AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | 5<br>N.º PRONTUÁRIO<br>454                                               |                                          |                                                |                                                 |
| 6<br>1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA     | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA                                 | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
| 0                                              | ARTIGO                                                                   | PARAGRAFO                                | INCISO                                         | ALINEA                                          |

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o art. na MP nº 107 de 10/02/2003:  
"Art. . Os art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi) ou no transporte escolar, admitido o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado.

....."

## JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa permitir que o automóvel adquirido por motoristas profissionais com a isenção prevista no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, possa ser utilizado também no transporte escolar, admitido, também, o revezamento de turnos de trabalho com outro profissional devidamente habilitado, tendo em vista a importância das atividades de táxi e transporte de escolares, que são prestados em horários abrangentes que em geral demandam mais de um motorista por veículo.

ASSINA

  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107

000063

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/09/02

Proposição: MP 107/03

Autor: Deputado Gilberto Nascimento

Nº Prontuário: 354

☐ Supressiva☐ Substitutiva☐ Modificativa☒ Aditiva☐ Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se à MP o seguinte artigo:

Art. O §2º constante do art. 1º da Lei n.º 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designado por seu respectivo titular, e por um representante dos contribuintes optantes pelo Refis:

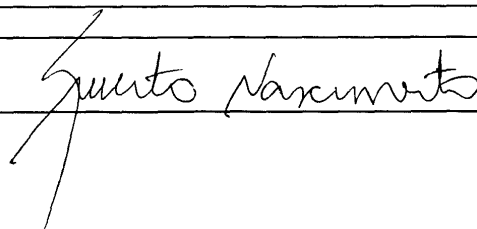
(...)

III - representante dos contribuintes optantes pelo Refis." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A alteração do § 2º pretende conferir representatividade aos contribuintes optantes pelo Refis no Comitê Gestor.

Assinatura



MPV 107

000064

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/09/02

Proposição: MP 107/03

Autor: Deputado Gilberto Nascimento

Nº Prontuário: 354

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se à MP o seguinte artigo:

Art. O art. 2º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

§ 7º O encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, assim como a renúncia do direito sobre o qual se funda a ação, ficam condicionados à homologação da opção pelo Refis, a ser comunicada pelo contribuinte, em juízo, tão logo este tenha conhecimento de sua ocorrência.

§ 8º A condição estipulada no parágrafo anterior aplica-se também aos casos de renúncia do direito de embargar nas execuções fiscais e de impugnar e recorrer nos processos administrativos.

§ 9º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, observadas as normas contencionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

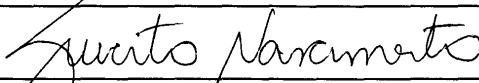
I – compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do Refis;

II – a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros, estes declarados à Secretaria da Receita Federal até 31 de outubro de 2002.

§ 10 Na hipótese do inciso II do § 9º, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de 15% (quinze por cento) e de 8% (oito por cento), respectivamente.

§ 11 Ao disposto neste artigo aplica-se a redução de multa a que se refere o art. 60 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Assinatura



**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data:** 02/09/02**Proposição:** MP 107/03**Autor:** Deputado Gilberto Nascimento**Nº Prontuário:** 354

Supressiva



Substitutiva



Modificativa



Aditiva



Substitutiva/Global

**Página:** 02**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

§ 12 A multa de mora incidente sobre os débitos relativos às contribuições administradas pelo INSS, incluídas no Refis, que não foram objeto de lançamento de ofício, por meio de Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, sujeita-se ao limite estabelecido no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

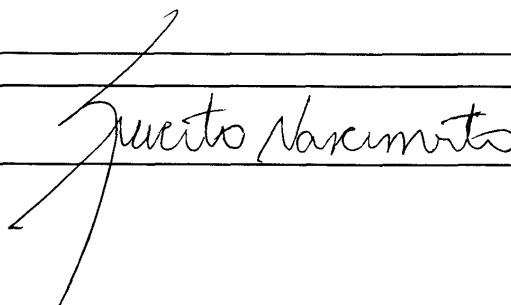
§ 13 Os juros de mora incidentes sobre o débito originário estão limitados à variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP, a partir da sua instituição pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Em respeito ao princípio da boa-fé e da justiça, faz-se necessário que a efetividade do encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial, assim com da renúncia do direito sobre o qual se funda esta ação, se dê quando da homologação da opção pelo Refis.

Em razão da interpretação equivocada do INSS em relação à expressão “em virtude de confissão espontânea”, a redação do § 10 (renumerado para § 11) foi alterada para estabelecer a correta interpretação desta expressão.

A aplicação dos juros de mora pela variação mensal da TJLP, a partir de sua instituição, assim como a extensão do período de utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, amenizam o impacto dos encargos na dívida daqueles que permanecem no Programa, possibilitando o efetivo pagamento da dívida envolvida e, por via reflexa, entrada substancial de receita ao Erário.

**Assinatura**

MPV 107

000065

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/09/02

Proposição: MP 107/03

Autor: Deputado Gilberto Nascimento

Nº Prontuário: 354



Supressiva



Substitutiva



Modificativa



Aditiva



Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se à MP o seguinte artigo:

Art. O art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 2º, observadas as condições estabelecidas no mesmo artigo;

II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III – cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com o ITR;

IV – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, não abrangidos no Refis, observadas as condições estabelecidas no inciso II do artigo 5º.

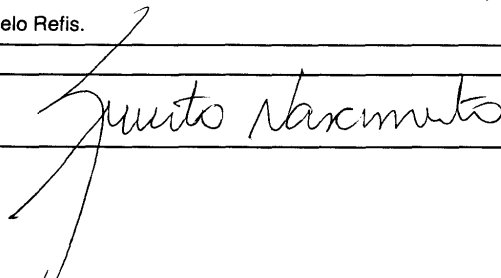
§ 1º A opção pelo Refis não exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos a tributos e contribuições referidos no artigo 1º desta Lei, não abrangidos no Refis.

§ 2º A opção aludida no parágrafo anterior implica automática conversão dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal em arrolamento de bens, exceção feita aos depósitos judiciais, que serão convertidos em renda da União e descontados do valor do débito consolidado.

§ 3º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio.

§ 4º Caso o patrimônio da pessoa jurídica represente valor maior que o montante do débito consolidado, o arrolamento de bens deverá limitar-se ao valor daquele débito consolidado, apurado na data da opção pelo Refis.

Assinatura



**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data:** 02/09/02**Proposição:** MP 107/03**Autor:** Deputado Gilberto Nascimento**Nº Prontuário:** 354☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva/Global**Página:** 02**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

§ 5º O arrolamento de bens integrantes do patrimônio da pessoa jurídica, ainda que represente valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensa a apresentação de qualquer outra forma de garantia.

§ 6º São dispensadas das exigências referidas no § 3º as pessoas jurídicas optantes pelo Simples e aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 7º Não poderão optar pelo Refis as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

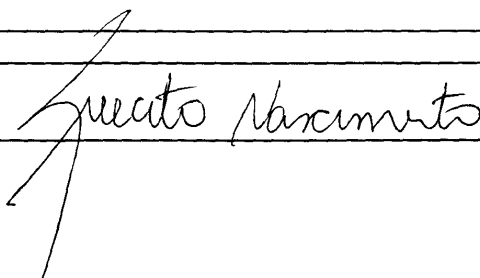
As supressões promovidas nos incisos II e III do artigo propiciam desburocratização das regras do REFIS.

A eliminação da impossibilidade de o optante do REFIS utilizar outras formas de parcelamento enseja a regularização dos débitos fiscais pendentes, tratamento isonômico entre aqueles que participam do Programa e os demais contribuintes e permitindo o ingresso de receitas ao Erário.

A alteração do § 3º garante o acesso das pessoas optantes pelo Refis a financiamento diversos e o fomento do desenvolvimento da atividade econômica e da geração de empregos.

A redação do § 4º foi alterada para estabelecer o correto alcance do dispositivo, levando-se em conta as normas legais e procedimentais expedidas sobre o assunto.

O aumento do valor do débito consolidado para fins de dispensa da prestação de garantia ou do arrolamento de bens faz-se necessário em virtude da atualização deste aos tempos atuais.

**Assinatura**



MPV 107

000066

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 02/09/02

Proposição: MP 107/03

Autor: Deputado Gilberto Nascimento

Nº Prontuário: 354

☐ Supressiva ☐ Substitutiva ☐ Modificativa ☒ Aditiva ☐ Substitutiva/Global

Página: 01

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se à MP o seguinte artigo:

"Art. A opção pelo Refis deverá ser homologada, de forma expressa, pelo Comitê Gestor.

§ 1º A homologação a que se refere o *caput*, assim como sua recusa, devem ser científicas ao contribuinte, na pessoa do representante indicado no Termo de Opção, por escrito, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta Lei, e enviadas, via postal, com prova de seu recebimento, no endereço fornecido no referido Termo.

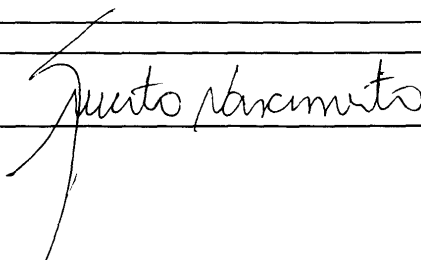
§ 2º A recusa da homologação deverá ser justificada e sua cientificação deverá advertir o contribuinte de que o mesmo terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa junto ao Comitê Gestor.

§ 3º Decorrido o prazo estabelecido no *caput* sem manifestação do Comitê Gestor quanto à homologação ou recusa, a opção será tida como aceita ou válida." (NR)

## JUSTIFICAÇÃO

A fixação de prazo para que se dê a homologação da opção pelo Refis e a descrição da forma pela qual sua cientificação deva ocorrer, conferem maior credibilidade ao Programa, já que propiciam mais segurança ao contribuinte na sua relação com o Comitê Gestor.

Assinatura



**MPV 107****000067****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****Data:** 02/09/02**Proposição:** MP 107/03**Autor:** Deputado Gilberto Nascimento**Nº Prontuário:** 354☐ **Supressiva**☐ **Substitutiva**☐ **Modificativa**☒ **Aditiva**☐ **Substitutiva/Global****Página:** 01**Artigo:****Parágrafo:****Inciso:****Alínea:**

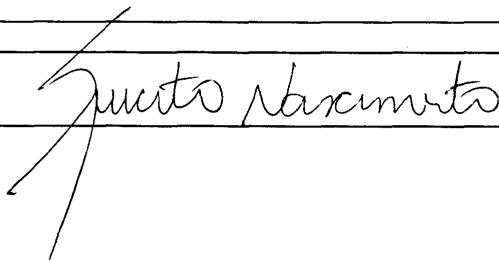
Acrescente-se à MP o seguinte artigo:

"Art. Fica instituído bônus de adimplência, em relação aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria de Receita Federal e pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, abrangidos pelo Refis, correspondente a 10% (dez por cento) do valor dos encargos inseridos no valor do débito consolidado, segundo as regras do Programa.

§ 1º O bônus será descontado do valor do débito consolidado, ao final de cada ano calendário, e está condicionado à adimplência, durante o mesmo período, dos tributos e contribuições inseridos no Refis." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Incentivar a regularidade fiscal dos contribuintes em relação às parcelas do Refis, propiciando entrada de receita ao Erário.

**Assinatura**

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000068

DATA  
21/02/03PROPOSIÇÃO  
Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003AUTOR  
Deputado Augusto Nardes

Nº DO PRONTUÁRIO

TIPO  
☐ 1 - SUPRESSIVA ☐ 2 - SUBSTITUTIVA ☐ 3 - MODIFICATIVA ☒ 4 - ADITIVA ☐ 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA  
1 / 3

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. ... Os artigos 5º e 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. ....

.....

II – inadimplência, por seis meses consecutivos ou doze meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a todos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, abrangidos ou não pelo Refis;

III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributos ou contribuições abrangidos pelo Refis e não incluídos na confissão a que se refere o inciso I do caput do art. 3º, salvo se for pago integralmente ou requerido parcelamento para sua quitação, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV – compensação ou utilização indevida de créditos, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referidos no art. 2º;

V – concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei no 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

VI – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

VII – declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei no 9.430, de 1996;

PARLAMENTAR

ASSINATURA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                           |                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------------|
| DATA<br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                              | PROPOSIÇÃO<br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |                        |
| AUTOR<br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                              |                                                                           | Nº DO PRONTUÁRIO       |
| TIPO<br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                           |                        |
| ARTIGO                                                                                                                                                                                                                               | PARÁGRAFO                                                                 | ALÍNEA                 |
|                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                           | PÁGINA<br><b>2 / 3</b> |

VIII – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica, relativa ao débito referido no § 6º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se for pago integralmente ou requerido parcelamento para sua quitação, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência da referida decisão;

IX – arbitramento do lucro da pessoa jurídica, nos casos de determinação da base de cálculo do imposto de renda por critério diferente do da receita bruta;

X – suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos.

§ 1º. A exclusão da pessoa jurídica do Refis implicará exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, providenciando-se o desconto dos valores pagos a título de tributos e contribuições abrangidos pelo Refis, até a data da exclusão da pessoa jurídica do Programa, e também o desconto dos valores utilizados na liquidação do valor das multas, de mora ou de ofício, e dos juros moratórios, mediante a compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributos ou contribuições incluídos no Refis e pela utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros; assim como a execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

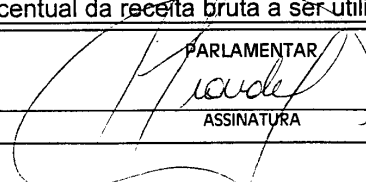
§ 2º. A exclusão da pessoa jurídica do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, na pessoa do representante indicado no Termo de Opção, mediante notificação por escrito, a ser enviada via postal, com prova de seu recebimento, no endereço fornecido no referido Termo, concedendo ao contribuinte um prazo de 30 (trinta) dias para sua defesa.

..... “ (NR)

“Art. 9º. ....

I – às modalidades de garantia passíveis de aceitação;

II – à fixação do percentual da receita bruta a ser utilizado para determinação das parcelas

PARLAMENTAR  
  
 ASSINATURA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

|                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                  |               |               |                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|
| <b>DATA</b><br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                              | <b>PROPOSIÇÃO</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |               |               |                               |
| <b>AUTOR</b><br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                              | <b>Nº DO PRONTUÁRIO</b>                                                          |               |               |                               |
| <b>TIPO</b><br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                                  |               |               |                               |
| <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                                                               | <b>PARÁGRAFO</b>                                                                 | <b>INCISO</b> | <b>ALÍNEA</b> | <b>PÁGINA</b><br><b>3 / 3</b> |

mensais, que poderá ser diferenciado em função da atividade econômica desenvolvida pela pessoa jurídica;

III – às exigências para fins de liquidação na forma prevista no art. 2º." (NR)      “

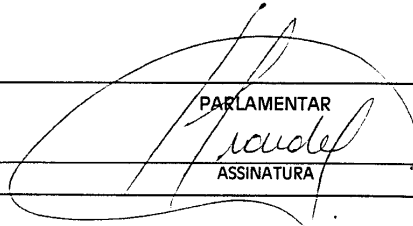
**JUSTIFICATIVA**

A alteração do prazo de inadimplência, para fins de permanência no Programa, deve-se à necessidade de adequação dessas regras à realidade financeira das empresas. Tal alteração, ao contrário de beneficiar o inadimplente, privilegia o princípio da justiça, na medida em que impede a exclusão de contribuintes que, diante dos encargos fiscais e sociais que suportam, pretendem vencer as dificuldades e adimplir suas obrigações, garantindo o fomento de suas atividades e da geração de empregos.

A inclusão feita no § 1º do artigo 5º tem por fim deixar evidenciada a necessidade de desconto dos valores pagos para quitação do débito consolidado e liquidação das multas, de mora ou de ofício, e dos juros moratórios.

A inclusão feita no § 2º do artigo 5º propicia mais segurança aos optantes do Refis, na medida em que prestigia o princípio do devido processo legal e da ampla defesa e inviabiliza a forma arbitrária com que as exclusões vinham sendo feitas.

A alteração do artigo 9º deve-se à necessidade de adequação deste artigo às alterações promovidas no artigo 5º.

|                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <div style="text-align: center;"><br/>PARLAMENTAR<br/>ASSINATURA</div> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 107****000069**

|                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                  |               |               |                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|
| <b>DATA</b><br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                              | <b>PROPOSIÇÃO</b><br><b>Medida provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |               |               |                               |
| <b>AUTOR</b><br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                              | <b>Nº DO PRONTUÁRIO</b>                                                          |               |               |                               |
| <b>TIPO</b><br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                                  |               |               |                               |
| <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                                                               | <b>PARÁGRAFO</b>                                                                 | <b>INCISO</b> | <b>ALÍNEA</b> | <b>PÁGINA</b><br><b>1 / 1</b> |

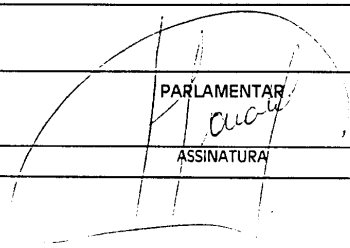
**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. ... As empresas participantes do Refis poderão, a qualquer tempo, solicitar parcelamento do saldo do débito consolidado, em até 180 (cento e oitenta) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, observadas as regras aplicáveis àquele Programa, no que tange aos acréscimos incidentes sobre cada parcela.”

**JUSTIFICATIVA**

Criar um atrativo às empresas na liquidação de seus débitos, gerando entrada antecipada de receita ao Erário.

|                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PARLAMENTAR</b><br> |
| <b>ASSINATURA</b>                                                                                         |

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000070

DATA  
21/02/03PROPOSIÇÃO  
Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003AUTOR  
Deputado Augusto Nardes

Nº DO PRONTUÁRIO

TIPO  
☐ 1 - SUPRESSIVA ☐ 2 - SUBSTITUTIVA ☐ 3 - MODIFICATIVA ☒ 4 - ADITIVA ☐ 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA  
1 / 1

## EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. ... O artigo 13 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os débitos não tributários inscritos ou não em dívida ativa, vencidos até 31 de janeiro de 2003, poderão ser parcelados em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observadas as demais regras aplicáveis ao parcelamento de que trata o art. 12.

.....  
§ 2º Para os débitos não tributários inscritos, não alcançados pelo disposto no § 1º, admitir-se-á o reparcelamento.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à verba de sucumbência a ser limitada a 1% do valor original do débito envolvido na causa, devida por desistência de ação judicial para fins de inclusão dos respectivos débitos, inclusive no âmbito do INSS, no Refis, no parcelamento alternativo a que se refere o artigo 12 ou no parcelamento facultativo de 180 (cento e oitenta) meses.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o parcelamento deverá ser solicitado pela pessoa jurídica aos órgãos competentes.” (NR)

## JUSTIFICATIVA

Adequação do artigo às normas supervenientes que abordam a matéria, desburocratização dos procedimentos mencionados neste artigo e viabilização da quitação desses débitos, pela inclusão daqueles vencidos até 31 de janeiro de 2003.

PARLAMENTAR

ASSINATURA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV 107****000071**

|                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                  |               |               |                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------------|
| <b>DATA</b><br><b>21/02/03</b>                                                                                                                                                                                                              | <b>PROPOSIÇÃO</b><br><b>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |               |               |                               |
| <b>AUTOR</b><br><b>Deputado Augusto Nardes</b>                                                                                                                                                                                              | <b>Nº DO PRONTUÁRIO</b>                                                          |               |               |                               |
| <b>TIPO</b><br><input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 5 - SUBSTITUTIVA GLOBAL |                                                                                  |               |               |                               |
| <b>ARTIGO</b>                                                                                                                                                                                                                               | <b>PARÁGRAFO</b>                                                                 | <b>INCISO</b> | <b>ALÍNEA</b> | <b>PÁGINA</b><br><b>1 / 1</b> |

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

Art. ... O artigo 15 da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

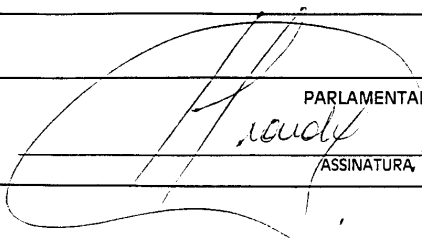
“Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis.

.....

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.” (NR)

**JUSTIFICATIVA**

A supressão da condição do recebimento da denúncia criminal, para fins de suspensão da pretensão punitiva do Estado e da extinção da punibilidade, estimula a permanência das pessoas jurídicas no Programa, propiciando entrada de receita ao Erário.

|                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <br>PARLAMENTAR<br>ASSINATURA |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 107****000072**

|   |                   |
|---|-------------------|
| 2 | DATA              |
|   | <b>18/02/2003</b> |
|   | DE AGOSTO         |

|   |                                                              |
|---|--------------------------------------------------------------|
| 3 | PROPOSIÇÃO                                                   |
|   | <b>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003</b> |

|   |                                         |
|---|-----------------------------------------|
| 4 | AUTOR                                   |
|   | <b>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR</b> |

|                |
|----------------|
| N.º PRONTUÁRIO |
| <b>454</b>     |

|   |                                       |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

|   |        |           |        |        |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|---|--------|-----------|--------|--------|

## TEXTO

**EMENDA ADITIVA**

Dê-se aos arts. da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

"Art. Poderão ser pagos ou parcelados, até o último dia útil de dezembro de 2003, nas condições estabelecidas pelo art. 17 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, os débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2003, não vinculados a qualquer ação judicial.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a dispensa de acréscimos legais alcança:

I - as multas, moratórias ou punitivas;

II - relativamente aos juros de mora, exclusivamente, o período até janeiro de 1999, sendo devido esse encargo a partir do mês:

a) de fevereiro do referido ano, no caso fatos geradores ocorridos até janeiro de 1999;

b) seguinte ao da ocorrência do fato gerador, nos demais casos.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, se os débitos forem decorrentes de lançamento de ofício e se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o sujeito passivo deverá desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

§ 3º A opção pelo parcelamento referido no caput dar-se-á pelo pagamento da primeira parcela, no mesmo prazo estabelecido para o pagamento integral."

"Art. Os débitos de que trata o art., relativos a fatos geradores vinculados ou não a ações judiciais propostas pelo sujeito passivo contra exigência de imposto ou contribuição instituído após 1º de janeiro de 1999 ou contra majoração, após aquela data, de tributo ou contribuição anteriormente instituído, poderão ser pagos em parcela

única até o último dia útil de dezembro de 2003 com a dispensa de multas moratória e punitivas.

§ 1º Para efeito deste artigo, o contribuinte ou responsável deverá:

a) no caso de fatos geradores vinculados a ações judiciais, comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os tributos a serem pagos na forma do caput, e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações;

b) no caso de débitos decorrentes de lançamento de ofício que se encontrarem com exigibilidade suspensa por força do inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto.

....."

#### JUSTIFICATIVA

No primeiro art., a presente emenda visa dar tratamento isonômico aos contribuintes que tenham débitos não vinculados a qualquer ação judicial, conferindo-lhes as mesmas condições estabelecidas pelo art. 11 da Medida Provisória nº 38, de 14 de maio de 2002, para o pagamento ou parcelamento de débitos relativos a tributos e contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de janeiro de 2003, relativamente a ações ajuizadas até essa data.

No segundo art., objetiva estender-lhes o benefício instituído pelo dispositivo, relativamente a imposto ou contribuição instituído ou majorado após 1º de janeiro de 1999.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 107**  
**000073**

|                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| 2<br>DATA<br>18/02/2003                                                                                                                                                                                                                 | 3<br>PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
| 4<br>AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR                                                                                                                                                                                          | 5<br>N. PRONTUÁRIO<br>454                                                |
| 6<br>1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |                                                                          |
| 0                                                                                                                                                                                                                                       | ARTIGO    PARÁGRAFO    INCISO    ALÍNEA                                  |

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 107, de 10/02/2003:

Art. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva e em cursos de pós-graduação, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

.....(NR)

"Art. 4ºA. O total dos financiamentos de que trata o art. 4º, por instituição de ensino superior cadastrada, não será inferior, anualmente, ao montante recolhido no ano anterior a título de impostos e contribuições federais.

§ 1º A instituição cadastrada informará anualmente ao MEC, até 31 de janeiro, discriminadamente, o montante recolhido a título de impostos e contribuições federais.

§ 2º No total referido no **caput** serão considerados o valor dos contratos existentes e o financiamento de novos estudantes, por instituição." (NR)

## JUSTIFICATIVA

É inegável o sucesso do Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que em apenas dois anos e meio beneficiou 152.000 universitários, com a aplicação de R\$885 milhões. Em 2001, foram 1.102 faculdades participantes, com 19.200 cursos.

O FIES está possibilitando o ingresso de estudantes de situação econômica menos privilegiada em cursos superiores não gratuitos, assim como tornou viável a continuidade e a conclusão de cursos por parte de alunos que não podiam arcar com os respectivos encargos educacionais.

Além do estudantes, o programa beneficia as instituições de ensino, com o aumento das receitas e lucros auferidos, em face do que passam a recolher maiores somas de impostos e contribuições.

A idéia que inspirou este projeto é carrear os recursos assim arrecadados para o financiamento de estudantes no âmbito do FIES, cujo montante, por instituição cadastrada, seria no mínimo igual ao valor dos tributos recolhidos no ano anterior.

Atualmente, segundo informação contida no "**FIES - 2002 Manual do Candidato ao Financiamento Estudantil**", a mantenedora da IES fixa o valor desejado para o financiamento de seus estudantes e os recursos do FIES são distribuídos por estado e por curso de forma diretamente proporcional à demanda, respeitado o valor fixado pela mantenedora.

Como se vê, não há um parâmetro para o atendimento do valor fixado, relativamente a cada instituição. Por isso, o projeto dispõe que o total dos financiamentos não será inferior ao montante recolhido no ano anterior, a título de impostos e contribuições federais.

Além disso, acrescenta-se a possibilidade de financiamento a alunos de cursos de pós-graduação não gratuitos, que não contam com fonte alguma de financiamento.

ASSINA  
  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

**MPV 107**  
**000074**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|   |            |
|---|------------|
| 2 | DATA       |
|   | 18/02/2003 |
|   | DE AGOSTO  |

|   |                                                       |
|---|-------------------------------------------------------|
| 3 | PROPOSIÇÃO                                            |
|   | Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |

|   |                                  |
|---|----------------------------------|
| 4 | AUTOR                            |
|   | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR |

|                |
|----------------|
| N.º PRONTUÁRIO |
| 454            |

|   |                                       |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

|   |        |           |        |        |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|---|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO

### EMENDA ADITIVA

Dê-se aos art. da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

"Art. O art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º Fica reduzida a zero, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, a alíquota do imposto de renda incidente sobre remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas relacionadas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, bem como aquelas decorrentes de participação ou patrocínio em exposições, feiras, competições esportivas e eventos semelhantes, inclusive aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, vinculadas à promoção de marcas e produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos". (NR)

## JUSTIFICATIVA

O patrocínio individual ou de equipes em competições esportivas de âmbito internacional tem-se revelado como importante instrumento de promoção de produtos brasileiros, assim como outras formas de propaganda realizadas no âmbito desses eventos, que têm contribuído de forma decisiva para a divulgação de marcas brasileiras e a conseqüente abertura ou expansão de mercados consumidores.

Portanto, é justo que se estenda a redução de alíquota prevista no art. 9º da Medida Provisória nº 2.159-70, de 24 de agosto de 2001, às remessas, para o exterior, destinadas exclusivamente ao pagamento das despesas decorrentes da participação ou patrocínio em competições esportivas, vinculadas à promoção de produtos brasileiros, bem assim de despesas com propaganda realizadas no âmbito desses eventos."

## ASSINA

  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 107

000075

|   |            |
|---|------------|
| 2 | DATA       |
|   | 18/02/2003 |
|   | DE AGOSTO  |

|   |                                                       |
|---|-------------------------------------------------------|
| 3 | PROPOSIÇÃO                                            |
|   | Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |

|   |                                  |
|---|----------------------------------|
| 4 | AUTOR                            |
|   | Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR |

|                |
|----------------|
| N.º PRONTUÁRIO |
| 454            |

|   |                                       |                                          |                                          |                                                |                                                 |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |
|---|---------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|

|   |        |           |        |        |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|   | 10     |           |        |        |

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

Aditem-se ao art. da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, os seguintes parágrafos:

**§ O disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, não se aplica às operações realizadas em mercados futuros com a finalidade de hedge.**

**§ Os contribuintes que realizarem as operações referidas no parágrafo anterior poderão deduzir da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP as perdas com ativos financeiros e mercadorias.**

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 107 estabelece que permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PIS/PASEP em relação às cooperativas vigentes anteriormente a esta Medida Provisória, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 7º, as pessoas jurídicas referidas no § 6º da Lei nº 9.718/98.

Todavia, esse tratamento perpetua a geração de distorções.

Atualmente, os mercados futuros representam a mais sólida ferramenta de que dispõem agricultores, pecuaristas e outros que desejem proteger-se contra as variações no preço dos seus produtos, funcionando como um verdadeiro seguro de preço.

Na hipótese das operações com a finalidade de *hedge*, o mercado futuro tem como fundamento básico servir de instrumento para aqueles que querem resguardar-se do risco de oscilação do preço da mercadoria ou taxa, transferindo-o para aqueles que queiram assumi-lo.

O produtor agropecuário, por exemplo, vende sua mercadoria nos mercados futuros visando proteger-se contra eventual queda no preço do produto, fixando um preço de venda que lhe irá garantir um valor adequado.

O mesmo ocorre com o exportador ou o beneficiador. Este, porém, em vez de vender sua produção no mercado futuro, vai ao mercado para comprar contratos futuros.

Tanto no caso do produtor quanto no do exportador, nas operações com a finalidade de *hedge*, só se pode entender o mercado futuro de forma conjunta com o mercado físico, porque o resultado de um sempre é compensado com o resultado do outro.

Por consequência, a tributação pode reduzir ou mesmo anular a pretendida proteção contra a oscilação de preços. Continuar onerando essas operações com a incidência do PIS, sem permitir a compensação de suas perdas, significa inibir ainda mais a cadeia produtiva, bem como reduzir a capacidade competitiva do Brasil no mercado internacional.

Vale ressaltar que o método de tributação proposto por esta emenda aditiva já faz parte do nosso ordenamento jurídico, uma vez que a própria Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, em seu art. 3º, § 6º, faculta às instituições financeiras a possibilidade de, na determinação da base de cálculo das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, deduzir ou excluir as perdas com ativos financeiros e mercadorias, em operações de *hedge*.

Tomando-se como base este comparativo, constatamos que a distinção de tratamento tributário nas operações realizadas em mercados futuros entre as instituições financeiras mencionadas no § 6º do art. 3º da Lei 9.718/98 e as demais pessoas jurídicas afronta o princípio constitucional da isonomia, tendo em vista que, nas duas situações, as operações destinam-se à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços ou de taxas, e, da mesma forma, o objeto do contrato negociado está relacionado com as atividades operacionais ou destina-se à proteção de direitos ou de obrigações.

Deve-se frisar, ainda, que a presente proposta não possui o condão de pleitear qualquer tipo de privilégio, mas apenas a igualdade de tratamento.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

**MPV 107**

**000076**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|   |                                                                                                                                                                                                                                    |                       |                                                                     |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------|
| 2 | DATA<br>18/02/2003<br>DE AGOSTO                                                                                                                                                                                                    | 3                     | PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
| 4 | AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR                                                                                                                                                                                          | N.º PRONTUÁRIO<br>454 |                                                                     |
| 6 | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |                       |                                                                     |
| 0 | ARTIGO                                                                                                                                                                                                                             | PARAGRAFO             | INCISO                                                              |
|   | ALINEA                                                                                                                                                                                                                             |                       |                                                                     |

## TEXTO

**EMENDA ADITIVA**

Acrescenta-se o seguinte Artigo à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, renumerando-se os demais:

“Art. .... Os prazos para pagamento de que tratam os arts. 13 e 14 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para pagamento dos débitos referidos no art. 11 da Medida Provisória nº 2.158+35, de 24 de agosto de 2001, vinculados ou não a qualquer ação judicial, ficam alterados para até o ultimo dia útil do mês de junho de 2003”.

**JUSTIFICATIVA**

É importante destacar que a possibilidade de liquidação dos débitos fiscais foi iniciativa do Poder Executivo, inicialmente com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que publicada em 29 de agosto de 2002, estabeleceu prazo de até 30/09/2002 para a referida liquidação.

Apreciada pelo Congresso Nacional, entenderam os Parlamentares que este prazo deveria ser mais extenso, fixando o para 31/01/2003, entretanto, em virtude das discussões da matéria e da natural demora na sua aprovação e sanção, ocorrida somente em 30/12/2002, associada aos recessos de fim de ano, verificou-se que novamente o prazo para que os contribuintes interessados e liquidar seus débitos tributários ficassem exíguos, o que dificultou que essa permissão legal alcançasse o maior número de devedores possíveis, tornando o referido benefício, inalcançável para a grande maioria dos contribuintes.

Diante das considerações acima, entendemos que somente prazos acessíveis podem realmente trazer os benefícios que a legislação propõe, sendo estas as considerações que fazemos para fundamentar o acolhimento da presente emenda, e que entendemos ser determinantes.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV 107**  
**000077**

|   |                    |   |                                                                     |
|---|--------------------|---|---------------------------------------------------------------------|
| 2 | DATA<br>18/02/2003 | 3 | PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
|---|--------------------|---|---------------------------------------------------------------------|

|                                             |                                                |                                                 |                                          |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------|
| 4 AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR |                                                | N.º PRONTUÁRIO<br>454                           |                                          |
| 6                                           | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA          | 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA        | 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA |
|                                             | 4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA | 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |                                          |
| 0                                           | ARTIGO                                         | PARÁGRAFO                                       | INCISO                                   |
|                                             |                                                |                                                 | ALÍNEA                                   |

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, a seguinte redação:

"Art. 2º As sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, pagam a contribuição para o PIS/Pasep à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998."

"Art. São isentas da Cofins as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991."

"Art. Os arts. 2º e desta Lei alcançam os fatos geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15 e 16 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, o § 1º do art. 7º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, os §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997."

## JUSTIFICATIVA

O acordo firmado quando da aprovação do Projeto de Lei de Conversão da MP 66 em dezembro de 2002 previa o reconhecimento do sistema cooperativo e das dificuldades enfrentadas pelas cooperativas em ver seu direito líquido e certo ser reconhecido pelas autoridades fazendárias. Recupera-se um tratamento privilegiado ao setor que impulsiona a economia do Brasil.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV 107

000078

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                                                                                                                                                                                                                    |                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Data<br>20/02/2003                                                                                                                                                                                                 | Proposição<br>Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
| Autor<br>Deputado Miguel de Souza                                                                                                                                                                                  | nº do prontuário                                                   |
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global |                                                                    |
| Página                                                                                                                                                                                                             | Artigo 3º                                                          |
| Parágrafo                                                                                                                                                                                                          |                                                                    |
| Inciso                                                                                                                                                                                                             |                                                                    |
| Alíneas                                                                                                                                                                                                            |                                                                    |

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se artigo à Medida Provisória 107, de 10 de fevereiro de 2003, para dar ao art. 56 da Lei 10.637 de 30 de dezembro de 2002, a seguinte redação:

Art. 56. O § 4º do art. 3º e o art. 15, *caput*, e respectivo § 3º, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, ainda que de valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensada a apresentação de qualquer outra forma de garantia.

....."(NR)



"Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento." (NR)

#### Justificação

A presente emenda visa resgatar a redação dada ao art. 56 do PLV nº 31 à Medida Provisória nº 66/2002, aprovado no Congresso Nacional, em 18 de dezembro de 2002, para facilitar o oferecimento de garantias por parte da pessoa jurídica optante pelo REFIS, bem como, garantir a suspensão da pretensão punitiva do Estado, nos casos de crimes contra a ordem tributária, desde que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes esteja incluída no referido Programa de Recuperação Fiscal.

Inobstante a aprovação da matéria ter se dado sob amplo acordo entre o Poder Executivo e as lideranças partidárias no Congresso, o dispositivo foi vetado.

PARLAMENTAR

Brasília, 20 de fevereiro de 2003

MPV 107  
000079

### **COMISSÃO MISTA DO CONG** **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 107, DE 2003**

Altera dispositivos das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

#### **EMENDA ADITIVA Nº .....:**

Acrescente-se ao art. 1º da MP nº 107, de 10 de fevereiro de 2003, nova redação para o art. 47 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passando o art. 1º da MP 107 a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Os arts. 1º, 3º, 8º, 11 e 47 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....  
"Art. 47 .....

§ 8º O regime especial previsto neste artigo aplica-se às sociedades controladas direta ou indiretamente pela União e que, mediante descentralização administrativa, explorem serviços de que trata o art. 21, inciso XII, alínea "b" da C.F., de forma a compensarem o Pis/Pasep e Cofins recolhido em decorrência da energia que adquirem de outros produtores para suprimento de sistemas isolados. " (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Os sistemas elétricos isolados localizam-se na Região Norte do País e são atendidos por geração de origem termelétrica, com custo muito superior ao das demais Regiões. Ainda assim, a principal geradora da Região, a Eletronorte, que em determinadas áreas adquire energia elétrica de outros produtores para repassa-la às distribuidoras, tem o custo da transação agravado pela incidência cumulativa do Pis/Pasep e Cofins, num total contra-senso, ainda mais agora se comparado a possibilidade de compensação dado às empresas que negociam compra e venda de energia de origem hidráulica no Mercado Atacadista de Energia – MAE.

Esta Emenda propõe sanar a distorção da cumulatividade nos sistemas isolados do Norte do País.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2003



Deputado Pauderney Avelino

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

|                                 |
|---------------------------------|
| 1                               |
| <b>MPV 107</b><br><b>000080</b> |

|        |                                                                                                                                                                                                                                    |                       |                                                                     |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------|
| 2      | DATA<br>18/02/2003                                                                                                                                                                                                                 | 3                     | PROPOSIÇÃO<br>Medida Provisória n.º 107, de 10 de fevereiro de 2003 |
| 4      | AUTOR<br>Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR                                                                                                                                                                                          | N.º PRONTUÁRIO<br>454 |                                                                     |
| 6      | 1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL |                       |                                                                     |
| 0      | ARTIGO                                                                                                                                                                                                                             | PARÁGRAFO             | INCISO                                                              |
| ALÍNEA |                                                                                                                                                                                                                                    |                       |                                                                     |

**TEXTO**  
**EMENDA ADITIVA**

Dê-se ao art. da Medida Provisória nº 107, de 10/02/ 2003, a seguinte redação:

Art.

Ficam autorizadas as empresas e instituições de direito privado que se dediquem a ministrar educação infantil, de nível fundamental e de nível médio, a compensar tributos da legislação federal, tais como PIS, COFINS, INSS, CLSL e IR de Pessoa Jurídica, com a concessão de bolsas a estudante comprovadamente carente até o limite de 20% do faturamento da empresa ou instituição.

**JUSTIFICATIVA**

A correção das distorções fiscais que atende a sociedade brasileira, bem como, a possibilidade de ampliar-se rapidamente a concessão de bolsas de estudos à população carente em todo o Brasil, tornando-se um complemento aos programas federais em vigor.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MP Nº 107, DE 10 DE FEVEREIRO 2003.

**MPV 107****000081**AUTOR  
DEPUTADO PEDRO HENRY E OUTROS PARLAMENTARES DA BANCADA DO PPB

CÓDIGO

DATA  
19/02/2003

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA  
1 / 8**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL**

Altera dispositivos das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Os arts. 1º, 3º, 8º, 9º, 11, 22, 26, 33, 41, 44, 47, 48, 56, 61, 65 e 67, da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 3º .....

I - .....

**II – não operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente;**

Art. 3º .....

I - .....

**III – energia elétrica e serviços de telecomunicação consumidos nos estabelecimentos da pessoa jurídica;**

§ 1º .....

I - .....

**II - dos itens mencionados nos incisos III a V, incorridos no mês;**

§ 5º. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam ou comercializem mercadorias de origem animal ou vegetal classificadas nos Capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 0504.00, 0710, 0712 a 0714, 1507 a 1514, 1515.2, 1516.20.00, 1517, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 1803, 1804.00.00, 1805.00.00, 2009, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal poderão deduzir da contribuição para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor dos bens e serviços referidos no inciso II do caput,

adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País.

§ 6º Relativamente ao crédito presumido referido no § 5º:

I - seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de alíquota correspondente a 70% (setenta por cento) daquela constante do art. 2º;

II - o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem ou serviço, pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 8º .....

I - .....

VI - as pessoas jurídicas que importem mercadorias do exterior e as vendam no varejo, diretamente aos consumidores finais, relativamente ao faturamento oriundo dessas vendas diretas;

IX - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Art. 9º As sociedades cooperativas pagam a contribuição para o PIS/Pasep à alíquota de 1% (um por cento) sobre a folha de pagamento mensal, relativamente às operações praticadas com associados, e à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), sobre o faturamento do mês, em relação às receitas decorrentes de operações praticadas com não associados, conforme dispõe o § 1º do art. 2º da Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 11. ....

§ 4º O disposto no caput aplica-se também aos estoques de produtos acabados e em elaboração.”

Art. 22. Fica reaberto, por 120 (cento e vinte) dias a contar da data da publicação desta Lei, o prazo de opção ao Programa de Recuperação Fiscal – Refis, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com as alterações promovidas pela Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas que tenham sido excluídas do Programa.

§ 2º Poderão ser abrangidos os débitos referidos no art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com vencimento até 30 de setembro de 2002.

§ 3º Nas hipóteses de exclusão previstas no art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, deverá haver prévia notificação do contribuinte.

§ 4º Alternativamente ao ingresso no Refis, a pessoa jurídica poderá optar pelo pedido de parcelamento, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos referidos débitos, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

Art. 26. ....

I - .....

II - centro de formação de condutores;

III - corretagem de seguros;

IV - agência lotérica;

V – agência terceirizada de correios;

VI – empresa de serviços contábeis;

VII – creches, pré-escolas, escolas de ensino fundamental e ensino médio, cursos profissionalizantes e de idiomas;

VIII – empresas de softwares; e

IX – estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

.....  
**Art. 33.** São isentas da Cofins as sociedades cooperativas, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.

.....  
**Art. 41.** Sem prejuízo da dedutibilidade normal das despesas de obtenção e manutenção de registros de marca, a pessoa jurídica poderá, adicionalmente, excluir, na determinação do lucro real, valor equivalente a 100% (cem por cento) das despesas de obtenção e manutenção de registros de marca no exterior, desde que a marca tenha sido também depositada junto ao INPI no Brasil, para a mesma classe de produtos e serviços requerida no exterior, e, cumulativamente, o pedido de registro de marca no exterior tenha sido deferido por, pelo menos, uma das seguintes entidades:

I – Departamento para Harmonização do Mercado Interno (Office for the Harmonization of the Internal Market – OHIM);

II – Departamento Norte-Americano de Patentes e Marcas (United States Patent and Trade Mark Office).

§ 1º O valor que servirá de base para a exclusão deverá ser controlado na parte B do Lalur, por processo de pedido de registro de marca, até que sejam satisfeitas as exigências previstas nesta Lei, quando poderão ~~ser excluídos na determinação do~~ lucro real na forma prevista neste artigo.

§ 2º Os valores registrados na forma do § 1º deverão, a qualquer tempo, ser comprovados por documentação idônea, e estar à disposição da Secretaria da Receita Federal.

§ 3º Para fins da dedução em dobro prevista neste artigo, os gastos deverão ser controlados contabilmente em contas específicas, individualizadas por pedido de registro de marca.”

.....  
**Art. 44.** Os pagamentos e remessas ao exterior relativos à obtenção e manutenção de direitos de propriedade industrial estão isentos do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, da contribuição de intervenção no domínio econômico – Cide criada pelas Leis nºs 10.168, de 29 de dezembro de 2000, e 10.332, de 19 de dezembro de 2001, e do imposto sobre operações de câmbio, crédito e seguro – IOF.

.....  
**Art. 47.** .....

.....  
§ 3º .....

.....  
**IV – direito de ressarcimento de energia livre.**

.....  
§ 7º Este regime especial de tributação aplica-se à Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte, de forma a compensar o PIS/Pasep e Cofins incluídos no preço da energia elétrica que ela adquire de produtores independentes autorizados, mediante contratos celebrados com o objetivo de suprir os sistemas isolados das concessionárias de distribuição localizadas em sua área de atuação, no cumprimento de sua atribuição

institucional.

Art. 48. O caput do art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no Simples, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, excluído o produto da venda de produtos industrializados destinados ao exterior, dos seguintes percentuais.

Art. 56. O § 4º do art. 3º e o art. 15, caput, e respectivo § 3º, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º .....

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, ainda que de valor inferior ao débito consolidado, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dispensada a apresentação de qualquer outra forma de garantia.

"Art. 15. É suspensa a pretensão punitiva do Estado, referente aos crimes previstos nos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e no art. 95 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, durante o período em que a pessoa jurídica relacionada com o agente dos aludidos crimes estiver incluída no Refis.

§ 3º Extingue-se a punibilidade dos crimes referidos neste artigo quando a pessoa jurídica relacionada com o agente efetuar o pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais, inclusive acessórios, que tiverem sido objeto de concessão de parcelamento.

Art. 61. O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, fica acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

Art. 1º .....

§ 2º O prazo das concessões e permissões de que trata o inciso VI deste artigo será de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por 10 (dez) anos.

§ 3º Ao término do prazo, as atuais concessões e permissões, mencionadas no § 2º, incluídas as anteriores à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão prorrogadas pelo prazo previsto no § 2º.

Art. 65. O art. 22-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, introduzida pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22-A. ....

§ 6º Não se aplica o regime substitutivo de que trata este artigo à pessoa jurídica que, relativamente à atividade rural, se dedique apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica.

§ 7º Aplica-se o disposto no § 6º ainda que a pessoa jurídica comercialize resíduos vegetais ou sobras ou partes da produção, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de 1% (um por cento) de sua receita bruta

proveniente da comercialização da produção.

.....

**Art. 67.** Os arts. 9º e 33 desta Lei alcançam os fatos geradores ocorridos a partir de 29 de junho de 1999, ficando revogados os arts. 15 e 16 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, o § 1º do art. 7º da Lei nº 8.021, de 12 de abril de 1990, os §§ 1º e 2º do art. 48 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o inciso VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.”

Art. 2º .....

§ 5º .....

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, conforme disposto no art. 68 e seus incisos de I a IV da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

#### JUSTIFICATIVA

Inicialmente caracterizada como a Medida Provisória da Minirreforma Tributária, a MP nº 66/02 (PLV nº 31/02, que deu origem à Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002), se converteu no que talvez seja a melhor expressão do desaguadouro das distorções impostas pelo sistema tributário vigente à economia do País. E uma amostra do que deverá acontecer no processo de apreciação da Reforma Tributária a ser proposta pelo novo Governo. Isto, em uma circunstância de negociação política sui-generis, da qual participaram, tanto a Liderança do Governo que terminava o seu mandato, bem assim autoridades do Executivo, quanto Líderes do Partido dos Trabalhadores e membros da Equipe de Transição que representavam o novo Governo. O Projeto de Lei de Conversão foi votado, portanto, sob a proteção de um duplo aval, concedido pelos representantes de ambos as Administrações.

Assim, salvo na hipótese pouco provável de que esses representantes não tenham levado em conta o princípio da neutralidade tributária das disposições contidas no Projeto de Lei de Conversão, ou, pior, que tenham sido absolutamente inconseqüentes, os vetos posteriormente apostos pelo Presidente Henrique Cardoso, jamais poderiam ser justificados pelo argumento da não observação da premissa acordada na Comissão Especial que analisou aquela Medida Provisória no Congresso Nacional.

Assim, se mantidos esses vetos, o Congresso Nacional estará quebrando a regra mais fundamental do processo legislativo: a da confiança nos interlocutores com autoridade de negociação e a manutenção dos acordos firmados.

Para recuperar esta regra fundamental, não resta ao PPB, outro caminho do que o de propor, através desta Emenda Substitutiva Global, a reinserção na Lei nº 10.637, dos dispositivos acordados depois de longas e exaustivas negociações e vetados injustificadamente.

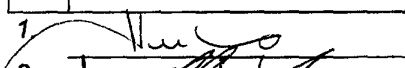



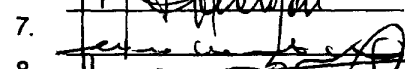


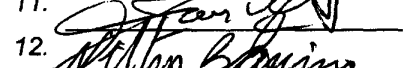
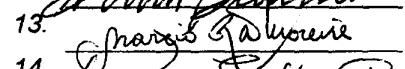
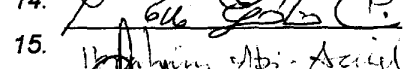
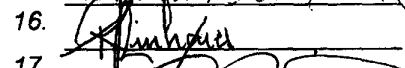
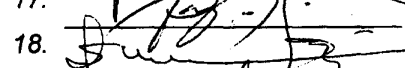


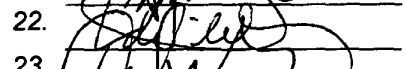
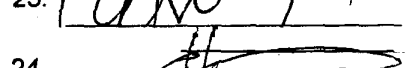
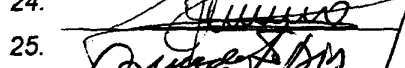
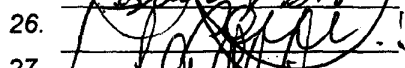
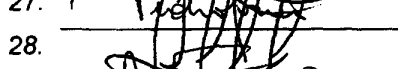




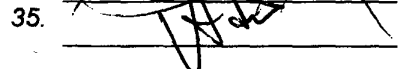





PARLAMENTAR

DATA

ASSINATURA

**Apoioamento à Emenda Substitutiva Global à Medida Provisória nº 107, de 10 de fevereiro de 2003 (Que altera dispositivos das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências)**

**(Do Sr. Pedro Henry e Outros Parlamentares da Bancada do PPB)**

|     | ASSINATURA                                                                          | NOME                 | GABINETE |
|-----|-------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|----------|
| 1.  |    | HERCULANO ANGHINETTI | 241      |
| 2.  |    | NELSON MEURER        | 916      |
| 3.  |    | MÁRIO NEGROMONTE     | 345      |
| 4.  |    | SINÃO SESSIM         | 709      |
| 5.  |    | JULIO LOPES          | 344      |
| 6.  |    | LEODEGAR TISCOSKI    | 254      |
| 7.  |    | EDUARDO CUNHA        | 510      |
| 8.  |    | LUIS CARLOS HEINZE   | 526      |
| 9.  |    | JOSÉ PIZZOBELLI      | 258      |
| 10. |   | ERICO RIBEIRO        | 741      |
| 11. |  | IUVANI RANZANI       | 742      |
| 12. |  | RICTOR BHAIRO        | 618      |
| 13. |  | MARCIO REINALDO      | 819      |
| 14. |  | ROBERTO BRALICHE     | 219      |
| 15. |  | IBSAELYNG ABI-AKEL   | 545      |
| 16. |  | JOSÉ LINHARES        | 860      |
| 17. |  | KONNER SORDANO       | 906      |
| 18. |  | DILCEU SPERAFICO     | 746      |
| 19. |  | ENIVALDO MAKI        | 840      |
| 20. |  | JG LIMA              | 610      |
| 21. |  | FRANCISCO SIQUEIRA   | 801 -    |
| 22. |  | LEONARDO VILDA       | 934      |
| 23. |  | ODAIRIZ DONZA        | 366      |
| 24. |  | CELSO RUSSOMANO      | 756      |
| 25. |  | DR. BENEDITO         | 926      |
| 26. |  | ANGELANIO            | 262      |
| 27. |  | VENDO ROMAGN         | 717      |
| 28. |  | JULIO REDECKER       | 621      |
| 29. |  | NÉLIS DIAS           | 843      |
| 30. |  | JOSÉ JANENE          | 608      |
| 31. |  | SEVERINO CAVALCANTI  | 707      |
| 32. |  | NARCISO MENDES       | 636      |
| 33. |  | AUGUSTO NARDES       | 936      |
| 34. |  | VALDENDOR SUEDES     | 541      |
| 35. |  | JANNA COMBS          | 750      |





PUBLIQUE-SE

EM 02.02.2003.

SENADOR JOSÉ JORGE  
Presidente

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

**SESSÃO PLENÁRIA****ATA**

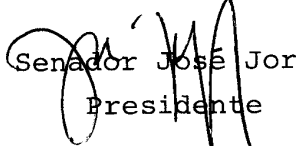
Aos dois (2) dias do mês de fevereiro de 2003, às 09.00hs, reúne-se, no gabinete do Senador José Jorge, a Sessão Plenária sob a Presidência do Senhor Senador José Jorge, Presidente, presentes os Senhores Senadores, José Jorge e Heráclito Fortes e Deputados, João Almeida, Paes Landim, Robson Tuma, José Thomaz Nonô, Alexandre Santos, Paulo Delgado, Paulo Lima, Henrique E. Alves, Átila Lins Ricardo Izar, Vilmar Rocha e Simão Sessim. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, lembrando que a presente Sessão Plenária fora convocada, conforme edital publicado, no Diário do Senado de 14 de dezembro de 2002 e no Diário da Câmara no dia 18 de dezembro de 2002, para eleição dos membros da Comissão Deliberativa para o período 2003-2006. Dá-se início, por escrutínio secreto, a eleição da Comissão Deliberativa. Às 10 horas é encerrada a votação. O Senhor Presidente convida os Senhores Deputados, Robson Tuma e José Thomaz Nonô para escrutinadores. Aberta a urna, são encontradas 14 cédulas que coincidem com o número de votantes. Feita a apuração verifica-se que os 14 votos são favoráveis à chapa apresentada. O Senhor Presidente declara eleitos membros da Comissão Deliberativa os seguintes parlamentares: Titulares: Senadores, José Agripino Maia, José Jorge, Heráclito Fortes, José Sarney, Edison Lobão, Efraim Moraes e Romeu Tuma; Deputados, Átila Lins, Geddel Vieira Lima, Henrique E. Alves, João Almeida, Ney Lopes, Ricardo Izar, Robson Tuma, Simão Sessim, Cyro Nogueira, Francisco Dornelles, José Thomaz Nonô, Lael Vieira Varella, Maria Laura Carneiro, Paes Landim, Paulo Delgado, Roberto Brant, Vilmar Rocha e Sarney Filho. Suplentes: Senadores, Leomar Quintanilha, Gerson Camata, Aloysio Mercadante, Antero Paes de Barros, Antonio C. Valadares, Eduardo S. Campos e Renan Calheiros; Deputados, Ronaldo Cunha Lima, Alexandre Santos, Aloysio Nunes Ferreira, Iberê Ferreira, João Hermann Neto, Narcio Rodrigues, Alexandre Cardoso, Anibal Gomes, Barbosa Neto, Paulo Lima, Affonso Camargo, Paulo Rocha, Gonzaga Patriota, José Carlos Aleluia, Julio Simeghini, Osvaldo Coelho, Roberto Balestra e Leo Alcântara. Nos termos do art. 11 do Estatuto o Senhor Presidente convoca os membros da Comissão Deliberativa para procederem a eleição da Comissão Diretora. Encerrados os trabalhos é a Ata lida e aprovada. Eu, Senador Heráclito Fortes, Secretário, lavrei a presente Ata que irá à publicação.

Senador José Jorge  
Presidente



PUBLIQUE-SE.

EM 02.02.2003.

  
Senador José Jorge.  
Presidente

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

## COMISSÃO DELIBERATIVA

ATA

Aos dois dias do mes de fevereiro de 2003, às 10.30hs, no gabinete do Senador José Jorge, reúne-se a Comissão Deliberativa, sob a Presidência do Senador José Jorge, Presidente, presentes os Titulares: Senadores, José Jorge e Heráclito Fortes e Deputados, João Almeida, Paes Landim, Robson Tuma, José Thomaz Nonô, Alexandre Santos, Paulo Delgado, Paulo Lima, Henrique Eduardo Alves, Átila Lins, Ricardo Izar, Vilmar Rocha e Simão Sessim, para eleger a Comissão Diretora para o biênio 2003/2004. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto o processo da respectiva votação. Às 13.30hs o Senhor Presidente encerra os trabalhos, designando o Senhor Deputado Robson Tuma como escrutinador. Aberta a urna são encontradas quatorze (14) cédulas, número que coincide com o dos votantes. Feita a apuração dos votos constata-se que não há voto discrepante e é eleita a seguinte chapa: Presidente: Deputado Henrique Eduardo Alves; Primeiro Vice-Presidente: Senador José Jorge; Segundo Vice-Presidente: Deputado Alexandre Santos; Tesoureiro: Senador Heráclito Fortes e Secretário: Deputado Paulo Delgado. Para Membros do Conselho Interparlamentar: Deputado José Thomaz Nonô e Deputado Robson Tuma. O Presidente proclama os nomes dos eleitos e os declara empossados. Prosseguindo o Presidente formula votos de que a nova Comissão Diretora continue os trabalhos do Grupo com o mesmo entusiasmo e dedicação com que se houve a Comissão Diretora que ora encerra seu mandato. Com a palavra o Deputado Henrique E. Alves agradece, em seu nome e aos demais eleitos, a confiança manifesta dos seus colegas e enfatiza que continuará a envidar esforços em prol dos trabalhos desta entidade que é o Grupo Brasileiro da União Interparlamentar. Nada mais havendo a tratar, às 13.00hs o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião e eu, Secretário, lavrei a presente Ata que, assinada, vai á publicação.

  
Senador José Jorge  
Presidente

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

|                          |                            |                            |                            |
|--------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| <b>BAHIA</b>             |                            | PFL                        | - Heráclito Fortes         |
| PFL                      | - Rodolpho Tourinho        | PMDB                       | - Mão Santa                |
| PFL                      | - Antonio Carlos Magalhães | <b>RIO GRANDE DO NORTE</b> |                            |
| PFL                      | - César Borges             | PTB                        | - Fernando Bezerra         |
| <b>RIO DE JANEIRO</b>    |                            | PMDB                       | - Garibaldi Filho          |
| PT                       | - Roberto Saturnino        | PFL                        | - José Agripino            |
| PL                       | - Marcelo Crivella         | <b>SANTA CATARINA</b>      |                            |
| PMDB                     | - Sérgio Cabral            | PFL                        | - Jorge Bornhausen         |
| <b>MARANHÃO</b>          |                            | PT                         | - Ideli Salvatti           |
| PMDB                     | - João Alberto Souza       | PSDB                       | - Leonel Pavan             |
| PFL                      | - Edison Lobão             | <b>ALAGOAS</b>             |                            |
| PFL                      | - Roseana Sarney           | PT                         | - Heloisa Helena           |
| <b>PARÁ</b>              |                            | PMDB                       | - Renan Calheiros          |
| PMDB                     | - Luiz Otávio              | PSDB                       | - Teotônio Vilela Filho    |
| PT                       | - Ana Júlia Carepa         | <b>SERGIPE</b>             |                            |
| PTB                      | - Duciomar Costa           | PFL                        | - Maria do Carmo Alves     |
| <b>PERNAMBUCO</b>        |                            | PDT                        | - Almeida Lima             |
| PFL                      | - José Jorge               | PSB                        | - Antonio Carlos Valadares |
| PFL                      | - Marco Maciel             | <b>AMAZONAS</b>            |                            |
| PSDB                     | - Sérgio Guerra            | PMDB                       | - Gilberto Mestrinho       |
| <b>SÃO PAULO</b>         |                            | PSDB                       | - Arthur Virgílio          |
| PT                       | - Eduardo Suplicy          | PDT                        | - Jefferson Péres          |
| PT                       | - Aloizio Mercadante       | <b>PARANÁ</b>              |                            |
| PFL                      | - Romeu Tuma               | PSDB                       | - Olivir Gabardo           |
| <b>MINAS GERAIS</b>      |                            | PT                         | - Flávio Arns              |
| PL                       | - Aelton Freitas           | PDT                        | - Osmar Dias               |
| PSDB                     | - Eduardo Azeredo          | <b>ACRE</b>                |                            |
| PMDB                     | - Hélio Costa              | PT                         | - Tião Viana               |
| <b>GOIÁS</b>             |                            | PSB                        | - Geraldo Mesquita Júnior  |
| PMDB                     | - Maguito Vilela           | PT                         | - Marina Silva             |
| PFL                      | - Demóstenes Torres        | <b>MATO GROSSO DO SUL</b>  |                            |
| PSDB                     | - Lúcia Vânia              | PMDB                       | - Juvêncio da Fonseca      |
| <b>MATO GROSSO</b>       |                            | PT                         | - Delcídio Amaral          |
| PSDB                     | - Antero Paes de Barros    | PMDB                       | - Ramez Tebet              |
| PFL                      | - Jonas Pinheiro           | <b>DISTRITO FEDERAL</b>    |                            |
| PT                       | - Serys Slhessarenko       | PMDB                       | - Valmir Amaral            |
| <b>RIO GRANDE DO SUL</b> |                            | PT                         | - Cristovam Buarque        |
| PMDB                     | - Pedro Simon              | PFL                        | - Paulo Octávio            |
| PT                       | - Paulo Paim               | <b>TOCANTINS</b>           |                            |
| PTB                      | - Sérgio Zambiasi          | PSDB                       | - Eduardo Siqueira Campos  |
| <b>CEARÁ</b>             |                            | PFL                        | - João Ribeiro             |
| PSDB                     | - Reginaldo Duarte         | PFL                        | - Leomar Quintanilha       |
| PPS                      | - Patrícia Saboya Gomes    | <b>AMAPÁ</b>               |                            |
| PSDB                     | - Tasso Jereissati         | PMDB                       | - José Sarney              |
| <b>PARAÍBA</b>           |                            | PSB                        | - João Capiberibe          |
| PMDB                     | - Ney Suassuna             | PTB                        | - Papaléo Paes             |
| PFL                      | - Efraim Morais            | <b>RONDÔNIA</b>            |                            |
| PMDB                     | - José Maranhão            | PMDB                       | - Amir Lando               |
| <b>ESPÍRITO SANTO</b>    |                            | PT                         | - Fátima Cleide            |
| PPS                      | - João Batista Motta       | PMDB                       | - Valdir Raupp             |
| PMDB                     | - Gerson Camata            | <b>RORAIMA</b>             |                            |
| PL                       | - Magno Malta              | PPS                        | - Mozarildo Cavalcanti     |
| <b>PIAUÍ</b>             |                            | PDT                        | - Augusto Botelho          |
| PMDB                     | - Alberto Silva            | PSDB                       | - Romero Jucá              |

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

| <b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>                                               | <b>TITULARES</b>               | <b>SUPLENTE</b>                      |
|-------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| Representante das empresas de rádio (inciso I)                                | PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO | EMANUEL SORAES CARNEIRO              |
| Representante das empresas de televisão (inciso II)                           | ROBERTO WAGNER MONTEIRO        | FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ            |
| Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)                    | PAULO CABRAL DE ARAÚJO         | CARLOS ROBERTO BERLINCK              |
| Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV) | FERNANDO BITTENCOURT           | MIGUEL CIPOLLA JR.                   |
| Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)            | DANIEL KOSLOWSKY HERZ          | FREDERICO BARBOSA GHEDINI            |
| Representante da categoria profissional dos radialistas (Inciso VI)           | FRANCISCO PEREIRA DA SILVA     | ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON        |
| Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)             | BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA | STEPAN NERCESSIAN                    |
| Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)    | GERALDO PEREIRA DOS SANTOS     | ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO      |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  | JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO    | MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA        |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  | ALBERTO DINES                  | ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO   |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  | JAYME SIROTSKY                 | JORGE DA CUNHA LIMA                  |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  | CARLOS CHAGAS                  | REGINA DALVA FESTA                   |
| Representante da sociedade civil (inciso IX)                                  | RICARDO MORETZSOHN             | ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE |

Composição atualizada em setembro de 2002

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
**Telefones: 311-4561 e 311-3265**

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**1 - Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio**  
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**2 - Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social**  
(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) - **Coordenador**
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**3 - Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária** (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**4 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão** (constituída na Reunião de 14/10/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) - **Coordenador**
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTE</b>             |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                             |
| Aloizio Mercadante                                   | 1. Ideli Salvatti           |
| Ana Júlia Carepa                                     | 2. Flávio Arns              |
| Eduardo Suplicy                                      | 3. Serys Slhessarenko       |
| Delcídio Amaral                                      | 4. Duciomar Costa           |
| Roberto Saturnino                                    | 5. Magno Malta              |
| Antonio Carlos Valadares                             | 6. Aelton Freitas           |
| Geraldo Mesquita Júnior                              | 7. (vago)                   |
| Fernando Bezerra                                     | 8. (vago)                   |
| <b>PMDB</b>                                          |                             |
| Ramez Tebet                                          | 1. Hélio Costa              |
| Mão Santa                                            | 2. Luiz Otávio              |
| Garibaldi Alves Filho                                | 3. Valmir Amaral            |
| Gilberto Mestrinho                                   | 4. Gerson Camata            |
| João Alberto Souza                                   | 5. Sérgio Cabral            |
| Pedro Simon                                          | 6. Ney Suassuna             |
| Valdir Raupp                                         | 7. Maguito Vilela           |
| <b>PFL</b>                                           |                             |
| César Borges                                         | 1. Antonio Carlos Magalhães |
| Efraim Morais                                        | 2. Demóstenes Torres        |
| Jonas Pinheiro                                       | 3. João Ribeiro             |
| Jorge Bornhausen                                     | 4. José Agripino            |
| Paulo Octavio                                        | 5. José Jorge               |
| Rodolpho Tourinho                                    | 6. Marco Maciel             |
| <b>PSDB</b>                                          |                             |
| Antero Paes de Barros                                | 1. Arthur Virgílio          |
| Sérgio Guerra                                        | 2. Romero Jucá              |
| Eduardo Azeredo                                      | 3. Lúcia Vânia              |
| Tasso Jereissati                                     | 4. Leonel Pavan             |
| <b>PDT</b>                                           |                             |
| Almeida Lima                                         | 1. Osmar Dias               |
| <b>PPS</b>                                           |                             |
| Patrícia Saboya Gomes                                | 1. João Batista Motta       |

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTES</b>            |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                             |
| Ana Júlia Carepa                                     | 1. Delcídio Amaral          |
| Eurípedes Camargo                                    | 2. Serys Slhessarenko       |
| Fátima Cleide                                        | 3. Tião Viana               |
| Flávio Arns                                          | 4. Antonio Carlos Valadares |
| Sibá Machado                                         | 5. Duciomar Costa           |
| João Capiberibe                                      | 6. (vago)                   |
| Aelton Freitas                                       | 7. (vago)                   |
| Papaléo Paes                                         | 8. (vago)                   |
| <b>PMDB</b>                                          |                             |
| Mão Santa                                            | 1. Garibaldi Alves Filho    |
| Juvêncio da Fonseca                                  | 2. Hélio Costa              |
| Maguito Vilela                                       | 3. Ramez Tebet              |
| Sérgio Cabral                                        | 4. José Maranhão            |
| Ney Suassuna                                         | 5. Pedro Simon              |
| Amir Lando                                           | 6. (vago)                   |
| Renan Calheiros                                      | 7. (vago)                   |
| <b>PFL</b>                                           |                             |
| Edison Lobão                                         | 1. Antonio Carlos Magalhães |
| Jonas Pinheiro                                       | 2. César Borges             |
| José Agripino                                        | 3. Demóstenes Torres        |
| Leomar Quintanilha                                   | 4. Efraim Morais            |
| Maria do Carmo Alves <sup>1</sup>                    | 5. Jorge Bornhausen         |
| Roseana Sarney                                       | 6. (vago)                   |
| <b>PSDB</b>                                          |                             |
| Romero Jucá                                          | 1. Eduardo Azeredo          |
| Lúcia Vânia                                          | 2. Tasso Jereissati         |
| Teotônio Vilela Filho                                | 3. Olivir Gabardo           |
| Antero Paes de Barros                                | 4. Sérgio Guerra            |
| Reginaldo Duarte                                     | 5. (vago)                   |
| <b>PDT</b>                                           |                             |
| Augusto Botelho                                      | 1. Osmar Dias               |
| Álvaro Dias <sup>2</sup>                             | 2. (vago)                   |
| <b>PPS</b>                                           |                             |
| Patrícia Saboya Gomes                                | 1. Mozarildo Cavalcanti     |

<sup>1</sup> Afastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Secretária de Estado.

<sup>2</sup> Licenciado

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTES</b>           |
|------------------------------------------------------|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                            |
| Serys Slhessarenko                                   | 1. Eduardo Suplicy         |
| Aloizio Mercadante                                   | 2. Ana Júlia Carepa        |
| Tião Viana                                           | 3. Sibá Machado            |
| Antonio Carlos Valadares                             | 4. Fernando Bezerra        |
| Magno Malta                                          | 5. Geraldo Mesquita Júnior |
| Papaléo Paes                                         | 6. (vago)                  |
| Marcelo Crivella                                     | 7. (vago)                  |
| <b>PMDB</b>                                          |                            |
| Amir Lando                                           | 1. Ramez Tebet             |
| Garibaldi Alves Filho                                | 2. João Alberto Souza      |
| José Maranhão                                        | 3. Maguito Vilela          |
| Juvêncio da Fonseca                                  | 4. Valmir Amaral           |
| Luiz Otávio                                          | 5. Sérgio Cabral           |
| Pedro Simon                                          | 6. (vago)                  |
| <b>PFL</b>                                           |                            |
| Antonio Carlos Magalhães                             | 1. Efraim Morais           |
| César Borges                                         | 2. João Ribeiro            |
| Demóstenes Torres                                    | 3. Jorge Bornhausen        |
| Edison Lobão                                         | 4. José Jorge              |
| Maria do Carmo Alves <sup>1</sup>                    | 5. Rodolpho Tourinho       |
| <b>PSDB</b>                                          |                            |
| Olivir Gabardo                                       | 1. Antero Paes de Barros   |
| Tasso Jereissati                                     | 2. Teotônio Vilela Filho   |
| Romero Jucá                                          | 3. Leonel Pavan            |
| <b>PDT</b>                                           |                            |
| Jefferson Peres                                      | 1. Almeida Lima            |
| <b>PPS</b>                                           |                            |
| João Batista Motta                                   | 1. Mozarildo Cavalcanti    |

<sup>1</sup> Afastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Secretária de Estado.



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

| TITULARES                                            | SUPLENTE                    |
|------------------------------------------------------|-----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                             |
| Fátima Cleide                                        | 1. Tião Viana               |
| Flávio Arns                                          | 2. Roberto Saturnino        |
| Ideli Salvatti                                       | 3. Eurípedes Camargo        |
| João Capiberibe                                      | 4. Papaléo Paes             |
| Duciomar Costa                                       | 5. Sibá Machado             |
| Aelton Freitas                                       | 6. (vago)                   |
| (vago)                                               | 7. (vago)                   |
| (vago)                                               | 8. (vago)                   |
| <b>PMDB</b>                                          |                             |
| Hélio Costa                                          | 1. Mão Santa                |
| Maguito Vilela                                       | 2. Garibaldi Alves Filho    |
| Valdir Raupp                                         | 3. Juvêncio da Fonseca      |
| Gerson Camata                                        | 4. Luiz Otávio              |
| Sérgio Cabral                                        | 5. Valmir Amaral            |
| José Maranhão                                        | 6. Amir Lando               |
| Renan Calheiros                                      | 7. (vago)                   |
| <b>PFL</b>                                           |                             |
| Demóstenes Torres                                    | 1. Edison Lobão             |
| Jorge Bornhausen                                     | 2. Jonas Pinheiro           |
| José Jorge                                           | 3. José Agripino            |
| Leomar Quintanilha                                   | 4. Marco Maciel             |
| Maria do Carmo Alves <sup>1</sup>                    | 5. Paulo Octavio            |
| Roseana Sarney                                       | 6. (vago)                   |
| <b>PSDB</b>                                          |                             |
| Sérgio Guerra                                        | 1. Arthur Virgílio          |
| Leonel Pavan                                         | 2. Eduardo Azeredo          |
| Reginaldo Duarte                                     | 3. Olivir Gabardo           |
| Teotônio Vilela Filho                                | 4. Lúcia Vânia              |
| <b>PDT</b>                                           |                             |
| Osmar Dias                                           | 1. Jefferson Péres          |
| Almeida Lima                                         | 2. Álvaro Dias <sup>2</sup> |
| <b>PPS</b>                                           |                             |
| Mozarildo Cavalcanti                                 | 1. Patrícia Saboya Gomes    |

<sup>1</sup> Atastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Secretária de Estado.

<sup>2</sup> Licenciado

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDR-MT)**

| TITULARES                                            | SUPLENTES                  |
|------------------------------------------------------|----------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                            |
| Eurípedes Camargo                                    | 1. Ana Júlia Carepa        |
| Heloísa Helena                                       | 2. Delcídio Amaral         |
| João Capiberibe                                      | 3. Geraldo Mesquita Júnior |
| Antonio Carlos Valadares                             |                            |
| Aelton Freitas                                       |                            |
| Duciomar Costa                                       |                            |
| <b>PMDB</b>                                          |                            |
| Ney Suassuna                                         | 1. João Alberto Souza      |
| Luiz Otávio                                          | 2. Gilberto Mestrinho      |
| Gerson Camata                                        |                            |
| Valmir Amaral                                        |                            |
| <b>PFL</b>                                           |                            |
| César Borges                                         | 1. Jorge Bornhausen        |
| Efraim Moraes                                        | 2. Paulo Octavio           |
| João Ribeiro                                         |                            |
| Marco Maciel                                         |                            |
| <b>PSDB</b>                                          |                            |
| Romero Jucá                                          | 1. Leonel Pavan            |
| Antero Paes de Barros                                |                            |
| <b>PDT</b>                                           |                            |
| Osmar Dias <sup>1</sup>                              | 1. Almeida Lima            |
| <b>PPS</b>                                           |                            |
| João Batista Motta                                   |                            |

<sup>1</sup> Licenciado

Observação: Há uma indicação de membro titular excedente na composição do Bloco de Apoio ao Governo.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTES</b>         |
|------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                          |
| Sibá Machado                                         | 1. (vago)                |
| Eurípedes Camargo                                    | 2. (vago)                |
| Magno Malta                                          | 3. (vago)                |
| Aelton Freitas                                       | 4. (vago)                |
| Marcelo Crivella                                     | 5. (vago)                |
| <b>PMDB</b>                                          |                          |
| Renan Calheiros                                      | 1. Gerson Camata         |
| Ney Suassuna                                         | 2. Amir Lando            |
| José Maranhão                                        | 3. Gilberto Mestrinho    |
| Sérgio Cabral                                        | 4. (vago)                |
| Garibaldi Alves Filho                                | 5. (vago)                |
| <b>PFL</b>                                           |                          |
| Edison Lobão                                         | 1. Demóstenes Torres     |
| Efraim Moraes                                        | 2. Jonas Pinheiro        |
| Leomar Quintanilha                                   | 3. José Jorge            |
| Rodolpho Tourinho                                    | 4. Roseana Sarney        |
| <b>PSDB</b>                                          |                          |
| Lúcia Vânia                                          | 1. Teotônio Vilela Filho |
| Olivir Gabardo                                       | 2. Romero Jucá           |
| Reginaldo Duarte                                     | 3. Antero Paes de Barros |
| <b>PDT</b>                                           |                          |
| (vago)                                               | 1. (vago)                |
| <b>PPS</b>                                           |                          |
| Patrícia Saboya Gomes                                | 1. João Batista Motta    |

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTES</b>                     |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                                      |
| Eduardo Suplicy                                      | 1. Flávio Arns                       |
| Heloísa Helena                                       | 2. Fátima Cleide                     |
| João Capiberibe                                      | 3. Aloizio Mercadante                |
| Marcelo Crivella                                     | 4. Duciomar Costa                    |
| Fernando Bezerra                                     | 5. Aelton Freitas                    |
| <b>PMDB</b>                                          |                                      |
| Gilberto Mestrinho                                   | 1. Pedro Simon                       |
| João Alberto Souza                                   | 2. Ramez Tebet                       |
| Luiz Otávio                                          | 3. Valdir Raupp                      |
| Valmir Amaral                                        | 4. Juvêncio da Fonseca               |
| Hélio Costa                                          | 5. (vago)                            |
| <b>PFL</b>                                           |                                      |
| Antonio Carlos Magalhães                             | 1. Edison Lobão                      |
| João Ribeiro                                         | 2. Maria do Carmo Alves <sup>1</sup> |
| José Agripino                                        | 3. Rodolpho Tourinho                 |
| Marco Maciel                                         | 4. Roseana Sarney                    |
| <b>PSDB</b>                                          |                                      |
| Arthur Virgílio                                      | 1. Antero Paes de Barros             |
| Eduardo Azeredo                                      | 2. Tasso Jereissati                  |
| Lúcia Vânia                                          | 3. Sérgio Guerra                     |
| <b>PDT</b>                                           |                                      |
| Jefferson Péres                                      | 1. Álvaro Dias                       |
| <b>PPS</b>                                           |                                      |
| Patrícia Saboya Gomes                                | 1. Mozarildo Cavalcanti              |

<sup>1</sup> Afastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Secretária de Estado.

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

| <b>TITULARES</b>                                     | <b>SUPLENTE</b>                      |
|------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b> |                                      |
| Delcídio Amaral                                      | 1. Roberto Saturnino                 |
| Ideli Salvatti                                       | 2. Fátima Cleide                     |
| Serys Slhessarenko                                   | 3. Heloísa Helena                    |
| Sibá Machado                                         | 4. Ana Júlia Carepa                  |
| Geraldo Mesquita Júnior                              | 5. Duciomar Costa                    |
| Duciomar Costa                                       | 6. Fernando Bezerra                  |
| Magno Malta                                          | 7. Marcelo Crivella                  |
| <b>PMDB</b>                                          |                                      |
| Gerson Camata                                        | 1. Mão Santa                         |
| Amir Lando                                           | 2. Luiz Otávio                       |
| Valdir Raupp                                         | 3. Pedro Simon                       |
| Renan Calheiros                                      | 4. (vago)                            |
| Gilberto Mestrinho                                   | 5. (vago)                            |
| José Maranhão                                        | 6. (vago)                            |
| <b>PFL</b>                                           |                                      |
| João Ribeiro                                         | 1. César Borges                      |
| José Jorge                                           | 2. Jonas Pinheiro                    |
| Marco Maciel                                         | 3. Leomar Quintanilha                |
| Paulo Octavio                                        | 4. Maria do Carmo Alves <sup>1</sup> |
| Rodolpho Tourinho                                    | 5. Roseana Sarney                    |
| <b>PSDB</b>                                          |                                      |
| Leonel Pavan                                         | 1. Romero Jucá                       |
| Sérgio Guerra                                        | 2. Olivir Gabardo                    |
| Teotônio Vilela Filho                                | 3. Reginaldo Duarte                  |
| <b>PDT</b>                                           |                                      |
| Augusto Botelho                                      | 1. Osmar Dias                        |
| <b>PPS</b>                                           |                                      |
| João Batista Motta                                   | 1. Mozarildo Cavalcanti              |

<sup>1</sup> Afastou-se do exercício do mandato para exercer o cargo de Secretária de Estado.

<sup>2</sup> Licenciado



**EDIÇÃO DE HOJE: 354 PÁGINAS**